

Maria Zanin e Rafaela Francisconi Gutierrez (orgs.)

Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre Práticas



Maria Zanin e Rafaela Francisconi Gutierrez
(Orgs.)

Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas



2011

Conselho Editorial

Francisco Paulo da Silva - UERN
Hermes Renato Hildebrand - UNICAMP
Marisa Martins Gama Khalil - UFU
Nilton Milanez - UESB

Coordenação Editorial
Maíra Valencise Gregolin

Elaboração de Capa
Emyr Ferrario de Lima

Diagramação
Dario Mesquita

Revisão
Mariucha Magrini Neri

Impressão e Acabamento
Prol Gráfica

Ficha Catalográfica elaborada pela Seção de Tratamento da Informação da Biblioteca “Prof. Achille Bassi” - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMC/USP

Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas /

C776 Maria Zanin e Rafaela Francisconi Gutierrez,
[organizadoras].

São Carlos : Claraluz, 2011.

E-Book

ISBN 978-85-88638-57-0

1. Tecnologia. 2. Reciclagem. 3. Economia solidária.

I. Zanin, Maria, org. II. Francisconi Gutierrez, Rafaela, org.

Sumário

PREFÁCIO: CATANDO E TRANSFORMANDO A VIDA: EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS E COOPERATIVAS NAS PERIFERIAS <i>Silvia Leser</i>	5
APRESENTAÇÃO <i>Maria Zanin e Rafaela Francisconi Gutierrez</i>	11
CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS: AUTOGESTÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIAS SOCIAIS <i>Carlos Frederico Cerqueira de Moura Fé - Maurício Sardá de Faria</i>	15
PANORAMA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES NO BRASIL <i>Rafaela Francisconi Gutierrez - Maria Zanin</i>	37
CATADOR DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS: UM PERFIL PROFISSIONAL EM CONSTRUÇÃO <i>Julio Ruffin Pinhel - Maria Zanin - Graziela Del Mònaco</i>	53
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM: UM OLHAR SOBRE OS TRABALHOS DAS MULHERES <i>Ioli Gewehr Wirth</i>	103
INCUBAÇÃO DE GRUPOS DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS: COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS E CONSTRUINDO INOVAÇÃO SOCIAL <i>Ana Dubeux</i>	137
O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS E DE REFORMULAÇÃO DO MODELO DE CONTRATO PACTUADO ENTRE A COOPERATIVA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SP <i>Gerson Fernandes Martins - Reynaldo Norton Sorbille</i>	169

PROBLEMAS E ENTRAVES NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:
DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA REDE SOLIDÁRIA NA CIDADE DE
CAMPINAS-SP

Grupo de Trabalho Resíduos, ITCP/UNICAMP.....211

PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL
PARA FOMENTAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AMPLIAR AS
ATIVIDADES DA COOPERATIVA DE CATADORES DE SÃO CARLOS/
SP

*Maria Zanin - Rafaela Francisconi Gutierrez - Leandro Garcez Targa -
Lucas Miguel França - Guilherme Franceschini.....229*

A INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA
EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

Derval dos Santos Rosa.....255

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE
TANGARÁ DA SERRA-MT

*Sandro Benedito Sguarezi - Ana Maria de Lima - José Pereira Filho -
Neuri Eliezer Senger.....283*

COOPERVIDA: DE OLHARES A OUVIDOS, DE OUVIDOS A
CORAÇÕES, DE CORAÇÕES A RAZÃO, DA RAZÃO AS PALAVRAS,
UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO.

Silvana Terezinha de campos.....323

PERFIL DOS COOPERADOS DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE CAMPINAS

Rubens Pantano Filho - Derval dos Santos Rosa.....357

A COOPERAÇÃO PARA A CATAÇÃO DE RESÍDUOS EM MONTEVIDÉU:
ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE OS NOVOS MODOS DE
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COM O LIXO.

Fernando Texeira.....387

“Catando e transformando a vida”: experiências associativas e cooperativas nas periferias

O rico possui grande quantidade de coisas supérfluas, que não necessita e que são, logo em seguida, abandonadas e desperdiçadas, enquanto milhões de homens morrem de fome. Se cada um conservasse apenas o necessário, não faltaria nada a ninguém e cada um se contentaria com o que tivesse.

Gandhi ¹

É uma grande honra receber o convite para escrever a apresentação de um livro pioneiro sobre atividades de coleta, também pioneiras. Trata-se de uma área que já vêm criando tradição no Brasil. Sempre que ouvimos falar de catadores, sempre que suas atividades são lembradas pelo poder público ou quando o manejo de resíduos sólidos transforma-se em lei, a ênfase recai sobre a importância daqueles trabalhadores, enquanto instrumentos para a solução parcial da questão do lixo urbano. Mas há um aspecto que é pouco ventilado, que não chega a aparecer nos jornais, que não causa estranheza, que nem mes-

¹ Gandhi – Cartas ao Ashram- S. Paulo, Ed. Hemus, s/d, p.44

mo é percebido como um problema: as pessoas que estão envolvidas na catação e na separação do lixo. A palavra triagem é enganosa. Se alguém tem a experiência da qualidade do lixo que é encaminhado para a separação, se alguma vez entrou nas centrais de triagem, mesmo as mais organizadas, não deve se iludir com as palavras. Ali se realiza um trabalho duro e difícil, até desagradável. E mal pago. Transformar os catadores em heróis da nossa “loucura” urbana de consumo constitui uma violência simbólica que os atinge e contra a qual não dispõem de meios para se defender. Não há como não sentirem que estão situados na ponta de uma cadeia de exploração impiedosa e que recolhem o que restou do que outros consumiram.

Cada relato das experiências com os catadores tem, em sua base, uma história de violência. Comum a todas é a experiência da pobreza extrema. Quando se declara a catação e a separação dos materiais recicláveis como uma profissão reconhecida e, mais do que isso, de grande utilidade pública, começam a ser, também, coletadas, em artigos e filmes, as histórias desse homens e mulheres que, há muito, vivem do lixo, quando não no lixo. A extinção obrigatória dos lixões urbanos, o reconhecimento do perigo que representam para a saúde das pessoas e a ausência de sustentabilidade de sua manutenção nos revela, como produtores de lixo, que aquilo que preferimos descartar e esquecer ganha lugar de destaque dentre os problemas urbanos, pedindo urgência na sua solução. Toma-se consciência da inconsciência que significa o consumo desabrido, do qual as imensas quantidades de lixo que as cidades produzem é a lamentável evidência.

E a necessidade fundamental de encontrar respostas para um problema nacional de saúde pública e, sobretudo, a necessidade de encontrar soluções não muito dispendiosas para os poderes públicos trouxe à tona, e ao conhecimento comum, a existência de pessoas que viviam há muitos anos da coleta de material que pudesse ser trocado por dinheiro, por alimentação ou que tivesse qualquer valor de troca.

Na verdade, nunca foram desconhecidos os que carregavam carrinhos ou sacos cheios de objetos variados e indescritíveis. Pensava-se que coletavam coisas inúteis ou de pouco valor e não despertavam a atenção na cidade. Com o aparecimento e a disseminação dos processos de reciclagem, ou melhor, quando o potencial econômico que algumas espécies de resíduos podem conter em si, os catadores passam a ocupar um lugar na cena pública, e suas atividades foram legitimadas, recebendo a designação de catadores de materiais recicláveis.

Um nicho não desprezível surge no mercado de trabalho. Ele vai representar, para pessoas que viviam à margem das ocupações conhecidas, uma oportunidade de exercer um ofício reconhecido e, mesmo precariamente, respeitado.

As experiências de acompanhamento desses trabalhadores vêm revelando situações de vida tão traumáticas que dificilmente poderiam ser esperadas, quanto mais aceitas, numa sociedade democrática e civilizada.

Como esperar dessas pessoas que, por necessidade, se isolam, associem-se para vender melhor o que coletaram? Como organizar pessoas que não acreditam que outra vida é possível, pessoas que experimentaram o descaso, a humilhação, o sofrimento?

O espaço urbano e o espaço das periferias das grandes cidades são definidos pelo capital e não pelo trabalho. Nesse momento podem ser geradas amizades, o mais humano de todos os afetos, mas, em geral, ele é inóspito para o estabelecimento de relações humanas significativas. A experiência do trabalho, na sua centralidade, como conformador da inserção dos sujeitos na sociedade, que lhes permitiria construir uma representação de si mesmos e do seu lugar no mundo, foi sendo desarticulada pelo novo avanço do capital sobre as conquistas dos trabalhadores, encolhendo ou minimizando direitos que resultaram das lutas dos trabalhadores. O desemprego não é o sintoma mais terrível desse avanço. Para o capital, os homens são supérfluos, não são mais

necessários para a sua reprodução: a alienação é real e palpável. Os homens são reduzidos à mera vida. Para pensar os trabalhadores em suas novas dimensões de pobreza e alienação precisamos reconhecer que o desemprego aumenta e que ele é estrutural e permanente; que o trabalho precário é tão desejável como o trabalho formal e legalizado; que algumas características associadas ao trabalho anterior ao capitalismo são encontradas nas periferias urbanas, como o trabalho domiciliar, e fórmulas antigas dos setores populares de ajuda e apoio mútuos reaparecem. Não é apenas uma questão de trabalho e renda, são identidades novas que vão se constituindo para organizar e apresentar à sociedade a face inédita das populações duramente atingidas pelas ordenações do capital que, como restos inúteis, as deixam de fora. A resistência dos trabalhadores a esse papel que lhes vem sendo imposto tem o caráter da procura de repostas aos novos desafios da sobrevivência.

Uma resposta possível é o trabalho associado, a cooperativa e a economia solidária.

No manejo dos resíduos urbanos essa forma de trabalho tem sido capaz de fazer face ao isolamento do trabalhador, apontando perspectivas diferentes nas relações de trabalho: do trabalho subordinado ao trabalho autônomo, do isolamento e da competição à cooperação. Mais ainda, ao se organizarem, aparecem como sujeitos políticos, como atores sociais que exigem a definição de uma nova cidadania, que representam coletivos importantes dentre os movimentos sociais reconhecidos. Desenham, no mundo do trabalho, um processo de emancipação.

Este livro conta um pouco da história que vem sendo escrita pelos catadores, incubadoras e seus apoiadores e mostra o enorme campo virtual da reciclagem dos resíduos sólidos. O espectro de atuações possíveis, a partir do material recolhido pelas cooperativas e associações de catadores, é muito amplo: papel, tecido, alumínio, vidro, plás-

tico, restos da construção civil e outros. Ainda não foi possível, aos catadores, a transformação desse material porque lhes falta o acesso à tecnologia, não têm capital e dificilmente o conseguiriam. Esse valor acrescido continua a ser realizado por outros que possuem os meios de trabalho que faltam aos catadores. Por isso, finalmente, não podemos deixar de considerar que o sucesso dessas experiências associativas vem sendo acompanhado pelo maior ou menor apoio e financiamento dos governos municipais, Estadual e Federal. Sem esse apoio dificilmente as cooperativas e associações de catadores poderiam realizar o trabalho que se espera deles. Mas esse apoio, até agora, consistiu em migalhas que caem dos bolsos oficiais, resíduos do que se tem emprestado aos bancos e às indústrias que nem por isso geram trabalho para os milhões de trabalhadores que o necessitam. Um dos grandes paradoxos que o sistema capitalista põe diante de nós é que ele produz aqueles que mais consomem e aqueles que não podem nem encontrar um espaço para viverem abrigados. Os primeiros nunca manipulam e nem mesmo olham para o lixo que produziram, mas, ironicamente, as cidades dependem dos humildes catadores para não sobrarem, ricos e pobres, literalmente, no lixo que a civilização vem produzindo.

Sylvia Leser de Mello

Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas

A obra “Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas” aborda a temática de empreendimentos coletivos de catadores de resíduos recicláveis, sob o olhar de seus agentes de fomentos, principalmente de Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos de Economia Solidária, presentes em universidades brasileiras.

A ideia da organização de um livro sobre práticas de incubação de empreendimentos de catadores que ilustrem os avanços, limites e desafios de empreendimentos em relação à cadeia produtiva da reciclagem de resíduos e o fortalecimento da Economia Solidária surgiu durante a realização dos eventos: III Encontro de Formadores e Apoiadores de Empreendimentos de Catadores (ENFAC) e Congresso Nacional de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem (CONARE-SOL). Os encontros aconteceram no período de 26 a 28 de novembro de 2009, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos. O livro é resultado de contribuições que partem da indicação dos coordenadores de seção de apresentação dos trabalhos dos eventos citados (Profs: Antonio Carlos Martins da Cruz; Carlos Ladeia,

Ioshiaqui Shimbo e Maria Zanin) e ainda de contribuições convidadas por nós, organizadoras da obra. Contribuições essas que proporcionassem uma visão panorâmica dos avanços e desafios em relação a parcerias, políticas públicas, financiamentos e cenário nacional dessas organizações coletivas de catadores e catadoras.

No âmbito econômico, a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos urbanos é uma estrutura piramidal formada em sua base pelos catadores informais, empreendimentos de coletivos (associações ou cooperativas), seguido pelos intermediários (sucateiros, empresas recuperadoras ou beneficiadoras). Finalmente, no ápice estão empresas de reciclagem propriamente ditas (reprocessamento e transformação). Não resta dúvida de que o maior valor agregado ao produto ocorre no topo dessa pirâmide. Os catadores e catadoras, os maiores responsáveis pela inserção dos materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem, são ainda o elo mais frágil e penalizado dessa cadeia.

A história desses profissionais no Brasil, ou seja, da presença de pessoas que vivem da coleta e comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. Atualmente, estima-se que existam aproximadamente 800 mil catadores (informais e organizados), atuando em ruas, lixões, aterros e galpões de triagem. Na última década, os catadores começaram a conquistar mais respeito na sociedade brasileira por meio de sua organização de classe (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), envolvimento político, interação com prefeituras preocupadas com a questão dos resíduos e os catadores, e ainda junto a universidades, organizações não governamentais, entre outras entidades de apoio, que tem contribuído para que essas pessoas conquistem sua emancipação.

Os benefícios ambientais do trabalho realizado pelos catadores e catadoras merecem destaque, pois contribuem para a diminuição da exploração dos recursos naturais e para a quantidade de resíduos a serem destinados aos aterros e lixões e, conseqüentemente, para o

aumento da vida útil desses depósitos. As atividades realizadas pelos catadores também carregam benefícios sociais, já que esses atores, excluídos do mercado de trabalho encontram na catação uma profissão e sua inclusão social via trabalho e geração de renda.

O livro está organizado em 13 capítulos nos quais estão incluídas dez experiências de Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos de Economia Solidária, relacionadas aos processos de assessoria para incubação de empreendimentos econômicos coletivos autogestionários de catadores. Os três primeiros capítulos abordam o perfil profissional desses profissionais de resíduos recicláveis e o panorama de seus empreendimentos, segundo informações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Economia Solidária. Os demais capítulos abordam reflexões sobre práticas de incubação desses empreendimentos, que ilustram os avanços, limites e desafios para promoção da dignificação do trabalho e resgate da cidadania desses trabalhadores numa alternativa de trabalho e de vida baseados nos princípios da economia solidária e, ao mesmo tempo, altamente inserida em uma cadeia produtiva dominada por interesses do modo capitalista.

A publicação se viabilizou pelo esforço dos autores que prontamente atenderam ao nosso chamado para compartilhar suas experiências relacionadas aos catadores. Apresentado em uma linguagem concisa, a obra espera proporcionar aos leitores, tanto aos curiosos e novatos que estão se aproximando da temática quanto aos que acompanham esses empreendimentos a longa data, uma visão mais geral das diferentes configurações que são criadas para a busca de melhores condições de renda via trabalho coletivo para os empreendimentos econômicos de catadores.

*Maria Zanin
Rafaela Francisconi Gutierrez*

Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais

– Carlos Frederico Cerqueira de Moura Fé

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (DED/SENAES/MTE)

– Maurício Sardá de Faria

Assessor do Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (DED/SENAES/MTE)

Resumo

O presente artigo aborda a cadeia da reciclagem a partir da organização dos catadores, ator social que nas últimas décadas vem se constituindo enquanto sujeito socioeconômico importante da cadeia produtiva da reciclagem, conquistando, ao mesmo tempo, espaço social e político como nova categoria profissional e movimento social urbano. A partir da apresentação das características gerais do setor da reciclagem de materiais, procura-se delinear o contexto no qual se vai processar o surgimento das organizações dos catadores e do movimento nacional que vem impulsionando o seu reconhecimento enquanto categoria profissional. Finalmente, são destacadas as principais ações e políticas públicas conquistadas pelos catadores no último período, os desafios que persistem para o fortalecimento das suas organizações e as perspectivas existentes para a conquista da autonomia e da emancipação social dos catadores de material reciclável.

Palavras-chave: reciclagem, autogestão, economia solidária.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade de coletar resíduo nas ruas não é nova. Há pelo menos 50 anos que os carroceiros e ferro-velhos fazem parte do cenário das maiores cidades brasileiras. Um pouco mais invisíveis estavam os lixões, que desde a segunda metade do século XX se tornaram local de trabalho diário e produção dos meios de vida para milhares de pessoas. A trajetória dessa atividade acompanhou o processo de industrialização brasileiro, acelerado a partir dos anos 50, e a resultante concentração da população nas cidades. O intenso impulso migratório ampliou o contingente de pessoas que, sem conseguirem enquadramento no mercado de trabalho, encontraram como meio de sustento a coleta e a recuperação de materiais que a sociedade de consumo descarta, nas ruas ou nos lixões, fazendo-os retornar ao processo produtivo como matéria-prima industrial.

Trata-se de uma situação de trabalho que permaneceu durante muito tempo invisível, como um problema social encoberto ou ignorado pelas políticas públicas. Até a década passada, os catadores figuravam como situação de “paisagem” nas grandes cidades, na qual o agente público não tinha obrigação de se envolver e apoiar. Mesmo quando eram reconhecidos alguns direitos e o próprio trabalho social da reciclagem de materiais, inexistiam ações estruturantes para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores e suas famílias. O trabalho de organização coletiva desses trabalhadores foi realizado especialmente pelas organizações de assessorias (ONG’s), pelo trabalho social das Igrejas e por organizações e projetos sindicais.

Do mesmo modo que há alguns anos, e atualmente, inclusive, os catadores ainda realizam suas atividades na ponta da cadeia de valor da reciclagem de materiais. Sua produção é escoada quase sempre por

atravessadores, detentores dos meios e das condições para dar destino final à produção. Mediante a compra do produto da reciclagem, estocagem e encaminhamento para as indústrias de reciclagem do material, os atravessadores quase sempre se apropriam do excedente produzido na fase da coleta, além de controlarem e determinarem o preço dos resíduos que lhes são destinados.

Nos períodos de crise econômica e aumento do desemprego, novos contingentes de trabalhadores são descartados pelo processo de produção do capital, observando-se o processo de inflexão das trajetórias profissionais para setores intensivos em força de trabalho menos qualificada. Para muitos desses trabalhadores, sejam aqueles que nunca alcançaram a condição salarial, como os que dessa relação de trabalho foram sendo deslocados, a coleta e o processamento de resíduo surgem como possibilidade concreta para a produção dos meios de vida para a sua família. E geralmente envolve famílias inteiras.

Tanto a matéria-prima é abundante e contínua, como a realização da atividade dos catadores não exige a presença de meios de produção específicos, ou qualquer insumo tecnológico, e sequer qualificação profissional definida. Além disso, a catação surge como possibilidade de atividade que gera renda quase instantaneamente, isto é, a coleta apresenta grande liquidez e pode ser remunerada por dia ou por hora. Basta a acumulação de quantidade qualquer de produto, tanto de forma individual como coletiva, e sua apresentação aos atravessadores ou ferro-velhos¹.

1 A elevação do número de pessoas que passa a se ocupar da reciclagem de material em momentos de crise econômica parecer ter se tornado comum em diversos países em desenvolvimento, como os “cartoneros” na Argentina e os “recicladores” na Colômbia. Na Argentina, por exemplo, verificou-se uma intensa expansão dos “cartoneros” durante a crise dos anos 90 e, especialmente, após a grande crise de 2001. A esse respeito, ver o trabalho de PAIVA, Verónica & PERELMAN, Mariano. Cartoneros de Buenos Aires. Entre el trabajo informal y La preservación del ambiente. 2001-2010. In.: I Seminário Internacional de História do Trabalho V Jornada Nacional de História do Trabalho Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 25-28 de Outubro de 2010. <http://www.labhstc.ufsc.br/sulglobal.htm>

Até o início dos anos 2000 eram raras as iniciativas de regulamentação da atividade dos catadores, das suas formas de produção e comercialização, suas instituições de apoio e de representação política. De forma geral, e ainda hoje, a atividade da catação quase sempre apresentou baixíssima utilização de equipamentos de proteção e segurança, realizada em ambientes insalubres (lixões) ou de risco (na rua), além dos acidentes provocados pela operação de máquinas, veículos e equipamentos que operam nos lixões e aterros sanitários.

Como proposição para essas trajetórias profissionais, entendemos que não se trata apenas de uma filiação conceitual ao processo de “precarização” das relações e condições de trabalho, muito presente nos anos 90. Na verdade, a atividade dos catadores de material reciclável sempre foi precária, instável, insegura e desprotegida. Deste ângulo, pode parecer que se está a realizar o caminho inverso, mediante as iniciativas para conferir dignidade profissional a esse novo segmento profissional, fortalecer suas formas de organização da produção e das próprias instituições sociais e políticas que as apóiam.

De forma muito breve, os temas abordados nesse ensaio procuram delinear esse setor econômico relativamente recente no capitalismo brasileiro, sua constituição enquanto categoria profissional e sua forma principal de representação política. A partir daí, serão apontadas as principais políticas públicas desenvolvidas para e com o segmento dos catadores, e algumas perspectivas que se descortinam na sua articulação com o campo da economia solidária.

OS CATADORES COMO ATORES ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO

“É muito fácil ser um agente ambiental, difícil é ser catador, é assumir o estigma.”

Severino Lima Junior. MNCR

Parte integrante da constituição de uma sociedade de massa no Brasil, o consumo de massa implica a produção e descarte crescente de embalagens e de produtos, sendo que tanto um quanto outro podem ser reutilizados. No caso da maioria das embalagens, sua reutilização, da forma como é estruturada no Brasil, reduz o custo das matérias-primas para as indústrias. Ao mesmo tempo, produtos de diversos setores possuem sua obsolescência programada, sendo certo o seu descarte após certo período de uso.

Inicialmente restrita a poucos tipos de resíduo, como osso, ferro, vidro e alumínio, a atividade de coletar e vender resíduos logo alcançou uma gama variada de produtos, como principalmente papel e papelão, caixas longa vida, alumínio, metais, vidros e plásticos além do universo de resíduos sólidos industriais².

O trabalho social realizado pelos catadores de resíduos reciclados ao mesmo tempo em que se recobre de uma dimensão ambiental evidente ao reduzir a pressão sobre os aterros sanitários e lixões, representa também um elo importante da cadeia de produção industrial, permitindo o reaproveitamento de matérias-primas a baixo custo. Na ponta da cadeia, a catação é realizada de forma precária por uma população extremamente pobre, inseridas em processos informais, exteriormente aos mecanismos do direito e da proteção social do trabalhador assalariado.

Porém, se o trabalho do catador representa o elo frágil da cadeia da reciclagem, o conjunto insere-se na dinâmica da economia globalizada. O parágrafo a seguir, extraído de um texto produzido pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis para a revista Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, do IPEA, na Seção de Economia Solidária, nos informa sobre o impacto da crise de

2 Sobre o setor da reciclagem industrial no Brasil, ver a dissertação de mestrado de COSTA, Elaine Hipólito dos Santos. **Fluxos de Informação em Empreendimentos Solidários**: a Coopernatuz de Osasco/SP. Campinas: Unicamp, 2010.

2008-2009 na renda dos catadores, e permite uma aproximação com a organização do setor de uma forma geral. Senão, vejamos:

No que respeita às cooperativas e associações de catadores que sobrevivem exclusivamente da coleta e venda de materiais recicláveis, a queda no valor pago pelos materiais afetou diretamente a renda familiar dos associados. Estima-se que esta queda tenha sido de 62%, em média. Sem ter como pagar os custos operacionais para realizar a coleta, pagar impostos e despesas administrativas, centenas dessas organizações se viram falidas. A maior parte dos associados deixou as organizações à procura de outras alternativas de trabalho, quase sempre informais. O preço do quilo do plástico, por exemplo, caiu de R\$ 1,00 para R\$ 0,60, e o do plástico de garrafas pet, de R\$ 1,20 para R\$ 0,35. Entre setembro de 2008 e janeiro de 2009, o preço do quilo de papelão especial reduziu-se de R\$ 0,47 para R\$ 0,12; do papelão fino, de R\$ 0,37 para R\$ 0,10; do jornal, de R\$ 0,27 para R\$ 0,08; do papel misturado, de R\$ 15 para R\$ 0,001; e do papel branco, de R\$ 0,47 para R\$ 0,30. Em São Paulo, o ferro, que em setembro de 2008 custava R\$ 0,42 o quilo, em novembro do mesmo ano encontrava-se a R\$ 0,16.³

Isso quer dizer que os catadores fazem parte de uma cadeia produtiva estruturada a partir de setores industriais dinâmicos do capitalismo, e seus produtos, neste contexto, se tornam commodities, que em todo o mundo tem preços ditados pela Bolsa de Valores de Londres, cotados e negociados de forma global e sujeitos às variações do mercado mundial.

Nos limites dessa cadeia, os catadores estão situados na ponta extrema, geralmente marcada pela exploração do trabalho precário, subordinado, além de isolados e inferiorizados frente aos atravessa-

3 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. In.: **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. IPEA/MTE, n.41, novembro de 2009. p. 55-58.

dores que realizam a intermediação comercial e controlam a logística para armazenagem e transporte do material até as indústrias de processamento e transformação. O destino final dos resíduos é a sua transformação em novas embalagens ou produtos. Essas unidades industriais, no entanto, podem optar entre o material reciclado ou a matéria-prima virgem, podendo optar pelo menor preço.

Esta situação mantém os catadores vulneráveis às variações no preço do material no mercado mundial e dependentes dos atravessadores para o escoamento da produção. Uma vez que se trata de uma categoria profissional vulnerável socialmente e ainda pouco organizada, esta situação de dependência e instabilidade dá azo às formas variadas de subjugação dos catadores aos intermediários, configurando-se uma

...cadeia produtiva suja – um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício. Eles vendem materiais recicláveis para ferros-velhos pequenos e médios, e até para redes de comércio de sucata. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor de reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores.⁴

Embora responsáveis pela recuperação de maior parte do material destinado à reciclagem, os catadores não encontram correspondência na distribuição dos recursos provenientes das suas atividades, delimitados como se encontram em um ciclo cujas etapas subsequen-

4 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. In.: **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. IPEA/MTE, n. 41, novembro de 2009. p. 55-58.

tes lhes escapam por completo. Não deve surpreender, nesse quadro, as dificuldades e os constrangimentos vivenciados cotidianamente pelo conjunto estimado de 800 mil catadores e catadoras de resíduos recicláveis do país que atuam na rua, diretamente nos lixões ou organizados em associações e cooperativas.

Se a situação dos catadores individuais de rua tornou-se ainda mais aguda em função da crise econômica, as alternativas coletivas encontradas pelos catadores organizados em empreendimentos solidários encontraram espaço na agenda pública para a realização de ações e políticas públicas para conferir viabilidade, sustentabilidade e dignidade ao trabalho dos catadores.

Na experiência dos catadores, o rompimento com a forma individualizada de trabalho nas ruas foi o primeiro passo para a sua organização enquanto coletivo de produtores associados. Suas formas de organização no campo da produção e enquanto movimento social de novo tipo, carregam como perspectiva a articulação em redes como forma de fortalecer e articular do local de trabalho ao plano nacional e internacional, para alcançar melhores condições de trabalho e de vida para suas comunidades.

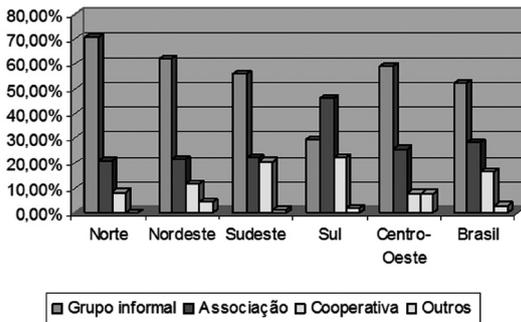
Sobre as características dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores de resíduos recicláveis no Brasil, estudo realizado por Schiochet & Brandes⁵, identificou na base do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES/MTE) o total de 386 empreendimentos econômicos solidários. Com este total, as atividades de coleta de reciclagem de materiais metálicos e não-metálicos correspondem a 1,7% do total de 21.859 empreendimentos econômicos solidários constantes no Sistema em 2007. Participavam desses empreendimentos mais de 11.700 catadores e catadoras, sendo a maioria

5 SCHIOCHET, Valmor & BRANDES, Mairon Edegar. **Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias**. O Caso da Reciclagem. Blumenau, FURB, 2009. [mimeo.]

(58,6%) mulheres.

Dos empreendimentos mapeados, a maior parte é de constituição recente. Mais de 52% permanecia como grupo informal, seguido por associações com 28,4% e organizados em cooperativas com 16,8% dos empreendimentos. Quanto à distribuição regional, a tabela a seguir, formulada pelos autores, indica para a seguinte situação:

EMPREENDIMENTOS DE RECICLAGEM PELA FORMA DE ORGANIZAÇÃO



Fonte: SCHIOCHET & BRANDES, 2009

Embora ainda seja majoritariamente constituída por organizações informais, pode-se perceber que algumas regiões já davam sinais de estarem avançando no processo de constituição de cooperativas, como cerca de 20% de cooperativas formadas nas regiões sul e do sudeste do Brasil, e outros 25% dos empreendimentos que haviam alcançado a forma associativa.

Dados recentes apontam a existência de 918 empreendimentos econômicos solidários dos catadores envolvendo mais de 35 mil famílias em 570 municípios brasileiros. Desse total, por volta de 113 unidades estavam sendo beneficiadas por alguma ação de apoio e fomento do Governo Federal. Tais dados foram levantados de forma preliminar pela Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores (CIISC), em maio de 2010, criado por Decreto do

Presidente da República em 2003.

A criação do CIISC se deve, em grande medida, às mobilizações nacionais realizadas pelo movimento organizativo dos catadores e visa, sobretudo, a articulação e coordenação das ações realizadas pelo governo federal para o apoio e fomento às organizações dos catadores de resíduos recicláveis. Atualmente, compõem o CIISC, além de representantes do MDS, MTE, MCidades e MMA, que compõem a sua coordenação, os seguintes ministérios e órgãos públicos: MPrevidência, MSAúde, MME, MEC, Casa Civil, MCT, MINC, SEDH, BNDES, FBB, Petrobrás, Caixa Econômica e Eletrobrás. Participa ainda do CIISC representantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A conquista desse espaço de articulação das políticas destinadas aos catadores de resíduos recicláveis só se tornou possível pela constituição do MNCR que, através de intensas mobilizações, colocou a questão da reciclagem na agenda pública federal.

Esse processo de organização social e política dos catadores é fruto especialmente de um profundo trabalho de base, de formação dos catadores, visando a sua organização e constituição enquanto sujeitos sociais e políticos. Nesse processo, foram constituídas suas primeiras ferramentas e estratégias para que os catadores pudessem levar adiante suas reivindicações e lutas por direitos. Foi importante, neste período, o trabalho das igrejas e pastorais, passando pelo apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, criado em 1992. Um lento e persistente trabalho de cultura e conscientização resultou na constituição, no final dos anos 90, de importantes instituições dos catadores de resíduos recicláveis, confluindo para a criação do MNCR em 2001.

A partir de algumas experiências de associações e cooperativas que já apontavam para a necessidade de organização como condição para a superação da condição individualizada e inferiorizada predominante da categoria, os catadores acumularam forças e realizaram, em junho de 2001, o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais

Recicláveis tendo Brasília como cenário para o desfile das carroças e carrinhos vindos de todas as regiões do país. Nesse evento, com a participação de 1500 catadores e catadoras de resíduos recicláveis, ficou definida como referência para a representação política da categoria a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)⁶.

Um dos traços característicos do movimento reside na reafirmação constante da sua autonomia, o que passa por evitar o estabelecimento de relações de tutela tanto no diálogo com o Estado quanto na interação com as instituições de assessoria. Desde a sua fundação, o movimento apresenta como princípios organizativos a autogestão e a democracia direta, remetendo-se de algum modo ao campo estruturado a partir da economia solidária. Neste caso, a partir da base comum da propriedade coletiva dos meios de produção, o processo de trabalho é estruturado por relações sociais de produção, coletivistas e igualitaristas. Neste caso, as organizações dos catadores são compreendidas tanto como empreendimento econômico mecanismos de inclusão social, como também instituições de resistência e emancipação social.

Para garantir os processos de mobilização e participação dos catadores desde o empreendimento até a representação nacional, o movimento decidiu por uma estrutura em rede com os seguintes elementos: Bases Orgânicas, Comitês Regionais, Coordenações Estaduais, Comissão Regional e Nacional. Em um Jornal do Movimento de 2005, o problema da organização política do movimento se apresentava da seguinte maneira:

Vale ressaltar que nossa luta é pela devida valorização de nosso trabalho e não abrimos mão de nossas organizações solidárias e autogestionárias já que são princípios de nosso movimento

6 **Catadores de Vida**. Publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua. Edição 1/2002.

e norteiam nossa luta. O MNCR tem como prática a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são nas bases orgânicas e nos comitês regionais. Dessa forma, as decisões vêm e voltam possibilitando a participação direta de todos os catadores. Cada Comitê indica dois representantes para a Comissão estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. Para a execução das tarefas em nível nacional criou-se a Equipe de Articulação Nacional que tem como tarefa agilizar a execução de tarefas e criar um laço nacional. (...) Para fazer parte de qualquer instância o catador tem que estar ligado a uma base orgânica do movimento e a um comitê regional⁷.

Ao encontrarem ressonância e sensibilidade no âmbito do poder público federal para a realização de ações de apoio e fortalecimento do segmento social dos catadores, o MNCR avançou para a estruturação de suas organizações nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Além da formação de associações e cooperativas, o movimento iniciou a construção de estruturas de segundo grau, como cooperativas de comercialização dos produtos e redes territoriais.

As cooperativas de segundo grau são fundamentais para a redução da dependência em relação aos atravessadores e sucateiros, na medida em que buscam centralizar a negociação para a comercialização dos resíduos e obter maior poder de barganha nos processos negociais e na formação dos preços dos resíduos. Além disso, permitem o inter-relacionamento entre os catadores dos diferentes empreendimentos e

⁷ O movimento também investiu na constituição de redes de comercialização, como a CataBahia e a CataSampa. Não são instituições, mas acordos entre as cooperativas, o que permite o avanço na cadeia produtiva onde deixamos de apenas vender aos intermediários (sucateiros) e passamos a vender direto para a indústria. Nosso objetivo, agora, é a inserção no processo de industrialização, como vem ocorrendo com os catadores de Minas Gerais, da Cataunidos. Eles tanto comercializam direto com a indústria como também reciclam seus materiais, com apoio de ONG's, de igrejas, da política pública. Essa relação fortalece nossas associações, transformando-as em cooperativas de produção industrial." LIMA Jr., Severino. **A inclusão social**. op., cit., p.110.

a sistematização das informações quanto ao nível de organização dos seus processos produtivos.

Já as redes conferem identidade e organicidade aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores através de ações de formação e mobilização social que vinculam os catadores aos processos organizativos e orientam a construção das pautas de reivindicação para a conquista de políticas públicas. São exemplos de redes existentes a Cataunidos (MG), a Catabahia (BA) e a Catasampa (SP). Em algumas cidades, foram iniciadas experiências de industrialização dos resíduos, como a unidade da Cataunidos na RM de Belo Horizonte.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES

Dentre as primeiras ações realizadas pelo Governo Federal, em conjunto com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, encontra-se a pesquisa financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, desenvolvida pelo Centro e Estudos Socioambientais - PANGEA, com a coordenação técnica da UFBA/GERI – Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais⁸.

Neste estudo, a partir de uma amostra de 20 cooperativas de produção, chegou-se a uma tipologia das situações das cooperativas organizadas pelo MNCR, em quatro níveis:

SITUAÇÃO 01

“Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprios, com capacidade de ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem. Nesta Situação as cooperativas já estão prontas para a verticalização da pro-

8 Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Brasília, MDS/MNCR/PANGEA/GERI-UFBA, 2006.

dução de materiais recicláveis. As cooperativas nesta situação devem ser vistas como importantes vetores de inclusão social.

SITUAÇÃO 02

Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio financeiro para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpões. As cooperativas deste grupo estão numa fase intermediária - com falta de alguns equipamentos para poder expandir a produção - necessitando de reforço de infraestrutura para ampliar a coleta e assim formalmente incluir novos catadores de materiais recicláveis

SITUAÇÃO 03

Grupo em organização, contando com poucos equipamentos - alguns de sua propriedade - precisando de apoio financeiro para a aquisição de quase todos os equipamentos necessários, além de galpões próprios. O estabelecimento formal de sua cooperativa significará a inclusão de novos postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis.

SITUAÇÃO 04

Grupo desorganizado - em rua ou lixão - sem possuir quaisquer equipamentos, e frequentemente trabalhando em condições de extrema precariedade para atravessadores e de posseiros. É necessário apoio financeiro para a montagem completa da infraestrutura de edificações e de equipamentos. O estabelecimento formal de sua cooperativa significará a inclusão de novos postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis.”

Essa tipologia orientou e ainda serve como parâmetro para a estruturação das ações do Governo Federal voltadas para apoio e fomento à organização dos catadores de resíduos recicláveis. Trata-se, antes do mais nada, do reconhecimento da existência dessas formas diferenciadas de organização do processo de produção dos catadores associados, em grande medida relacionadas ao acesso de determinadas políticas públicas no seu desenvolvimento e da sensibilidade demonstrada na formulação das estratégias para o setor. Assim, as políticas poderiam convergir para o fortalecimento dos empreendimentos

dos catadores tendo como horizonte a situação 1 e ensaiar as medidas necessárias para ir além dela.

A crescente importância desse segmento socioeconômico pode ser verificada, no âmbito do Estado por meio da efetivação de políticas públicas destinadas ao segmento social dos catadores. Essas ações e políticas ingressaram em outro patamar com a criação, em 11 de setembro de 2003, do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis, com o fim de articular, no âmbito dos ministérios e órgãos públicos, as ações de apoio e fomento a este segmento. No âmbito legal, uma das medidas alcançadas foi o decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos descartados pelas entidades públicas federais de administração direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis. Soma-se a isso a sanção da Lei nº 11.445, de 05/01/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal a ele destinada, especificamente seu art. 57, que permite a contratação, sem licitação, de associações e cooperativas de catadores.

Esses resultados são, em grande medida, resultado de ações efetivas realizadas pelo governo federal para apoiar a estruturação das cooperativas e associações de catadores de resíduos recicláveis. Dentre essas ações de apoio cabem ser destacadas a FUNASA, Petrobrás, BNDES, FBB, Ministério das Cidades e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, além do Ministério do Trabalho e Emprego.

Do ponto de vista das políticas públicas de economia solidária, as ações realizadas para apoio e fomento à organização social e produtiva dos catadores, no marco de um diálogo social com o Movimento Nacional, assumem como visão estratégica o fortalecimento das formas autogestionárias de produção no campo da reciclagem de materiais. Essas ações e políticas privilegiaram tanto a implantação de infraestrutura e acesso a equipamentos de produção, como a realização de processos sistemáticos de formação política e qualificação social e

profissional. Em algumas situações, procura-se combinar processos de assessoria técnica para a estruturação dos empreendimentos e articulação de redes e cadeias produtivas. Uma das primeiras ações da SENAES com o Movimento Nacional dos Catadores se deu por meio do projeto de promoção do desenvolvimento local, estruturado a partir da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário, quando foi possível realizar um diagnóstico da situação das formas associativas de produção dos catadores, e apoiando-se nesses empreendimentos. Além dos apoios realizados para a construção de equipamentos produtivos, esta experiência permitiu avançar para um processo sistemático de formação e assessoria técnica junto aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, que podem assim influenciar e decidir sobre os equipamentos e a organização da produção, fortalecendo produtivamente e a autonomia organizativa.

De maneira geral, as formas associativas de produção dos catadores demandam das políticas públicas um conjunto de ações de apoio e fomento que não se diferem das necessidades imediatas dos demais empreendimentos da economia solidária. Trata-se de possibilitar a esse segmento profissional condições para acesso aos conhecimentos, desde a formação e assessoria técnica para a gestão coletiva dos seus empreendimentos à realização de programas de qualificação social de profissional específico que dialoguem com as suas necessidades e aspirações, e o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas ao desenvolvimento dessas associações e cooperativas, com a ampliação do controle dos trabalhadores sobre outros elos da cadeia produtiva.

Além do acesso a conhecimentos, percebe-se a necessidade efetiva de acesso ao capital, como investimentos em instalações adequadas e equipamentos que levem a condições de trabalho mais adequadas e ao desenvolvimento dos catadores enquanto categoria social, profissional e sujeito de direito. No mesmo sentido, faz-se necessário avançar na política de comercialização do setor, com a articulação de

associações de segundo grau para a venda dos produtos e acesso às políticas públicas de saneamento, com a contratação das cooperativas de catadores para a coleta seletiva, triagem e venda de resíduos.

Apesar dos avanços no último período em termos de legislação para o setor da reciclagem de materiais no Brasil, ainda são grandes os desafios. A efetivação dos processos de contratação das cooperativas pelos governos municipais especialmente, e estaduais, ainda são em número insuficiente para que se visualize um projeto de rede de cooperativas de catadores de resíduos a partir da política pública e legislação específica da área.

Neste momento, a Secretaria Nacional de Economia Solidária está realizando uma experiência importante de formação e assessoria técnica aos empreendimentos coletivos dos catadores de resíduos recicláveis, principalmente as associações e cooperativas. Em conjunto com a Fundação Banco do Brasil, instituição parceira com experiência no apoio aos empreendimentos e ao movimento dos catadores, a SENAES lançou edital para projetos que envolvessem atividades de formação e assessoria técnica para o fortalecimento dos empreendimentos e da organização social dos Catadores. A perspectiva é a de realizar processos formativos com 10.600 catadores de resíduos recicláveis, em 19 unidades da federação e no distrito federal. O percurso pedagógico (com 128 horas) pressupõe a alternância entre as atividades em sala de aula e as realizadas nos locais de trabalho, em visitas/viagens ou em encontros para a troca de experiências. Os temas geradores são definidos a partir da especificidade da organização dos trabalhadores no território, e dialogam com o campo dos direitos de cidadania e das estratégias de organização da produção, da gestão das suas formas associativas e a importância de se avançar para a organização em redes e no interior da cadeia de reciclagem.

Neste projeto, e de forma combinada com as atividades formativas, as ações previstas no campo da assessoria técnica levam em consi-

deração as necessidades de cada um dos cerca de 150 empreendimentos econômicos solidários apoiados pelo Projeto, envolvendo tanto a formalização dos empreendimentos, a melhoria dos processos de gestão, a resolução de questões específicas do processo de produção, a organização da logística e a formação de redes de colaboração solidária.

Essa ação, denominada Projeto Cataforte, prevê ainda atividades de mobilização nos estados para discussão da política nacional de resíduos sólidos e da agenda pública do movimento, bem como a realização de um encontro nacional e um internacional dos catadores de resíduos recicláveis. Trata-se, desta maneira, de uma iniciativa que abrange tanto o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, através da formação de seus membros e assessoria técnica, como também favorecer para a definição de uma agenda pública para o segmento, no processo em curso de construção da identidade e estruturação do movimento social dos catadores.

No campo das políticas de economia solidária, as incubadoras universitárias constituem-se em outro vetor importante de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidária no campo da reciclagem. A grande maioria das incubadoras existentes (das 82 apoiadas pelo PRONINC) desenvolve ações de assessoria e formação com cooperativas ou associações de catadores. Em recente Oficina realizada sobre o tema no processo de avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Universitárias, foi possível perceber a diversidade de situações enfrentadas pelos catadores de resíduos recicláveis, as formas variadas de formação e assessoria desenvolvidos, as estratégias adotadas, os desafios atuais e os avanços obtidos. Nesta Oficina, ficou evidente que um dos fatores que incide diretamente na estruturação e viabilidade dos empreendimentos é a natureza das relações com o Estado e as políticas públicas, isto é, a atividade dos catadores requer para a sua sustentabilidade o aporte de políticas públicas efetivas, seja para o acesso aos grandes geradores e à infraestrutura, para a comercialização da pro-

dução e, sobretudo, para o reconhecimento das organizações dos catadores nos processos de coleta seletiva desenvolvidos nos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, ALGUMAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Os desafios enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários dos catadores de resíduos recicláveis, ainda que muito próximos aos vivenciados pelas associações e cooperativas do campo da economia solidária, apresentam situações que são específicas da cadeia da reciclagem e da história de organização dessa categoria profissional. Neste sentido, devem ser considerados, nos projetos e ações realizadas para o fortalecimento dos catadores, o histórico de exclusão social e da forma precária como sempre foi estruturado o trabalho dos catadores, sua condição inferiorizada e subsumida no interior da cadeia de reciclagem de materiais, embora esta cadeia esteja articulada a setores dinâmicos do capitalismo.

Atualmente, outro desafio a ser enfrentado pelos catadores diz respeito à perspectiva de tratamento dos resíduos mediante sua transformação em energia mediante a incineração. O que se pode antever para um futuro próximo é a disputa entre um modelo que pretende avançar no reaproveitamento de materiais mediante a coleta e reciclagem realizada pelos catadores e outro modelo estruturado a partir da ideia de incineração dos resíduos, com resultados questionáveis ambiental e socialmente.

De maneira geral, enquanto cadeia produtiva, a atividade dos catadores de resíduos recicláveis materializa uma articulação entre unidades produtivas em que prevalece a mais valia relativa, e outras mantidas sob regime da mais-valia absoluta, com investimento tecnológico incipiente e institucionalmente frágeis, quando não resulta de trabalho realizado individualmente como catador de rua. Dito de outro modo, a cadeia de determinados materiais reciclados pelos catadores culmina

na grande indústria capitalista, como opção às matérias-primas virgens. Trata-se de uma articulação que ocorre em outros setores da atividade econômica, mas que assume, no caso dos catadores, uma dimensão especial por se tratar de uma atividade com caráter público e social evidente, com subprodutos que reabastecem outras unidades produtivas, mas que jamais esteve inserida no âmbito das relações formais de trabalho e sequer era considerada como atividade produtiva.

Para os catadores, pode-se estimar que, uma vez constituídos como categoria profissional específica, e estabelecida a sua importância para a geração de trabalho e renda a partir da organização do processo produtivo, o movimento poderá avançar mais rapidamente para a organização da cadeia, nos dois sentidos, isto é: tanto na articulação com geradores de resíduo industrial como na industrialização do produto e agregação de valor aos materiais. Para isso, seria fundamental a existência de um conjunto significativo de empresas recuperadas no Brasil, o que poderia oferecer a oportunidade para uma ligação entre pontos diferentes da cadeia de reciclagem.

Para as políticas públicas de economia solidária, o segmento da reciclagem assume um papel estratégico, tanto por se constituir em uma rede de organizações econômicas que vem enfrentando o desafio da autogestão nos empreendimentos e autonomia do próprio movimento, como pelo potencial que possui para a inclusão social com base no trabalho associado.

REFERÊNCIAS

Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Brasília, MDS/MNCR/PANGEA/GERI-UFBA, 2006.

Catadores de Vida. **Publicação do Movimento Nacional dos**

Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua. Edição 1/2002.

COSTA, Elaine Hipólito dos Santos. **Fluxos de Informação em Empreendimentos Solidários:** a Cooperatuz de Osasco/SP. Campinas: Unicamp, 2010.

De Catador para Catador. **Jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis** (MNCR) Número 2, Ano I, Setembro de 2005.

LIMA Jr., Severino. A inclusão social os catadores. In.: **Geração de trabalho e renda:** gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. In.: **Mercado de Trabalho:** Conjuntura e Análise. IPEA/MTE, n.41, novembro de 2009. p. 55-58.

PAIVA, Verónica & PERELMAN, Mariano. **Cartoneros de Buenos Aires.** Entre el trabajo informal y La preservación del ambiente. 2001-2010. In.: I Seminário Internacional de História do Trabalho V Jornada Nacional de História do Trabalho Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 25-28 de Outubro de 2010. <http://www.labhstc.ufsc.br/sulglobal.htm>

SCHIOCHET, Valmor & BRANDES, Mairon Edegar. **Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias.** O Caso da Reciclagem. Blumenau, FURB, 2009. [mimeo.]

Panorama de empreendimentos econômicos solidários de catadores no Brasil*

– Rafaela Francisconi Gutierrez

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar/SP e membro da Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP/UFSCar.

E-mail: rafaela_fg@yahoo.com.br

– Maria Zanin

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar/SP e membro da Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP/UFSCar.

E-mail: dmza@ufscar.br.

* Este capítulo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento, financiada pela FAPESP, intitulada: Empreendimentos econômicos solidários de catadores: cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias, desenvolvida por Rafaela F. Gutierrez com orientação de Maria Zanin, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar/SP.

Resumo

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de Catadores a partir da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) referente ao ano de 2007. Foram selecionados 506 EES de “Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais” para a análise. O panorama sobre os EES de catadores no Brasil apresenta importantes informações para identificação de como os EES de catadores se caracterizam, quais são as suas dificuldades na comercialização dos produtos e consequentemente no avanço na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos e ainda sobre a importância das entidades de apoio e fomento no fortalecimento desses empreendimentos.

Palavras-chave: empreendimentos econômicos solidários de catadores; base de dados do SIES.

INTRODUÇÃO

Diante de oportunidades de emprego cada vez mais escassas, têm-se multiplicado iniciativas coletivas empenhadas em criar atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida (CAMP, 2006). Essas atividades, em seu conjunto, dão suporte à economia solidária que, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, é “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular” (FBES, 2006, p. 3).

Somado ao desemprego, há um acelerado crescimento das cidades e do consumo de produtos industrializados e descartáveis. Esses resíduos descartados são cada vez mais utilizados como fonte de renda para milhares de pessoas já que, segundo Magera (2005), os brasileiros descartam todo ano R\$10 bilhões em materiais recicláveis.

Nesse contexto, surgem os empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadores de resíduos sólidos que estão sendo criados em diversos municípios como uma alternativa para a humanização e formalização do trabalho dos catadores junto aos sistemas de coleta de resíduos, nos quais exercem atividades de coleta, triagem de resíduos sólidos e comercialização. De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2007), foram identificados 21.859 empreendimentos econômicos solidários¹, sendo que aproximadamente 500 empreendimentos (mais

1 Os Empreendimentos Econômicos Solidários compreendem as organizações coletivas tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, organizações de finanças solidárias, clubes de troca, redes e centrais, etc. (BRASIL, 2006).

de 13 mil catadores organizados nesses empreendimentos), são de serviços de coleta e triagem de resíduos. No estado de São Paulo foram identificados 115 empreendimentos de coleta e triagem de resíduos com mais de 3000 catadores organizados. Todos os empreendimentos de economia solidária guardam grande semelhança entre si uma vez que são caracterizados por algum tipo de atividade econômica, pela cooperação, pela solidariedade e pela autogestão. Estas práticas sociais e econômicas além de privilegiarem a propriedade coletiva também beneficiam a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e o cuidado com as gerações futuras (BRASIL, 2006).

Até o início dos anos 2000, eram raras as iniciativas de regulamentação da atividade dos catadores, das suas formas de produção e comercialização, suas instituições de apoio e de representação política. Nos últimos quinze anos, a economia solidária e as cooperativas de catadores vêm ganhando notoriedade como movimento social e também como objeto de políticas públicas do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais. Na academia também se observa o aumento de interesse na temática, principalmente com o surgimento das Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Coletivos em meados da década de 1990 (SINGER, 2002). Diferentes entidades buscam a inserção dos catadores e de outros empreendimentos coletivos autogestionários na cadeia produtiva da reciclagem, tais como: ONGs, Igrejas, Movimentos Sociais, Universidades, Incubadores Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e órgãos governamentais (principalmente a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Empregos - SENAES). Além disso, a própria organização destes trabalhadores como categoria profissional acontece, sendo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) a instituição que organiza politicamente a categoria.

Embora haja um discurso de reconhecimento do importante papel que essas cooperativas desempenham, tanto ambiental quanto

socialmente, estes empreendimentos passam por diversos problemas, tais como: dificuldade de se inserirem no mercado da reciclagem de resíduos; a exploração econômica, social e política a que os catadores estão submetidos (GONÇALVES, 2003); ausência de leis específicas para o fomento das cooperativas e de políticas para regulação dos preços (FÓRUM, 2009); entre outros. Zanin e Mônaco (2008) ainda apontam fatores importantes que influenciam na correlação de forças de negociação dos resíduos coletados e triados por estas cooperativas e que não favorecem os catadores, tais como: a falta de entendimento por parte dos catadores da cadeia produtiva da reciclagem (principalmente no que diz respeito aos atores envolvidos e os papéis que eles desempenham na cadeia); a jusante e a montante da atividade dos catadores; o desconhecimento do ambiente dos negócios e das tecnologias existentes, entre outros. Segundo Rutkowski e Lianza (2004, p. 173) “faltam à economia solidária os procedimentos efetivos da autogestão no cotidiano, formas solidárias e eficientes de produzir riqueza. Isso leva a que a maioria deles sobreviva em situações precárias, enfrentando dificuldades de gestão, comercialização, acesso aos recursos financeiros e conhecimentos tecnológicos”. Por outro lado, por se constituírem empreendimentos coletivos e autogestionários, estas cooperativas muitas vezes têm a oportunidade de fazer parte de uma rede complexa de atores que possuem nos ideais da economia solidária, a forma de conduzir ações balizadas na cooperação e troca solidárias diversas.

Nesse contexto, é objetivo deste capítulo apresentar um panorama dos EES no Brasil a partir da base de dados do ano de 2007 do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Desde 2005 a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia

solidária e ainda oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, realiza o mapeamento da economia solidária no Brasil e atualmente encontra-se no terceiro levantamento. Para isso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Todas as informações gerais estão disponibilizadas no Atlas da Economia Solidária que é de consulta ampla e apresenta um panorama geral do perfil dos empreendimentos.

O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária no Brasil que se orienta pelos seguintes conceitos: Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (SENAES, 2007). No trabalho de campo realizado pelo SIES em 2007, foram visitados 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários abrangendo 2.274 municípios. Após o trabalho de campo, os questionários foram digitados, alimentando um banco de dados que é a base de informações do SIES.

ESTRATÉGIA PARA ELABORAR O PANORAMA

Inicialmente foram elaborados um levantamento e revisão bibliográfica sobre os temas relacionados aos Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores e procedimentos de compilação e análise de informações (a partir de fonte secundária - base do banco de dados do SIES) para caracterização geral dos empreendimentos de catadores no Brasil. Dos 21.859 empreendimentos existentes nesta base de dados, foram selecionados 506 EES de Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais para a análise. Na literatura, esse número sofre alterações em função do recorte adotado para diferentes pesquisas.

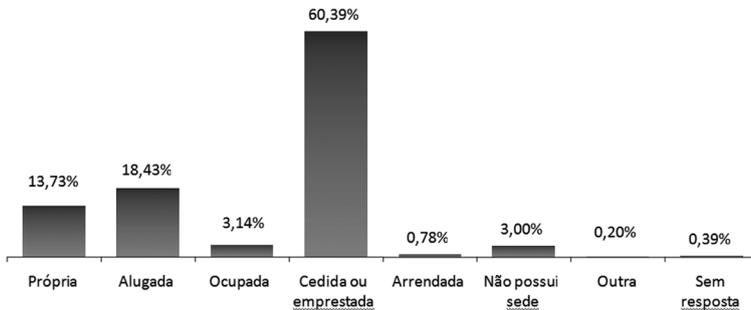
A autorização para acesso ao banco de dados do Atlas da Economia Solidária (SIES-SENAES) foi realizada a partir da formalização do termo de compromisso entre as pesquisadoras e o SIES/SENAES.

DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cadeia produtiva de reciclagem de resíduos envolve diversos atores (indústrias, empresas, órgãos públicos, cidadãos e catadores) que desempenham diferentes funções. O papel desempenhado por catadores de resíduo reciclável é reconhecidamente importante nesta cadeia pois seus trabalhos agregam - aos resíduos descartados - valores econômicos, sociais e ambientais. Contudo, dentre os atores envolvidos nesta cadeia, os catadores são os que se encontram em situação mais fragilizada, enfrentando inúmeras dificuldades para continuar exercendo suas funções de maneira digna e sustentável.

A partir da análise das informações levantadas pelo SIES, é possível concluir que os EES de catadores ainda são muito dependentes dos apoios recebidos já que, de acordo com a situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento (representados pela Figura 1), apenas 13, 73% do total de EES de catadores possuem sede própria, enquanto a grande maioria, 60,39% dos locais de funcionamento dos EES, são cedidos ou emprestados. Isso significa que os catadores estão em uma situação muito desfavorecedora para conquistar a autonomia do empreendimento, bem como a propriedade dos meios de produção.

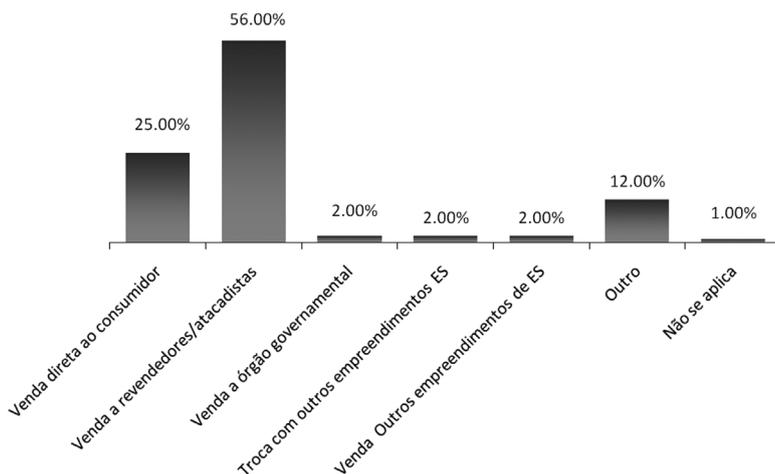
FIGURA 1: RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES À SITUAÇÃO DA SEDE OU LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO EMPREENDIMENTO EM FUNÇÃO DA FORMA DE USO: PRÓPRIA, ALUGADA, CEDIDA, ARRENDADA ENTRE OUTRAS



No que diz respeito à comercialização, 56% dos empreendimentos de catadores analisados (conforme Figura 2), referentes ao comércio de produtos e /ou serviços do empreendimento, vendem seus produtos aos revendedores, isto é, aos atravessadores. A maioria dos empreendimentos de catadores no Brasil não consegue vender diretamente às indústrias, seja pela falta de estrutura física, pela quantidade insuficiente de material ou pela falta de conhecimento da cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos.

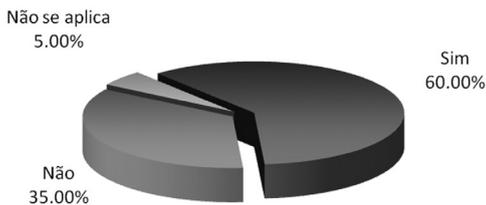
Nos resultados da Figura 2 ainda é possível observar que apenas 2% dos EES de catadores fazem trocas com outros EES e 2% vendem seus produtos a outros EES. Isso significa que as atividades de trocas solidárias e formação de redes de comercialização entre os empreendimentos ainda não são muito exercidas ou valorizadas pelos EES de catadores.

FIGURA 2: RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO SOBRE A FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E/OU SERVIÇOS DO EMPREENDIMENTO



Em relação às dificuldades enfrentadas pelos EES, a Figura 3 ilustra que 60% dos empreendimentos analisados possuem alguma dificuldade em relação à comercialização de produtos e/ ou serviços. As maiores dificuldades, como pode ser observado na Tabela 1, estão relacionadas: ao preço inadequado dos produtos, à insuficiência de materiais para venda (já que os compradores só compram em grandes quantidades) e à quantidade insuficiente de clientes.

FIGURA 3: RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO SOBRE DIFICULDADE DOS EES PARA COMERCIALIZAÇÃO DE SEUS PRODUTOS OU SERVIÇOS

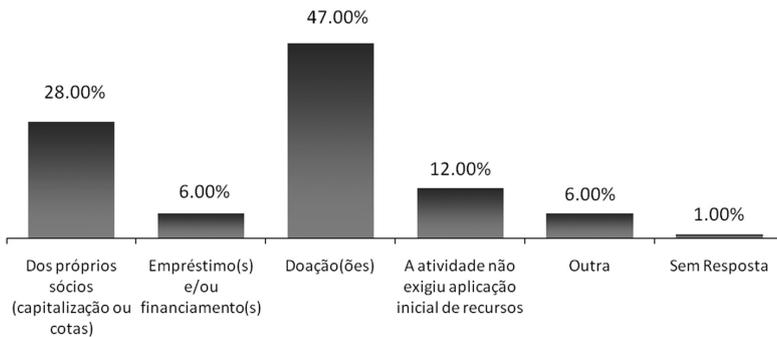


Principais dificuldades	%
O grupo tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	7,45%
Ninguém do grupo quer cuidar das vendas	0
Ninguém do grupo sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)	1,37%
O grupo já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	1,37%
Os preços praticados pelo grupo são muito altos	0
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	2,16%
Os compradores só compram em grande quantidade	8,24%
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	3,53%
Falta de capital de giro, para vendas a prazo	4,90%
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc.)	2,75%
Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)	5,88%
Transporte / estradas	3,14%
Preço inadequado dos produtos (baixo, desvalorizados)	10,98%
Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.)	2,75%
Outra dificuldade	3,92%
Não se aplica	0,20%

Tabela 1: Descrição das principais dificuldades na comercialização dos produtos ou serviço

Para iniciar as atividades, 47% dos empreendimentos econômicos solidários de catadores receberam doações de alguma entidade de apoio e, 8%, ou seja, aproximadamente 142 empreendimentos, começaram suas atividades com recursos próprios, conforme ilustra a Figura 4. Esses dados sugerem que grande parte dos catadores conseguiu iniciar suas atividades enquanto empreendimento econômico solidário, em função das doações recebidas. Isso demonstra a importância das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento em promover oportunidades para a constituição de novos empreendimentos.

FIGURA 4: RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO SOBRE A ORIGEM DOS RECURSOS PARA INICIAR AS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO



Outra informação relevante sobre a importância das entidades de apoio e fomento é que 84% dos empreendimentos de catadores no Brasil tiveram algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação, conforme ilustra a Figura 5. Essas entidades apoiaram os empreendimentos de diversas maneiras, seja na formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo e economia solidária), na assessoria para a constituição, formalização e registro do empreendimento, na assistência técnica e/ou gerencial, na assistência jurídica, ou no apoio a diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica), na qualificação profissional, técnica e gerencial e outros, conforme descrição apresentada na Figura 6.

FIGURA 5: RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO SOBRE O ACESSO A ALGUM TIPO DE APOIO, ASSESSORIA OU CAPACITAÇÃO PELOS EMPREENDIMENTOS

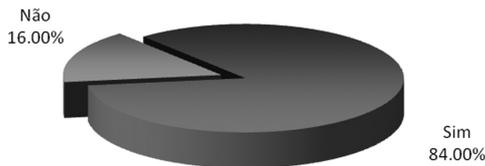


FIGURA 6: DESCRIÇÃO DO TIPO DE APOIO RECEBIDO PELOS EMPREENDIMENTOS



O panorama apresentado neste artigo sobre os EES de catadores no Brasil, a partir da base de dados do ano de 2007 do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, nos proporciona importantes informações para identificação, de uma maneira geral, de como os EES de catadores se caracterizam, quais são as suas dificuldades na comercialização dos produtos e conseqüentemente no avanço na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos e ainda sobre a importância das entidades de apoio e fomento no fortalecimento desses empreendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos econômicos solidários são muito importantes na gestão ambientalmente sustentável, pois articulam a etapa

de descarte à incorporação destes no mercado da reciclagem. As atividades das cooperativas de catadores agregam valores econômicos, sociais e ambientais aos resíduos que estariam perdidos pela sociedade se essas atividades não existissem. No entanto, esses empreendimentos têm dificuldades na comercialização de seus produtos por vários fatores: baixo preço dos produtos; dependência em relação aos atravessadores (já que não possuem uma quantidade de clientes satisfatória para negociar melhores preços); dificuldade em vender diretamente às indústrias (pois não conseguem acumular um volume de resíduos suficientes); falta de capital de giro, entre outros.

Por outro lado, a posse do espaço físico, que reflete no controle do meio de produção, aspecto este fundamental na economia solidária podendo ser interpretado como um fator importante para promover autonomia do empreendimento, ainda é um ponto fraco para os empreendimentos de catadores.

As entidades de apoio e fomento estão presentes na grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários de catadores e possuem papel fundamental nos momentos iniciais de criação, busca pela consolidação e fortalecimento desses empreendimentos. Assim, é possível observar que o apoio e fomento aos empreendimentos de catadores são necessários para que consigam se fortalecer e se inserir na cadeia produtiva da reciclagem.

O panorama apresentado não tem como objetivo esgotar as discussões referentes aos empreendimentos econômicos solidários de catadores no Brasil, mas sim apresentar algumas informações relevantes para o desenvolvimento de novos trabalhos a serem realizados para e com os catadores, e ainda ilustrar a riqueza das informações que podem ser obtidas a partir da base de dados disponibilizada pelo Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao SIES/SENAES pela disponibilização da base e à FAPESP pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, Brasília, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, Brasília, 2007.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR (CAMP). **Saiba mais sobre a Economia Solidária**. Disponível em <<http://www.camp.org.br/>>. Acesso em 01 out. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Publicação de Apresentação. FBES: Brasília, 2006.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A / FASE, 2003.

GUTIERREZ, R. F. & ZANIN, M. Tecnologias e Empreendimentos Coletivos Autogestionários de Catadores: contribuições para o debate. In: **VIII Jornadas Latinoamericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnologia**: “Ciencia y tecnología para la inclusión social”. Buenos Aires, 2010.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**. Campinas: Ed. Átomo, 2003.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR) – Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br>>. Acesso em 25 ago. 2008.

RUTKOWSKI, J. & LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.167-186.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, R. M. A. da & FARIA, M. S. de. Tecnologias Sociais e Economia Solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas públicas. In: BOCAYUVA, P. C.C. & VARANDA, A. P. de M.(orgs.) **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

SOUZA, F. C; CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M; SHIMBO, I. Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil - un estudio de casos. In: **V Congreso Rulescoop y IV Jornadas Técnicas**. “el emprendimiento colectivo y la cohesión social”, Granada, 2010.

ZANIN, M. & MÔNACO, G. Cooperativas de catadores e o acesso ao conhecimento e inovações tecnológicas. In: HOFFMANN, W & FURNIVAL, A. (orgs.). **Olhar: Ciência, Tecnologia e Sociedade**. São Paulo: Ed. Pedro e João Editores, 2008.

Catador de Resíduos Recicláveis: um perfil profissional em construção

- Julio Ruffin Pinhel

Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais - IPESA, Brasil.

E-mail: juliopinhel@ipesa.org.br

- Maria Zanin

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Brasil.

E-mail: dmza@power.ufscar.br

- Graziela Del Mônico

Coletivo Autogestionário para Promoção de Práticas Solidárias

- Kooperi, Brasil.

E-mail: gramonaco@yahoo.com

Resumo

A coleta seletiva e a inclusão dos catadores organizados têm merecido, na última década, destaque nos programas de gestão dos resíduos urbanos. Neste capítulo do livro, a partir de uma ampla revisão bibliográfica, serão apresentadas as características essenciais que o catador deve apresentar ao exercer suas atividades junto a uma política de gestão integrada de resíduos, as situações que deverá lidar na cadeia produtiva da reciclagem, bem como habilidades que deve possuir, numa política que contemple a dignificação do seu trabalho e sua emancipação como cidadão. O método consistiu numa revisão bibliográfica, buscando-se identificar dados secundários na literatura que abordam o desenvolvimento e a fundamentação do estudo. A partir daí traçou-se um perfil ideal do catador nos dias atuais, o qual deve desempenhar funções e atividades como: elevar seu nível de organização; requalificar suas atividades na cadeia produtiva da reciclagem; melhorar a qualidade dos resíduos (melhor comercialização); qualificar-se para a gestão de negócios; participar do Movimento Nacional dos Catadores e reconhecer-se como profissão, valorizando sua categoria. Este perfil não cabe na economia capitalista. Seu modo de gestão, importância ambiental, social, busca da cidadania, autoestima, organização política, busca pelo protagonismo da classe e o surgimento da economia solidária fazem com que desenvolvam habilidades e características essenciais para sua emancipação econômica, política e social, que em função de todo o contexto é um perfil profissional em construção.

Palavras-chave: Catadores de Resíduos Recicláveis; Perfil; Habilidades; Cooperativas.

INTRODUÇÃO¹

A preocupação com a gestão social e ambientalmente sustentável do resíduo urbano se faz cada vez mais presente nos debates de organismos públicos e organizações da sociedade civil. Isso devido a grande quantidade produzida diariamente e sua destinação, na maioria das vezes, feita de maneira inadequada (lixões ou vazadouros a céu aberto). Assim, algumas soluções para essa problemática começam a ganhar destaque, como a coleta seletiva e a inclusão dos catadores organizados (associações ou cooperativas), na concepção de políticas e projetos de gestão dos resíduos sólidos municipais (LAJOLO, 2003).

Segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), os catadores estão em atividade desde os anos 50, ou até mesmo antes, vivendo excluídos e explorados. Embora nesta situação, também estão buscando meios de sair desta condição, como uma forma de resistência a esta realidade que se impõem desde então. Buscar nos resíduos a sobrevivência é uma forma de resistir às condições de exclusão e exploração.

Atualmente, estima-se que existam aproximadamente 500 mil catadores (informais e organizados), atuando em ruas, lixões, aterros e galpões de triagem. Segundo o perfil traçado por Lajolo (2003), compõem um importante grupo que contribui para a gestão dos resíduos sólidos nas cidades. Ao longo do dia, coletam, separam e vendem o que as residências, comércio e indústria descartam. Muitas vezes trabalham em péssimas condições, de forma solitária e isolada, e não conseguem bons preços para seus resíduos.

Ainda de acordo com este perfil, constituem uma massa de de-

1 Parte dessas reflexões foram apresentadas por Pinhel, Zanin & Mônaco em Características Essenciais para os Catadores de Resíduos Recicláveis Visando sua Emancipação Social, Econômica e Política. In: 1º Congresso de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem, 2009, São Carlos/SP e publicadas em Economia Solidária: Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para Geração de Trabalho e Renda, 2009.

sempregados que pela idade, condição social ou baixa escolaridade, encontram grandes dificuldades em encontrar trabalho. Existem ainda alguns um pouco mais escolarizados que também não conseguem uma posição profissional num mundo marcado pelo compasso tecnológico e digital, ou ainda são homens e mulheres com histórias de vida muitas vezes assinaladas pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito. De modo geral, têm sua força de trabalho explorada pelos comerciantes intermediários (conhecidos como “sucateiros”) e “donos de lixões”, para quem entregam seus resíduos a preços muito inferiores aos praticados no mercado.

Segundo o MNCR, nos dias de hoje, contudo, os catadores começam a conquistar mais respeito devido à persistência, ao esforço de sua luta, ao envolvimento político e à sua organização que, conseqüentemente, promovem modificações no seu perfil. Some-se a isso a interação com prefeituras preocupadas com a questão dos resíduos e com os catadores, universidades, organizações não governamentais, entre outras entidades de apoio, que tem contribuído para que essas pessoas conquistem sua emancipação. Os catadores, organizados em cooperativas ou associações, mesmo quando não avançam para operações de beneficiamento ou valorização de seus produtos, apresentam melhores resultados em termos de renda, vendem os resíduos em maiores quantidades, ofertando produtos em melhores condições de limpeza e classificação, barateando o transporte e prensando as cargas para comercialização.

Quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento de matérias-primas são exigências essenciais da produção industrial. Quanto mais os catadores aprimorarem o gerenciamento de seus empreendimentos, melhores serão as condições para a venda direta e, conseqüentemente, obtenção de preços melhores. Lajolo (2003) afirma que, para conquistar isso, os catadores precisam desenvolver ações para:

- elevar o nível de organização, construindo redes e aumentando

as escalas de produção;

- requalificar suas atividades no âmbito das operações de reciclagem, capacitando-se tanto para as operações que hoje realizam, mas também para aquelas que se caracterizam como beneficiamento, buscando conseguir produtos mais adequados ao processamento industrial;
- melhorar a qualidade, evitando a mistura de resíduos de materiais diferentes, garantindo melhores condições de comercialização;
- qualificar-se para a gestão de negócios, buscando financiamento subsidiado e estabelecimento de parcerias com os setores público e privado.

Essas conquistas levam a uma maior autonomia dos empreendimentos, inclusive em relação aos diversos apoios recebidos pelos grupos, necessários para o seu fortalecimento. Isso, pois tais apoios, incubadoras, universidades ou outras instituições e entidades técnicas podem fragilizar os grupos na medida em que as ações que requerem mais habilidades e conhecimento, como por exemplo, a contabilidade, apenas é feita pelo apoiador. Ou ainda, os galpões e outros equipamentos serem sempre doações do poder público, fato que pode colocar os grupos em posição de dependência de programas de governo.

Nos dias de hoje é muito difícil não perceber a importância desses trabalhadores. Esses homens e mulheres, jovens e idosos, intervêm de maneira fundamental no ciclo de limpeza e de vida dos produtos. Todos os dias os catadores impedem que toneladas de resíduos recicláveis sigam para os aterros sanitários, ou seja, jogados nos lixões. Atuando paralelamente aos serviços municipais estima-se que esse exército de trabalhadores informais desvie, hoje, entre 10 e 20% dos resíduos urbanos para um circuito econômico complexo, que passa por intermediários e empresas de reciclagem de plástico, vidro, papel, alumínio e ferro.

Os catadores de resíduos das ruas das cidades são responsáveis por cerca de 90% do resíduo que alimenta indústrias de reciclagem no Brasil, conforme os dados de Lajolo (2003). Além de terem um papel na economia, diminuem a quantidade de lixo a ser tratado pelos municípios. Possuem muitos conhecimentos específicos e habilidades, apropriadas por meio da experiência de trabalho, para identificar, coletar, separar e vender resíduos recicláveis; “garimpam” no lixo o desperdício de recursos naturais, que retornam ao processo produtivo como matéria-prima secundária. Pela contribuição para a sociedade e para o meio ambiente, e pela persistência e luta diária pelo seu trabalho, os catadores conquistaram seu reconhecimento como categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Gonçalves (2003) define qual seria o papel dos catadores num “círculo virtuoso” da reciclagem, contrastando com o “círculo perverso” em que vive hoje a maior parte da sociedade. Nesse círculo virtuoso os catadores organizam-se em cooperativas ou associações autogestionárias, coordenam redes ou centrais onde há possibilidade de processar os resíduos coletados até chegar ao produto final. Mais ainda, existe ética, responsabilidade ambiental e força política (com organização e articulação), e estabelecem parcerias não paternalistas, coletam todos os recicláveis separados na fonte geradora, não “catam” em lixões nem rasgam sacos de lixo dispostos na rua.

Neste capítulo serão descritas as características essenciais que o catador deve apresentar nos dias atuais, considerando a inserção em uma política de gestão integrada de resíduos, as situações as quais deverão lidar na cadeia produtiva da reciclagem, bem como habilidades que ele deve possuir, numa política que contemple a perspectiva de dignificação do seu trabalho e sua emancipação enquanto cidadãos e seres humanos. Espera-se colaborar para a emancipação social, econômica e política dos catadores, contribuindo para a conquista de seu

espaço, organização e respeito pela sociedade em geral, melhoria de sua autoestima, diminuição de conflitos pessoais e melhoria das condições de trabalho e renda.

MÉTODO

O método adotado para desenvolver o trabalho consistiu em realizar uma revisão bibliográfica, buscando identificar dados na literatura que abordassem o histórico dos catadores, seu papel e sua inserção na cadeia produtiva da reciclagem, as organizações de catadores com enfoque no cooperativismo e na economia solidária, suas conquistas (a Classificação Brasileira de Ocupações e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), o gerenciamento integrado do resíduo, enfocando a coleta seletiva e a autogestão dos catadores e, finalmente, os marcos legais e políticas públicas, assim como outras ferramentas que esses trabalhadores possuem nos dias de hoje para aprimorarem seu trabalho e reivindicarem seus direitos.

Dessa forma, buscou-se descrever as características essenciais para o catador de resíduos recicláveis atuar de acordo com uma política de gestão integrada de resíduos na sociedade contemporânea, tentar prever as situações com as quais esses profissionais deverão lidar para exercer plenamente suas funções, locais e circunstâncias em que isso deve ocorrer, o que deve ser capaz de fazer ao realizar determinada tarefa, com o que toma contato, bem como as habilidades necessárias para que possa desenvolver suas ações.

BREVE HISTÓRICO DOS CATADORES E SUA INSERÇÃO NA CADEIA DA RECICLAGEM

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. No começo

do século XX, com o incremento da indústria gráfica, o papel já era reciclado: os papéis de “segunda mão” passavam por processos industriais sucessivos que os tornavam perfeitamente reutilizáveis. Segundo Grippi (2001), existe uma perspectiva histórica de que no Brasil a reciclagem de papel tenha se iniciado exatamente com o advento da industrialização, após a década de 1920, tendo se constituído no primeiro tipo de resíduo a ser reciclado.

Dessa época também há registros de imigrantes espanhóis que trabalhavam como compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo. As famílias acumulavam sucatas em seus quintais, principalmente garrafas e materiais ferrosos, revendendo-os ou trocando-os com os sucateiros. Em muitos lugares os resíduos eram guardados pelas crianças, pois os recursos da venda de garrafas e ferros velhos eram destinados a elas, que logo os transformavam em doces e balas.

De acordo com Lajolo (2003), o “garrafeira” era figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, mas, ao longo do tempo, foi desaparecendo e dando lugar ao catador. Este, que também pode ser conhecido como andarilho, rampeiro, margarida, xepeiro, badameiro, bóia-fria do lixo ou agente ambiental, entre outros, recolhe os resíduos potencialmente recicláveis de residências e empresas sem ter que pagar ou trocar algo pelo que foi recolhido (LEGASPE, 1996).

A mudança no perfil desse trabalhador no decorrer do século passado ocorreu, por um lado, devido ao crescimento das cidades e ao modelo consumista que alteraram significativamente a quantidade de resíduos gerados, pois há um excesso de resíduo descartado. Por outro lado, devido ao aumento do nível de desemprego e maiores exigências para acesso ao mercado de trabalho, que restringiram as possibilidades de sobrevivência para importantes contingentes sociais. Nas últimas décadas o Brasil mudou seu tipo de resíduo tanto em quantidade e qualidade, como em volume e em composição, tornando-o muito diferente daquele que se produzia há 40 anos (GRIPPI, 2001).

Além do papel e da sucata outro tipo de material começou a tomar conta do mercado nas últimas décadas: o produto descartável (embalagens). De acordo com Magera (2005), as embalagens têm vida curta no ciclo de consumo capitalista e muitas não chegam a ter mais de 60 dias de vida, entre sua saída da indústria até sua chegada ao lixo. Só no Brasil são movimentadas mais de sete milhões de toneladas de embalagens por ano, representando mais de sete bilhões de dólares anuais, somente em custos para produtos descartados após o consumo (D'ALMEIDA & VILHENA, 2000).

O crescimento da atividade de catação tem fortes vínculos com níveis extremos de pobreza. Este fator, aliado ao aumento da quantidade de resíduos e embalagens descartados, trouxe um significativo aumento da ação dos catadores nas ruas. Parte dessas pessoas revira latas e sacos de lixo, marcando presença nos lixões à procura de algo para comer. Entretanto, a maioria dos catadores coleta resíduos recicláveis para vender, o que lhes permite sustentar suas famílias, cuja qualidade de vida é péssima, em especial para as crianças, sujeitas aos riscos de viver no lixo e do lixo (LAJOLO, 2003).

No Brasil, de acordo com dados da Unicef (apud ABREU), em 2001 havia mais de 45 mil crianças trabalhando com lixo e pelo menos 25 mil catadores nos lixões, sendo que 22% com menos de 14 anos de idade. Algumas estimativas projetam que os trabalhadores nesse segmento atinjam cerca de 500 mil pessoas (estimativa aproximada, visto a informalidade deste setor).

É com o trabalho dos catadores que tem início todo um processo de reciclagem de resíduos domiciliares no Brasil. A UNICEF estima que sejam responsáveis por mais de 60% do papel e papelão reciclado no país, bem como 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem, fazendo do Brasil um dos maiores recicladores de alumínio do mundo. Estão presentes em mais de 3.800 municípios, encaminhando para a reciclagem pelo menos 20% dos resíduos sólidos urbanos.

A importância dos catadores de recicláveis fica mais perceptível por diminuírem as despesas da prefeitura com o recolhimento do lixo e a quantidade que chega aos aterros ou lixões (VILHENA; LUSTOSA; ZIGLIO, 2002). Apesar da clara importância desses trabalhadores ao contribuir para a gestão dos resíduos sólidos nas cidades (mesmo que de modo informal), seja coletando, separando ou vendendo o resíduo reciclável, ainda não conseguem garantir o acesso à educação, saúde e outros direitos de cidadania, ou seja, o trabalho ainda não garante sua emancipação política, econômica e social.

Os catadores informais, aqueles que puxam carrinhos ou carroças, de acordo com Magera (2005), submetem-se a uma rotina diária que pode ultrapassar doze horas de um trabalho exaustivo, visto as condições que enfrentam, pois podem carregar 200 quilos (cerca de quatro toneladas por mês) e percorrer aproximadamente vinte quilômetros por dia. Nem todos trabalham com carrinhos, ou catam em aterros e lixões, muitos estão em empreendimentos. Seja qual for a forma de trabalho, muitas vezes acabam explorados pelos “donos de lixões” e “sucateiros”, para quem entregam seus resíduos a preços muito inferiores aos praticados no mercado.

Conforme Grippi (2001), a partir da década de 90, as campanhas de coleta seletiva começaram a se multiplicar, principalmente devido a políticas e ações no gerenciamento do resíduo apoiadas por governos, organizações não governamentais, instituições sociais, incubadoras, etc. Consequentemente começam a surgir alternativas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes. A partir desta iniciativa de apoio ao trabalho de coleta, triagem e comercialização de resíduos, os catadores começam a se fortalecer. Principalmente a partir da organização em cooperativas ou associações, que se apresenta como uma possibilidade de tornar o trabalho eficiente e autônomo.

A crescente organização dos catadores, incluindo o seu movimento político (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Re-

cicláveis) e a inclusão da categoria profissional “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações vem mostrando uma mudança na história desses trabalhadores, que cada vez mais se inserem na sociedade, conquistando seus direitos e deveres, emprego e renda, respeito e uma vida mais digna. De habilidades simples, como o “garrafeiro” tocar o sino quando passava pelas ruas, no passado, passam a ter que desenvolver habilidades mais complexas, até porque a reciclagem se torna algo mais complexo, já que os resíduos são de outra natureza que não somente garrafas e sucatas, inserindo-se de maneira mais significativa na cadeia da reciclagem.

A reciclagem é um conjunto de operações interligadas, cuja finalidade é a re-introdução dos materiais recicláveis nos processos produtivos. Uma vez submetidos a essas operações passam a ser insumos para a produção de novos produtos (D’ALMEIDA & VILHENA, 2000). Essas operações são consideradas elos da cadeia produtiva da reciclagem, na qual são processados resíduos de outras cadeias.

Segundo Lajolo (2003), uma primeira etapa corresponde à operação de segregação dos resíduos que, normalmente, é realizada pelos mesmos agentes que os produziram no local de geração. Na indústria, os rejeitos da produção passíveis de aproveitamento são separados e parcialmente utilizados no próprio processo produtivo. Nas residências, os resíduos recicláveis secos (alumínio, papéis, plásticos, vidros) podem ser separados dos úmidos (principalmente orgânicos).

A segunda etapa é a da coleta seletiva. Neste caso os resíduos são recolhidos nos locais, totalmente ou parcialmente separados, e enviados às operações de triagem e classificação ou às unidades de beneficiamento. Atuam nessa etapa os catadores, organizados ou não, as empresas privadas de coleta de lixo e as prefeituras. A terceira etapa, triagem e classificação, corresponde às operações de separação, classificação mais fina, prensagem e enfardamento dos resíduos. Os principais agentes nessa fase são os catadores organizados e os “sucateiros” e

“aparistas” que são os compradores intermediários entre os catadores e a indústria.

Em uma quarta etapa, que envolve as operações de beneficiamento, são aplicados procedimentos específicos para cada material, transformando-os em novos insumos para a indústria. Aqui, os agentes mais comuns são as empresas e alguns poucos núcleos de catadores mais organizados que já realizam este tipo de operação. Finalmente, a última etapa é a da reciclagem propriamente dita onde os produtos das etapas anteriores são utilizados como insumos em processos industriais que utilizam estes materiais reciclados combinados com matérias-primas virgens para produzir bens ou produtos que venham atender à necessidade de consumo da sociedade.

O perfil profissional vai se alterando em função do avanço na cadeia produtiva. Nesse processo complexo da reciclagem, os catadores se inserem em algumas etapas importantes, e a complexidade da cadeia produtiva da reciclagem é um fator que modifica o trabalho de “catação”. Assim, os catadores podem desde trabalhar de forma muito semelhante ao “garrafeiro” como também fazer outros trabalhos na cadeia, principalmente nas duas últimas etapas do processo, avançando mais um passo – esta é luta e um dos grandes desafios atuais dos catadores.

COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS

De acordo com Hiriart (1990), em cartilha organizada para o Sebrae, cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços a seus associados. Integrada pelo número mínimo de 20 pessoas, é um empreendimento com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus participantes. O cooperado é ao mesmo tempo dono (administrador) e usuário. Assim, os trabalhadores quotistas de cooperativas são sócios de seu próprio ne-

gócio, gerindo suas atividades e seus ganhos (autogestão), o que propicia maior crescimento profissional e humano (VILHENA; LUSTOSA; ZIGLIO, 2002). As cooperativas nasceram destinadas a elevar a condição econômica e social dos trabalhadores, apresentando notável destaque no combate ao desemprego (SINGER, 2002).

A organização de pessoas em cooperativas pode contribuir para melhorar a sociedade, com novas oportunidades de trabalho, justiça social e maior equilíbrio na distribuição de renda. Ainda segundo Vilhena; Lustosa; Ziglio (2002), a cooperativa deve buscar uma forma de integração com outras cooperativas para o intercâmbio de experiências e mútuo fortalecimento (cooperativas de segundo grau). Também vale destacar a importância de se estabelecer parcerias com o poder público e/ou com a iniciativa privada.

Inúmeras iniciativas de organização de grupos de catadores têm sido tomadas por eles próprios, ou por agentes parceiros, permitindo a organização e valorização do seu trabalho, a recuperação de resíduos recicláveis e a geração de emprego e renda (LAJOLO, 2003). Mesmo com apoio os catadores enfrentam inúmeras dificuldades e revelam a necessidade de um instrumental (capacitação técnica, assessoria, subsídio financeiro, entre outros) que ajude a organizar e orientar suas atividades, tendo em vista a constituição de um empreendimento popular baseado no trabalho solidário, como é o caso de uma cooperativa, e a busca pela sua autonomia.

Apesar de não ser objeto deste capítulo, vale destacar que os catadores também podem organizar-se em Associações. A diferença essencial para a Cooperativa está na natureza dos dois processos. Enquanto as Associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as Cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto aos sistemas de comercialização ou ao merca-

do. A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou outro modelo.

A associação tem uma desvantagem em relação à cooperativa, pois “engessa” o capital e o patrimônio uma vez que estes não pertencem aos associados, mas sim à sociedade. Em caso de dissolução, por exemplo, estes deverão ser doados à outra instituição semelhante; porém, apresenta algumas vantagens que compensam grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor.

A catação dos resíduos recicláveis no Brasil tem como marca a baixa participação de empresas privadas, a presença maciça de trabalhadores informais e uma participação pouco significativa dos poderes públicos em programas de coleta seletiva (GONÇALVES, 2006). Neste contexto, a possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração. Assim, a estruturação de cooperativas e associações objetiva romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização, como o baixo volume e má qualidade de resíduo reciclável comercializado pelos catadores informais, com o intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores. O resíduo, em maior quantidade e qualidade é negociado a melhores valores, inclusive com a possibilidade de venda direta às empresas, sem passar pelos intermediários.

Segundo Magera (2005), as cooperativas de coleta, triagem e comercialização de resíduos são associações de pessoas que se unem, voluntariamente, para alcançar objetivos na área econômica, social e cultural. A criação desta sociedade democrática e coletiva inicia-se, de modo informal, por parte de seus agregados, e pode fortalecer-se com o apoio de instituições parceiras. São catadores de rua, que sentem a necessidade de se organizar para obter mais força ou poder de barganha para negociar seus produtos com sucateiros e indústrias do segmento. A cooperativa busca satisfazer não apenas a necessidade de

consumo por um bem ou serviço, mas também necessidades sociais e educativas.

O ator principal desse cenário é o catador que tira das ruas o seu sustento e, agora, para tentar livrar-se dos “sucateiros” e da exclusão social que esse modelo capitalista lhe impõe, está formando cooperativas. Dessa forma, acredita que o trabalho associativo possa trazer forças para competir com igualdade no mercado, procurando, com a união, aumentar a oferta de resíduos recicláveis e conseguir um volume maior, suficiente para negociar os preços e as melhores condições com as indústrias desse segmento (MAGERA, 2005).

Paul Singer (2002) resumiu que a cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processá-lo, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da auto-ajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores. Singer (2002) também fala em resgate da humanidade.

De acordo com Vilhena; Lustosa; Ziglio (2002), a implantação de uma cooperativa de catadores requer um conjunto de condições básicas para transporte, triagem, beneficiamento e comercialização dos resíduos, bem como de apoio técnico de formação aos catadores. A formação para o gerenciamento é uma das condições fundamentais para sua consolidação enquanto um empreendimento autogestionário. Gerenciar uma cooperativa de catadores significa gerenciar cada uma de suas atividades e as relações ou interferências entre elas: organização do trabalho, estabelecimento de objetivos e metas, formulação de planos de trabalho e acompanhamento das ações previstas.

Vilhena; Lustosa; Ziglio (2002) descrevem, no Quadro 1, as funções e atribuições que uma cooperativa de coleta, triagem e comer-

cialização de resíduos recicláveis realiza, portanto, atribuições que os catadores devem se apropriar.

QUADRO 1: FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES

Área	Atribuições
Administração	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar receitas e despesas - Calcular a renda - Realizar cobranças e pagamentos - Preparar as atas - Controlar as faltas - Atender às exigências legais
Coleta Seletiva	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar e acompanhar a coleta - Pesquisar os resíduos coletados - Avaliar a segregação na origem - Inventariar os domicílios - Zelar pela segurança no trabalho - Informar os domicílios
Triagem	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar material classificado e rejeito - Zelar pelos equipamentos - Zelar pela organização do espaço - Cuidar da segurança no trabalho - Monitorar a qualidade de triagem
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar novos compradores (cadastro) - Negociar preços - Identificar novas oportunidades de negócios - Avaliar o comprador - Identificar fornecedores cativos
Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar as atividades das áreas - Tomar decisões sobre o interesse comum - Resolver problemas de relacionamento - Dividir a renda

Fonte: Vilhena; Lustosa; Ziglio, 2002, p. 97.

Lajolo (2003) destaca três importantes aspectos quanto à organização do trabalho:

1. A organização do trabalho da cooperativa deve favorecer a integração dos catadores. Nesse sentido, é fundamental que seja discutida e decidida em conjunto. O plano de trabalho deve ser claramente entendido e aprovado pelos cooperados e deve ser realista quanto às metas e objetivos;
2. O rodízio de todos pelas rotinas diárias da cooperativa deve ser realizado, na medida do possível, de modo que cada um tenha conhecimento e condição de realizar as atividades, evitando gerar diferenças entre o grupo;
3. A responsabilidade por uma dada tarefa não exclui a necessidade de participar das outras atividades da cooperativa, por exemplo, o responsável pela comercialização também poderá estar envolvido com a triagem.

Analisando-se a situação atual e a realidade das cooperativas de catadores, salvo algumas exceções, esse serviço é ainda bastante precário. Ressalta-se que esta precarização do trabalho vai além das questões ligadas aos direitos trabalhistas. Magera (2005) afirma que pouca coisa mudou para os catadores de rua com o advento das cooperativas. Mesmo organizando-se para fugir da exploração econômica, esta continua porque as indústrias que compram recicláveis exigem grandes volumes e alta qualidade para negociar e estes só são alcançados, muitas vezes, por sucateiros.

Estes, por sua vez, possuem a infra-estrutura necessária para trabalhar com o resíduo (balança, prensa, caminhões, triturador, galpão, telefone, capital), agregando-lhe valor e, por isso, levam vantagem nas negociações com as cooperativas e as indústrias consumidoras deste material. De todo modo existem empreendimentos de catadores que

possuem apoio e equipamentos suficientes, mas mesmo assim enfrentam problemas, sejam internos (organização, por exemplo) ou externos (falta de financiamento e reconhecimento da sociedade, etc).

Ainda de acordo com Magera (2005), a média de agregação de valor da cooperativa até o último intermediário chega a 85%, com alguns produtos ultrapassando 100%. O maior valor proporcionado pela reciclagem do resíduo fica com o sucateiro (primeiro intermediário) que impõe o preço dos produtos recicláveis às cooperativas pela força de mercado. Já a indústria (segundo e último intermediário), com a compra dos recicláveis, beneficia-se com economia de energia elétrica e matéria-prima virgem, além da mão de obra para triagem.

A mudança deste quadro de exploração só diminuirá com a adoção de uma estratégia econômica, política e social, nas esferas municipais, estaduais e nacionais, como relatou Rodriguez (apud SANTOS, 2002, p. 346). O mecanismo para atingir este objetivo é a concentração da oferta de resíduos recicláveis em poucas organizações de catadores capazes de recuperar uma quantidade considerável de material que lhes permita ter uma participação importante no mercado e, portanto, negociar preços e condições com as indústrias. Por outro lado, é indispensável que as cooperativas assumam funções sociais, políticas e culturais diversas, que contrabalancem a exclusão de que são vítimas.

Segundo Magera (2005), essas mudanças precisam vir acompanhadas de políticas educacionais aos cooperados, assistência médica e toda uma infra-estrutura que proporcione desenvolver uma integração desta população e seus familiares. A sobrevivência das cooperativas de catadores se dará com a união regional das mesmas (formação de redes) e a inserção do Estado e iniciativa privada, visando uma política nacional de proteção às cooperativas, amparada por leis. São necessários também financiamentos para melhorias estruturais, já que muitas não possuem instrumentos básicos para exercer suas funções, como prensa ou balança, por exemplo.

A apropriação da autogestão como uma forma de organização dos empreendimentos dos catadores pode ser um meio pelo qual estes trabalhadores poderão superar dificuldades administrativas. Articulados a isso, ações que visem seu fortalecimento social, econômico e político, criam condições para que os catadores, bem como os empreendimentos que fazem parte, se tornem cada vez mais independentes de entidades governamentais e não-governamentais. Esta emancipação é de extrema importância, porém algumas entidades ainda mantêm uma postura paternalista geradora de emprego sem qualificação, que não altera nem resolve as condições de exclusão destes trabalhadores e o problema dos resíduos no Brasil.

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, os catadores e suas organizações vêm se transformando ao longo dos últimos anos e adquirindo habilidades cada vez mais complexas para a realização de suas atividades. Assim, através de uma breve retrospectiva dessa transformação, no próximo tópico serão apresentadas duas importantes conquistas: o reconhecimento dos catadores enquanto categoria profissional - “catador de material reciclável” - e a consolidação de um crescente e importante movimento político.

CONQUISTANDO ORGANIZAÇÃO E RESPEITO: O MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

No final da década de 80, a partir da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), iniciou-se o processo de organização dos catadores, dando início à experiência da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – São Paulo/SP (Coopamare) que serviu de referência para a criação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – Belo Horizonte/MG (Asmare). Já na década de 90, com o apoio do Fórum Nacional

de Estudos sobre a População de Rua, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país e novos parceiros foram incorporados, como a Caritas Brasileira e a Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul, por exemplo.

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) começou a surgir em 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em 2001 ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores, impulsionando a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. Nesta ocasião foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta destes materiais. O 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em 2003, reuniu catadores de diversos países e, divulgou a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina, unificando a luta entre os países. O MNCR começa a mostrar sua força, nacionalmente, com as articulações regionais. Através da Declaração de Princípios e Objetivos, o MNCR norteia suas ações na busca da auto-gestão, democracia direta, ação direta popular, independência de classe, apoio mútuo e solidariedade de classe.

Muitas lutas foram travadas em todo o país, e muitas conquistas foram alcançadas. Em 2005 ocorreu o 2º Congresso Latino-americano de Catadores, já com cerca de quatro anos de luta no Brasil, ocasião em que a problemática destes trabalhadores foi discutida em diversos espaços e sua voz ampliada no Movimento Nacional dos Catadores. O MNCR é um movimento social e político que visa a organização dos catadores de resíduos recicláveis e a valorização desta categoria. O objetivo do movimento é garantir o protagonismo popular da classe destes trabalhadores, oprimidos pelas estruturas do sistema social. Tem por princípio garantir a independência da classe, que dispensa o discurso de partidos políticos, governos e empresários falando em nome dos catadores. O MNCR acredita na prática da ação direta popular,

que é a participação efetiva do trabalhador em todas as dimensões que envolvem sua vida para romper com a indiferença do povo e abrir caminho para a transformação da sociedade. Desenvolve ações na busca de uma sociedade mais justa e melhor para todos. Busca a organização da categoria na solidariedade de classe, para fortalecer o catador contra a exploração e em busca de sua emancipação. Estes princípios são diferentes da competição e do individualismo, pois busca o apoio mútuo entre os “companheiros catadores” (como se autodenominam) e outros trabalhadores.

Este movimento luta pela autogestão do trabalho e o controle da cadeia produtiva da reciclagem, garantindo que o serviço que realizam não seja utilizado em benefício de alguns poucos, mas que sirva a todos. Também luta pela coleta de resíduos recicláveis realizada por catadores, pelo pagamento aos catadores pelos serviços de coleta, pela conquista de moradia, saúde, educação, creches, e demais benefícios para estes e suas famílias, além da extinção dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.

Nesse sentido, os catadores organizaram bases orgânicas do MNCR em cooperativas, associações e grupos, nos quais ninguém deverá ser beneficiado às custas do trabalho dos outros. O Movimento Nacional, com frequência, promove Encontros Regionais com o objetivo de fortalecer a formação de catadores organizados. A partir destes encontros foram constituídos Comitês Regionais que têm como propósitos:

1. Dar condições aos catadores de discutir e trocar experiências sobre as suas diversas realidades e planejar ações conjuntas;
2. Efetivar a relação da Comissão Nacional com os diferentes grupos de catadores das regiões visando o estabelecimento das bases orgânicas;

3. Potencializar a articulação estadual com a criação de uma Coordenação Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis, a partir dos Comitês Regionais.

O MNCR tem como prática a democracia direta, na qual os espaços deliberativos são as bases orgânicas e os comitês regionais. Dessa forma os debates entre as bases possibilitam a participação de todos os catadores. Cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. Para a execução de tarefas em nível nacional criou-se a Equipe de Articulação Nacional, cuja tarefa é agilizar a execução das ações. Para fazer parte de qualquer instância do movimento o catador tem de estar ligado a uma base orgânica e a um comitê regional.

Com o surgimento do MNCR e sua pela capacidade de articulação, os catadores conquistaram o reconhecimento como categoria profissional, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – BRASIL, 2002). A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, abordando habilidades complexas. A classificação foi atualizada e disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002, substituindo a publicação anterior de 1994.

Desde a sua primeira edição, em 1982, a CBO sofreu alterações pontuais, sem modificações estruturais e metodológicas. A edição de 2002 utilizou uma nova metodologia de classificação e fez a revisão e a atualização completas de seu conteúdo. A nova versão contém as ocupações do mercado brasileiro, organizadas e descritas por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação. O documento é inovador pelo método utilizado no processo de descrição, que pressupõe o desenvolvimento do trabalho por meio de comitês de profissionais, partindo-se da premissa de que a

melhor descrição é aquela proposta por quem exerce efetivamente aquela ocupação.

A nova CBO tem uma dimensão estratégica importante, na medida em que, com a padronização de códigos e descrições, pode ser utilizada pelos mais diversos atores sociais do mercado de trabalho. Tem relevância também para a integração das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, sobretudo no que concerne aos programas de qualificação profissional e intermediação da mão-de-obra, bem como no controle de sua implementação. Hoje em dia o trabalho dos catadores é reconhecido pela CBO, sobretudo graças à luta do MNCR, uma das primeiras conquistas do Movimento.

O catador de material reciclável possui o número 5192-05 como código (BRASIL, 2002) e também pode ser denominado, segundo a CBO, como catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa). A classificação desta profissão é feita em seis itens, onde todas as características e peculiaridades do trabalho dos catadores podem ser observadas e entendidas, a saber:

I) Descrição sumária: Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

II) Condições gerais de exercício: O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

III) Formação e experiência: O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho e meio ambiente, dentre outros.

IV) Áreas de atividades: Aqui já se nota a quantidade de habilidades que eles devem ter para desenvolver suas atividades de maneira plena. Através das atividades (de A até H) e suas respectivas habilidades apresentadas abaixo, pode se observar que estas se tornam cada vez mais numerosas e complexas:

A) Coletar Material Reciclável e Reaproveitável:

1 - Puxar carroça, carrinho; 2 - Conduzir carroça de tração animal; 3 - Conduzir veículo (perua, caminhão); 4 - Estabelecer roteiro de coleta; 5 - Pedir material nas residências; 6 - Procurar material nas caçambas de rua; 7 - Verificar pontos de coleta; 8 - Coletar material nas residências; 9 - Coletar material junto às comunidades; 10 - Coletar material nos pontos de coleta; 11 - Coletar material nos estabelecimentos comerciais; 12 - Coletar material nos condomínios; 13 - Coletar material em empresas (indústrias); 14 - Carregar carrinho, carroça, caminhão, perua; 15 - Percorrer os pontos de coleta; 16 - Procurar novos pontos de coleta.

B) Dar Entrada no Material:

1 - Conferir a balança; 2 - Descarregar caminhão, perua, carrinho, carroça; 3 - Conferir material; 4 - Pesar material reciclável separado; 5 - Contar vasilhames retornáveis; 6 - Colocar material na caçamba; 7 - Pesar caminhão; 8 - Pesar o lixo não reciclável.

C) Separar Material Coletado:

1 - Triar material reciclável e não reciclável; 2 - Triar material reciclável por tipo (papel, vidro, ferroso, não-ferroso, plástico); 3 - Triar material por qualidade (papel branco, papel arquivo, plástico mole, material fino não ferroso); 4 - Colocar material não reciclável em contêineres, latões, sacos, etc; 5 - Anotar material separado; 6 - Separar doações; 7 - Encaminhar o lixo para o transbordo.

D) Preparar o Material para Expedição:

1 - Prensar o alumínio; 2 - Prensar o plástico; 3 - Amarrar os fardos;

4 - Tirar grampos de papel; 5 - Tirar espiral de caderno; 6 - Tirar rótulos das embalagens plásticas; 7 - Ensacar material (alumínio, plásticos, papéis, papelões, etc).

E) Realizar Manutenção do Ambiente e Equipamentos de Trabalho:

1 - Fabricar carrinhos, carroça; 2 - Pintar carrinho, carroça; 3 - Fazer manutenção do carrinho, carroça; 4 - Varrer o chão das instalações da cooperativa; 5 - Lavar banheiros das instalações da cooperativa; 6 - Lavar quintal da cooperativa; 7 - Trocar pneu de carrinho; 8 - Limpar o carrinho, carroça; 9 - Arrumar material nas caçambas; 10 - Recolher material do chão; 11 - Limpar pátio da cooperativa (galpão); 12 - Limpar a prensa; 13 - Limpar a balança; 14 - Retirar água de recipientes; 15 - Tratar animais; 16 - Realizar manutenção de veículos.

F) Divulgar o Trabalho de Reciclagem:

1 - Conversar com a população de porta em porta; 2 - Prestar informações sobre coleta seletiva e materiais recicláveis; 3 - Divulgar o trabalho da cooperativa; 4 - Entregar folhetos; 5 - Divulgar eventos; 6 - Orientar sobre preservação do meio ambiente.

G) Administrar o Trabalho:

1 - Vender material; 2 - Comprar material; 3 - Negociar preços; 4 - Coordenar o trabalho dos cooperados; 5 - Controlar gastos; 6 - Prestar contas; 7 - Definir escalas; 8 - Fazer lista de material; 9 - Participar de reuniões administrativas; 10 - Participar de reuniões para tomada de decisões (assembléias geral, ordinárias e extraordinárias); 11 - Participar de comissões, comitês; 12 - Organizar assembléias gerais com cooperados; 13 - Organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares; 14 - Promover ajuda aos cooperados mais necessitados; 15 - Organizar eventos sociais da cooperativa; 16 - Estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais, Ongs, etc.; 17 - Organizar campanhas de esclarecimento; 18 - Contratar serviços de calibração de balanças.

H) Trabalhar com Segurança:

1 - Vestir equipamento de proteção individual; 2 - Vacinar-se; 3 - Realizar exames de saúde periódicos; 4 - Desinfetar ferimentos; 5 - Vestir faixa de sinalização cintilante (Colete); 6 - Vestir proteção contra chuva, sol (Capas, bonés, sapatos, etc); 7 - Vestir uniforme da

cooperativa para identificar-se.

V) Competências pessoais: também relativas às habilidades:

1 - Demonstrar prudência; 2 - Demonstrar paciência; 3 - Organizar-se (associações, cooperativas); 4 - Valorizar-se como profissional; 5 - Demonstrar espírito de prosperidade; 6 - Demonstrar educação; 7 - Demonstrar eficiência; 8 - Demonstrar agilidade (esperteza); 9 - Demonstrar sinceridade; 10 - Demonstrar honestidade; 11 - Auto-organizar-se; 12 - Demonstrar criatividade; 13 - Demonstrar perseverança; 14 - Demonstrar jogo de cintura; 15 - Demonstrar capacidade de atenção constante; 16 - Demonstrar habilidade de puxar carroça; 17 - Proteger-se contra a violência na rua.

VI) Recursos de trabalho: Alicate, martelo, serrote, entalhadeira, arco da serra, chave de fenda, prego, capa de chuva, capacete, uniforme, bota, carrinho/carroça, óculos, jogo de chave, caixinha de primeiros socorros, arame, colete, corda, faca/facão, lona, luva, machado, marreta.

Com o surgimento do MNCR ampliou-se a luta dos catadores por uma vida digna e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de adquirir novas habilidades. Essa categoria é historicamente excluída da sociedade, e muitos ainda sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. O trabalho de coleta de resíduos recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa do povo brasileiro. Apesar das imensas dificuldades, resistem e lutam dia a dia pela vida, pelo direito de trabalhar honestamente e pela sua sobrevivência.

Por essa história, pela capacidade de articulação e pela conquista do reconhecimento como categoria profissional, oficializado na CBO, eles se fizeram presentes no processo de debate da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que os aponta como parceiros preferenciais na gestão e no gerenciamento desses resíduos, possibilitando cada vez mais a participação destes trabalhadores na construção dos planos municipais e estaduais de gestão de resíduos.

GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E A INSERÇÃO DOS CATADORES

O acelerado processo de urbanização, aliado ao consumo crescente de produtos descartáveis provocou sensível aumento do volume e diversificação do resíduo gerado e sua concentração espacial. Desse modo, o encargo de gerenciá-lo tornou-se uma tarefa que demanda ações diferenciadas e articuladas, as quais devem ser incluídas entre as prioridades de todas as municipalidades que enfrentam grandes desafios, dentre os quais destacam-se (D'ALMEIDA & VILHENA, 2000):

1. Encontrar soluções ambientalmente seguras para os problemas decorrentes da geração do resíduo em grandes quantidades:

- É o caso das grandes cidades onde há escassez ou inexistência de áreas para a disposição final;
- Conflitos de uso de solo, com a população estabelecida no entorno das instalações de tratamento, aterros e lixões;
- Exportação de resíduo a municípios vizinhos, gerando resistências;
- Lixões e aterros operados de forma inadequada, poluindo recursos hídricos.

2. Encontrar soluções para o resíduo gerado em pequenas e médias comunidades com poucos recursos:

- No Brasil, quase 75% dos municípios tem menos de 20 mil habitantes;
- 22% têm entre 20 e 100 mil habitantes;
- Em 64% desses municípios o resíduo é disposto inadequadamente em lixões (IBGE, 2000).

3. Encontrar soluções para a relação água / resíduo:

- No Brasil foi definido que cada Estado deveria estabelecer disposições sobre a administração de águas de seu domínio, su-

bordinadas à legislação federal, e estabelecendo gerenciamento integrado, descentralizado e participativo dos recursos hídricos;

- Estabelecendo adoção de bacias hidrográficas como unidades físico-territoriais de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos;
- Estabelecendo criação de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Ainda de acordo com D'Almeida & Vilhena (2000), a produção de resíduos é um fenômeno inevitável e que ocorre em quantidades e composições que variam com seu nível de desenvolvimento econômico, com sua população e seus diferentes estratos sociais. Os sistemas de limpeza urbana devem promover a coleta, o tratamento e a destinação ambiental e sanitária de forma correta e segura. Esta tarefa não é fácil, devido a inexistência de uma política brasileira de limpeza pública, limitações de ordem financeira, deficiência na capacitação técnica e profissional, descontinuidade política e administrativa, ausência de controle ambiental.

O Plano de Gerenciamento Integrado (Plano Diretor ou Plano de Gestão do Resíduo Municipal) é um documento que descreve as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos da geração, segregação, acondicionamento, coleta (convencional ou seletiva), armazenamento, transporte, tratamento, disposição final e a proteção à saúde pública (BRASIL, 2000). O diagnóstico da situação e a definição das ações são essenciais para se determinar o modelo de gerenciamento para o município e, segundo Vilhena; Lustosa; Ziglio (2002), só pode ocorrer após o levantamento da dimensão atual do problema, os prognósticos para o futuro, os recursos humanos, materiais e financeiros que se dispõe ou que poderão ser obtidos.

As ações prioritárias para qualquer modelo de gerenciamento integrado devem ser:

- Coleta de todo o resíduo gerado de responsabilidade da Prefeitura;

- Tratamento e destinação final adequada para todo resíduo coletado;
- Fiscalização ambiental da coleta de grandes volumes, resíduos perigosos e despejos clandestinos;
- Minimização de impactos ambientais: recuperação e descontaminação de áreas degradadas;
- Educação Ambiental através de campanhas e programas de sensibilização e conscientização da população;
- Incentivo a medidas que visem diminuir a geração de resíduos;
- Incentivo à coleta seletiva com inclusão de organizações de catadores e apoio às mesmas;
- Realização de parcerias Poder Público x Iniciativa Privada x Sociedade Civil Organizada.

É importante salientar que essas ações não acontecem, rigorosamente, nessa ordem e nem de forma isolada. Elas devem se combinar de acordo com as circunstâncias como, por exemplo: para a garantia da coleta de todo o resíduo deve haver conscientização da população.

Os catadores atuam diretamente no gerenciamento integrado dos resíduos. Primeiro, porque o plano de gerenciamento deve apresentar uma frente de coleta seletiva na qual os catadores são os principais agentes. Segundo, porque a minimização da disposição de resíduos através do estabelecimento de pré-seleção pode ser entendido como a segregação, triagem, acondicionamento e posterior venda do que é reciclável, para, dessa maneira, ser encaminhado a processos de reciclagem. E, por fim, o reconhecimento e valorização da categoria dos catadores de materiais recicláveis e sua inclusão social.

Idealmente, a coleta seletiva é uma das atividades de um plano de gerenciamento integrado de lixo, definido como o conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras, e de planejamento que uma administração municipal desenvolve, baseado em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor o lixo da

sua cidade. Segundo Grimberg & Blauth (1998), são vários os motivos que levam indivíduos ou prefeituras a pensar num programa de coleta seletiva de resíduos. Em linhas gerais, estes podem ser de natureza:

1. ambiental / geográfica: as preocupações são a falta de espaço para disposição do resíduo, preservação da paisagem, economia de recursos naturais e diminuição do impacto ambiental de lixões e aterros;

2. sanitária, em locais onde a disposição inadequada, às vezes aliada à falta de sistema de coleta municipal, traz inconvenientes estéticos e de saúde pública;

3. social, quando o trabalho enfoca a geração de empregos e o resgate da dignidade, estimulando a participação dos catadores ou a minimização dos problemas advindos da catação em lixões ou nas ruas;

4. econômica, com o intuito de reduzir os gastos com limpeza urbana e investimentos em novos aterros, ou para auferir renda com a comercialização de materiais recicláveis; e,

5. educativa, que vê um programa de coleta seletiva como uma forma de contribuir para a mudança do indivíduo, no que tange a valores e atitudes para com o ambiente, incluindo a revisão de hábitos de consumo e, a nível político, a mobilização da comunidade e o fortalecimento do espírito de cidadania.

Pelo exposto, com estas novas posturas frente à questão dos resíduos, pode-se observar que uma política de desenvolvimento sustentável ambiental e social começa a ser apresentada, em que desempregados e trabalhadores do setor informal da economia se organizam em empreendimentos solidários (cooperativas ou associações), intensificando a educação ambiental junto à população e surgindo como uma alternativa de geração de trabalho, renda e beneficiamento de materiais recicláveis (GOMES et al, 2004).

POLÍTICAS PÚBLICAS E OUTRAS AÇÕES

No âmbito federal existem quatro instrumentos principais a serem conhecidos: a Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007 e o Decreto Federal 5.940, de 25/10/2006.

A primeira, também conhecida como Estatuto das Cidades, entra nesta lista pois “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”, como descrito na própria lei (BRASIL, 2001). Para isso, tem como instrumentos planos de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, denominados Plano de Gerenciamento, Plano de Gestão ou Plano Diretor (nacionais, estaduais ou municipais), que já foram abordados neste capítulo e que são instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana, aplicados em diversas áreas, incluindo a gestão de resíduos sólidos.

Após quase 20 anos de tramitação no Congresso, a PNRS foi aprovada, em março de 2010, no Congresso Nacional e votada no Senado Federal. Esta foi intensamente debatida por inúmeros setores (universidades, movimentos sociais, estudiosos, setor empresarial, entre outros) interessados na implementação de uma legislação que não apenas regule o funcionamento desta área, mas principalmente institua leis que resultem em mudanças na situação dos resíduos sólidos em nível federal, estadual e municipal (CÂMARA MUNICIPAL, 2010).

Nesse processo de aprovação foi muito discutido o princípio do Poluidor-Pagador. Houve pressão, principalmente de empresas, para que isso não entrasse na lei. Por ser uma das principais questões, a negociação para viabilizá-lo foi instituir também o princípio do Protetor-Recebedor, fazendo com que a lei beneficie quem faz direito (equi-

líbrio). A segunda discussão importante foi a logística reversa, “caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”, conforme definida na própria lei.

Outros instrumentos importantes da PNRS são os planos, os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos, a educação ambiental, os incentivos fiscais, financeiros e creditícios, os acordos setoriais, a Análise do Ciclo de Vida, e o destaque ao incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. O resíduo reciclável e reutilizável é tido como bem econômico e social pela política. Como já existem leis específicas de resíduos em alguns estados e municípios, estas deverão estar em consonância com a lei federal para que os municípios tenham prioridade no repasse de verbas e possam integrar programas. Por isso, novamente, a importância do desenvolvimento de planos de gerenciamento integrado.

A política nacional discorre, ainda, sobre as obrigações do poder público, inclusive a partir da diferenciação de rejeito x resíduo. O rejeito deverá ser disposto em aterro, após a separação prévia dos resíduos recicláveis. Somado a isso está a importância da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, ou seja, desde o fabricante até o consumidor final e o poder público. Os principais setores que vêm discutindo a PNRS visualizam como principais desafios a regulamentação da lei, os acordos setoriais e como se darão, na prática, as obrigações do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil.

A Lei Federal nº 11.445 de 05/01/2007, também conhecida como Lei do Saneamento Básico, traz todas as diretrizes para a sua realização, inclusive no que diz respeito à limpeza urbana e ao manejo de

resíduos. Especificamente, sobre estes últimos, estabelece que o serviço público deve ser responsável pela coleta, transbordo e transporte; triagem (composta pela redução, reutilização, tratamento ou compostagem), bem como a varrição, capina e poda de árvore (BRASIL, 2007). Esta lei institui o Plano Nacional de Saneamento Básico que dispõe sobre o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e o manejo dos resíduos. A lei ainda prevê a cobrança de taxas e tarifas para a execução destes serviços.

Provavelmente a grande contribuição da Lei do Saneamento Básico seja o Artigo 57 que muda um inciso do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666 (das licitações), conforme descrito abaixo:

Art 57. O inciso XXVII do Art 24 da Lei 8.666 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 24. É dispensável a licitação:

.....

XXVII –na contratação da coleta, processamento e comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis...

O Decreto 5.940 de 25/10/2006 institui a coleta seletiva solidária em órgãos e entidades da administração pública federal, bem como a destinação a associações ou cooperativas que sejam formalmente constituídas (CNPJ), tenham na catação sua única fonte de renda, não possuam fins lucrativos, possuam infraestrutura para o beneficiamento e apresentem sistema de rateio de sua receita. Este decreto prevê a criação da Comissão para a Coleta Seletiva Solidária visando a supervisão do órgão e da organização de catadores, e estabelecendo o princípio da intercooperação entre as diferentes organizações (BRASIL, 2006). O decreto federal trouxe, ainda, instrumentos para que fossem

criados decretos estaduais e municipais instituindo a coleta seletiva solidária em órgãos e entidades da administração pública, como, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2007) e no Município de Duque de Caxias.

No âmbito estadual, podem-se destacar as legislações específicas que instituem as Políticas de Resíduos Sólidos, em estados como São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. Apenas para citar alguns outros exemplos de políticas públicas estaduais pode-se destacar, no Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3.755, de 07/01/2002, que autoriza o Poder Executivo a financiar a formação de cooperativas de catadores (RIO DE JANEIRO, 2002). Em São Paulo existe a Lei Estadual nº 12.528, de 02/01/2007, que obriga a implantação da coleta seletiva nos shopping centers (SÃO PAULO, 2007). No caso de Santa Catarina, destaca-se a Lei Estadual nº 13.582, de 29/11/2005, que institui a coleta seletiva nas escolas públicas e particulares do estado (SANTA CATARINA, 2005), e a Lei Estadual nº 14.512, de 18/09/2008, que dispõe sobre o tratamento de pneus (SANTA CATARINA, 2008).

A título de conhecimento e aprofundamento, será descrito a seguir o caso do Estado de São Paulo. Como um instrumento da política de gestão de resíduos foi sancionada, em março de 2006, a Lei nº 12.300 que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes (SÃO PAULO, 2006). Trata-se de uma legislação inovadora, que procura aglutinar questões atuais da gestão integrada do resíduo, além de estabelecer um elo com as políticas estaduais de saneamento, de recursos hídricos, de saúde pública e de meio ambiente. Esta lei é oriunda do Projeto de Lei nº 326, aprovado pela Assembléia Legislativa em 2005. Após dois anos, com ativa participação de empresas, organizações não governamentais, órgãos públicos, pesquisadores e a sociedade civil organizada, o grupo de trabalho responsável pela elaboração deste PL, conseguiu, em meio à ausência de uma política nacional, colocar São Paulo na vanguarda das discussões sobre o tema.

A política estadual dos resíduos de São Paulo dispõe sobre a criação do sistema declaratório, um instrumento pelo qual será possível fazer o mapeamento, o planejamento e o controle do resíduo gerado. Com isso, abre-se caminho para o fim de aterros e lixões clandestinos e de empresas coletoras não credenciadas. Também destaca a inserção de catadores, associações e cooperativas no processo de coleta, separação e comercialização dos resíduos urbanos recicláveis. Dispõe, ainda, sobre a promoção da Educação Ambiental para geradores e o consumidor final, no sentido de estimular a reutilização, a reciclagem e a redução dos resíduos, bem como a proposição da criação do Fundo Estadual de Resíduos Sólidos para financiar projetos de reciclagem nos municípios e promover a participação da sociedade, com a possibilidade de conceder incentivos fiscais e tributários, além de fomentar a pesquisa e a implementação de novas tecnologias ecologicamente corretas.

No âmbito municipal também existem políticas e marcos legais que dizem respeito à gestão do resíduo e à inclusão dos catadores. Apenas para citar alguns exemplos: na cidade do Rio de Janeiro - RJ existe a Lei Municipal nº 3.273, de 06/09/2001, que dispõe sobre a gestão do sistema de limpeza urbana (RIO DE JANEIRO, 2001); em Duque de Caxias - RJ destaque para o Decreto Municipal nº 5.626, de 19/06/2009, que institui a separação dos recicláveis em órgãos públicos municipais e destinação à organizações de catadores (DUQUE DE CAXIAS, 2009); em Diadema - SP, a Lei Municipal nº 2.336, de 22/06/2004, institui o sistema para gestão sustentável dos resíduos sólidos (DIADEMA, 2004).

Ainda dentro do âmbito municipal, um último exemplo a ser destacado é o caso da cidade de Santana de Parnaíba - SP, que possui duas legislações específicas, as leis municipais 2.855 e 2.856, ambas de 14/12/2007 as quais, respectivamente, celebram convênio entre a Prefeitura Municipal e a cooperativa de catadores local (AVEMARE - Co-

operativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança) para a realização da coleta seletiva, e um convênio entre a Prefeitura e uma organização não governamental (IPESA – Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais) para desenvolver a capacitação técnica da cooperativa (SANTANA DE PARNAÍBA, 2007).

Além do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), já abordados anteriormente, e também das políticas públicas, outras importantes iniciativas que podem e devem ser utilizadas pelos catadores visando a emancipação de sua categoria são o Programa Nacional Lixo & Cidadania (PNL&C) e o Comitê Interministerial da Inclusão Social dos Catadores.

Diante do cenário de exploração, miséria e exclusão social dos catadores, o Governo Federal, em parcerias com entidades não governamentais e iniciativa privada, com o apoio da UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência – criou, em 1998, o PNL&C cuja gestão é feita pelo Fórum Nacional Lixo & Cidadania. Através deste programa propõe-se a disseminar pelo Brasil as seguintes metas (PGIRSU, 2003):

- Erradicação do trabalho infantil na catação de materiais recicláveis;
- Re-inserção social dos catadores de materiais recicláveis como co-gestores nos projetos municipais de coleta seletiva;
- Implantação de Coleta Seletiva; Instauração de Fóruns Municipais, enquanto espaços públicos sócio-ambientais, na perspectiva de ampliar a participação social na gestão dos resíduos sólidos;
- Erradicação dos lixões e recuperação de áreas degradadas pelos mesmos com a implantação de aterros sanitários;
- Elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

A implantação destas metas nos municípios brasileiros depende

fundamentalmente da capacitação dos técnicos que trabalham diretamente com estes problemas, sejam os funcionários do poder público local, sejam os consultores que auxiliam a municipalidade na superação dos desafios relacionados a gestão dos resíduos sólidos.

O Comitê Interministerial da Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis foi criado em Setembro de 2003 pelo Governo Federal e é composto pela Casa Civil, 8 Ministérios, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério das Cidades. As principais finalidades deste comitê são implementar o projeto interministerial Lixo e Cidadania, articular políticas e acompanhar a implementação dos programas voltados aos catadores, e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações integradas (COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA, 2010).

Com essas ações, ferramentas e possibilidades expostas, nota-se que o perfil dos catadores está em construção, uma vez que deve ir se adequando à novas possibilidades e necessidades. Mais um exemplo disso, com a aprovação da Política Nacional, são as questões da logística reversa e da incineração dos resíduos, onde devem compreender processos tecnológicos mais sofisticados, ou mesmo ter instrumentos para discutir e entender melhor estes processos.

SISTEMATIZAÇÃO DO PERFIL DOS CATADORES E DISCUSSÃO GERAL

A reciclagem é um tema que está na ordem do dia, não por causa de algum modismo, mas por necessidade. Existem recursos naturais que não são renováveis. Daí a procura para reaproveitar os recursos pela via da reciclagem, uma questão de inteligência e sensibilidade

com o futuro da humanidade. De acordo com Carvalhaes & Vilhena (2001), reciclagem significa poupar matérias-primas e energia. Reciclar é uma das formas concretas de preservar o meio ambiente. Uma das formas, pois este processo também produz resíduos.

De acordo com Logarezzi (2004), antes de ser gerado, um resíduo pode ser evitado (Redução); antes de ser descartado, pode deixar de ser resíduo se a ele for atribuída uma nova função, ou se sua função original for cumprida por mais um tempo em um novo contexto (Reutilização); ao ser descartado, pode ter seu “status” de resíduo (que contém valores sociais, econômicos e ambientais) preservado, ao longo do que pode ser chamado de rota dos resíduos, que geralmente envolve descarte e coleta seletivos (Reciclagem). Para que os materiais possam ser reciclados, eles têm que voltar às suas origens de produção: as indústrias.

Atualmente os principais agentes do ciclo da reciclagem são os catadores. São aproximadamente 500 mil só no Brasil (CARVALHAES & VILHENA, 2001). Neste estudo, foram descritos aspectos da história destes trabalhadores, a sua inserção na cadeia produtiva da reciclagem, a organização em cooperativas, sua categoria profissional com as respectivas atividades e habilidades segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o movimento sócio-político representado pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), o gerenciamento integrado dos resíduos, as políticas públicas e marcos legais envolvidos, bem como outras ferramentas importantes.

Com base nessas considerações procurou-se elucidar a importância dos catadores no cenário da geração desenfreada de resíduos do mundo atual, evidenciando o caráter de utilidade pública dos serviços prestados por esta categoria, bem como as características, habilidades, atividades e funções para desempenhar seu trabalho de maneira eficaz e não exploratória, para promover sua emancipação econômica, social e política.

A partir dos anos 90, o Brasil mudou o tipo de resíduo gerado, apresentando maior quantidade e diversidade, em volume e em composição (GRIPPI, 2001). O catador também acompanhou esta mudança, alterando as suas atividades, e o seu perfil. Transformou-se em agente ambiental, passou a coletar todos os tipos de recicláveis, aumentou a complexidade de suas tarefas, foi inclusive reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego como categoria profissional. Mais ainda, com o surgimento do MNCR promoveu-se uma articulação sócio-política dos catadores em prol do seu protagonismo para tentar garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva.

Em face disso, inclusive em função das exigências dessas atividades, traça-se um novo perfil para o catador, que deve possuir atividades e habilidades específicas principais:

1 - Elevar o nível de organização através da constituição de cooperativas ou associações, buscando o trabalho coletivo, construindo redes e aumentando as escalas de produção. Isso exige habilidades de administração, coleta seletiva, triagem, comercialização e coordenação;

2 - Requalificar suas atividades no âmbito das operações de reciclagem: capacitar-se tanto para as operações que hoje realizam como para aquelas que se caracterizam de beneficiamento (separação correta dos materiais por tipos, prensagem, enfardamento, armazenagem, redes de comercialização) buscando conseguir produtos mais adequados ao processamento industrial;

3 - Melhorar a qualidade, evitando a mistura de resíduos de materiais predominantes diferentes e a presença de corpos estranhos, garantindo melhores condições de comercialização;

4 - Qualificar-se para a gestão de negócios, participação em programas de gerenciamento de resíduos, busca por financiamento subsidiado e estabelecimento de parcerias com os setores público e privado.

5 - Participar do MNCR e constituir bases orgânicas, seguindo

seus princípios, objetivos e divulgando-os na busca da autogestão e do controle da cadeia produtiva da reciclagem (protagonismo da classe);

6 – Reconhecer-se como profissão valorizando sua categoria, conhecer e entender as atividades desta, exercê-las ao máximo e com eficiência, melhorando sua autoestima e conquistando respeito.

De todo jeito, não se pode esquecer que o catador é um ser humano que provavelmente não escolheu este tipo de trabalho porque quis, mas sim por força das circunstâncias que o modelo econômico lhe impôs. Nas organizações de catadores, segundo Calderoni (2003), entrecruzam-se ao menos duas problemáticas: a do meio ambiente urbano, ameaçado, entre outras causas, pelo crescimento ilimitado de resíduo que a população urbana parece condenada a produzir; e a da precarização do trabalho, que atinge todos os países industrializados e semi-industrializados, como o Brasil.

A questão do que fazer com o resíduo urbano apresenta algumas respostas ou “propostas”: uma diz respeito à reciclagem, por exemplo. Outra diz respeito ao reaproveitamento, já que de acordo com Lavoisier “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Em tese, não há nada que não possa ser retransformado em algo útil à humanidade, inclusive os materiais orgânicos, que podem ser reciclados como adubo ou como fonte de energia. Não obstante, a maior parte do resíduo ainda não é reaproveitada, mas enterrada ou até mesmo incinerada, dois procedimentos prejudiciais ao ambiente (CALDERONI, 2003).

A razão do não reaproveitamento integral dos resíduos parece ligada à falta de incentivo econômico, social, cultural e até político. O reaproveitamento de latinhas de alumínio é quase total no país, porque é muito lucrativo para as empresas fabricantes. Já o de muitos outros materiais, ainda conforme este autor, não deve ser lucrativo comparando-se o custo de fabricação do novo com o custo de reaproveitamento do usado e descartado. Mas nem sempre a economia privada das empresas coincide com o interesse geral. Trata-se não só

de reaproveitar matéria-prima, mas proteger o meio ambiente urbano do excesso de resíduo.

Contudo, de acordo com Singer (2002), há um interesse público neste reaproveitamento, que se soma às vantagens privadas. O reconhecimento deste fato levou a que prefeituras, como responsáveis locais pelas condições ambientais, passassem a se interessar pela coleta seletiva e pelo apoio à reciclagem, bem como a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Estas são frequentemente apresentadas como um paradigma de inclusão social e, ao mesmo tempo, como uma experiência modelar de empreendimento que se inscreve entre os que efetivamente promovem uma forma de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Mas infelizmente, na prática, isso não é verdade.

A realidade das cooperativas é bem diferente da imagem apregoada (CALDERONI, 2003). Estas estão criando trabalho precarizado, em condições muitas vezes subumanas. A maioria delas encontra-se em um estágio embrionário, tem grande dificuldade de resolver problemas básicos de infra-estrutura para seu crescimento, e o trabalho de seus cooperados é realizado de forma improdutivo e ineficiente, trazendo problemas de toda ordem. Singer (2002) aponta que se verifica uma enorme distância existente entre os princípios do cooperativismo e as reais condições de funcionamento das referidas cooperativas.

Alguns dados apresentados por Magera (2005), como preocupantes, ilustram que as organizações não seguem os princípios do cooperativismo (dados coletados em cooperativas do interior de São Paulo):

- Presença de um “mentor intelectual” em quase 100% das cooperativas;
- Presença de um “patrão” ou certa hierarquia dentro de 76% das cooperativas;
- Desconhecimento por parte dos trabalhadores de sua produção diária;

- Desconhecimento do preço de venda do resíduo selecionado (média) por 70% dos entrevistados;
- Ausência de equipamentos de segurança em 66% das cooperativas;
- Não recolhimento do pagamento ao INSS de 76% dos cooperados;
- Ignorância do significado do sistema de cooperativismo por 78% dos cooperados;
- Ausência de assembleias e/ou reuniões internas periódicas.

Segundo Magera (2005), os catadores continuam a ser explorados pelos comerciantes, atravessadores e industriais da reciclagem. Para preservá-los desta exploração e proporcionar-lhes condições autônomas e autogestionárias de trabalho, diversas ações de prefeituras, entidades, instituições, incubadoras, entre outras, vêm sendo tomadas para a formação e organização dos catadores. Um resgate dos mais humilhados e desesperançados, que só deveria merecer aplausos. Mas esta moeda tem verso e averso. A maioria das “cooperativas” não reproduz o modelo habitual de cooperativa, mas algo que parece mais uma terceirização do trabalho de catação e separação, comandado por diversos outros atores terceiros.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

É importante que não se abandone o ideal de resgate da cidadania destes trabalhadores, entendendo sua importância econômica, social e política, aumentando sua autoestima, dando suporte para que estes acreditem e trabalhem organizados de maneira efetivamente coletiva, numa alternativa de trabalho e de vida que deve ser superior ao emprego numa empresa capitalista. A responsabilidade é de todos os elos da corrente, seja do cidadão que separa seu resíduo em casa, seja do poder público, seja das instituições apoiadoras, seja da indústria,

reconhecidamente o elo mais forte, que estabelece para os materiais recicláveis preços muito baixos, levando os catadores a trabalhar no limite da subsistência fisiológica.

Os catadores já alcançaram muitas conquistas e respeito. Mas ainda falta muito a percorrer. E todos podem colaborar para este processo. Mais do que coragem, criatividade e paciência, precisam de incentivo de diversas naturezas. Se não se qualificarem ou desenvolverem novos conhecimentos e competências, como por exemplo, melhorar seu grau de escolaridade, dificilmente conseguirão alcançar todos os perfis que a profissão exige para que o trabalho ocorra de forma autônoma, emancipada, e para que se insiram em programas de gestão integrada de resíduos.

E ir para a escola requer mais do que a paciência e a vontade deles, é necessário que haja escola que os receba considerando todas as singularidades das pessoas que retornam a escola ou iniciam já sendo jovem ou adulto, com grande experiência de vida. Entre outros exemplos, como acesso a financiamentos por eles próprios, tem destaque a organização dos catadores em cooperativas ou associações. De forma organizada, tem seu trabalho valorizado, o que facilita a interação (que é diferente de uma intervenção de caridade) com outros agentes e o desenvolvimento de políticas públicas de resíduos que insira estes trabalhadores no processo.

Lento, mas continuamente, o padrão de relação dos catadores com a sociedade altera-se a partir da superação dos preconceitos, da elevação de seu nível de organização, do reconhecimento do seu papel econômico e ambiental e da conquista de maior amparo, seja do poder público ou das organizações da sociedade civil (Lajolo, 2003). Não deixarão, porém, de enfrentar obstáculos econômicos, para os quais necessitam de preparo, ampliando a compreensão de que lixo é problema, mas resíduo pode ser negócio.

Mostrando a situação em que se encontram a maioria das co-

operativas de trabalhadores do setor de reciclagem, talvez se possa diminuir o grau de exploração em que os cooperados se encontram, no nível macro da sociedade como um todo. Sendo assim, verifica-se o surgimento da economia solidária, cujo programa, segundo Singer (2002), fundamenta-se na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas de lógica oposta à do modelo atual e conclui:

Cumprir observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e outras igrejas, sindicatos e universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem, entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes, os princípios do cooperativismo e conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários.

Assim, o perfil dos catadores atualmente não cabe na economia capitalista. Seu modo de gestão, sua importância ambiental, social, busca da cidadania, autoestima e valorização, sua organização política e, acima de tudo, a busca pelo protagonismo da classe, bem como o surgimento da economia solidária, faz com que os mesmos desenvolvam habilidades e características que os levam a atividades cada vez mais complexas e exigentes na busca por sua emancipação econômica, política e social, que em função de todo o contexto é um perfil profissional em construção.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. F. **Do Lixo à Cidadania, Estratégias para a Ação.**

Edição UNICEF do Brasil. 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva.

Fundo Nacional do Meio Ambiente. 2000. **Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta e Disposição Final Adequada de Resíduos Sólidos**: Manual para Apresentação de Propostas. Brasília: MMA. Edital FNMA 02/2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. 2002. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em 03 jun. 2010.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de julho de 2001.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Decreto Federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de outubro de 2006.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de janeiro de 2007.

CALDERONI, S. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. São Paulo: Humanitas Editora / FFLCH – USP. 4 ed. 2003. 345p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/145758-CAMARA-APROVA-POLITICA-NACIONAL-DE-RESIDUOS-SOLIDOS.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

CARVALHAES, P. T. & VILHENA, A. **Cooperar Reciclando. Reciclar Cooperando**. Curso de Capacitação para Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis – Manual do Instrutor. CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem / OAF – Organização de Auxílio Fraternal. 2 ed. 2001. 28p.

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA. **Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em <<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/apresentacao>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

D'ALMEIDA, M. L. O. & VILHENA, A. **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado**. CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem / Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 2 ed. São Paulo. 2000. 371p.

DIADEMA. Câmara Municipal de Diadema. **Lei Municipal nº 2.336 de 22 de junho de 2004**. Disponível em: <http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=233604>. Acesso em 26 jun.2010.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Decreto Municipal nº 5.626 de 19 de junho de 2009. **Boletim Oficial** nº 5.500, Duque de Caxias, 19 de junho de 2009.

GOMES, C. et al. **Geração de Trabalho, Renda e o Desafio Ambiental na Gestão dos Resíduos Sólidos no Município de São Paulo**. 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/imagens/centro/artigos/artigo01.doc>>. Acesso em 25 mai. 2010.

GONÇALVES, M. A. **O Trabalho no Lixo**. Presidente Prudente: FCT - UNESP. 2005. 307 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A / FASE, 2003.

GRIMBERG, E. & Blauth, P. **Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores**. Instituto Pólis – Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo, nº 31, 1998.

GRIPPI, S. **Lixo, Reciclagem e sua História: Guia para as Prefeituras**

Brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência. 2001. 134p.

HIRIART, M.M.M. **Cooperativismo**: Primeiros Passos. SEBRAE/SP – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo. 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB)**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2010.

LAJOLO, R. D. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis** – Guia para Implantação. CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem. São Paulo. IPT / SEBRAE, 2003. 111p.

LEGASPE, L. R. **Reciclagem**: A Fantasia do Ecocapitalismo – Um Estudo sobre a Reciclagem Promovida no Centro da Cidade de São Paulo Observando a Economia Informal e os Catadores. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 1996.

LOGAREZZI, A. Contribuições Conceituais para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Ações de Educação Ambiental. In: LEAL, A. C. et al. **Resíduos Sólidos no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: Antônio Thomaz Jr./FEHIDRO/Viena, 2004. 280p.

MAGERA, M. **Os Empresários do Lixo**: Um Paradoxo da Modernidade. 2 ed. Campinas: Átomo. 2005. 193p.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS (**MNCR**) – Disponível em: <<http://www.movimentodoscatadores.org.br>>. Acesso em 15 mai. 2010.

PINHEL, J. R.; Zanin, M.; Mônaco, G. D. Características Essenciais para os Catadores de Resíduos Recicláveis Visando sua Emancipação Social, Econômica e Política. In: 1º Congresso de Economia

Solidária, Resíduos e Reciclagem, 2009, São Carlos / SP. **Economia Solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda, 2009.**

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - PGIRSU - Município de Botucatu – **Projeto: Implantação da Coleta Seletiva.** Prefeitura Municipal/UNESP/SEBRAE. 2003.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Lei Estadual nº 3.755 de 07 de janeiro de 2002. **Diário Oficial do Estado,** Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2002.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Decreto Estadual nº 40.645 de 08 de março de 2007. **Diário Oficial do Estado,** Rio de Janeiro, 08 de março de 2007.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Lei Municipal nº 3.273 de 06 de setembro de 2001. **Diário Oficial do Município,** 10 de setembro de 2001.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Lei Estadual nº 13.582 de 29 de novembro de 2005. **Diário Oficial do Estado,** Santa Catarina, 30 de novembro de 2005.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Lei Estadual nº 14.512 de 18 de setembro de 2008. **Diário Oficial do Estado** 18.450, Santa Catarina, 19 de setembro de 2008.

SANTANA DE PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba. **Leis Municipais nº 2.855 e 2.856 de 14 de dezembro de 2007.** Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/showinglaw.pl>>. Acesso em 26 jun.2010.

SANTOS, S. B. et al. **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Lei Estadual nº 12.300 de 16 de março de 2006. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 17 de março de 2006.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Lei Estadual nº 12.528 de 02 de janeiro de 2007**. Secretaria da Assembléia Legislativa, São Paulo, 02 de janeiro de 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

VILHENA, A.; LUSTOSA, D. R.; ZIGLIO, L. **Guia da Cooperativa de Catadores**. CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem / SEBRAE/RJ – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro. 2002. 32p.

A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres

– Ioli Gewehr Wirth

E-mail: ioligw@gmail.com

Resumo

O presente texto aborda duas cooperativas populares de triagem de resíduos sólidos de Campinas-SP, que foram analisadas com foco no processo produtivo, na divisão sexual do trabalho e na remuneração. Para esta análise levou-se em conta o lugar precário que as cooperativas ocupam na cadeia produtiva da reciclagem, condição que limita sua possibilidade de autogestão. Nos empreendimentos pesquisados, o número de mulheres é superior ao de homens e observa-se uma nítida divisão sexual do trabalho. Foram analisadas algumas consequências e as possibilidades de alteração dessa configuração. Além disso, procurou-se compreender o significado do trabalho associado para nove mulheres por meio de suas trajetórias ocupacionais. Para elas, foi possível observar um sentido contraditório do trabalho associado, significando por um lado uma melhor possibilidade de conjugação entre as atividades produtivas e reprodutivas e por outro, essa flexibilidade combinada com um maior nível de exploração.

Palavras-chave: Relações de gênero; Divisão sexual do trabalho, Autogestão; Cooperativismo.

INTRODUÇÃO

O debate em torno da gestão dos resíduos sólidos urbanos e da atuação das cooperativas e associações de catadores ganha cada vez mais notoriedade, seja em âmbito acadêmico, no debate sobre políticas públicas bem como na grande mídia. Vários são os enfoques sobre essa questão: a importância ambiental da reciclagem, a oportunidade de geração de trabalho e renda, a precariedade das condições de trabalho dos catadores, etc. O presente texto irá abordar essa temática sob uma perspectiva pouco presente na maioria das pesquisas sobre o segmento: a perspectiva analítica de gênero. O artigo se destina a apresentar os principais resultados da pesquisa de mestrado intitulada “As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão”¹ (WIRTH, 2010).

Conforme já mencionado em outro trabalho (WIRTH, 2009, p. 308), a temática dos catadores é comumente associada ao trabalhador masculino. Entretanto, os dados revelam que essa categoria social é predominantemente feminina. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES, 2007) mapeou 59% de mulheres no segmento da reciclagem. Já o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que o quadro é composto em 75%² por mulheres. Em Campinas - SP, segundo levantamento³ realizado

1 Pesquisa realizada no departamento de Ciências Sociais e Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Márcia de Paula Leite, com apoio da FAPESP.

2 Informação obtida durante palestra do MNCR proferida durante o 3º. Encontro de Cooperativas Populares de Campinas e Região, 29 de novembro de 2008, Estação Guanabara, Campinas-SP.

3 Esse levantamento foi realizado no âmbito do projeto temático Fapesp em andamento "A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero".

em dezembro de 2008, as catorze cooperativas de triagem de resíduos sólidos totalizam 270 trabalhadores(as), sendo 63 (23,3%) homens e 207 (76,7%) mulheres.

A configuração dos EES do segmento da reciclagem como espaços de trabalho mistos, mas predominantemente femininos, se apresenta como um campo rico para as análises sobre as relações de gênero em experiências de trabalho associado.

Com o intuito de analisar essas relações no interior de cooperativas de triagem de resíduos sólidos, foram realizados estudos de caso em dois empreendimentos da cidade de Campinas-SP e entrevistas em profundidade com 15 trabalhadores(as) associados(as) (nove mulheres e seis homens). As duas cooperativas analisadas foram incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A pesquisa ocorreu concomitantemente às atividades desse programa de extensão universitária da ITCP. Foram acompanhadas assembléias, oficinas de formação (algumas abordando diretamente as questões de gênero) e visitas de observação do processo produtivo⁴.

Durante o período de acompanhamento das cooperativas investigadas pudemos constatar uma nítida divisão sexual do trabalho além de uma relação entre a predominância feminina e a precariedade das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, ao longo da pesquisa, foi possível observar algumas variações na repartição do trabalho entre os sexos. Essas, porém, ficam subjugadas ao imperativo da necessidade constante de aumento de produtividade. Nesse sentido, o presente texto procura evidenciar a dimensão sexuada da exploração do trabalho presente na cadeia produtiva da reciclagem.

A cadeia produtiva da reciclagem de resíduos se estrutura sobre o

4 Para mais detalhes sobre o processo de incubação ver “Empírica – metodologia de incubação” (ITCP, 2009). Disponível em: www.itcp.unicamp.br/empirica. Acesso em 12 out. de 2010

trabalho precário realizado por catadores avulsos ou por associações e cooperativas de trabalhadores (MNCR, 2009). É a partir do trabalho de coleta e separação dos diferentes resíduos recicláveis realizados por estas pessoas que o processo de reciclagem de plásticos, vidros, papéis, sucatas etc. se torna possível e viável. Catadores avulsos e cooperativas estão localizados na ponta precária dessa cadeia produtiva, triando o material reciclável que será processado por diversas indústrias. Bosi (2008) aponta uma estreita relação entre a expansão da indústria da reciclagem brasileira e a disponibilidade de um contingente populacional para realizar este tipo de trabalho. Para exemplificar essa dependência destacamos a pesquisa de Lima, segundo a qual mais de 40% do alumínio de cada uma das latinhas produzidas no Brasil é proveniente do trabalho realizado por catadores e catadoras (LIMA, 2009, p. 30).

O mercado do reciclável desprovido de regulação do Estado e sustentado em grande medida por um contingente de trabalhadores socialmente desprotegidos é marcado por oscilações de preço segundo uma lógica internacional. “As commodities de materiais recicláveis são negociados em vários países e estão sujeitos às variações que as indústrias praticam ao redor do mundo, cotadas em dólar” (MNCR, 2009, p. 55).

A crise financeira mundial que teve início em novembro de 2008 evidenciou a correlação de forças desfavorável à qual está submetido o trabalho associado nesse segmento. Em decorrência dela, os preços dos materiais recicláveis caíram de 40 a 80 %, dependendo do tipo de material (MNCR, 2009, p.56). Como na maior parte dos casos, a renda dos trabalhadores depende exclusivamente da venda do resíduo coletado e separado, essa situação repercutiu fortemente sobre a retirada de cooperados e na remuneração de catadores avulsos.

Se de um lado as cooperativas estão submetidas às oscilações do mercado internacional, que se expressa na redução dos preços de ven-

da dos materiais recicláveis repassados de forma descendente na cadeia produtiva da reciclagem, de outro, estão subjugadas aos contratos de gestão dos resíduos sólidos urbanos firmados entre prefeituras e empresas privadas. As contratações de empresas para realizar os serviços de coleta de lixo, limpeza urbana e gestão dos aterros sanitários e lixões representam uma das maiores licitações municipais. Em geral, quando existe programa de coleta seletiva municipal, são também essas empresas que a realizam. As empresas fazem a coleta porta a porta e entregam o resíduo nas cooperativas. Segundo depoimentos de trabalhadores e constatação do MNCR, esse serviço deixa muito a desejar. Há relatos de que o resíduo reciclável vem misturado com lixo orgânico e muito compactado devido ao tipo de caminhão que é utilizado.

Nessa frente, as cooperativas do segmento da reciclagem carecem de um reconhecimento público pelo trabalho de coleta seletiva que elas próprias realizam ou poderiam realizar caso fossem remuneradas por este serviço. A partir da Lei Federal 11.445 – 01/2007, conquistada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), a possibilidade do reconhecimento e remuneração pública pela realização desse serviço por cooperativas e associações foi instituída. Contudo, a sua concretização se verifica em poucos municípios: Londrina/PR, Belo Horizonte/MG, Araraquara, São José do Rio Preto, Diadema, Biritiba Mirim, Arujá e Assis, em São Paulo (MNCR, 2009, p. 57).

A cidade de Campinas-SP, onde se localizam as cooperativas investigadas, ainda não adotou a prerrogativa legal de remuneração das cooperativas pelo serviço de coleta seletiva.

Marcadas pela precariedade e instabilidade, as experiências de trabalho associado no segmento da reciclagem são majoritariamente femininas. A dimensão feminina da precariedade já foi analisada por vários estudos (HARVEY, 2006; ARAÚJO et al, 2004; ABRAMO, 1998; HIRATA, 2007). Esboçar essa relação no âmbito do trabalho associado contribui para mostrar que esse é mais um de muitos desa-

fios que a atuação isolada de cada uma das unidades produtivas não é capaz de solucionar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar as relações sociais de sexo no interior de duas organizações do trabalho associado utilizamos as seguintes categorias: gênero, divisão sexual do trabalho e autogestão.

A categoria gênero cunhada na década de 1970 enfatiza a construção social do “ser homem” e do “ser mulher”. Dessa forma, ela reafirma o que o movimento feminista declara desde a sua origem: homens e mulheres não são, simplesmente, resultado de uma condição biológica. “Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p.13).

Esse conceito contribui para colocar em evidência as diferenças socialmente construídas entre os sexos e para desocultar as hierarquias que se produzem a partir delas. Nesse sentido, estudar as relações de gênero significa também estudar as relações de poder que se estabelecem a partir do sexo.

Se as relações de sexo são um dos pilares sob o qual a hierarquia é construída, é possível relacioná-las com a ideia de autogestão. A autogestão se opõe a heterogestão, e diz respeito à gestão coletiva do trabalho e da vida por todos aqueles nele implicados, e está em oposição a uma gestão centralizada pelos detentores dos meios de produção. A autogestão se propõe a unificar a planificação e a execução do trabalho e a desconstruir as hierarquias entre elas. Nesse processo, propomos também considerar a hierarquia de gênero.

Essa interpretação se mostra pertinente para a pesquisa empírica que realizamos com duas cooperativas populares. As organizações

estudadas são compostas por sujeitos de uma mesma classe social, a classe trabalhadora. Na ausência do antagonismo entre proprietários dos meios de produção e empregados, o gênero se apresenta como uma clivagem importante para compreender as relações de poder no espaço de trabalho.

Para analisar as experiências de trabalho associado também nos valem da teoria da “divisão sexual do trabalho”. Essa divisão é concebida como um princípio organizador do mundo do trabalho (KERGOAT, 2002; MARUANI e HIRATA, 2003).

Segundo essa perspectiva, para compreender a divisão sexual observada no mercado de trabalho é imprescindível relacioná-la com as relações sociais que operam no âmbito reprodutivo. Desta forma, estudar as relações de trabalho sob a perspectiva de gênero significa necessariamente romper as barreiras artificiais entre o âmbito produtivo e o doméstico, e estender a compreensão de trabalho para as atividades que se realizam nesse outro domínio. Segundo Hirata (2003) é somente a partir de uma análise articulada entre o âmbito doméstico e o âmbito produtivo que se têm uma chave explicativa para o lugar e a forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho.

Por meio de diversas pesquisas empíricas em empresas, fábricas e no setor de serviços essas autoras puderam constatar que há dois princípios praticados socialmente que organizam a divisão sexual do trabalho. O primeiro é o de separação: existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres. O segundo é relativo à hierarquização desses tipos de trabalho: o trabalho masculino é considerado mais importante e por isso é mais valorizado do que o trabalho feminino (KERGOAT, 2002).

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres. (...) o “valor” distingue o tra-

balho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do “valor” do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social. (HIRATA, 2003, p. 113)

No mercado de trabalho essa divisão se expressa por meio de uma inegável diferenciação tanto salarial quanto de possibilidades de ascensão e de carreira profissional (FCC, 2009). Em outras palavras, entre um homem e uma mulher, com o mesmo grau de instrução, observa-se que as condições e as retribuições favorecem muito mais a ele do que a ela. No Brasil, o salário masculino é em média 30% superior ao salário feminino (POCHMANN, 2005, p. 84). Nesses termos, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho vem sendo constatada pelos estudos da sociologia do trabalho desde a década de 1980 e persiste até os anos recentes (BRUSCHINI et al, 2008, p. 28-31).

As experiências de trabalho associado não estão imunes a essas constatações. Segundo o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com até 10 sócios são predominantemente femininos. Já os EES com mais de 50 sócios são predominantemente masculinos. Do total de mulheres mapeadas, 36,1% concentra-se no segmento agrícola, 19,6% dedicam-se a fabricação de produtos têxteis, 7,6% estão na fabricação de produtos alimentícios e bebidas e 5,2% estão na confecção de vestuário e acessórios (SIES, 2007).

Comparando homens e mulheres em cada um dos segmentos, destaca-se que na fabricação de produtos têxteis há 85% de mulheres e 15% de homens; e na confecção de artigos de vestuário e acessórios a força de trabalho é composta majoritariamente por mulheres (83%) (SIES, 2007). Enquanto as mulheres estão representadas em segmen-

tos identificados com as funções tradicionalmente femininas, elas representam um percentual menor no grupo de fábricas recuperadas. As fábricas recuperadas, transformadas em cooperativas pelos trabalhadores depois que seus proprietários decretam falência são majoritariamente masculinas (68% de homens e 32% de mulheres)⁵.

Dessa forma, os dados sobre a economia solidária no Brasil convergem com o que diversos estudos na área da sociologia de trabalho apontam para o mercado de trabalho com um todo: a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho desde a década de 1970 carrega as marcas da desigualdade de gênero (MARUANI & HIRATA, 2003).

No segmento da reciclagem, conforme já exposto anteriormente, os dados do SIES apresentam um maior equilíbrio entre a participação feminina e a masculina. Na cidade de Campinas – SP, entretanto, observa-se uma predominância feminina nessas cooperativas. Por meio dos estudos de caso, foi observada uma nítida divisão sexual interna ao empreendimento, uma realidade que não fica evidente a partir das pesquisas estatísticas.

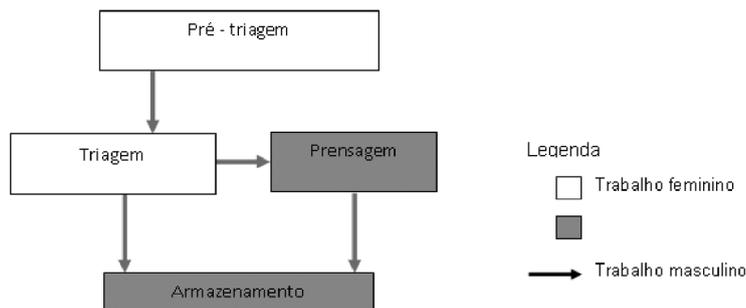
Buscando coerência com a abordagem teórica da divisão sexual proposta por Kergoat (2002) e Hirata (2003) e a análise empírica que realizamos, enfocaremos em um primeiro momento o processo de trabalho no interior das cooperativas investigadas, para em um segundo momento analisar o seu significado a partir das atribuições e necessidades domésticas das mulheres. Assim, a segunda parte da análise empírica se concentra sobre as trajetórias ocupacionais das trabalhadoras entrevistadas. Ao relacionar o âmbito produtivo e reprodutivo, os depoimentos femininos trouxeram muito mais elementos. Por isso, embora homens também tenham sido entrevistados, priorizaremos as falas das mulheres neste texto.

5 Dados do projeto temático Fapesp em andamento "A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero".

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO INTERIOR DAS COOPERATIVAS

Nas duas cooperativas analisadas observamos as mulheres concentradas na etapa de triagem (separação manual do material reciclável por tipo) e os homens dedicados às atividades de prensagem, armazenamento, carregamento de caminhão e transporte dos materiais internamente à cooperativa. A figura a seguir representa essa divisão.

FIG. 1: REPRESENTAÇÃO ATESTA A CONCENTRAÇÃO DE MULHERES NA ETAPA DE TRIAGEM E DE HOMENS EM ATIVIDADES DE Prensagem, ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DOS MATERIAIS



Fonte: Adaptado de Kergoat (2002) e Hirata (2003)

O TRABALHO FEMININO

A atividade de triagem consiste na seleção criteriosa dos mais de 20 tipos de material reciclável. Trabalhando de pé, em bancadas ou mesas de triagem, as mulheres separam os materiais utilizando visão e tato, e por vezes submetendo alguns materiais ao teste de fogo e cor da fumaça, analisando sua flexibilidade e densidade. Esse processo é realizado com agilidade, quase que ininterruptamente, ao longo do expediente.

Quando perguntadas sobre por que há predominantemente mu-

Iheres na atividade de triagem as entrevistadas responderam:

Na minha opinião, mulher tem mais sensibilidade pra triar, tem mais... sei lá. Acho que homem é meio brusco pra triar, não grava direito. Eu imagino isso. Eu acho que mulher é mais... Sensível, aprende mais rápido. Eu acho que homem é mais difícil, na minha opinião. (Da. Cibele, p.31-32, Cooperativa A)

Ah, porque mulher é mais detalhista, né? (Amanda, p.4, Cooperativa A)

O TRABALHO MASCULINO

Os homens, com raras exceções, não realizam a triagem. Eles transportam o material dentro da cooperativa, alimentam as mesas de triagem, prensam o material separado, manejam os fardos e carregam o caminhão. Essas atividades demandam maior esforço físico concentrado e estão relacionadas à utilização de maquinário como prensa e empilhadeira.

Marcela, quando perguntada sobre o motivo de determinados trabalhos serem masculinos, responde:

Acho que é porque é mais pesado. É o mais pesado assim, né, pra puxar assim mesmo é mais pesado e pra tá na prensa também, que tem que mexer com os fardos pesados, é mais eles também, né, e pra carregar caixote... (Marcela, p.11, Cooperativa B)

A partir dessa clara divisão sexual do trabalho, analisamos as variações realizadas em cada cooperativa, em alguma medida estimuladas pelo processo de incubação, e a valoração atribuída aos diferentes trabalhos.

O TRABALHO MASCULINO VALE MAIS DO QUE O TRABALHO FEMININO?

Para responder a essa pergunta costuma-se comparar a remuneração masculina e a feminina. No mercado de trabalho é possível encontrar um gap de remuneração entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções nas mais diferentes categorias profissionais, comparando os seus salários (FCC, 2009). Não é simples responder a essa pergunta no caso das cooperativas populares, uma vez que não existe salário ou outro tipo de remuneração pré-estabelecida. A remuneração de trabalhadores acontece na forma de retirada, em que a sobra mensal é dividida entre os cooperados, oscilando de mês a mês. Existem critérios para realizar essa repartição, foram esses que analisamos na perspectiva de encontrar uma resposta para essa pergunta.

Cooperativa A

Em uma das cooperativas analisadas, que denominamos de Cooperativa A, encontramos um sistema de retirada que se pauta por dois critérios de medição do trabalho: o trabalho feminino da triagem é medido por produtividade e o trabalho masculino e o administrativo são medidos por hora. O raciocínio que embasa tal sistema de retirada compreende o setor da triagem como o coração da produção. É a partir da produtividade das mulheres e da sobra acumulada em um mês com a venda dos materiais que se estipula um coeficiente a ser aplicado aos demais tipos de trabalho. A produtividade mais alta produzida na mesa determina o valor da hora do trabalho administrativo. A produtividade média das mesas determina o valor da hora dos demais trabalhos. Dessa forma, esse sistema de cálculo da retirada incentiva a competitividade no setor feminino. Existe uma forte pressão por produtividade, que atinge mais diretamente as mulheres da mesa e se irradia para os demais setores da produção. Nas entrevistas algumas

mulheres relatam o cansaço mental produzido por esse tipo de situação, pois lidam com mais de 20 categorias de material reciclável que precisam ser separadas no menor tempo possível.

Lá na mesa são vinte e tanto tipos de material que a gente tem que decorar na cabeça e saber onde põe cada um (...) mexe muito com o emocional da gente, com a cabeça, com tudo, na mesa é muito puxado. (Cooperada que trabalha na triagem).

Triar contra o tempo, muitas vezes sacrificando os horários de almoço, do café e das oficinas de incubação era solução encontrada por esse grupo de trabalhadoras.

Esse sistema de retirada articula divisão sexual do trabalho e hierarquização entre funções administrativas e produtivas para atender ao aumento constante da produtividade. Nesse exemplo encontramos as desigualdades de sexo e poder nitidamente imbricadas. A desigualdade de sexo está bastante evidente a partir da pressão exercida sobre o setor exclusivamente feminino. A desigualdade de poder consiste na diferenciação entre os trabalhadores administrativos e os da produção ou entre dirigentes e dirigidos. Dessa forma, os pressupostos que embasam esse sistema de cálculo vão no sentido contrário de um processo produtivo autogestionário, em que a participação do trabalhador possa superar sua capacidade física.

Esse sistema de cálculo da retirada foi implantado por uma assessoria em período anterior à incubação da ITCP. Nenhum dos trabalhadores dominava completamente sua lógica de funcionamento, sendo que a maioria deles estava totalmente alheia à gestão financeira da cooperativa. Diante de tal situação, o processo de incubação proposto pela ITCP/UNICAMP buscou evidenciar e coletivizar as questões subjacentes a forma de remuneração e organização da produção vigente até então nessa cooperativa. Dando voz a todos(as) trabalhadores(as), evidenciando a existência de trabalhos masculinos

e femininos e problematizando o sistema vigente passaram a surgir alternativas. A remuneração de todos os trabalhadores com o critério da quantidade de horas trabalhadas foi a forma que passou a vigorar. Posteriormente à mudança no sistema de retirada observou-se a migração de um homem para a triagem, o setor feminino de trabalho.

Cooperativa B

Com relação aos critérios para a remuneração observamos uma diversidade de situações na cooperativa B. Houve um período em que se aplicava o critério da produção ao trabalho feminino e o critério da quantidade de horas ao trabalho masculino, assim como observado no caso anterior. No entanto, nesta análise de caso, a escolha por tal sistema partiu de uma deliberação clara por parte do coletivo de trabalhadores, que decidiu inclusive por uma maior valorização do trabalho masculino. Essa se justificava pelo reduzido número de homens que compunham o quadro de trabalhadores. Atribuir um maior valor ao trabalho desempenhado por esses deveria ser um estímulo para que eles não deixassem a cooperativa.

Após alguns meses, o sistema que combinava os trabalhos por produção e por hora foi abandonado e substituído pela remuneração de todos os trabalhadores por hora. Este foi posteriormente alterado para um sistema de organização do trabalho em equipes de trabalhadores, em que o critério aplicado era o da produção. Nesse período, os poucos homens executaram também a atividade de triagem. Após um certo período migrou-se novamente para a remuneração de todos os trabalhos por hora.

Quando questionada sobre o motivo da constante variabilidade do sistema de remuneração, a presidente explica:

É, tá por hora. Tá sempre mudando. Por quê? Foi uma técnica que nós usamos que, quando eles começam a enjoar, começam a não produzir por hora, a gente volta à produção. Aí eles

aceleram. Aí quando eles começam assim. A gente tá sempre mudando. A gente faz por grupo. (Fernanda, p.8)

A constante alteração nos sistemas de retiradas provocou alguma variabilidade na divisão sexual do trabalho interna ao empreendimento. Homens já chegaram a trabalhar na triagem e mulheres chegaram a trabalhar com a prensa e a empilhadeira. No entanto, as falas dos cooperados evidenciam que, quando as mulheres estão concentradas na triagem e os homens na função de alimentação das mesas e na prensagem o trabalho rende mais:

É... Não, agora, agora nesse período não vai... É difícil homem na mesa agora, porque o homem vai ter que fazer esse processo, abastecer a mesa e esvaziar a mesa. Tamo em quatro aqui, quando não tem ninguém na prensa, tá todo mundo aqui fora, mas quando tem alguém na prensa, tem que ter mais ou menos dois na prensa. Então dois fica aqui, abastecendo e tirando, esvaziando a mesa. Então agora, as mulher que ficam mais na mesa que os homem, os homem agora vão fazer outras coisa, como abastecer a mesa e tirar [esvaziar a mesa]. (José, p.22).

Ah, porque acho que é melhor, né? Porque eles enchendo bag e a gente ficando na mesa, acho que o trabalho rende mais. A gente só sai da mesa pra almoçar, pra tomar café. Aí assim, pra mim rende mais. (Cleonice, p.14).

ANÁLISE COMPARATIVA

Na Cooperativa A observamos a alteração de um sistema de retirada que pressionava fortemente o setor feminino para um sistema que atribui os mesmos critérios de remuneração para homens e mulheres; na Cooperativa B constatamos que as mudanças constantes nos sistemas de retirada provocaram algumas alterações na divisão sexual interna ao empreendimento. Esses exemplos mostram que o trabalho associado é um terreno fértil para a introdução de algumas

modificações no que se refere às relações de gênero no ambiente do trabalho. Os trabalhadores estão dispostos a discutir e alterar algumas configurações. Ao mesmo tempo em que os empreendimentos se arriscam a realizar novas experiências e adotar novas formas de organização, diante de uma maior pressão do mercado, eles se vêem obrigados a regredir a formatos em que a eficiência produtiva e a condição de sexo estão atreladas.

Nesse sentido é preciso lembrar que a divisão sexual do trabalho não é apenas uma construção particular de cada cooperativa, mas uma organização social estruturante que se impõe a cada empreendimento. O caso da Cooperativa B mostra que toda vez que é preciso intensificar o processo de trabalho, a divisão sexual do trabalho se recoloca de forma mais nítida. Assim, essa divisão observada nas duas cooperativas está a serviço da lógica de aumento constante de produtividade imposta pelo mercado.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DO ENFOQUE REPRODUTIVO

Após descrever a organização do trabalho e as formas de remuneração praticadas pelas cooperativas entrevistamos trabalhadoras dos dois empreendimentos. Entre as mulheres foi possível constatar um significado comum para o trabalho associado.

A tabela 1 apresentada, resume alguns dados da trajetória ocupacional das mulheres entrevistadas.

TABELA 1: MULHERES ENTREVISTADAS - RESUMO DA TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

Nome	Raça/ cor/ etnia	Estado civil	Escolaridade	Ocupação anterior	Anos de CLT
Rose	morena	solteira	E.M incompleto	catadora de material	0
Amanda	negra	união estável	E.M incompleto	revendedora Avon	0
Sílvia	negra	casada	E.M completo	20 anos dona de casa	11
Da. Cibele	negra	viúva	4a. série	doméstica	5
Da. Carolina	negra	casada	4a. série	15 anos dona de casa	0
Marcela	morena	viúva	3a. série	catadora de material	0
Cleonice	branca	solteira	4a. série	6 anos dona de casa	10
Da. Lourdes	morena	casada	1a. série	catadora de material	20
Fernanda	branca	casada	Superior incompleto	18 anos dona de casa	6

As mulheres entrevistadas, pertencentes às duas cooperativas estudadas, se declararam majoritariamente morenas ou negras e possuem baixa escolaridade (sendo que apenas uma possui ensino superior incompleto e as duas mais jovens, ensino médio incompleto). Quatro das nove entrevistadas nunca tiveram carteira assinada. Três tiveram vínculo trabalhista superior ou igual a dez anos, destas, duas possuem idade acima de 50 anos.

As nove entrevistadas encontravam-se excluídas do mercado formal de trabalho antes de ingressarem na cooperativa. Em relação à

ocupação que precedeu a entrada no empreendimento, uma era empregada doméstica, 4 eram donas de casa e 4 realizavam trabalhos informais, destas, duas eram catadoras de resíduo reciclável.

A tabela 2 resume a situação socioeconômica atual das mulheres entrevistadas.

TABELA 2: MULHERES ENTREVISTADAS - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA ATUAL

Nome	Coop.	Idade	Retirada média (R\$)	Família possui outra renda?	É da renda principal da família?	Filhos que precisam de atenção especial?	Quant. de dependentes
Rose	A	26	450	Bolsa-família	sim	não	5
Amanda	A	28	600	às vezes	sim	sim	3
Sílvia	A	52	500	sim	não	não	4
Da. Cibele	A	53	550	pensão marido	sim (somadas)	sim	2 ou mais
Da. Carolina	B	57	400	às vezes	sim	sim	5
Marcela	B	42	450	às vezes	sim	sim	2
Cleonice	B	38	200	benefício filho	sim (somadas)	sim	2
Da. Lourdes	B	62	175	sim	não	não	0
Fernanda		49	N/R	sim	não	não	3

A retirada média das mulheres entrevistadas varia entre R\$ 175,00 e R\$ 600,00, como ilustra a tabela 2. Duas mulheres declararam receber retiradas extremamente baixas (R\$ 175,00 e R\$ 200,00). A

média de retirada do grupo das mulheres é de R\$ 415,00. Seis delas recebem a principal renda da família. Em três casos a renda proveniente do trabalho na cooperativa é complementada por benefício social ou pensão.

Uma questão que chamou a atenção é que cinco mulheres relataram ter filhos que necessitam de atenção especial. As mulheres que estão nesta situação são todas chefes de família.

A quantidade significativa de mulheres chefes de família é condizente com as estatísticas mais recentes. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), de 1993 a 2007 a proporção de famílias chefiadas por mulheres aumentou no país. Em 1993, essa proporção era de 22,3%. Em 2007, passou a ser de 33%. A concentração é maior entre as famílias pobres. Apesar dessas evidências, a representação social da renda feminina com caráter de complementaridade ainda está muito presente e contribui para sustentar a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho de maneira geral (HIRATA, 2007, p.105).

ARTICULAÇÃO ENTRE VIDA FAMILIAR E VIDA PROFISSIONAL

A partir das entrevistas fica evidente que a participação das mulheres nas cooperativas investigadas está fortemente relacionada à possibilidade de conjugar as atividades produtivas e reprodutivas.

Das entrevistadas, há um grupo de 5 mulheres com idade entre 38 e 57 anos que já tiveram atividade remunerada (registrada ou não) e que ficaram afastadas do mercado de trabalho devido aos ao casamento, à maternidade e a outras atividades de cuidado.

Daí... eu fiquei grávida de um menino e eu fiquei doente. E nessa doença aí, eu, ele também ficou doente. Daí teve que ficar em tratamento, né? Daí ele tinha que ter bastante cuida-

do médico assim, então toda hora eu tinha que levar ele na UNICAMP... Dar remédio na hora certa, não podia deixar com outra pessoa, né? Aí eu fiquei 15 anos sem trabalhar. (Da. Carolina, 57 anos, cooperativa B, p.5).

É porque ele teve... Teve paralisia cerebral. Aí ele tem uma, uma deficiência na perna esquerda. Aí ele andou com seis anos. Aí esses tempos eu num fui trabalhar, né? Tava fazendo tratamento direto, aí eu tive que ficar em casa com ele. (Cleonice, 38 anos, cooperativa B, p.3).

Então é o seguinte: aí casei, né, e parei de trabalhar, pra qual foi minha surpresa, né, porque eu era meio boba, sempre fui meia boba, né? (...) só sei que ele [o marido] ficou sete anos direto preso. Foi quando eu já tinha as crianças (...). Até então eu e minha sogra, aí eu e minha sogra convencendo ele pra deixar eu trabalhar, porque só minha sogra! Não é mole, né?! - Deixa ela ir! Daí ele deixou eu ir trabalhar de doméstica numa casa de uma pessoa que era crente porque eu também era evangélica. (Da. Cibele, 53 anos, cooperativa A, p.3-4).

Daí entrei numa clínica de patologia [...], ali eu trabalhei 3 anos e meio e ali foi o último emprego assim. Porque depois eu casei e aí eu fiquei 20 anos em casa. (...) Eu fiz trabalhos, mas voluntários. Não, nada registrado. Porque quando tá em casa, sempre alguma coisinha a gente faz, agora registrado não. (Da. Sílvia, 52 anos, cooperativa A, p.1).

Eu vim pra cá [Campinas] em 84. Aí fiquei sem trabalhar até... Aí nasceu os meninos, nasceu os filhos, foram, foram, foram. Até...Eu casei e vim pra cá. Meu marido é estudante, é, é estudante, fazia mestrado na UNICAMP. Na área da física. Aí eu vim pra cá. Aí eu fiquei fazendo mais trabalho voluntário, trabalho de igreja, pra cá, pra lá, fazendo alguma coisa. (Fernanda, 49 anos, cooperativa B, p.2).

Diante da dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho

com carteira assinada, devido à idade, a cooperativa surge para essas mulheres como possibilidade de voltar a ter uma ocupação remunerada. Apesar do grupo de mulheres acima de 38 anos de idade ser majoritário, é preciso notar há também jovens, entre 24 e 28 anos, com ensino médio incompleto e que nunca tiveram Carteira de Trabalho. Dentro da sua trajetória ocupacional, o trabalho na cooperativa representa a atividade ocupacional de maior duração e remuneração. A ocupação anterior de uma delas era revendedora da Avon, cuja remuneração correspondia apenas à comissão de 20% das vendas que realizava. Outra trabalhadora jovem catava resíduo reciclável na rua e contribuía informalmente com os serviços administrativos de um depósito de material reciclável. Apesar da experiência na cooperativa ser significativa na trajetória dessas jovens, está longe daquilo que elas sonham para si. Todas afirmam que trocariam a cooperativa por um trabalho com carteira assinada e remuneração equivalente. Neste sentido, uma trabalhadora explica:

Se eu sair hoje daqui eu não tenho nada; vou sair como eu entrei, com nada! Com uma mão na frente, outra atrás. Pelo menos no serviço registrado eu tenho meus direito, né? São poucos, mas tenho. (Amanda, 28 anos, cooperativa A, p.9).

A partir de um corte geracional no grupo das mulheres, constata-se a inserção ocupacional das jovens por meio do trabalho associado diante da baixa oportunidade de emprego. Nota-se também a reinserção ocupacional das mulheres de mais idade após um longo período de afastamento do mercado de trabalho devido ao trabalho doméstico, à maternidade ou ao cuidado de pessoas doentes na família. A possibilidade de inserção ou reinserção por meio do trabalho associado é uma primeira constatação possível a partir da perspectiva analítica de gênero, que combina os universos produtivo e reprodutivo.

Esse enfoque é importante porque contesta as análises sobre o

mercado de trabalho que se pretendem neutras em relação ao gênero. Tal como defendem as pesquisas sobre sociologia do trabalho e gênero: O fato das mulheres serem socialmente responsabilizadas pelo trabalho de cuidados, por terem de se ausentar do mercado de trabalho para se dedicar a essas tarefas, é determinante para definir o lugar que ocupam no âmbito produtivo.

As entrevistas indicam que, além de permitir a entrada de mulheres excluídas do mercado de trabalho devido a uma maior margem de conciliação entre os papéis produtivo e reprodutivo, os acordos “flexíveis” estabelecidos durante o trabalho associado possibilitam a permanência delas no empreendimento. Para várias mulheres, devido à dimensão dos problemas que enfrentam no âmbito “privado”, o trabalho associado significa, às vezes, a única possibilidade de conjugar as atividades produtivas com suas responsabilidades reprodutivas.

Não porque eu vim aqui, né? E conversei com o, porque todo serviço que eu arrumava, que eu falava assim, do meu menino que tinha problema, que eu falava que eu tinha que faltar na segunda e na quarta que ele faz fisioterapia, né? Ninguém aceitava, né? Aí eu vim aqui, conversei com a Fernanda, aí ela aceitou, aí eu fiquei. Porque nenhum serviço concordava, né? Aí só aqui mesmo, aí fiquei até hoje. (Cleonice, 38 anos, cooperativa B, p.5).

Muitas precisam se ausentar com frequência do trabalho para acompanhar o tratamento médico dos filhos:

Ela [a cooperativa] é mais compreensiva nessa parte é, né? Porque se você precisar sair pra levar um filho no médico, tipo alguém liga pra dizer que tem algum filho seu doente. Eles não reclama de você sair. Mas já sabendo que você não vai ganhar aquela hora que você sai mais cedo ou aquele dia que você não vem. (Rose, 26 anos, cooperativa A, p. 17).

Outras faltam ao trabalho para comparecer ao Juizado da Infância e da Juventude:

Hoje mesmo eu cheguei... aqui hoje, porque eu estava... das criança... do negócio do juiz lá, porque meus menino não quer estudar, porque eles tão ficando até mais tarde na rua e tava mexendo com droga, então eu tive que ficar em casa, eu tive que ficar hoje em casa, e agora eu vou ter que faltar de quinze em quinze dias, vou ter que faltar, né, porque eu vou ter que ir lá. (Marcela 42 anos, cooperativa B, p.12)

Outras necessitam conciliar sua atividade na cooperativa com os constantes conflitos em família, como Da. Cibele, que muitas vezes deixou o empreendimento para resolver brigas em sua casa:

E eu quando descia pro depósito: Ah, Cibele corre aqui que eles estão se matando. Toda hora isso, chegou um mês que foi um mês inteiro desse jeito. (Da. Cibele, 53 anos, cooperativa A, p.21).

Para outras, como Amanda, que tem precisa periodicamente acompanhar o tratamento de sua filha, a possibilidade de conciliação é o único motivo pelo qual ainda não deixou a cooperativa.

Por isso que é difícil pra mim... Eu arrumar outro... Por isso que eu não saí daqui até hoje, pra falar a verdade! Se eu entrar num emprego hoje não sei como vou conciliar isto... Das minhas faltas... Numa empresa é diferente, né... Não sei... Por isso que até hoje eu não saí daqui... E porque também nunca tive uma proposta diferente daqui... (Amanda, 28 anos, cooperativa A).

A conjugação entre os papéis produtivo e reprodutivo possibilitada pelo trabalho associado é um tema fortemente presente nos de-

poimentos de todas as cooperadas. Em relação a essa questão, o grupo de mulheres é uniforme. Conforme os trechos de depoimento acima evidenciam, os tipos de problemas enfrentados por estas mulheres são de diversas ordens: saúde, educação, drogadição por parte dos filhos, problemas de relacionamento entre os membros da família etc. Eles refletem a situação de vulnerabilidade social à qual parte dessas mulheres está submetida e a cujo combate se sente fortemente implicada.

Desta forma, fica evidente que a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva não é uma situação harmoniosa, mas uma tensão constante que recai fortemente sobre as mulheres. Esses depoimentos colocam em evidência, tal como define Hirata (2005), “a natureza fundamentalmente conflituosa das mulheres suportarem simultaneamente as responsabilidades profissionais e familiares.”⁶

Todas afirmam que a cooperativa é mais compreensiva em relação às faltas dos trabalhadores em comparação a uma empresa comum. Como a maioria passa por problemas familiares e sociais, existe compreensão pela ausência de companheiros no trabalho. No entanto, o prejuízo decorrente da ausência é sempre individual. Esse é um acordo tácito.

Já faltei muitas vezes. Tinha vez que é doente, uma criança... Tem que ir atrás, né? Às vezes é o marido, é aquela coisa. (...) Ah, às vezes eles não querem que a gente falta, né, que é, prejudica a cooperativa também, né? Que aí falta um dia, já é um dia que a gente ficou sem produzir. A produção abaixa, né? Então a gente tem que vir outro dia pra repor aquilo que a gente faltou. Não é que eles são ruim, é que eles não pode mesmo, né? Não pode faltar. E a gente sabe que não pode, mas as coisa não é igual a gente quer, né? Por a gente, a gente nunca faltava, tá aí toda hora. Mas a gente, problema aparece, não tem como não faltar. (Da. Carolina, 57 anos, cooperativa B, p.10-11)

6 Tradução livre do alemão.

Os problemas dessa ordem não são explicitados ou coletivizados no âmbito da cooperativa. Não são criadas regras ou acordos explícitos contemplando essas situações. Mas, na falta – e talvez na impossibilidade – de uma gestão coletiva que contemple os problemas e conflitos administrados por cada uma das mulheres, há exemplos de esquemas individuais que permitem a melhor conciliação. Conforme exposto anteriormente, existem duas formas de remuneração nas cooperativas de triagem de resíduos sólidos: por hora trabalhada ou por produção. Amanda, uma trabalhadora jovem, prefere ser remunerada por sua produção, pois precisa faltar muito para acompanhar o tratamento de sua filha. Ela explica:

Pra mim, que tenho minha filha que faz tratamento lá na UNICAMP. Eu sempre falto, não falto? Aí dá tempo pra eu fazer minha produção e correr atrás. Por hora eu não tenho como correr atrás, eu perco. E por produção eu falto, mas eu corro e chego na minha meta e por hora não tem jeito. Perdeu o dia, perdeu o dinheiro. (Amanda, 28 anos, cooperativa A, p.4)

Essa trabalhadora administra a sua produtividade conforme a necessidade de se ausentar. Ela possui uma produtividade média e uma meta semanal. Quando precisa faltar algum dia, compensa a produção trabalhando mais nos outros dias da semana. Intensificando seu ritmo de trabalho quando necessário, conseguia trabalhar e acompanhar o tratamento da filha, mantendo a mesma retirada. Esse é um exemplo de uma disciplina individualmente criada e adaptada ao sistema de remuneração até então existente na cooperativa.

Para outra trabalhadora, já idosa, essa não seria uma alternativa. Ela tem problemas na visão e não consegue produzir muito; em contrapartida, trabalha bastante na limpeza e na cozinha do empreendimento. Para ela, não pode existir rigidez na cobrança das faltas, pois a remuneração já é tão baixa que não justifica um possível desconto por

motivo de falta ou atraso. Haveria sim como introduzir esta regra se a remuneração fosse fixa e estável, tal como nos contratos via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Eu acho ela severa por um motivo. Eu acho que ela não pode ser assim porque ela não tem o salário completo pra dar pra gente. Então se chegasse no dia, o dinheirinho, igual na firma, fosse certinho, eu achava certo. Mas não, a firma tem a lei, mas ela também tem o pagamento certo, e aqui não, então não pode também ser assim, isso eu acho contra. Você fica, fica, trabalhando aqui, não falta nenhum dia, se você chega uma hora atrasado tem desconto, mas você já não vai ter nada, tem às vezes o mês não vai dar nada, você vai receber R\$ 200,00, R\$ 150,00, ainda tem que descontar aqueles minutos que você chegou atrasado! A firma não, eu acho mais severo, aí você vai trabalhar o mês todo, mas você não vai receber tudo o que eu trabalhei. Aqui você falta ou não falta e é aquele tiquinho mesmo que você vai receber. Na firma, você não falta, mas você sabe que o seu salário tá completo. (Da. Lourdes, 62 anos, Cooperativa B, p.7).

A remuneração variável e em grande medida dependente da produtividade individual justifica a possibilidade de falta das trabalhadoras, o que lhes permite conciliar as atividades reprodutivas com o trabalho. Por outro lado, essa instabilidade na frequência ao trabalho também contribui para a instabilidade na remuneração, sendo essa não apenas uma relação individual: 3 ou 4 faltas no mesmo grupo podem prejudicar a produtividade de quem veio. Dessa forma se estabelece um círculo vicioso: a remuneração instável justifica faltas que possibilitam a conciliação das atividades produtivas e reprodutivas. De outro lado, as faltas contribuem para maior instabilidade na remuneração não só dessas trabalhadoras, mas do grupo de maneira geral.

Essas situações analisadas nos permitem afirmar que existe uma forte relação entre a precariedade das condições de trabalho obser-

vadas nas duas cooperativas e a predominância de mulheres nos dois empreendimentos. A gestão flexível dos tempos de trabalho produtivo e reprodutivo, vista como positiva pelas mulheres entrevistadas, é um dos elos entre gênero e precariedade. As mulheres precisam de tempo para dar conta das questões de âmbito reprodutivo. A gestão da cooperativa é compreensiva com essa situação, mas assume o ônus financeiro dessa condição. Neste tocante, a cooperativa acaba por produzir um mecanismo que combina a gestão do empreendimento com a gestão da condição de pobreza à qual seus trabalhadores estão submetidos.

Para o grupo das mulheres entrevistadas foi possível identificar um sentido comum para o trabalho associado, que para elas representa a possibilidade de inserção, reinserção ou permanência em uma atividade remunerada. O grupo dos homens entrevistados é bastante heterogêneo, não sendo possível estabelecer um sentido comum a respeito do trabalho associado. Para alguns, representa uma melhora em relação às ocupações anteriores; para outros uma piora; e para outros ainda uma complementação à aposentadoria.

CONCLUSÃO

Ao ampliarmos o olhar da divisão sexual do trabalho para as responsabilidades reprodutivas, foi possível constatar uma diferença significativa entre os sentidos do trabalho associado para os homens e para as mulheres. Para as mulheres entrevistadas, o trabalho associado representa uma ocupação de grande duração e com remuneração significativa em suas trajetórias ocupacionais. Além disso, devido à situação de vulnerabilidade social em que se encontram esses trabalhadores, a possibilidade de conjugar a atividade produtiva com as inúmeras responsabilidades reprodutivas que possuem é uma característica marcante em quase todos os depoimentos. As mulheres ausentam-se periodicamente para acompanhar o tratamento médico

de filhos e para amparar conflitos familiares, entre outros motivos. Para algumas, a cooperativa é o único espaço possível que compreende e tolera a necessidade de ausência para atender os diversos problemas enfrentados no plano familiar. As experiências dos homens entrevistados estão marcadas por uma maior heterogeneidade e estes não mencionam esse tipo de questão em seu depoimento.

Em relação às mulheres, a inconstância da vida cotidiana, determinada pela gravidade dos problemas que se antepõem à responsabilidade do trabalho produtivo, se combina com os imperativos da acumulação flexível (HARVEY, 2006). A ausência das mulheres é compreendida, mas não é amparada financeiramente pela cooperativa. Elas podem faltar, mas receberão menos ou terão que repor a produção. Nesse caso, flexibilidade é menos sinônimo de mobilidade e liberdade, mas mais de precariedade, instabilidade e articulação entre o enfrentamento dos problemas familiares e a possibilidade de alguma sustentação financeira. Tanto a flexibilidade das relações de trabalho quanto à responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas sociais em nível micro recaem mais fortemente sobre as mulheres, confirmando a perspectiva postulada pela economia feminista, de que as mulheres possuem um importante papel na gestão invisível das crises econômicas e sociais. Gestão esta que, segundo essa perspectiva, um dos pilares ocultos sob o qual o sistema econômico se sustenta (BENERÍA, 2004; CARRASCO, 2006).

Dessa forma, a predominância da mão de obra feminina nesse segmento, a divisão sexual do trabalho interna às cooperativas e a possibilidade de conjugação das atividades produtivas e reprodutivas por parte das mulheres são três dimensões de gênero que se revelaram entrelaçadas e configuram uma condição de exploração específica dessa mulher trabalhadora.

Nesse sentido, esta pesquisa se soma a uma série de estudos que procuraram detectar as repercussões das novas formas de organiza-

ção do capital sobre a classe trabalhadora, em especial sobre a centralidade do trabalho feminino e precário nessas novas (ou velhas) configurações (HARVEY, 2006; ARAÚJO et al, 2004; ABRAMO, 1998; HIRATA, 2007).

Ao mesmo tempo, esta pesquisa não assume que essa é uma tendência inexorável, mas demonstra que existe espaço e possibilidade para a construção de resistência a esse cenário. Destacamos que o MNCR já conquistou uma lei que possibilita que as prefeituras remunerem associações e cooperativas de catadores pelo serviço de coleta (BRASIL, 2007). Desta forma, já existe a possibilidade concreta de que esses trabalhadores tenham uma remuneração fixa pelo serviço que prestam, independentemente da venda dos materiais no mercado.

Esta pesquisa contribui para destacar que a questão da divisão sexual do trabalho e da desigualdade de gênero também é um tema que precisa ser cada vez mais observado. Mesmo com todas as limitações, as experiências investigadas ensaiam formas de gestão mais democráticas. Nesse exercício, o enfoque de gênero contribui para mostrar que uma outra relação entre a esfera produtiva e reprodutiva precisa ser pensada com vistas a uma divisão mais justa do trabalho entre os sexos. Se com todos os seus limites o trabalho associado pode conter ensaios para uma organização produtiva que corresponda aos interesses de seus trabalhadores, a existência de homens e mulheres não deve ficar invisível nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO. Lais. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, L. e ABREU, Alice R. P. (orgs). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo/ Rio de Janeiro, ALAST, 1998.

ARAÚJO, Angela M. C; AMORIM, Elaine R. A, FERREIRA, Verônica C. Os sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004. Texto disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf. Acesso em 30 de mar. 2010.

BRASIL, Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 11 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. - altera art 24, inciso XXVII da lei 8.666/93: dispensa licitação em caso de contratação para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm Consultado em 03/04/2010.

BENERÍA, Lourdes. La mujer y el género en la economía: un panorama general. In: VILLOTA, Paloma de. **Economía y Género – macroeconomía, política fiscal y liberalización**. Análisis de su impacto sobre las mujeres. Barcelona: Icaria, 2004. p. 23-74.

BRUSCHINI, Cristina et al. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina et al (org.). **Mercado de trabalho e gênero – comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 15-33.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol 23, n. 67 jun. 2008. p. 101-116.

CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesus (Org.) **Estudios sobre género y economía**, Madrid: Akal, 2006.

FCC, Fundação Carlos Chagas. **Ganhos de homens, ganhos de**

mulheres, 2009. Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/ghgm.html

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danielle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Ed. Senac, 2003. p. 111-123.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA e SEGNINI, Liliana (Org.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 88-105.

HIRATA, Helena. Überlegungen zur “Vereinbarkeit” von Familie und Beruf – Ein Versuch das terrain zu sondieren. **Feministische Studien**, Suttgart: Lucius & Lucius, 2005. vol.23, no.2, p.312-319.

ITCP, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **Empírica, metodologia de incubação**. Campinas-SP: Ed. IE/UNICAMP, 2009. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/empirica>>. Acesso em 17 de fev.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Revista Pró-posições Faculdade de Educação**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, v.13, n 1 (37), jan/abr. 2002. p. 47-59.

LIMA, Dumara Regina de. A cadeia produtiva da lata de alumínio com foco no catador e os dois circuitos da reciclagem no Brasil. In: ZANIN, Maria e GUTIERREZ, Rafaela F. (Org.) **Economia Solidária: Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para geração de Trabalho e Renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. p.224-235.

MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras**

da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

POCHMAN, Márcio. Emprego e custo do trabalho feminino no Brasil no final do século XX. In: Organização Internacional do Trabalho. **Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres.** Ed Lais Abramo, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990

WIRTH, Ioli Gewehr. Trabalho e gênero em cooperativas de triagem de resíduos sólidos. In: ZANIN, Maria e GUTIERREZ, Rafaela F. (org.) **Economia Solidária:** Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para geração de Trabalho e Renda. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 307 – 315.

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem:** um caminho para a construção da autogestão. Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2010.

Incubação de grupos de catadores de resíduos sólidos, compartilhando conhecimentos e construindo inovação social

– Ana Dubeux

Professora do Departamento de Educação, Programa de Associativismo para a Pesquisa, Ensino e Extensão – PAPE da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É membro da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBA-COOP) desta universidade e atualmente é coordenadora do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE). E-mail: anadubeux66@gmail.com

As preocupações com o meio ambiente parecem, nos últimos tempos, ocupar o centro das inquietudes dos governos, das empresas e da sociedade civil em geral numa escala global. Expressões como aquecimento global, protocolo de Kyoto, agenda XXI e desenvolvimento sustentável atualmente incorporam-se ao vocabulário dos cidadãos comuns, a partir de sua divulgação na mídia televisiva e escrita. Tais temáticas também ocupam o centro dos debates políticos mais contemporâneos em quase todos os encontros dos líderes políticos mundiais.

O que não parece estar presente em tais debates é a relação que nós podemos estabelecer entre os problemas ambientais que afligem o planeta e as transformações e impactos das mudanças operadas pelo paradigma socioeconômico dominante: o capitalismo. Discutir sustentabilidade e meio ambiente na atualidade significa questionar a forma como o mundo globalizado se relaciona com a produção, a comercialização e o consumo em geral e como as riquezas geradas neste processo são distribuídas.

O Brasil, como alguns outros países emergentes, apesar de estar enfrentando de maneira relativamente tranquila os impactos da última crise deste modelo hegemônico, é um país de fortes contradições no que se refere ao processo de produção e distribuição das riquezas produzidas, uma vez que as taxas de concentração de riquezas uma das mais altas no mundo. Os índices de desemprego e subemprego demonstram de maneira eficaz nossa reflexão. O processo de desenvolvimento implementado no Brasil é de natureza excludente, principalmente no que se refere à inserção de trabalhadores no mercado formal do trabalho. A diminuição dos postos de trabalho nos anos 90, provocada por um processo de desindustrialização do país e agravada pela crise financeira recente é talvez uma das consequências mais graves para os trabalhadores brasileiros. De um lado, uma pequena parte da sociedade detém uma grande parte da riqueza, do outro, uma boa parte da sociedade brasileira é obrigada a viver em condições de pobreza

extrema, em alguns casos, de miséria absoluta. Esta situação gera por sua vez, uma condição de marginalidade social nas grandes cidades brasileiras, dentre as quais podemos incluir a Região Metropolitana do Recife, contexto que referencia a análise realizada neste trabalho.

Esta camada da população, que reside principalmente nas periferias das grandes cidades, reflete esta marginalidade no território que ocupa. Afastados dos centros das cidades (algumas vezes com distâncias superiores a 40 km), esta população se concentra em regiões sem a infraestrutura e os serviços, mesmo que precários, oferecidos pelo Estado (educação, saúde, transporte, eletricidade, água potável, esgoto, coleta de lixo, entre outros). Esta realidade segrega as grandes cidades em duas realidades opostas: de um lado a realidade formal que apresenta toda uma infraestrutura e oferece aos habitantes um mínimo de bem estar social e, do outro lado, a cidade marginal e/ou informal, onde há um enorme déficit de políticas públicas e as consequências às quais se submetem os indivíduos que lá habitam. Nos bairros e pequenas cidades de periferia, as taxas de mortalidade infantil, de desemprego, de analfabetismo, de indivíduos que sobrevivem graças ao tráfico de drogas e de qualidade de vida são mais evidentes que em outros lugares.

O crescimento rápido e desordenado das grandes cidades traz em seu bojo uma problemática muito importante: o espaço e o meio ambiente urbanos sofrem modificações radicais nos fluxos de energia e de materiais e incorporam novas dinâmicas em suas histórias. É o caso da trajetória percorrida pelos alimentos que “entram” na cidade e dos resíduos que “saem” e se acumulam, é o tratamento dos esgotos e seu destino final, que frequentemente são despejados em rios ou mares, na maior parte das vezes sem nenhum tratamento, e normalmente numa escala muito maior do que o meio ambiente pode absorver.

Este texto descreverá o caso da Cooperativa de Reciclagem de Plásticos de Abreu e Lima e da Associação Erick Soares de Catadores

de Materiais Recicláveis que, com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, desenvolveu o projeto “Reciclação” de coleta seletiva de resíduos sólidos em Abreu e Lima, sem apoio do poder público e com o financiamento da Petrobrás. A base do trabalho desenvolvido foi a solidariedade e a reciprocidade desenvolvida entre os grupos e os habitantes da cidade, não somente numa perspectiva de troca de saberes, mas também de buscar contribuir para a resolução de problemas ambientais, econômicos e sociais desta última.

O CONTEXTO

A região metropolitana do Recife é composta por 12 municípios onde vivem aproximadamente três milhões de habitantes e é a principal região de depósito de resíduos sólidos do Estado de Pernambuco, situado no Nordeste brasileiro. E, conseqüentemente, é também a região onde podemos encontrar, principalmente, dado o porte de Recife – capital do estado –, uma maior organização da chamada cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos. Nesta região podemos encontrar diversas indústrias que reciclam materiais diversos tais como o papelão, o papel, o plástico, o ferro, o vidro, entre outros. Esta cadeia produtiva é muito bem estruturada e se fortalece cada vez mais, sobretudo, devido ao trabalho dos catadores de resíduos recicláveis que vivem numa enorme fragilidade econômica e social e em condições de trabalho extremamente precárias.

Abreu e Lima, a cidade onde desenvolvemos o trabalho com os catadores localiza-se nesta região, e distancia-se em 20 km de Recife, a capital do estado. A cidade possui 95.198 habitantes que se distribuem num espaço de 126 km². A população é majoritariamente urbana, ou seja, 77.696 habitantes na zona urbana e 17.502 que residem na zona rural.

Boa parte da população de Abreu e Lima trabalha nas grandes cidades do entorno, tais como Recife ou Olinda. Na cidade, uma das principais atividades econômicas são os serviços, que inclusive servem de atrativo para outras pequenas e médias cidades do entorno. O comércio é responsável por cerca de 76% do emprego total da cidade. A grande maioria da população ativa da cidade sobrevive da economia popular ou informal. Na zona mais rural da cidade, encontramos cultivo de produtos de agricultura de subsistência, tais como o coco, o inhame, a banana, a mandioca e árvores frutíferas em geral.

A cidade, que num passado não muito distante, possuía um parque industrial importante, principalmente na área têxtil (anos 70), assistiu à falência e fechamento de várias dessas indústrias, assim como ao fechamento da mina de Fosfato, cujo terreno foi ocupado pelos moradores do bairro onde hoje moram os catadores e onde o projeto foi desenvolvido. O processo de desindustrialização da cidade é um fenômeno mundial que vem atingindo inúmeras cidades de pequeno e médio porte, cuja economia gira em torno de uma ou duas fábricas. E as consequências desse processo são enormes para a população local, pois aumentam os índices de desemprego, ao mesmo tempo em que se impõe uma necessidade de novas perspectivas de formação e qualificação profissional. Para as camadas da população sem formação ou mesmo não alfabetizada, como é o caso da maioria dos catadores com quem trabalhamos no projeto, esta alternativa não é viável e a alternativa é a economia informal ou popular.

Em Abreu e Lima, uma boa parte da população não consegue aceder ao mercado formal de trabalho e isto normalmente está vinculado não somente a um baixo nível de escolaridade, mas também a uma enorme dificuldade de acessar a educação, a cultura, o lazer, a alimentação, a habitação e o trabalho. Mais recentemente esta situação passou a motivar os habitantes da cidade a organizar grupos associativos para o desenvolvimento de atividades econômicas que pos-

sam permitir sua sobrevivência. Uma das atividades que se incluem nesta dinâmica no momento em que iniciamos o projeto é a coleta de resíduos sólidos no lixão de Inhamã, que hoje foi fechado pelo poder público¹.

No bairro do Fosfato vive uma população de quase 30 mil habitantes. Este bairro é estigmatizado na cidade em função da condição de pobreza que atinge a população, que procura sobreviver da economia informal, e onde os jovens mantêm uma forte atividade econômica ilegal, vinculada ao tráfico de drogas e à marginalidade. O bairro pode ser considerado como de grande vulnerabilidade social e econômica. Nesse contexto, as mulheres aparecem como motores de um processo de mudança e transformação social, pois, corriqueiramente responsáveis pela sobrevivência da família, desenvolvem atividades associativas na perspectiva de reprodução da vida e do desenvolvimento dos potenciais existentes na comunidade.

A articulação dessas relações entre os habitantes, os movimentos sociais, o apoio de algumas ONG's, entre outros, permitiu nos últimos tempos, o nascimento de iniciativas locais que se opõem e resistem à tendência hegemônica de desestruturação do tecido social e ao mesmo tempo criam oportunidades de geração de trabalho e renda para a população.

Entre outras experiências, o que chamou a atenção da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco no bairro foi a existência de dois grupos

1 A problemática do fechamento dos lixões é extremamente complexa e temos acompanhado a discussão política de alguns desses processos que, por um lado, de um ponto de vista ecológico, ambiental e mesmo social se observa as condições desumanas dos catadores que nele trabalham, devem mesmo caminhar para a extinção; por outro, se o processo de fechamento não é acompanhado por uma discussão com os catadores que lá trabalham permitindo a busca de soluções conjuntas (poder público e organizações de catadores) reveste-se de características extremamente cruéis para este público que encontrava no lixão uma das únicas alternativas de sobrevivência.

com um relativo grau de organização ligados à atividade da reciclagem. O primeiro, a Cooperativa de Reciclagem de Plásticos de Abreu e Lima (COOREPLAST), composta por uma maioria de mulheres que trabalham na reciclagem do plástico em sua transformação primária para a indústria, e o segundo, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Erick Soares, composto por catadores que trabalhavam no lixão de Inhamã situado nas proximidades do bairro.

SEDE DA COOREPLAST, FOSFATO, ABREU E LIMA - PE



A COOREPLAST é um grupo composto por 23 pessoas, na maioria mulheres, que existe desde 1990 e que desenvolve atividades de transformação do plástico e de venda deste último para a indústria. A comercialização se faz pelo intermédio de atravessadores e, em alguns poucos casos, diretamente à indústria. No início do processo de acompanhamento pela universidade, a COOREPLAST tinha como principal potencial um grande número de equipamentos e um conhecimento acumulado sobre a gestão coletiva da cooperativa. Por outro lado, com um número muito pequeno de membros, a maior dificulda-

de que o grupo encontrava era de garantir suas duas atividades principais, ou seja, a coleta de resíduos sólidos e a transformação do plástico. E, era justamente a primeira das duas onde podíamos localizar o maior desafio à consolidação do grupo, uma vez que o volume coletado era insuficiente para garantir um fluxo coerente de transformação.

CATADORES DA ERICK SOARES AINDA NO LIXÃO DE INHAMÃ,
ABREU E LIMA, PE



A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Erick Soares é um grupo criado em 2004, composto por 16 membros, que desenvolviam suas atividades de coleta no lixão de Inhamã em Abreu e Lima. O trabalho do grupo consistia em selecionar os resíduos descarregados no lixão pela prefeitura a partir da coleta diária domiciliar. A comercialização dos resíduos se dava, antes da intervenção da universidade, pelo intermédio de atravessadores que acabavam guardando quase 90 % dos lucros obtidos com a atividade. O maior potencial do grupo, quando da seleção para a incubação pela universidade era um enorme conhecimento da atividade e dos métodos de separação dos resíduos e uma grande força de trabalho, adquirida por uma prática

profissional extremamente difícil no lixão. Sua maior dificuldade era a falta de organização e de equipamentos para transformar os materiais recuperados.

ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES PARA COMPREENDER O PROCESSO

No todo do processo vivido com os catadores do Fosfato, alguns conceitos foram essenciais, pois orientaram todas as ações do projeto. Não é nossa intenção promover um aprofundamento sobre os mesmos, pois eles estarão presentes de maneira subjacente à análise realizada no presente artigo, mas consideramos importante evidenciá-los. São eles:

Economia Solidária [Singer (2000), Laville (1994), França Filho (2006), Gaiger (2000)] : compreendida no todo do processo de acompanhamento como sendo um conjunto de atividades de produção, comercialização, consumo, comercialização ou reciclagem, onde a principal característica é a pluralidade de princípios econômicos, que se apoia sobre as dimensões do estado, do mercado e da sociedade civil. Uma economia dos trabalhadores e para os trabalhadores, notadamente marcada pela democracia na gestão dos grupos, permite não somente inserção socioeconômica das pessoas pelo trabalho, mas também a transformação social em direção de ideais de igualdade e justiça.

Desenvolvimento Local e Territorial [Jara (1998), Buarque (2002), Franco (2001)]: desenvolvimento local como chave de desenvolvimento social e econômico, noção mais ampla que as noções determinísticas de desenvolvimento. O desenvolvimento local se alimenta das energias endógenas aos territórios.

Rede [Euclides Mance (2002)]: a noção de rede é muito importante quando consideramos a possibilidade de conectar pessoas para

qualquer atividade, mas principalmente quando estamos num processo de construção coletiva fazendo educação para a cooperação econômica, onde a troca de saberes é ponto de partida. As redes podem ser analisadas como sendo uma articulação entre diferentes unidades que, por meio de certos vínculos, trocam entre si diferentes elementos. Estas trocas lhes reforçam mutuamente e podem se multiplicar em novas unidades, às quais por sua vez, reforçam o todo ao mesmo tempo que são fortalecidas por este último. Este processo permite a expansão da rede através da adesão de novas unidades e a manutenção de um equilíbrio sustentável. Cada nó da rede representa uma unidade e cada fio condutor entre as unidades representa um condutor por meio do qual as diferentes unidades se articulam pela construção de diferentes fluxos.

Educação Popular [Paulo Freire (2003)]: compreende-se a Educação Popular aquela fundamentada no referencial teórico-metodológico freireano, como uma concepção de educação que se dá por meio de processos contínuos, permanentes de formação, e que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos. Nos processos de educação popular tal concepção é vivenciada a partir da realização de ações conjuntas com educadores populares, lideranças de movimentos, redes e organizações sociais populares, como também equipes responsáveis pela implantação e controle social das políticas públicas. As atividades formativas acontecem por meio da vivência teórico-metodológica, em círculos de culturas que permitem a leitura do mundo, o aprofundamento teórico e a elaboração de estratégias de ação: a prática reflexiva. Elas têm possibilitado a re-criação permanente do legado de Paulo Freire em espaços como oficinas, jornadas e grupos de estudos e de trabalho, encontros e intercâmbios, como também a participação em seminários, debates e campanhas.

Tecnologia Social (Rede de Tecnologias Sociais - RTS): produtos,

técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade que representem efetivas soluções de transformação social. No plano conceitual a tecnologia social expressa uma concepção de intervenção social que é inclusiva em todos os seus momentos; uma forma participativa de produzir o conhecimento de fazer ciência e tecnologia. No plano material, a tecnologia social é desenvolvida e difundida de acordo com as possibilidades e limitações de cada comunidade e aplicada na construção de soluções para questões sociais variadas.

O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DOS GRUPOS DE RECICLAGEM

– Um pouco de história

A incubadora da UFRPE foi criada no departamento de Educação daquela universidade em 1989, no seio do Programa de Associativismo para o Ensino, Pesquisa e Extensão (PAPE). Os primeiros debates para a criação da incubadora começaram em 1996. Tais debates foram originários do processo de orientação dos trabalhos de conclusão de curso dos alunos da especialização em associativismo mantida pelo programa, que em forma de projetos de intervenção, indicava cada vez mais a necessidade de uma maior interação entre a universidade e o mundo das associações e das cooperativas. Tais inquietudes, que já existiam no seio do programa foram acrescidas de um apelo lançado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro que lançava a primeira incubadora brasileira na mesma época. Após uma série de debates o projeto foi finalmente oficializado pela decisão nº 350/97 do Conselho Universitário, que datava de 18 de novembro de 1997. Entretanto, a inauguração só acontecerá um ano e meio após essa data, em 27 de maio de 1999.

Ao longo de seus dez anos de existência, a INCUBACOOP passa por três fases se analisarmos a metodologia utilizada. E, mesmo se

o histórico da experiência não for o principal objetivo deste artigo, apontamos tais fases, considerando sua importância para a compreensão do trabalho atual da incubadora, principalmente porque tais mudanças não estavam apenas atreladas a processos internos, à universidade, mas também aos processos de ampliação e consolidação do campo da Economia Solidária no Brasil:

- Fase 1 (1999 a 2001): Implantação e inauguração da incubadora numa perspectiva de apoio aos grupos econômicos solidários de origem popular.
- Fase 2 (2001 a 2003): Mudança de coordenação e afastamento da escolha inicial em termos da exclusividade de apoio aos grupos populares.
- Fase 3 (A partir de 2004): Nova mudança de coordenação e retomada dos princípios originais com forte mudança metodológica que pautava não apenas o cooperativismo popular, mas a economia solidária, o desenvolvimento territorial e a construção de redes.

E o que designamos como uma incubadora?

As incubadoras – hoje mais de 70 no Brasil – representam um importante locus de pesquisa-ação em economia solidária e parecem inaugurar uma nova época para as universidades brasileiras à partir da construção de um novo campo teórico, notadamente voltadas para a construção de tecnologias sociais e que se apoiam nas práticas de economia solidária. As incubadoras possuem uma equipe interdisciplinar de professores, estudantes e técnicos das universidades que, em relação com as tarefas acadêmicas regulares, desenvolvem uma ação de acompanhamento e experimentação de inovações sociais que permitam o desenvolvimento de grupos econômicos solidários de diferentes configurações.

– A incubadora : um projeto político e pedagógico

O trabalho desenvolvido pelas incubadoras brasileiras tem um caráter político e pedagógico. Hoje, as sociedades modernas vivem a época da “cultura do projeto” que traz para nosso cotidiano condutas de antecipação para prever e explorar o nosso futuro. Esta influência sobre o futuro a partir de nossas adaptações cotidianas não têm muito sentido ou razão de ser se o campo que tentamos desenvolver, nos diferentes espaços e realidades, tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. Na maior parte das instituições que apoiam as iniciativas de economia solidária, esta cultura é ainda mais forte. Assim, nessa perspectiva, analisando o cotidiano da incubadora, partimos do princípio de que ela se guia por um projeto político – pedagógico (PPP), mesmo se isso nem sempre está muito claro para todos os integrantes de sua equipe.

A palavra projeto é originária do latim *projectu*, participio passado do verbo *projecere*, que significa “lançar à frente” (VEIGA, 2001, p. 12). Na definição de Álvares (1998) o projeto representa o vínculo entre o presente e o futuro e, sobretudo, é marcado por passagens do presente em direção do futuro. Para Fagundes (1999), o projeto é uma atividade natural e intencional que o ser humano utiliza para encontrar soluções para os problemas que surgem no seu contexto social e para construir novos conhecimentos. No mundo contemporâneo, o projeto é o motor do dinamismo e, cada vez mais, o ponto de partida dos movimentos de ação e transformação. É, sobretudo e acima de tudo, uma ferramenta que permite de prever e controlar tanto quanto possível o futuro num objetivo de performance e eficácia.

Boutinet (2002), em seu estudo sobre a “antropologia do projeto”, explica que o termo projeto foi reconhecido no final do século XVII e que a primeira tentativa de formalização de um projeto é originária da área da construção civil, utilizada no senso de planificação de uma criação arquitetônica. Já nessa época a expressão foi utilizada com um

objetivo similar ao que nós conhecemos atualmente, apesar da marca do pensamento medieval, “na qual o presente deve ser a reatualização de um passado considerado como jamais existido,” (2002, p. 34).

Na perspectiva de sintetizarmos estas ideias, poderemos talvez dizer que a palavra projeto refere-se à ideia de futuro....alguma coisa lançada, colocada à frente para uma ação intencional e sistemática e de sentido polissêmico: utopia / concreto / confiança; ruptura / continuidade; instituinte / instituída. Segundo Gadotti apud Veiga (2001, p. 18):

Todo projeto pressupõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Em período de instabilidade, projetar significa procurar uma estabilidade através de um projeto que promete um maior bem-estar em relação ao presente. Um projeto educacional deve ser considerado como uma promessa face a certas rupturas. As promessas permitem de dar visibilidade aos campos de ação possíveis, engajando os diferentes aotres que lhes formularam.

O termo projeto político-pedagógico, normalmente utilizado pelos profissionais da educação numa referência direta com o cotidiano das escolas, se adapta muito bem ao contexto das ITCPs, pois o processo que estas últimas vivenciam na formação e acompanhamento dos grupos incubados é eminentemente político e pedagógico. Essas duas dimensões, intrinsecamente ligadas entre si, se traduzem na prática por um “instrumento teórico-metodológico que visa contribuir na superação dos desafios cotidianos, de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que permite uma nova significação da ação de todos os agentes da instituição. (Vasconcelos, 1995, p. 43)

Assim, todo projeto político-pedagógico possui duas dimensões como explicam André (2001) et Veiga (2001): a política e a pedagógica. Os autores que analisam o cotidiano das escolas afirmam que ele é

político “no sentido do engajamento para com a formação de um cidadão para um tipo determinado de sociedade” (Andre, 2001, p. 189), e ele é pedagógico, pois oferece a possibilidade de realização da intencionalidade da escola que é a formação de um cidadão participativo, responsável, engajado, crítico e criativo. No contexto duma análise educativa, a dimensão pedagógica é aquela que define as ações educativas da escola e tem por objetivo a concretização de seus propósitos e de sua intencionalidade. Assim, “a dimensão política se concretiza na medida em que ela se efetiva enquanto prática especificamente pedagógica,” (VEIGA, 2001 p. 12).

E, como podemos tentar definir essas duas dimensões na perspectiva da análise do caso da INCUBACOOOP? Em primeiro lugar, se tomarmos a definição da dimensão política de André (2001) veremos que ela se adapta perfeitamente ao caso da incubadora, ou seja, à formação de um cidadão para um tipo determinado de sociedade. O PPP da INCUBACOOOP evidencia diferentes funções políticas: a) a construção de outra economia diferente da economia de mercado que serve de base a nossa sociedade atual; b) a articulação com os movimentos sociais neste processo de construção; c) a discussão com os gestores públicos quanto à implementação de políticas públicas de economia solidária; d) o fomento às articulações entre os empreendimentos econômicos solidários; e) a formação de estudantes com um perfil voltado para a construção de um novo paradigma social e econômico; f) a opção de democratizar o acesso ao conhecimento produzido no interior da universidade aos grupos incubados; g) a responsabilidade de sermos um laboratório vivo de interface entre ensino, pesquisa e extensão, dentre outros. Assim, o projeto da incubadora, em sua perspectiva política, busca efetivamente transformações nas realidades onde ela se insere, na medida em que se articula com o Estado, com o mercado e com a sociedade civil de forma a criar condições necessárias para que o ideal de transformação socioeconômica

possa ser objetivado.

Em seguida, o projeto é também pedagógico, segundo André (2001), pois: ele oferece a possibilidade de realização de uma intencionalidade da escola que é a formação de um cidadão participativo, responsável, engajado, crítico e reativo. É exatamente este o ponto de partida da INCUBACOOOP. Isto é, a partir do momento onde o projeto tem como principal objetivo o apoio e o fomento ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários elas se revestem de uma perspectiva pedagógica que se traduz por um processo cotidiano de formação e acompanhamento. Seu papel, nesta perspectiva é, não somente formar cidadãos responsáveis, engajados, críticos e criativos, mas também de contribuir no fortalecimento de empreendimentos que tenham estas mesmas características.

Desta forma, de um lado a incubadora tem uma perspectiva pedagógica em relação aos grupos que incuba, no apoio ao processo de aprendizagem em torno da autogestão que impacta na dimensão coletiva dos empreendimentos econômicos solidários e da transformação de certos aspectos da subjetividade de seus membros. Mas, para além do trabalho junto aos grupos incubados, a dimensão pedagógica do trabalho da incubadora está ainda presente: a) na contribuição para o desenvolvimento sustentável através de um diálogo entre os saberes científicos e tradicionais; b) nos processos de educação ambiental, desenvolvidos junto à população em geral; c) no trabalho desenvolvido junto às famílias dos membros dos grupos incubados tendo como ponto de partida os enfoques relacionados à saúde e segurança alimentar; d) no desenvolvimento de um processo de resgate da memória cultural dos grupos trabalhados no que se refere às práticas alimentares, aos processos curativos, às práticas produtivas e às tradições e costumes; e) no desenvolvimento de ações que visem à elevação do nível de educação básica dos membros das comunidades envolvidas; f) no estímulo às práticas que possam envolver os jovens das comunidades

possibilitando a (re)construção de uma identidade que se perpetue nas gerações futuras; f) no papel formativo que desenvolvem junto aos estudantes da universidade em suas diferentes áreas de atuação; g) na publicação de trabalhos científicos, dentre outros.

Além das dimensões política e pedagógica, é importante evidenciar alguns princípios que orientaram a ação da incubadora no processo de acompanhamento dos catadores. Tais princípios estiveram presentes em todas as etapas da incubação e os principais são:

- A reciprocidade entre os grupos;
- O desenvolvimento de uma consciência coletiva;
- A ação em rede sempre utilizando os princípios da solidariedade, da igualdade e da inclusão;
- A educação ecológica e a relação com o meio ambiente, principalmente no que se refere às relações estabelecidas com o entorno;
- As trocas de saberes entre os grupos e destes com a população local, especialmente as crianças e jovens ;
- A comercialização coletiva de produtos a partir da mutualização dos potenciais dos grupos, buscando sempre uma complementaridade entre os mesmos;
- A mediação da universidade.

– Educação Popular e troca de saberes

O processo de incubação dos grupos é permeado pelas trocas de saberes em diferentes níveis. Tais processos mútuos de trocas de saberes foram balizados por alguns conceitos inerentes ao processo de educação popular, inerentes ao processo de incubação. Um primeiro está vinculado à concepção de educação que orienta a metodologia de incubação. Baseada na concepção Freireana de educação popular, a incubadora trabalhava a partir do pressuposto que:

- a) Não existe um educador do educando;
- b) Não existe um educando do educador;
- c) Mas, o que temos é um educador-educando bem como um educando-educador.

O que significa que :

- a) Ninguém educa ninguém ;
- b) Ninguém se educa sozinho ;
- c) Os seres humanos se educam mutuamente, à partir da mediação de sua realidade.

Esta concepção permitiu a troca de saberes em diferentes níveis entre os participantes do projeto. Quando fazemos referência a níveis de trocas de saberes, é relevante evidenciar a não existência de hierarquia entre os mesmos, ao mesmo tempo em que é importante evidenciar a quase ausência de etapas nesta construção. Muitas das trocas de saberes aconteciam de maneira simultânea e se enriqueciam mutuamente. Descreveremos a seguir, de forma sintética, alguns níveis dessas trocas:

Nível 1: Entre grupos



Reunião entre grupos em Abreu e Lima, PE

Como o objetivo principal do trabalho era a organização de uma rede econômica solidária, os grupos se implicaram na troca de vários

elementos, mas no presente texto, evidenciaremos apenas as trocas de saberes. Nesta perspectiva, obtivemos principalmente trocas sobre métodos de organização da produção e de gestão de grupos econômicos solidários na área de reciclagem. Entretanto, diferentes processos de troca em pequena escala permitiram aos grupos o reforço mútuo seus conhecimentos em termos de reciclagem, em termos de sua capacidade política de organização em relação ao seu entorno, em termos de suas possibilidades de melhoria do nível educacional, entre outras.

Nível 2: Os grupos e a população que participa da coleta seletiva



Lançamento da Coleta Seletiva no Bairro de Caetés II, Abreu e Lima, PE

A participação da população da cidade de Abreu e Lima na implantação da coleta seletiva foi muito importante, mesmo sem nenhum apoio do poder público, que só adere (parcialmente) num segundo momento ao projeto. Assim várias trocas de saberes foram estabelecidas nesse nível. Num primeiro plano era muito importante que os grupos adquirissem a confiança da população buscando convencer da importância de fazer a coleta seletiva dos resíduos sólidos. Uma vez esta confiança estabelecida, os catadores ofereceram diferentes oficinas em torno da temática do meio ambiente, com o apoio da

incubadora, de outros atores que trabalhavam na mesma perspectiva e de voluntários ativos na comunidade. Ao mesmo tempo, pouco a pouco, trocas mais amplas se estabeleceram entre a população e os catadores, nas temáticas onde eles apresentavam fragilidades para obter sucesso nas atividades do projeto. As trocas neste nível permitiram resultados importantes, dentre os quais destacamos, principalmente, o reconhecimento dos catadores enquanto cidadãos, pelo menos no que se refere à opinião da população de Abreu e Lima que, num primeiro momento, havia um olhar de muito preconceito em relação à imagem construída no senso comum sobre os catadores.

Nível 3: Os grupos e as crianças e adolescentes escolarizados



Participação de escolas públicas no lançamento da coleta seletiva no Bairro de Caetés II, Abreu e Lima, PE

Algumas das oficinas que foram elaboradas para trabalhar com a população também foram adaptadas para o trabalho com as crianças e adolescentes matriculados nas escolas de Abreu e Lima. O principal objetivo dessas oficinas era de poder estabelecer um contato educativo com a população mais jovem que era, de certa forma, formadora de opinião nos domicílios da cidade de Abreu e Lima, o que poderia me-

lhorar a participação dos domicílios na coleta seletiva. Mas imediatamente os catadores perceberam que havia também um papel político a desempenhar em termos do futuro da cidade, principalmente em termos ambientais. Várias oficinas foram realizadas em diversas escolas, não somente com crianças e adolescentes, mas também com professores, na perspectiva de ampliar o espaço às discussões de educação ambiental no currículo. Lá também é importante evidenciar o papel da universidade no processo, pois a incubadora pertencia ao Departamento de Educação da UFRPE, cuja função principal era justamente a formação de educadores.

Nível 4: Os grupos e a universidade



Oficinas realizadas com os grupos na UFRPE e no Fosfato, Abreu e Lima – PE

Este nível de troca é talvez o mais profundo do processo, em função da frequência dos encontros estabelecidos com este objetivo. Mesmo se às vezes parece difícil de acreditar, dadas as características “comuns” de nossas universidades, conhecidas por serem uma instituição prisioneira de um círculo muito particular, com um modo de funcionamento que raramente permitiria uma troca similar, mas é exatamente esta a marca da diferença do trabalho desenvolvido pelas incubadoras: a capacidade de permitir a interação de professores, funcionários e técnicos da universidade com a realidade dos grupos incubados. Este

tipo de troca de saberes permite a construção do que chamávamos no seio da incubadora à construção de um terceiro saber que é o resultado da troca de saberes populares dos grupos e dos saberes científicos dos universitários. Além disso, estas trocas permitem ainda aos grupos o acesso aos saberes construídos na universidade que, por sua vez, se coloca à disposição dos grupos na construção de soluções para seus problemas através da construção de tecnologias sociais.

METODOLOGIA DE TRABALHO

– Princípios metodológicos gerais:

Para o desenvolvimento da metodologia de incubação que é talvez o coração do trabalho, desenvolvido no acompanhamento dos grupos, alguns princípios metodológicos são fundamentais:

- Construção de saberes a partir das experiências e percepções de cada participante;
- Valorização do saber intuitivo e empírico de cada participante;
- Estímulo à emissão de opiniões;
- Criação de um ambiente lúdico na realização das atividades;
- Participação no processo de gestão: fazer parte (pertencer), ter parte (propriedade) e tomar parte (decisões)

Tais princípios estão presentes em todo o processo, tanto nos momentos de trocas de saberes, quanto nas oficinas de formação ou ainda nas atividades de acompanhamento. Finalmente, é importante ressaltar que eles também estão presentes em todos os níveis de trocas realizadas.

– As grandes linhas do processo de incubação

O projeto da INCUBACOOP tem como referência os processos pedagógicos de construção do saber à partir da valorização dos saberes dos participantes enquanto sujeitos de seu próprio desenvolvimento e

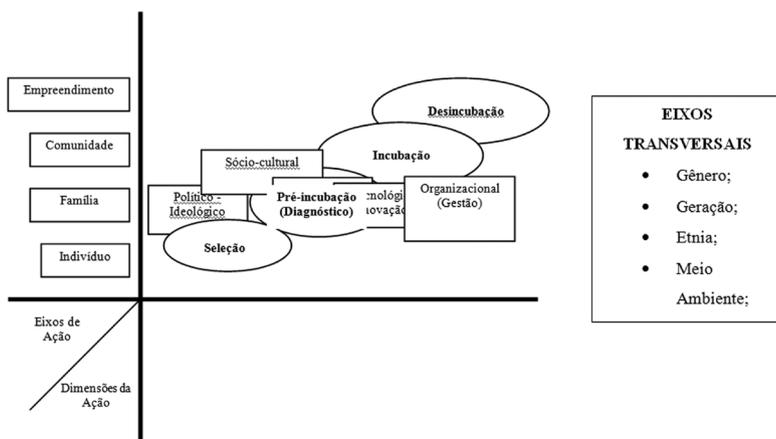
donos de conhecimentos e de *savoir-faire*. A metodologia prevê o apoio aos grupos em duas grandes etapas: a pré-incubação e a incubação.

A pré-incubação é a primeira etapa e é nesta etapa que acontece a realização de um diagnóstico participativo que permite construir com o grupo um plano de trabalho que será executado na segunda etapa. Além da realização do diagnóstico participativo, nesta etapa está muito presente a preocupação de estabelecer vínculos mais profundos com os grupos, o aprofundamento de conhecimentos recíprocos (incubadora e grupos) e a realização de pequenas intervenções seja em forma de formação, troca de saberes, seja em forma de sugestões de alterações no cotidiano de trabalho do grupo que possam permitir resultados de curto prazo. Essa estratégia revelou-se extremamente importante no processo de conhecimento mútuo entre grupos e incubadora. Nesta etapa, pequenas trocas de saberes são estabelecidas e mostram ser um instrumento muito importante na consolidação de vínculos entre os grupos e destes com a incubadora.

O plano de trabalho produzido na primeira etapa é próprio a cada grupo, ou seja, cada processo de incubação é diferente, uma vez que precisa ser adaptado às necessidades de cada grupo. O momento de construção do plano de trabalho serve também para que o conjunto de atores possa construir juntos indicadores de resultado para o processo de incubação. Tais indicadores são utilizados na pré-incubação e servem, na primeira etapa, à realização do diagnóstico e ao planejamento de ações de curto prazo, e na segunda, para desenvolver ações de formação e acompanhamento a partir das necessidades do grupo. Os indicadores não são fixos, pois na medida em que a metodologia é experimentada por todos, os indicadores podem ser modificados para melhor se adaptarem às inovações implementadas durante o processo. A metodologia de incubação possui então um movimento dialético de ir-e-vir na realidade e a produção e reprodução de conhecimentos é feita a partir de uma revisão constante no processo metodológico.

Essa perspectiva é a mesma desenvolvida na segunda etapa do processo. O processo de acompanhamento (*coaching*) semanal é o elemento mais importante da metodologia na segunda etapa. É através do acompanhamento que a incubadora pode identificar as verdadeiras necessidades dos grupos para poder planejar as formações necessárias em cada uma das dimensões ou eixos da ação.

A seguir apresentamos o esquema do processo de incubação inteiro, mesmo se não será possível neste artigo um detalhamento do mesmo:



Um olhar mais analítico ao esquema metodológico pode nos trazer algumas reflexões. A primeira delas é que o mesmo possui um desenho em espiral, e por esta razão o sentido do mesmo encontra-se no processo de desenvolvimento dos grupos em cada uma das etapas. A metodologia prevê a orientação a partir de cinco dimensões (político-ideológica, econômica, sociocultural, tecnológica e organizacional), mas também a partir dos eixos do indivíduo, da família, da comunidade e da empresa. Os eixos e dimensões da ação são trabalhados também a partir de eixos transversais: gênero, geração, etnia, meio-

-ambiente e cultura e lazer. Entretanto, temos que apontar que em cada processo de incubação, apesar do esquema metodológico, teremos diferenças bem marcadas. E, no caso específico do trabalho realizado junto aos catadores do Fosfato, a incubadora pôde experimentar com os grupos as seguintes etapas no plano de trabalho construído coletivamente.

1. Elaboração participativa do plano de ação para a coleta seletiva:
 - Cartografia das ruas;
 - Elaboração do material de divulgação;
 - Infraestrutura.
2. Ato de lançamento da coleta seletiva
3. Processo de educação ambiental com a população em geral, visando sua adesão a coleta seletiva;
4. Início do processo de coleta seletiva (porta-a-porta), diferentes oficinas com as escolas, a população em geral, os líderes comunitários, entre outros.
5. Oficinas Específicas entre os membros dos grupos e a universidade;
6. Formação dos participantes a partir das demandas identificadas;

ALGUNS RESULTADOS E CONCLUSÕES

O que nos parece evidente no processo vivido junto aos catadores de Abreu e Lima é, em primeiro lugar, a capacidade de transformação da realidade e também de inovação social possíveis uma vez que uma grande concentração de atores acontece numa realidade determinada, apesar das intempéries que podemos encontrar na mesma. Esta constatação parece implicar uma nova concepção de desenvolvimento territorial onde o motor principal é a troca de saberes como impulso-

nadora da inovação social.

Nessa perspectiva, parece-nos interessante de se apoiar na visão de desenvolvimento territorial desenvolvida por Moulaert & Nussbaumer (2009) que, a partir de uma aproximação multidimensional define uma concepção do desenvolvimento territorial baseada em uma “leitura ampliada das liberdades humanas e a capacidade dos humanos em satisfazer suas necessidades...” “... que proclama a satisfação das necessidades humanas através de iniciativas de parcerias múltiplas, facilitada pela inovação de relações sociais de desenvolvimento.”

Neste sentido, o processo vivido pelos catadores, em parceria com diferentes atores e a universidade, pode significar um início de ruptura com a lógica estigmatizada da sociedade brasileira onde os mesmos não encontram um lugar. Isto significa um processo ampliado de educação vivido pelo conjunto dos atores que requer principalmente “a criação de oportunidades educativas, participativas, criativa, etc. no seio de configurações sociais que lançariam automaticamente motores sócio-políticos e socioeconômicos que permitam a reconstrução de sua existência”. (Moulaert & Nussbaumer, 2009)

O processo iniciado pelo projeto « Reciclação » produziu frutos, e como resultados principais, evidenciamos:

- Os grupos que trabalham em rede;
- Melhores condições de trabalho;
- A independência dos intermediários para a maioria dos produtos comercializados;
- Uma maior visibilidade para os grupos;
- Uma maior participação política dos grupos em diferentes organizações e/ou movimentos sociais;
- Uma forte participação da população: mais de 6000 famílias doadoras que se engajaram nos processos de coleta seletiva e de proteção ambiental na cidade;
- A retomada do processo de escolarização de diferentes mem-

- bros – reencontro consigo mesmo e recuperação da auto-
-imagem destruída pelas condições socioeconômicas marginais;
- Aumento de renda para os catadores ;
- Trocas estabelecidas com crianças e adolescentes de diferentes
escolas que estimulam suas famílias a participar do projeto;
- Reconstituição do tecido socioeconômico do bairro do Fosfato
a partir do reforço à construção de uma, cada dia mais forte,
dinâmica de economia solidária.

Não podemos nesta conclusão deixar de evidenciar o papel da universidade nesse processo. Uma instituição que tradicionalmente tem um papel coordenador no processo de produção do saber, e numa perspectiva tradicional, detém a capacidade de promover a inovação. Entretanto, temos que deixar claro que não é suficiente impregnar a produção de saberes de um conteúdo ético. Não é a apropriação e a adaptação das tecnologias existentes que poderão reduzir as desigualdades sociais. O grande desafio das incubadoras é de desenvolver tecnologias que possam incorporar, desde a concepção até a aplicação, uma intencionalidade de inclusão social e de desenvolvimento sustentável. É assim que poderemos então dizer que a universidade realmente cumpriu seu papel na construção da economia solidária e na promoção de outro tipo de desenvolvimento.

Assim, reafirmamos o que diz Souza Santos (1997) « numa sociedade desencantada, o re-encantamento da universidade pode ser uma das vias para simbolizar o futuro. A vida universitária cotidiana tem um forte componente lúdico que favorece a transgressão simbólica de tudo o que existe, e ela é racional porque ela existe. Da transgressão igualitária à criação e à satisfação das necessidades expressivas, do ensino e da aprendizagem concebidos como práticas ecológicas, a universidade organizará festas o novo senso comum. Tais festas serão configurações da cultura elitista, da cultura popular e da cultura de massas. Nelas, a universidade terá um papel modesto, mas importan-

te, no reencantamento da vida coletiva, sem o qual o futuro não é talvez muito promissor, mesmo se ele é viável”.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Philippe et al. *Incubateurs et pépinières d'entreprises: un panorama international*, Paris, L'Harmattan, 2003.

ALLEN, David. *Small Business Incubators and Enterprise development*: Athen (OH), NBIA, 1985.

BRAGA, Ana Maria et al. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro. In: LEITE, Denise & MOROSINI, Marília (orgs.). **Universidade Futurante**: Produção do Ensino e Inovação. Campinas: Papirus, p. 21-37, 1997.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

DUBEUX, Ana Maria Education, Travail e Economie Solidaire: le cas des Incubateurs Technologiques de Cooperatives Populaires au Bresil. Tese de doutorado. Paris, Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne, 2004.

FIGUEIREDO, Haydée et al. Articulando pesquisa e extensão: buscando o diálogo entre a escola básica e a universidade, **Revista Participação**, v. 4, n° 7, p. 43-46, Jul. Brasília, 2000.

FÓRUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (1-3:1987-1989). (1990) - Documentos Finais, Florianópolis, Ed. da UFSC.

FRANCO, Augusto. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In SILVEIRA, Caio Márcio e DA COSTA REIS, Liliane (orgs.).

Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias. Rede DLIS/RITS, pp. 153-162, 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto., A economia popular e solidária no Brasil, *in* França Filho *et al.*, **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 37. Ed., RJ: Paz e terra, 2003.

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial.** SP, Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Marco Antonio T. Fugindo do Quintal – Empreendedores e incubadoras de empresas de base tecnológica no Brasil, Brasília, SEBRAE, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje, *in* Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Betriz Costa (orgs.), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

KWASAKI, Clarice Sumi. Universidades publicas e sociedade, São Paulo, **Revista da Faculdade de Educação**, v. 23, nº 1-2, jan/dez, 1997.

JARA, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Um processo em Construção.**

Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura: Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 316p, 1998.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire: une perspective internationale**, Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

_____. **Le tiers secteur: un objet d'étude pour la sociologie**

économique, *Revue Sociologie du Travail*, n°4, vol. 42, p. 531-550 – Paris: Editions Elsevier, 2000.

_____. *Vers l'économie plurielle*, Paris, Syros, 1997.

_____. *Une troisième voie pour le travail*, Paris, Desclée de Brouwer, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis & CHANIAL, Philippe. *L'économie solidaire: une question politique*, *Revue Mouvements*, n° 19, janvier-février, p. 11 – 20, Paris, La découverte, 2002.

LAVILLE, Jean-Louis & LALLEMENT, Michel. Introduction, *Revue Sociologie du Travail*, n°4, vol. 42, p. 531-550, Paris, Editions Elsevier, 2000.

LIMA SOUZA, Ana Luiza. *A história da Extensão Universitária*, Campinas, Editora Alinea, 2000.

MANCE, Euclides André. *Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2 ed. 220 pp, 2002.

MEDEIROS, J. A & MEDEIROS, L. A. *A Incubadora Tecnológica: guia do empreendedor*, S. Paulo, SEBRAE/SP, 1993.

MEDEIROS, J. A. et al. *Pólos, parques e incubadoras: a busca da modernização e competitividade*, Brasília, CNPq/IBICT/SENAI, 1992.

MEDEIROS, J.A. *Incubadoras brasileiras: avaliação e ajuste*, *TECBAHIA*, *Revista Bahiana de Tecnologia*, vol.10, n. 1, Camaçari, 1995.

MELO NETO, Francisco. *Extensão Universitária: uma análise crítica*, João Pessoa, Ed. Universitária UFPB, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. *Plano Nacional*

de Extensão das Universidades Publicas Brasileiras – *Réference trouvée sur le site internet du MEC*, 1999 – 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtm>>. Acesso em 10 de set. 2003.

MOULAERT, F. & NUSSBAUMER, J. La logique sociale du développement territorial. *Presses de l'Université du Québec*, 2008

MTE, SENAES. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, 2006.

SANCHEZ, Fábio José Bechara & KRUPPA, Sonia Maria Portella. *Méthodologies d'incubation: un premier essai de systématisation*. Document interne du réseau universitaire des Incubateurs Technologiques de Coopératives Populaires, São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**, in Paul Singer e André Ricardo de Souza (orgs.), **A economia solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós modernidade**, São Paulo, Cortez, 1997.

SPOLIDORO, R. **As incubadoras na sociedade do conhecimento**. IN: TECBAHIA, Revista Bahiana de Tecnologia. Vol. 11, n. 1, Camaçari, 1996.

THIOLLENT, Michel et al. **Metodologia e experiências em projetos de extensão**, Niterói, EdUFF, 2000.

VALOIS, Ovídio. **A extensão universitária no Brasil: Um resgate histórico**. Organisation de Marta Vieira Cruz et Maria Elisa da Cruz – São Cristóvão, Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

O processo de unificação das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos e de reformulação do modelo de contrato pactuado entre a cooperativa e a Prefeitura Municipal de São Carlos/SP – PMSC

– Gerson Fernandes Martins

Graduado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista/UNESP Araraquara. Chefe da Divisão de Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Social – DAES/SMTER/PMSC.

– Reynaldo Norton Sorbille

Graduado em Engenharia de Produção – Universidade de São Paulo/São Carlos, pós-graduado em Economia – Universidade Federal do Ceará. Diretor do Departamento de Apoio a Economia Solidária – SMTER/PMSC.

Resumo

Desde 2002, a Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio da articulação entre o Programa Futuro Limpo e o Programa de Fomento a Economia Solidária, desenvolve o Programa de Coleta Seletiva, que visa a redução de resíduos recicláveis destinados ao aterro sanitário e a geração de trabalho, por meio de cooperativas de catadores que realizam a coleta, triagem, beneficiamento e comercialização desses materiais. Apesar do desenvolvimento e êxito do programa, tornou-se necessário uma reformulação do modelo de relação entre as cooperativas e a administração municipal, possibilitando consolidar e viabilizar economicamente os empreendimentos, o aumento do material coletado e a ser comercializado, o aumento da qualidade do serviço oferecido e da área atendida no município, bem como à melhoria da renda e acréscimo de trabalhadores envolvidos no Programa de Coleta Seletiva. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, por meio do Departamento de Apoio à Economia Solidária, e a Coordenadoria de Meio Ambiente desenvolveram o projeto de Reformulação da Coleta Seletiva, apresentando assim um novo modelo de contrato e parceria entre a Prefeitura Municipal e a Cooperativa de Coleta (ANEXO 1). Esse novo modelo que está sendo implantado no município prevê que o grupo conveniado passe a receber pagamento mensal pela prestação de serviço de coleta seletiva na proporção ao atendimento de metas estabelecidas pela administração, bem como pelo acréscimo de material coletado e comercializado. A implantação deste novo modelo significa uma mudança no paradigma orientador do Programa de Coleta Seletiva, assim como demanda aprimoramentos na organização administrativa, produtiva e autogestionária dos empreendimentos. Entre os vários aspectos que compõem a complexidade referente a esse processo, foi identificado como gargalo, a fragilidade da atuação individualizada das três cooperativas participantes do Programa de Coleta Seletiva, apresentando como desafio a necessidade de unificação das cooperativas de coleta seletiva em um único empreendimento. O objetivo deste artigo é socializar a experiência compartilhada pela PMSC, a INCOOP/UFSCar e os trabalhadores das cooperativas ECOATIVA, COOPERVIDA e COOLETIVA na construção coletiva de uma alternativa factível de aprimoramento do modelo de coleta de resíduos recicláveis do município de São Carlos.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico Coletivo; Autogestão; Materiais Recicláveis; Política Pública.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DA COLETA SELETIVA

- Diagnóstico do programa de coleta de materiais recicláveis em São Carlos:

Desde o início dos anos 90, a atividade de catação de resíduos cresce significativamente como uma alternativa de sobrevivência de trabalhadores. Esses trabalhadores se valem de uma fragilidade do modelo econômico vigente, promovida pelo sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, ao gerar e descartar resíduos de forma insustentável.

Nesse contexto, esses trabalhadores vêm desempenhando um papel nem sempre reconhecido pela sociedade, mas muito importante por agregar aos resíduos valores econômicos, ambientais e sociais, antes desperdiçados pela sociedade e pelo referido sistema.

Durante muitos anos, aproximadamente 40 pessoas trabalharam no aterro sanitário de São Carlos, coletando materiais recicláveis em meio aos resíduos ali depositados. Além dos riscos de acidentes e danos à saúde, inerentes à atividade, este grupo compartilhava também o estigma de ser associado ao material do qual retirava o seu sustento: o lixo. Eram trabalhadores, pais e mães de família, que se expunham diariamente às duras e insalubres condições do aterro sanitário para garantir sua sobrevivência.

A partir de 2001, a administração municipal de São Carlos reconheceu e assumiu sua responsabilidade quanto a coleta dos resíduos domiciliares no município e atendeu as demandas históricas de setores organizados da sociedade, para criação de cooperativas de coleta, triagem e comercialização de resíduos recicláveis a partir de grupos sociais organizados e que vêm nesta atividade a possibilidade de obter ganhos financeiros a partir da venda destes materiais, combinando uma gestão ambiental mais eficiente com a geração de trabalho e de renda.

Em junho de 2002, Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, criou e implementou o Programa de Coleta Seletiva. O programa era composto por três cooperativas de coleta, COOPERVIDA, ECOATIVA e COOLETIVA, e no período entre julho de 2002 e dezembro de 2009 geraram oportunidade de trabalho e renda, envolvendo em média, 39 trabalhadores por ano.

Desde o início do programa, foi disponibilizada pela PMSC às cooperativas conveniadas, toda a infraestrutura física. Barracões, caminhões, maquinário e equipamentos de proteção para a realização do trabalho, assim como assessoria contábil, financeira e jurídica, capacitações voltadas à atividade e a gestão coletiva do empreendimento, tendo como pressuposto de organização o modelo autogestionário, onde as decisões e o controle da cooperativa são exercidos pelos seus próprios associados

A equipe da prefeitura responsável pelo programa e composta por membros do Departamento de Apoio a Economia Solidária, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER) e atualmente membros da Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente (CMA), trabalha no sentido de apoiar e fomentar a organização desses trabalhadores, buscando a viabilidade econômica dos empreendimentos, a melhoria das condições de trabalho e de renda desses trabalhadores e a correta destinação dos resíduos gerados no município

Sua institucionalização ocorre em junho de 2005, quando foram assinados convênios regidos pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e que formalizou a parceria entre a prefeitura e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis que participavam do Programa Municipal de Coleta Seletiva, visando a execução do serviço de coleta seletiva, manuseio, triagem, prensagem, recuperação e comercialização de resíduos recicláveis.

Os êxitos atingidos na implementação do Programa de Coleta

Seletiva no município acarretaram em um permanente desafio, a necessidade do seu contínuo aprimoramento

Durante todo esse período, apesar dos esforços da administração municipal e dos trabalhadores associados às cooperativas que realizam a coleta seletiva, não foi possível universalizar a coleta de materiais recicláveis no município, sendo que em 2009, 75 % da área urbana era atendida pelo programa.

Outra preocupação importante era a estagnação do número de trabalhadores associados às cooperativas envolvidas na coleta, assim como a quantidade de material coletado pelas três cooperativas, que apresentava uma média histórica em torno de 80 toneladas/mês (dados da PMSC no período de mai/2004 a dez/09), apesar da incorporação contínua de grandes geradores de materiais recicláveis no Programa de Coleta Seletiva, como por exemplo, a USP, a UFSCar, as Embrapas e outros estabelecimentos públicos e privados).

Somava-se a esse fato a fragilidade da situação legal de duas cooperativas, ECOATIVA e COOLETIVA, com a inscrição estadual comprometida pela falta, nesses últimos anos, de lançamento contábil pela comercialização de mercadorias, a redução da renda gerada em 2009, em virtude da queda brusca dos preços das commodities devido a crise econômica mundial e o desaquecimento do comércio internacional.

Na prática, em 2009, o quadro geral do Programa Municipal de Coleta Seletiva apresentava um conjunto de desafios a serem superados:

- i. Redução dos domicílios coletados, estagnação da área de atendimento, do número de cooperados e da quantidade de material coletado;
- ii. Aumento da quantidade de grandes geradores de resíduos (shopping, universidade, condomínios, etc) participando do Programa, sem aumento da quantidade total de material coletado (com conseqüente diminuição na coleta residencial);

- iii. Atendimento deficiente e redução da participação da população no programa. Em 2009, a coleta seletiva respondia um pouco mais 5% do total de material reciclável gerado;
- iv. Sistema de remuneração dos cooperados frágil e superado, com a dependência excessiva dos empreendimentos aos humores do mercado. Destaque para a queda acentuada dos preços e remuneração dos trabalhadores da coleta em 2009;
- v. Modelo de contrato não previa incentivos para aumento da produção;
- vi. Estrutura organizacional e produtiva dos empreendimentos pouco eficaz;
- vii. Capacidade ociosa do uso dos equipamentos públicos, da carga horária disponibilizada para atendimento e da estrutura de apoio oferecida pelo programa;
- viii. Subutilização por parte das cooperativas de coleta da estrutura de apoio técnico da PMSC;
- ix. Organização contábil, jurídica e fiscal deficientes, por falta de movimentação financeira das cooperativas;

Portanto, dadas as circunstâncias da situação, tornava-se necessário a implementação de um projeto de reformulação da coleta seletiva, ou seja, uma mudança no modelo estabelecido, visando garantir sua eficiência, superar as fragilidades identificadas, consolidar as cooperativas conveniadas e garantir a qualidade do serviço prestado aos municípios que incorporaram em suas rotinas diárias, a separação e a disponibilização do material reciclável.

Na perspectiva de superar esta fragilidade, a proposta de reformulação da coleta seletiva, objetiva uma mudança desse paradigma, ou seja, a mudança do modelo de coleta e comercialização de matérias recicláveis desenvolvido no município de São Carlos. Trata-se da reformulação e do aprimoramento da relação entre o Poder Público Municipal e as cooperativas conveniadas, visando à melhoria das con-

dições de trabalho dos associados das cooperativas e propiciando um salto qualitativo e quantitativo na eficiência do programa.

METAS ESTABELECIDAS PARA SUPERANÇA DOS DESAFIOS COLOCADOS

Objetivando a revitalização, ampliação e consolidação do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos e dos Empreendimentos de Economia Solidária que atuam na área de resíduos residenciais, essa proposta estabeleceu como metas:

Referente à geração de trabalho e renda

- Constituição de um núcleo, formal ou informal, que viabilize a integração entre as cooperativas da cadeia de resíduos de São Carlos e iniciativas de outros municípios da região;
- Garantia de que a receita dos empreendimentos, composta pelo resultado da comercialização dos materiais coletados, somado à remuneração dos serviços de coleta e/ou incentivos ao cumprimento de metas, proporcione a viabilidade econômica das cooperativas, ou seja, que os cooperados tenham uma retirada líquida não inferior ao salário mínimo, além do provisionamento de fundos e regularização tributária e fiscal dos empreendimentos;
- Aumento gradual do número de trabalhadores associados às cooperativas;
- Atuação no mercado com produtos de maior valor agregado e diversificação dos tipos de resíduos coletados e comercializados.

Referente aos custos da Prefeitura Municipal de São Carlos

- Implantação de um sistema de custeio, com pagamento de prestação de serviços de coleta;
- Otimização o uso dos recursos disponibilizados pela PMSC.

Referente à quantidade de material coletada

- Aumento progressivo da quantidade de material coletado, de 80ton/mês para 250 ton/mês, em quatro anos:
 - 2010 ___ 130 ton/mês.
 - 2011___ 180 ton/mês.
 - 2012___ 220 ton/mês.
 - 2013___ 250 ton/mês.

Referente à qualidade do serviço prestado e quantidade de pessoas atendidas:

- Aumento do horário de atendimento da coleta de 25 horas semanais para 40 horas semanais;
- Criação de mecanismos para execução das penalidades previstas pelo convênio da coleta seletiva, com fiscalização e descontos sobre o repasse de recursos que serão pagos a PMSC.

AÇÕES ESTRATÉGICAS PREVISTAS PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES IDENTIFICADAS NA COLETA

Para iniciar o diálogo com os trabalhadores das cooperativas foram definidas pela administração municipal ações estratégicas que criassem um ambiente favorável para a reversão do quadro e reposicionamento da coleta de materiais recicláveis em outro patamar de cidadania, dos cooperados e da população em geral:

Ações para revisão estratégica do convênio estabelecido entre as cooperativas de coleta seletiva e a Prefeitura Municipal - tendo como oportunidade a proximidade da data de sua renovação -, contemplando questões como:

- Redefinir contrapartidas e responsabilidades dos atores;
- Reduzir drasticamente a ociosidade na utilização dos recursos

públicos;

- Reverter situação frágil da legitimidade do programa junto à população, devido a tendência de substituição da coleta nas residências por coleta junto aos grandes geradores;
- Definir meios de remuneração do serviço de coleta e incentivos para o cumprimento de metas;
- Estabelecer metas de crescimento e de eficiência da atividade de coleta de materiais recicláveis;
- Ampliar o número de cooperados associados;
- Criar uma ambiente favorável para a profissionalização administrativa dos empreendimentos seja com o aproveitamento do quadro interno ou por meio da contratação de profissionais para atividades meio;
- Garantir a regularidade do serviço de coleta;
- Redefinir as penalidades previstas pelo convênio e criar mecanismos para sua aplicação;
- Apoiar a diversificação e a intensificação da comercialização;
- Definir indicadores de qualidade dos serviços prestados aos municípios;
- Redefinir o modelo de fiscalização.

Ações de melhoria organizacional das cooperativas:

- Realizar um diagnóstico da viabilidade econômica, considerando a situação previdenciária, fiscal, tributária e contábil;
- Sensibilizar os catadores quanto à importância da regularização legal dos empreendimentos;
- Sensibilizar os catadores quanto à necessidade de implantação da autogestão na administração do empreendimento;
- Refletir sobre a necessidade e a possibilidade de ampliação do quadro de cooperados;
- Sistematizar as experiências e construir uma metodologia de

organização e atuação;

- Ajustar da rota realizada pelos catadores e caminhões, por meio de discussão interna com o grupo.

Ações de melhoria das relações de cooperação e intercooperação:

- Avaliar a possibilidade de fusão das cooperativas ou constituição de uma Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. A unificação tem como objetivo as articulações entre os grupos, permitindo uma administração mais ágil e “enxuta” do ponto de vista fiscal e tributário, além de criar vetores que impulsionem as vendas coletivas, criando inclusive possibilidades concretas para a articulação com os catadores autônomos;
- Elaborar propostas de procedimentos e monitoramento de comercialização conjunta;
- Aprimorar os canais de comunicação entre as cooperativas, o poder público e os municípios;
- Elaborar um banco de dados para uso conjunto, constando compradores, materiais e preços;
- Identificar e contatar com os empreendimentos solidários da cadeia de recicláveis na região;
- Avaliar da possibilidade de compra de materiais dos catadores autônomos, sem a reprodução da exploração características da relação com os sucateiros.

Ações de melhorias na cadeia produtiva de reciclagem através da incorporação de novas tecnologias e materiais:

- Realizar um diagnóstico da infraestrutura disponível, identificação de demandas;
- Implementar e consolidar de forma gradual a Coleta de óleo vegetal para biodiesel;

- Implementar e consolidar, de forma gradual, o sistema de processamento de plásticos, em parceria com a INCOOP/UFSCar, agregando valor aos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas de catadores do município e região e fortalecendo a sua comercialização;
- Ampliar e aprofundar os conhecimentos dos catadores sobre a cadeia da reciclagem;
- Propor projeto piloto de implementação de infraestrutura para integração e comercialização conjunta de outras cooperativas da região;
- Ampliar e qualificar a reciclagem de componentes eletrônicos.

Ações visando aumento da participação da população, com investimentos de recursos públicos:

- Ampliar a coleta seletiva a partir da instalação de ECOPONTOS;
- Ampliar a participação de empresas e repartições públicas federais, na separação e entrega de materiais recicláveis às cooperativas de coleta (Conforme decreto nº 5.940, sobre a obrigatoriedade de separação e entrega de material para coleta);
- Estimular a aplicação da Lei Estadual nº 12.528 (02/jun/07) junto a shoppings, empresas de grande porte e condomínio com mais de 50 residências;
- Revitalizar e intensificar a coleta seletiva nas dependências da PMSC;
- Implantar a identificação nas casas participantes do programa;
- Definir os modelos de identificação dos imóveis que participam do programa;
- Sensibilizar os catadores para divulgação e instalação da identificação nos imóveis;
- Definir e implementar uma campanha publicitária do Programa

ma de Coleta Seletiva;

- Implantar a coleta de forma gradual em novas regiões e fortalecimento das atuais, por meio de mutirões da coleta;
- Implementar uma identificação sonora da passagem da coleta.

DIRETRIZES METODOLÓGICAS

▪ O princípio metodológico é do exercício da autogestão, como estratégia de emponderamento, emancipação e organização solidária dos catadores;

▪ A “Metodologia Autogestionária” é a participação de todas e todos os envolvidos nos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação das atividades da economia solidária. A construção coletiva deste modelo deve partir da realidade e prática social dos trabalhadores e dos empreendimentos envolvidos nesta discussão;

▪ Serão fomentadas estratégias participativas em todos os processos desencadeados com os indivíduos e grupos e deverão atentar para as dimensões socioeconômicas, socioambientais, socioeducativas e autogestionárias;

▪ As dificuldades relacionadas ao grau de escolaridade ou outros aspectos da exclusão social não devem ser impedimento para os objetivos de organização do empreendimento econômico de economia solidária e sim desafios a serem enfrentados com ações integradas com outros órgãos e políticas públicas;

▪ Os processos de avaliação são fundamentos da metodologia de economia solidária. A avaliação contextualizada da prática desenvolvida possibilita um aprendizado importante para os diversos segmentos da economia solidária. A avaliação crítica e autocrítica, não são técnicas, mas um conteúdo formativo da prática dos atores e atrizes da economia solidária;

▪ A prática educativa democrática, participativa e dialógica é

pressuposto do processo sociopolítico da construção do conhecimento e da apropriação de tecnologias para a transformação social.

EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COLETIVO

Baseado neste diagnóstico e na estratégia traçada e com a moderação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES/SMTER) em parceria com a Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCar) foi iniciado um Planejamento Estratégico Coletivo para a elaboração de um Plano de Ação que viabilizasse a unificação dos empreendimentos responsáveis pela coleta seletiva no município e a construção de um novo modelo institucional de parceria entre a Prefeitura Municipal e os trabalhadores da coleta.

A partir de uma metodologia que priorizou a discussão e decisão coletiva e a participação direta de todos envolvidos, este planejamento foi elaborado em seis reuniões realizadas entre julho e agosto de 2009, no Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza”, resultando na constituição de quatro comissões, compostas por representantes dos empreendimentos, responsáveis pelo desenvolvimento de ações orientadas por dois documentos construídos coletivamente neste processo (Quadro de categorias e Ações e Comissões).

HISTÓRICO DAS REUNIÕES

Apresentação da Proposta de Reformulação da Coleta Seletiva - 22/07/2009:

Nesta oportunidade foi socializada a Proposta de Reformulação da Coleta Seletiva, que tinha por objetivo a mudança do modelo de coleta e comercialização de matérias recicláveis desenvolvido no município de São Carlos.

A proposta apresentava as seguintes ações estratégicas:

- Ações para revisão estratégica do convênio estabelecido entre as cooperativas de coleta seletiva e a Prefeitura Municipal, tendo como oportunidade a proximidade da data de sua renovação;
- Ações de melhoria organizacional das cooperativas;
- Ações de melhoria das relações de cooperação e intercooperação;
- Ações de melhorias na cadeia produtiva de reciclagem através da incorporação de novas tecnologias e materiais;
- Ações visando aumento da participação da população, com investimentos de recursos público



Reunião realizada em 22/07/2009 – CPES

APRESENTAÇÃO DA MINUTA DA PROPOSTA DE CONTRATO (ANEXO 1) - 29/07/2009

É inegável que a assinatura dos contratos e suas respectivas inovações promoveram o fortalecimento institucional do Programa Futuro Limpo, entretanto, o cumprimento dos termos acordados sempre foi considerado uma meta a ser atingida e não uma ferramenta. Para a reformulação e consolidação tanto do Programa, quanto dos empreendimentos envolvidos no processo, foi elaborada uma Minuta da Proposta de Contrato (ANEXO 1).

Esta proposta foi apresentada as cooperativas conveniadas, sendo realizada a leitura da íntegra da minuta, seguida de esclarecimentos de dúvidas e simulações dos repasses de recursos referentes ao

cumprimento, ou não, das metas estabelecidas.

Cabe ressaltar que no início de cada reunião do planejamento estratégico, era realizado um resgate da reunião anterior, relembrando os pontos principais debatidos e os encaminhamentos pactuados.



Reunião realizada em 29/07/2009 – CPES

1ª Reunião do Planejamento Estratégico - 05/08/2009

Cumprida a etapa de apresentação da Proposta de Reformulação da Coleta Seletiva e da Minuta da Proposta de Contrato (ANEXO 1), iniciou-se o Planejamento Estratégico.

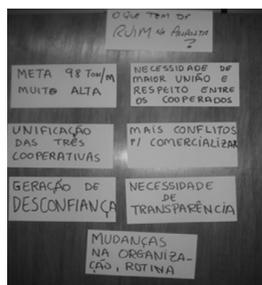
Objetivos do Planejamento:

- Sensibilizar os cooperados(as) para a importância e a complexidade da unificação das três cooperativas,
- Identificar os pontos que possivelmente gerarão conflitos no processo e tentar minimizar-los;
- Identificar os pontos positivos da unificação para potencializá-los.

Com esse intuito, a dinâmica do planejamento estabeleceu como ponto de partida para esta reunião duas perguntas:

- O que tem de bom nessa proposta?
- O que tem de ruim na proposta?

Esse exercício permitiu que os trabalhadores e trabalhadoras expressassem suas opiniões sobre as propostas expostas nas reuniões anteriores e iniciassem a sistematização do processo de unificação dos empreendimentos.



Reunião realizada em 05/08/2009 - CPES

2ª Reunião do Planejamento Estratégico - 12/08/2009

Este encontro foi prejudicado pela presença insuficiente de trabalhadores da coleta na atividade. Um momento de avaliação do processo de discussão, uma adversidade que se transformava em oportunidade

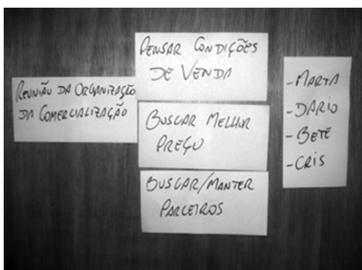
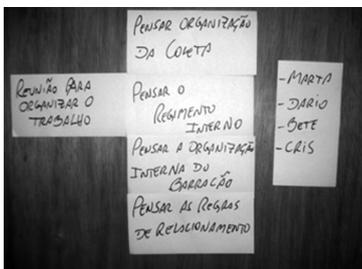
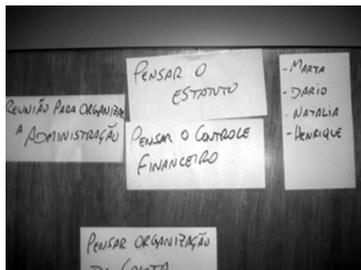
A maior parte do tempo previsto para a dinâmica foi utilizado na reflexão dos motivos da falta de participação, assim como na estratégia de mobilização destes trabalhadores para os próximos encontros.

Após pactuar a necessidade existência de um protagonismo dos trabalhadores neste processo, foi apresentada a dinâmica da próxima reunião, composta pelo levantamento de expectativas coletivas de futuro e um quadro de categorias para organizar as respostas da reunião anterior (O que tem de bom nessa proposta? / O que tem de ruim na proposta?).

As categorias definidas para sistematização desta reflexão nessa atividade foram: Gestão (administração), Organização do Trabalho, Financeiro, Comercialização (mercado), Relacionamento, Parcerias e Metas

4ª Reunião do Planejamento Estratégico – 26/08/2009:

A categorização dos pontos positivos e negativos permitiu visualizar o escopo das ações necessárias para o processo de unificação das cooperativas de coleta seletiva. Assim sendo, foram definidas ações e objetivos e constituídas quatro comissões para a realização dessas tarefas.



Reunião realizada em 26/08/2009 – CPES

RESULTADO DO PLANEJAMENTO

Quadro de categorias:

Categorias	Bom	Ruim
Gestão administração	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada maior • Pagar INSS – Benefícios • Férias - % de férias - maior • Mais segurança financeira • Retirada adicional anual (13º) • 3% para fundo de investimento • Capital de giro • Mais agilidade para recuperar os equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de transparência • Mudanças na organização – rotinas
Organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada maior • Vale transporte • Ampliação do número de cooperados • Coleta maior – mais resíduos • Busca de melhor preço para os materiais • Maior número de equipamentos para trabalhar • Mais agilidade para recuperar os equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Meta (98 ton.) muito alta • Unificação das três cooperativas • Mais conflitos para comercializar • Geração de desconfiança • Mudanças na organização – rotinas
Comercialização (mercado)	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada maior • Busca de melhor preço para os materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conflitos p/ comercializar
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Vale transporte • Coleta maior – mais resíduos • Maior número de equipamentos para trabalhar 	<ul style="list-style-type: none"> • Meta (98 ton.) • Geração de desconfiança

Categorias	Bom	Ruim
Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada maior • Recolher INSS – Benefícios • Férias - % de férias - maior • Vale transporte • Mais segurança financeira • Retirada adicional anual (13º) • 3% para fundo de investimento • Capital de giro • Maior número de equipamentos para trabalhar • Mais agilidade para recuperar os equipamentos 	
Relacionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Mais segurança financeira • Mais união entre as cooperativas – mais respeito 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de maior união e respeito entre os cooperados • Unificação das três cooperativas • Geração de desconfiança • Necessidade de transparência
Comercialização (mercado)	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada maior • Busca de melhor preço para os materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conflitos p/ comercializar
Metas	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada maior • Pagar INSS – Benefícios • Ampliação do número de cooperados • Retirada adicional anual (13º) • Coleta maior – mais resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Meta (98 ton.) muito alta

“FUTURO?”

Qual a expectativa com implantação deste novo modelo

- Gerar mais trabalho
- Trabalhar melhor com os carrinheiros
- População participar mais
- Coletar em 100% da cidade
- Trabalhar mais animado
- Agregar mais valor – novos produtos
- Mais dignidade
- Mais estabilidade
- Trabalho reconhecido
- Independência maior
- Caminhão próprio
- Barracão próprio
- Cross Fox da Cris
- Brechó – roupas, móveis, eletrodomésticos
- Conta bancária ativa
- Biblioteca
- Parceria com empresas

Ações e Comissões:

Ações	Objetivos	Comissões*
Reunião para organização da administração	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar o estatuto • Pensar o controle financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Marta • Dario • Natalia • Henrique
Reunião para organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar a organização da coleta • Pensar a organização interna do barracão • Pensar o regimento interno • Pensar as regras de relacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Marta • Dario • Bete • Cris
Reunião para organização da comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar as condições de venda • Buscar melhores preços • Buscar/Manter parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Marta • Dario • Bete • Cris
Coordenação das metas	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o atendimento das metas externas (estabelecidas pelo contrato) • Monitorar o atendimento das metas internas (estabelecidas pelo grupo – “Futuro?”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta comissão foi composta por um representante de cada comissão anterior

** As comissões foram compostas pelos representantes das três Cooperativas presentes na reunião, ficando acordada uma recomposição, para que cada cooperado participe de apenas uma comissão, salvo o grupo de Coordenação das metas, formada por um representante de cada comissão específica.*

Cronograma de reuniões das comissões:

Foi definida a realização das reuniões das comissões todas as quartas-feiras, às 16h , no Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho”, situado a Rua José Bonifácio, nº 885, centro.

Grupos de trabalho (comissões):

Com a definição das ações e comissões foram constituídos três Grupos de Trabalho (os GT (re)organização da Administração, GT (re)organização da Comercialização, GT (re)organização do Trabalho), dando início a mais uma etapa do processo de unificação dos empreendimentos responsáveis pela coleta seletiva no município.

Esta etapa foi dividida em 3 (três) fases, realizadas entre agosto de 2009 e fevereiro de 2010, resultando em uma proposta de layout para ocupação do novo barracão, uma proposta de regimento interno e indicações de ações futuras para cooperativa.

1ª Fase:

Na 1ª Fase foram realizadas 10 (dez) reuniões, entre agosto e novembro de 2009.

Esta fase foi iniciada com os primeiros contatos entre a equipe do Programa de Educação Tutorial do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar (PET-DEP) e representantes das cooperativas para o estabelecimento da parceria que permitiu a elaboração do layout do espaço que foi ocupado pelo empreendimento, resultante do processo de unificação das cooperativas de coleta seletiva.

Nas demais atividades os grupos de trabalho elencaram as potencialidades e dificuldades apresentadas pelas cooperativas participantes, a partir da temática de cada GT (GT (re)organização da administração, GT (re)organização da comercialização, GT (re)organização do trabalho), que socializou com os demais os resultados obtidos.

A 1ª fase foi encerrada com uma visita ao futuro “barracão”, localizado em uma região com muitas empresas e indústrias pertencentes a cadeia produtiva de reciclagem, visando a primeira proposição de layout para o espaço e feedback dos participantes.



Reunião PET-DEP/UFSCar realizada em 21/10/2009 – CPES



GTs de (Re)Organização do Trabalho, da Administração e da Comercialização
12/11/2009



GTs de (Re)Organização do Trabalho,
da Administração e da Comercialização
12/11/2009



Apresentação GTs de (Re)Organização da Comercialização, da Administração e do Trabalho 18/11/2009

COOPERVIDA	
Possuir férias remuneradas	Não praticar assembleia geral
Impostos não pagos em dia - gerando juros	Emitir nota fiscal apenas com as vendas para as empresas (papelião)
Reunião do conselho administrativo não acontece mensalmente	Jornada de trabalho das 8:00 as 17:00 (equipe central)
O livro ponto está ok	Das 8:00 as 14:00 equipe de rua
O livro de entrada e saída não está em dia	Realizar prestação de contas na assembleia extraordinária
Não possui capital de giro	Falta abertura de contas para as cooperativas
Equipe específica para administração	Reunião com o conselho fiscal (não acontece)
Não possui folha de retirada	Não possui previdência social
ECOATIVA	
Nunca emitiu nota fiscal	Jornada de trabalho das 8:00 as 14:00 - barracão e rua
O livro ponto está ok	Reunião do conselho administrativo não acontece mensalmente
Inscrição estadual encontra-se cancelada	Reunião do conselho fiscal (não acontece)
Livro de entrada e saída da cooperativa não está em dia	Não possui folha de retirada
Não existe prestação de contas	Não possui previdência social
Não possui capital de giro	Possui férias remuneradas
Não pratica assembleia geral	
COOLETIVA	
Nunca emitiram notas fiscais	7:30 as 16:00 - equipe barracão
O livro ponto está OK	7:30 as 16:00 equipe rua
Inscrição estadual encontra-se cancelada	Reunião do conselho administrativo não acontece mensalmente
Livro de entrada e saída de cooperados não está em dia	Reunião com o conselho fiscal (não existe)
Não existe prestação de contas	Não possui folha de retirada
Não possui capital de giro	Não possui previdência social
Não possui férias	Não pratica assembleia geral

Apresentação GT de (Re)Organização da Administração 18/11/2009

BOM	
Vários compradores (coopervida)	Adiantamento do pagamento
Boa relação com a população	Grandes geradores
Parcerias com: PM, INCOOP, UNISOL; e outros (MNCR)	Venda direta para papelão e vidro
Parceiros trazem recursos "dim dim" (temos que buscar!)	
RUIM	
Não tem mercado para alguns materiais (PVC, PS)	Preço baixo
Só leva o material ruim se levar o bom	Venda sem separação por tipo de material
Venda de caminhão fechado	As pessoas acham que ganhamos da prefeitura (salário)
Falta de pontualidade da coleta (população)	Material muito sujo
Não há uma pesquisa de preços antes das vendas	Não há uma lista de contato com os compradores
Busca de novos grandes geradores	Não temos contato com outras cooperativas

Apresentação GT de (Re)Organização da Comercialização 18/11/2009

BOM			RUIM		
RUA	BARRAÇÃO	RUA	BARRAÇÃO	RUA	BARRAÇÃO
Parada para almoço	Dinheiro bom da indústria	Falta de sacolaço	Caminheiros	Material sujo no barracão	Equipe de rua no barracão (as quintas feiras - Cooperativa)
Horário do começo do trabalho na rua e na central	Negociação com os sucateiros (fimiro na hora)	Horário da balança no papeteio	Falta de cuidado com equipamento (caminhão)	Falta espaço para os sacoteiros no barracão	Falta mais uma mesa para trazer
Material de coleta	Material para tirar sucateiros (fimiro na hora)	Falta mais um caminhão	Grandes Geradores: UFSCar (material sujo, rota grande, horário)	Falta de cuidados com o equipamento	Ratos no barracão
Coleta no centro	Horário de trabalho	Cooperados não sabem todas as rotas	Falta de horário para almoço	Falta de responsabilidade com o barracão	Falta de lava boa para tirar
Paradas para descanso	Horário para almoço e café da tarde na central	Falta de compromisso com o trabalho (equipe não completa)	Falta de atenção dos inovadores para coleta	Falta de amáveis para os cooperados	Estocar material em lugar encoberto (sucata, esopor, vidro)
	Colgate e parentes de trabalho	Coleta em dia de chuva	Parar a coleta mais cedo	Falta de respeito entre os cooperados	Demora para pagamento da indústria
Pagamento dos dias em caso de acidente	15 dias remunerados para maternidade	Pouca coleta no centro		Venda com preço baixo	preço baixo do sucateiro
				Sacolaço pesado	Falta de organização no barracão
				Material sem destino para comércio (pilha, lampada, etc.)	Falta de água no barracão
		Material que ganha: leva ou não???	Saber o regimento interno	Falta organização do trabalho das equipes (distro do trabalho)	Ajudar a ensinar novos cooperados
		Falta de respeito com quem está fazendo as contas das horas	Falta de reamão	Falta de cooperação entre cooperados	Conflito na reamão

Obs.: QUADROS EM VERMELHO SÃO TARJETAS QUE NÃO SÃO CLASSIFICADAS COMO "BARRAÇÃO" NEM "RUA".

Apresentação GT de (Re)Organização do Trabalho 18/11/2009



*Reunião PET-DEP realizada em
25/11/2009 – Novo Barracão*

2ª Fase:

Na 2ª fase foram realizadas 4 (quatro) reuniões em dezembro de 2009.

Na primeira reunião desta fase, a equipe do DEP-PET apresentou três propostas de layout para o “barracão”, que foram debatidas com todos os participantes e resultou na proposta final implantada.

Foi nesta fase que os GT’s categorizaram os resultados da fase anterior, possibilitando aos participantes uma visão crítica do processo de unificação.



Reunião PET-DEP-UFSCar e os catadores realizada em 03/12/2009



Categorização GTs de (Re)Organização da Comercialização, do Trabalho e da Administração 03/12/2009

3ª Fase:

Na 3ª fase foram realizadas 5 (cinco) reuniões e uma assembleia, entre janeiro e fevereiro de 2010.

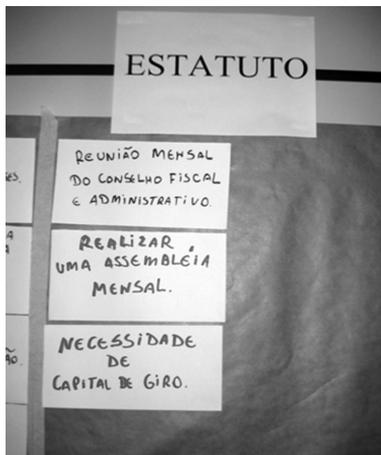
Foi realizada uma reunião geral, com a presença da maioria dos cooperados das três cooperativas, para a apresentação da categorização dos resultados dos GT's.

Esta reunião permitiu a sistematização coletiva de todo o processo e o desdobramento dos resultados em três linhas de encaminhamentos; referentes ao estatuto, ao regimento e a ações futuras. Nesta reunião foi constituída uma comissão que elaborou uma proposta de regimento interno (ANEXO 2).

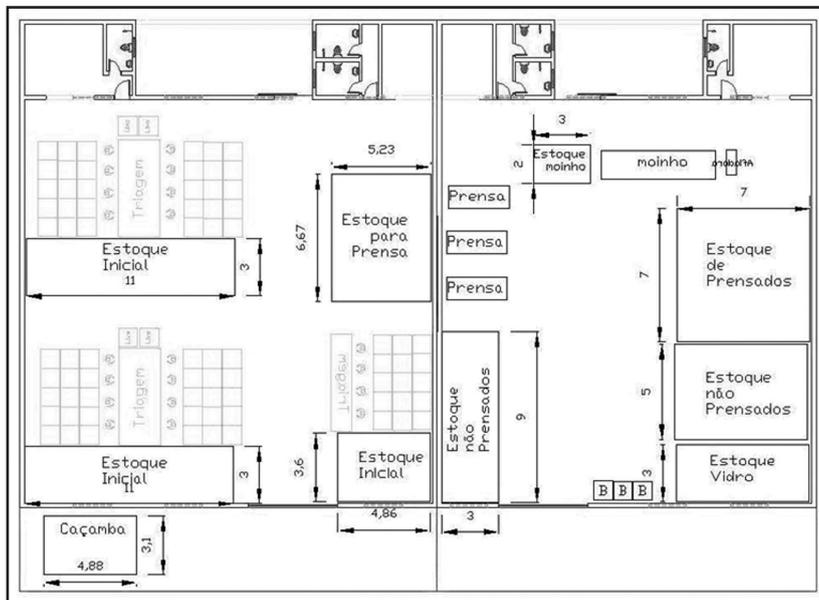
A 3ª Fase foi encerrada com uma assembleia geral que aprovou a unificação das cooperativas, incorporando todos os cooperados em uma única figura jurídica, aprovando também o Regimento Interno (ANEXO 2) elaborado pela comissão.



*Reunião Geral para encaminhamentos dos itens categorizados nos GT's
13/01/2010*



Reunião Geral para encaminhamentos dos itens categorizados nos GT's 13/01/2010



Proposta aprovada de layout, elaborada em parceria com o PET-DEP/UFSCar



Assembleia Geral 12/02/2010

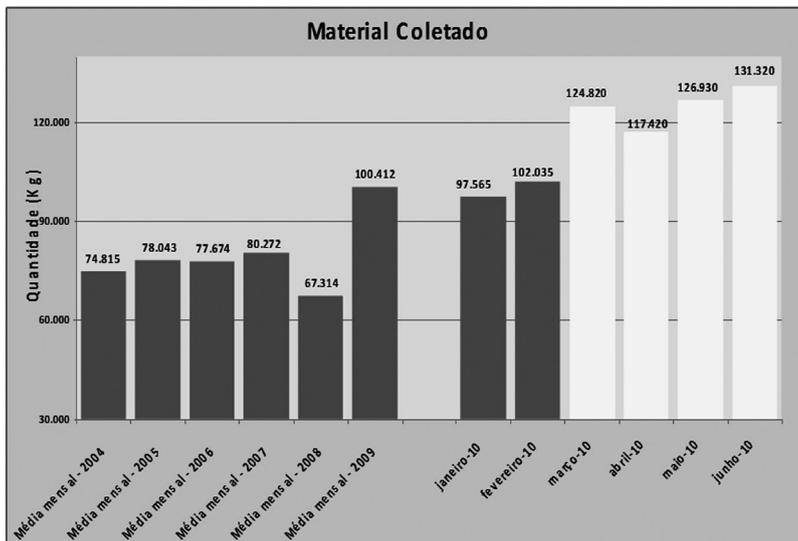
INÍCIO DAS ATIVIDADES NA CENTRAL DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (01/03/2010)



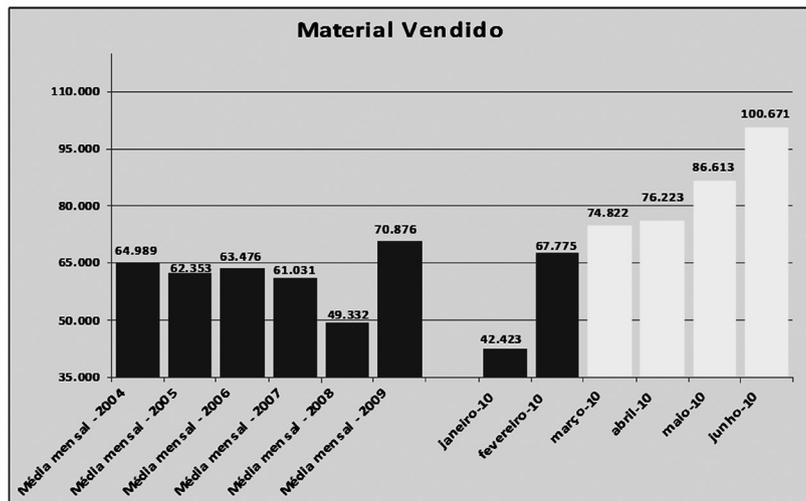
Inauguração da Central de Triagem de Materiais Recicláveis “João Batista Baumgartner”

Finalmente, a partir do dia 1º de março, os trabalhadores e trabalhadoras, agora associados a uma única cooperativa, iniciaram suas atividades em um novo barracão, inaugurado oficialmente em 15/04/2010, com novo layout, organizados por meio de um Regimento Interno, fruto deste planejamento, deliberado e aprovado em uma assembleia realizada no dia 12 de fevereiro de 2010 e com um novo contrato mediando as relações entre a cooperativa de coleta e a administração municipal.

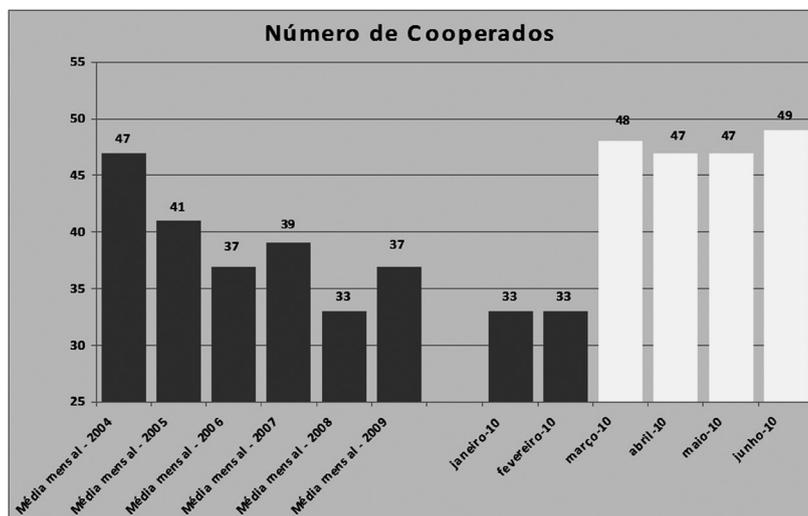
Assim a Prefeitura de São Carlos e os cooperados, mais uma vez demonstram que uma gestão municipal sensível às questões sociais e ambientais, juntamente com trabalhadores organizados podem, democrática e tecnicamente, contribuir para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e com justiça social. Muito ainda pode e deve ser conquistado, mas já nos primeiros quatro meses os ganhos podem ser visualizados nos gráficos a seguir:



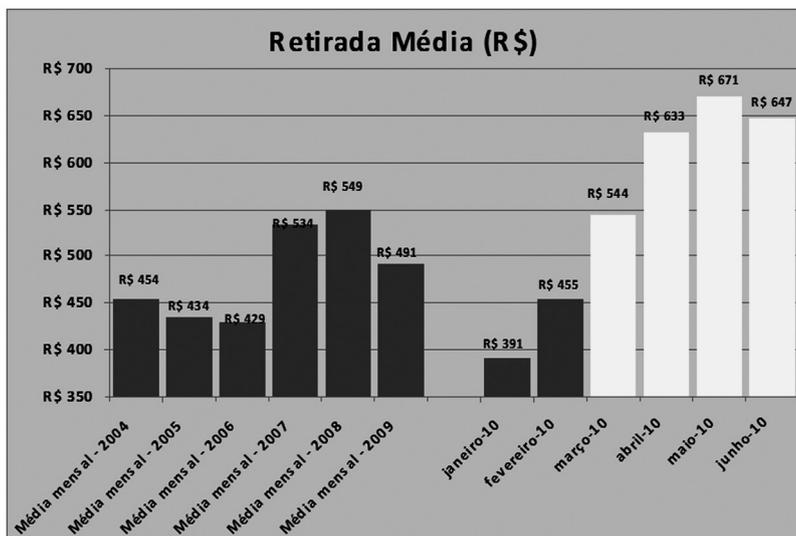
Ano	Quantidade de Material Coletado (Kg)
Média mensal - 2004	74.815
Média mensal - 2005	78.043
Média mensal - 2006	77.674
Média mensal - 2007	80.272
Média mensal - 2008	67.314
Média mensal - 2009	100.412
janeiro-10	97.565
fevereiro-10	102.035
março-10	124.820
abril-10	117.420
maio-10	126.930
Junho-10	131.320



Ano	Quantidade de Material Vendido (K g)
Média mensal - 2004	64.989
Média mensal - 2005	62.353
Média mensal - 2006	63.476
Média mensal - 2007	61.031
Média mensal - 2008	49.332
Média mensal - 2009	70.876
Janeiro-10	42.423
fevereiro-10	67.775
março-10	74.822
abril-10	76.223
maio-10	86.613
Junho-10	100.671



Ano	Número de cooperados (trabalhadores)
Média mensal - 2004	47
Média mensal - 2005	41
Média mensal - 2006	37
Média mensal - 2007	39
Média mensal - 2008	33
Média mensal - 2009	37
janeiro-10	33
fevereiro-10	33
março-10	48
abril-10	47
maio-10	47
junho-10	49



Ano	Retirada Média (R \$)
Média mensal - 2004	R \$ 454
Média mensal - 2005	R \$ 434
Média mensal - 2006	R \$ 429
Média mensal - 2007	R \$ 534
Média mensal - 2008	R \$ 549
Média mensal - 2009	R \$ 491
janeiro-10	R \$ 391
fevereiro-10	R \$ 455
março-10	R \$ 544
abril-10	R \$ 633
maio-10	R \$ 671
junho-10	R \$ 647

É possível observar já em 2009, ou seja, durante o processo descrito, que alguns indicadores apresentavam elevações consideráveis, como nos casos dos materiais coletados e vendidos. Mas certamente, no período posterior a março de 2010, após a unificação e início do exercício do novo contrato é que se identificam os resultados mais expressivos do ponto de vista financeiro, como a receita gerada, o número de trabalhadores em atividade e suas respectivas retiradas médias líquidas. É importante destacar, que além desta retirada, passaram a ser provisionados os fundos sociais que possibilitarão benefícios equivalentes ao décimo terceiro e férias e o recolhimento pela COOPERVIDA das contribuições previdenciárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços empreendidos por todos os participantes visavam, sem sombra de dúvida, a viabilização econômica da atividade produtiva, a consolidação do programa e a garantia de condições de trabalho dignas e decentes para trabalhadores historicamente privados destas possibilidades. De fato, os resultados alcançados já nos primeiros meses apontam positivamente para que esses objetivos sejam atingidos, tendo um papel fundamental neste sentido o pagamento mensal pela prestação de serviço de coleta seletiva, uma reivindicação histórica do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), que surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis.

No entanto, o maior desafio que se apresentava era a capacidade de minimização e gestão de conflitos. Uma vez que, estava identificada a necessidade de unificação de três cooperativas, que embora desenvolvessem a mesma atividade e participassem do mesmo programa, apresentavam particularidades desde seu processo de criação e desen-

volvimento, como também especificidades nas formas de organização do trabalho e gestão coletiva dos empreendimentos. De fato, os níveis de conflitos apresentados após a unificação, sejam eles internos ao grupo ou em relação aos parceiros, ficaram muito aquém ao que havia sido esperado.

Todo este processo foi construído coletivamente durante aproximadamente dez meses de forma democrática e participativa, possibilitando que um dos principais atores do programa, os cooperados, exercitassem o protagonismo necessário, para que os resultados refletissem as demandas apresentadas por esses trabalhadores. Para isso, foi realizado um planejamento coletivo estratégico para a elaboração de um plano de ação que viabilizasse a unificação dos empreendimentos responsáveis pela coleta seletiva no município.

O êxito da ação reside na centralidade do coletivismo que foi estabelecida, possibilitando a democratização das relações de poder com a valorização dos saberes, viabilizada por um sistema de comunicação transparente e ético. Os processos dialogados para as sistematizações das informações, deliberações e decorrentes encaminhamentos, potencializaram a capacidade de lidar com a diversidade, superando os impasses e obstáculos que se apresentavam.

Assim, não se encerra uma dinâmica, mas sim se inicia a tarefa de ponderar dessas práticas, garantindo que, além da viabilização econômica do empreendimento e a eficiência do programa, os trabalhadores e trabalhadoras constituam e exerçam espaços e práticas coletivas e democráticas, demonstrando assim o verdadeiro potencial da autogestão como paradigma organizador da sociedade.

REFERÊNCIAS

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade - Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Vol. 2 (2006).
Organizado por: Laudemir Luiz Zart e Josivaldo Constantino dos Santos. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

ANEXO 1

Processo nº 21.959/09

CONTRATO Nº 46/10

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
SÃO CARLOS - PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO CARLOS E
COOPERVIDA - COOPERATIVA
DOS COLETORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - Prefeitura Municipal de São Carlos**, com Paço Municipal na Rua Episcopal, nº 1.575, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.358.249/0001-01, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **OSWALDO BAPTISTA DUARTE FILHO**, brasileiro, casado, professor universitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.942.936-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 618.227.608-87, residente na Rua Major José Inácio, nº 2.841, Vila Nery, São Carlos, SP, CEP 13560-161, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **COOPERVIDA - COOPERATIVA DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS**, sociedade civil de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.370.345/0001-13, com sede na Rua El Salvador, nº 65, Nova Estância, São Carlos, SP, CEP 13566-750, neste ato representado por **Cristiane de Paula Magon**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.247.744-9-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 311.844.938-12, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem

firmar o presente contrato, decorrente de **Dispensa de Licitação** fundamentada no artigo 24, inciso XXVII, da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e alterações posteriores, conforme processo administrativo protocolado sob nº 21.959/09.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Contrato a execução dos serviços de coleta, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas predeterminadas pelo **CONTRATANTE**, conforme especificações constantes do processo administrativo nº 21.959/09.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2. O objeto deste Contrato será efetivado nos termos estabelecidos na Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme consta nos autos do processo administrativo nº 21.959/09, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Quanto ao serviço de coleta de materiais recicláveis:

3.1.1. O serviço de coleta de materiais recicláveis consiste na coleta porta a porta, ou seja, em todas as residências, estabelecimentos comerciais, indústrias, assim como os PEV's (Pontos de Entrega Voluntária), enfim, todos os geradores que disponibilizem os materiais chamados secos para o recolhimento pelos catadores;

3.1.2. Efetuar pontualmente a coleta nos períodos estabelecidos;

3.1.2.1. Cada equipe ou grupo realizará a coleta em um desses setores,

que por sua vez se subdividem em 5 (cinco) subsetores correspondentes a cada dia da semana, de segunda a sexta-feira;

3.1.2.2. Em cada subsetor será definido o roteiro, ou seja, o trajeto a ser percorrido pelos catadores e o trajeto a ser percorrido pelos caminhões transportadores;

3.1.3. A atividade de coleta deverá começar todos os dias às 07h30min no ponto de início do setor;

3.1.3.1. O serviço de coleta porta a porta, ou seja, o atendimento ao munícipe doador de material reciclável será de 8 (oito) horas diárias, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais;

3.1.4. A **CONTRATADA** deverá primar pela regularidade, pontualidade e eficiência do serviço, visando atender a população de forma objetiva e respeitosa;

3.1.5. A **CONTRATADA** deverá solicitar autorização do responsável, para a retirada de recicláveis em propriedades particulares;

3.1.6. Coletar todos os resíduos recicláveis;

3.1.7. Recolher resíduos acidentalmente despejados por catadores nas vias públicas;

3.1.8. As programações para coleta nos feriados deverão ser informadas ao **CONTRATANTE** com prazo de dez dias de antecedência.

3.2. Quanto aos serviços de triagem, pesagem, prensagem, recuperação, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis coletados:

3.2.1. separar manualmente os materiais recicláveis segundo características de sua composição (matéria-prima) e outras, de modo a atender às condições do mercado comprador;

3.2.2. preparar o material já selecionado, através de prensagem, enfardamento e outros processos que se façam necessários ao

enquadramento nas exigências do mercado e melhores condições de venda;

3.2.3. garantir a pesagem de todos os veículos carregados, em balanças indicadas pelo **CONTRATANTE**;

3.2.4. o material da coleta trazido pelos caminhões deverá ser descarregado na Central de Triagem e Resíduos Recicláveis;

3.2.4.1. A descarga deverá ser feita com presteza, para que, quando necessário, os caminhões voltem rapidamente ao trecho.

3.2.5. a seleção deverá ser feita nas mesas de triagem ou nos pátios cobertos;

3.2.5.1. Os materiais selecionados, separados por tipo, serão estocados em baias, ou recipientes adequados até a pesagem ou outro encaminhamento, sendo que a **CONTRATADA** deve fornecer ao **CONTRATANTE** o apontamento de dados de peso coletado e divisão em peso dos materiais vendidos em formulário padrão, fornecido pelo **CONTRATANTE**.

3.2.6. manter a qualidade e higiene da Central de Triagem, do barracão e do pátio externo;

3.2.7. especial cuidado deverá ser tomado para que recipientes que possam acumular água estejam sempre tampados ou colocados em posição que não permita o acúmulo d'água;

3.2.8. zelar pela conservação e perfeito funcionamento das máquinas, equipamentos e demais instalações que sejam para o uso na realização das atividades de triagem, prensagem, recuperação, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis coletados.

3.3. Quanto às responsabilidades e posturas:

3.3.1. Cumprir rigidamente as normas de destinação dos resíduos

sólidos recicláveis, estabelecidas pelo Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo;

3.3.2. Garantir que os catadores utilizem calçados fechados, durante a coleta e triagem, sendo vedado, portanto, o uso de sandálias e chinelos;

3.3.3. Garantir que os catadores utilizem equipamentos de segurança;

3.3.4. Garantir que os catadores utilizem bonés e coletes identificando o Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo;

3.3.5. Garantir que os catadores não solicitem donativos e utilizem bebidas alcoólicas em serviço;

3.3.6. Cumprir as obrigações previstas na Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, e outras disposições legais que o regulamentem, e na Lei Federal nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que “Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e da outras providências”, e alterações posteriores;

3.3.7. Cumprir as obrigações previstas na Instrução Normativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nº 087, de 27 de março de 2003, e alterações posteriores;

3.3.8. Arcar com as despesas incorridas na contratação de pessoal, encargos sociais, trabalhistas, securitários e quaisquer tributos incidentes direta ou indiretamente, sobre ou decorrentes do cumprimento do objeto deste ajuste, sem direito de pleitear reembolso ao **CONTRATANTE**;

3.3.9. Assumir a responsabilidade penal, civil, administrativa e trabalhista por ações decorrentes da execução do objeto deste contrato;

3.3.10. Cumprir no prazo máximo de sete dias as solicitações do **CONTRATANTE**, a contar do recebimento das mesmas;

3.3.11. Permitir ao **CONTRATANTE** livre acesso a todas as dependências da Central de Triagem, fornecendo, quando for solicitado, todos os dados e elementos referentes ao serviço, objeto do presente instrumento;

3.3.12. Prestar esclarecimentos sobre o Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo, aos munícipes, através da distribuição de impressos;

3.3.13. Proceder à divulgação da presente contratação junto à comunidade, em todos os eventos promovidos, entrevistas, panfletos e demais meios de divulgação, relacionados ao objeto deste contrato, ficando impedido o uso indevido do nome do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo;

3.3.14. Ressarcir os danos de equipamentos e instalações que resultem de mau uso;

3.3.15. Repor equipamentos e outros utensílios em caso de furto ou roubo;

3.3.16. Responsabilizar-se por atos praticados por seus cooperados, tanto no serviço de coleta quanto no uso dos equipamentos;

3.3.17. As despesas com manutenção dos equipamentos e com insumos (graxa, óleo, produtos de limpeza) serão por conta da **CONTRATADA**;

3.3.17.1. A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer ocorrência relativa à quebra, defeito, funcionamento indevido e outros problemas;

3.3.18. Cumprir as metas estabelecidas pelo **CONTRATANTE**, quanto às quantidades de materiais coletados e comercializados, contribuindo de forma decisiva para a redução de resíduos encaminhados ao Aterro Sanitário.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Providenciar o pagamento das notas fiscais apresentadas no prazo estabelecido;

4.2. Ceder espaço físico para a instalação da Central de Triagem de Resíduos Recicláveis, arcando com as despesas de energia elétrica e água;

4.3. Definir e disponibilizar em quantidade suficiente e adequada para a boa realização das atividades relacionadas ao objeto deste contrato:

4.3.1. veículos e motoristas para a realização da coleta, viabilizando motorista substituto caso ocorra paralisação de funcionários;

4.3.2. prensas para compactação de resíduos triados para comercialização;

4.3.3. equipamentos para transporte de fardos dentro da Central de Triagem;

4.3.4. combustível e manutenção para o veículo;

4.3.5. bonés, coletes, capas de chuva e luvas para catadores cadastrados.

4.4. Determinar, através do setor responsável pela segurança do trabalho do **CONTRATANTE**, em conjunto com a **CONTRATADA**, a elaboração de procedimentos de segurança;

4.5. Fornecer material para divulgação do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo;

4.6. Definir as áreas de coleta programadas, especificando frequência mínima e período de coleta;

4.7. Controlar os padrões dos serviços executados e cumprimento das responsabilidades da **CONTRATADA**;

4.8. Controlar e fiscalizar os níveis de reclamações por moradores e

encaminhá-las para que sejam solucionadas pelo **CONTRATANTE**;

4.9. Adotar as providências legais cabíveis, quando ocorrerem irregularidades no cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**;

4.10. Determinar a ampliação da área de coleta;

4.11. Promover a educação ambiental e realizar a divulgação do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo;

4.12. O **CONTRATANTE** disponibilizará em pontos estratégicos da cidade, equipamentos para o recebimento de materiais recicláveis denominados PEV (Pontos de Entrega Voluntária);

4.12.1. Será responsabilidade da **CONTRATADA** o recolhimento dos bag's, com periodicidade determinada pelo **CONTRATANTE**, e colocação de um bag vazio no local.

4.13. O **CONTRATANTE** deverá indicar dois coordenadores que responderão por todo o processo, seja na coleta, produção, venda de materiais, capacitação de recursos humanos, contabilidade, fiscalização interna, enfim, por todas as ferramentas administrativas que garantam seu bom funcionamento e desempenho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS METAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O **CONTRATANTE** passa a estabelecer as condições de pagamento do presente contrato condicionado a metas a serem atingidas.

5.2. Quanto às metas:

5.2.1. A **CONTRATADA** deverá buscar alcançar as metas referentes à **quantidade de material coletado**, estabelecidas pelo **CONTRATANTE**, para o período de vigência do presente contrato,

que corresponde a 130 (cento e trinta) toneladas por mês, até 31 de dezembro de 2010;

5.2.2. As metas da triagem devem acompanhar as metas estabelecidas para a coleta. Deve-se cuidar para que não sejam formados grandes depósitos de materiais a serem triados, correndo o risco de perda por motivo de chuva ou incêndio;

5.2.3. As metas poderão ser revistas e adequadas a critério do **CONTRATANTE**.

5.3. Quanto à forma de pagamento:

5.3.1. O pagamento pelos serviços efetuados será composto por uma parcela fixa e uma parcela variável, baseadas na produção, ou seja, na quantidade de material reciclável coletado e comercializado pela **contratada**;

5.3.2. A parcela fixa será efetuada mensalmente pelo **CONTRATANTE**, condicionada, entretanto, a uma coleta mínima de 98 (noventa e oito) toneladas por mês, e será no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

5.3.3. A parcela variável será efetuada mensalmente pelo **CONTRATANTE**, condicionada, entretanto, a uma coleta mínima de 98 (noventa e oito) toneladas por mês, e terá as seguintes faixas de remuneração, baseadas na produtividade, ou seja, na quantidade de material reciclável coletado e comercializado pela **CONTRATADA**:

5.3.3.1. entre 60 (sessenta) a 110 (cento e dez) toneladas por mês, o valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por tonelada;

5.3.3.2. entre 110,01 (cento e dez vírgula zero um) e 140 (cento e quarenta) toneladas por mês, o valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por tonelada;

5.3.3.3. acima de 140,01 (cento e quarenta vírgula zero uma) toneladas por mês, o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por tonelada.

5.4. O valor total estimado do presente importa em R\$ 192.240,00 (cento e noventa e dois mil, duzentos e quarenta reais), nas condições acima estabelecidas.

5.5. O pagamento da parcela fixa será mensal, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela unidade interessada, acompanhada dos comprovantes de pesagem de todos os veículos carregados, em balanças indicadas pelo **CONTRATANTE** e da Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS);

5.6. O pagamento da parcela variável será mensal, mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade interessada, acompanhada dos comprovantes de pesagem de todos os veículos carregados, em balanças indicadas pelo **CONTRATANTE**, de cópia das notas fiscais de venda do material reciclado e da Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS);

5.7. Todos os tributos e demais ônus que recaiam sobre o presente contrato serão da responsabilidade da **CONTRATADA**, exceto aqueles que por lei, sejam de responsabilidade exclusiva do **CONTRATANTE**;

5.8. Os valores referidos nesta cláusula serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses. Em havendo prorrogação do prazo inicialmente contratado, os preços serão reajustados com base no índice IPCA/IBGE, ou no caso de sua extinção pelo seu substituto legal, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6. O presente Contrato entra em vigor na data da definida na ordem de início dos serviços, expedida pela Coordenadoria do Meio Ambiente, sendo que terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS

7. Os recursos financeiros para atendimento das despesas oriundas do presente encontram-se especificadas na dotação orçamentária codificada sob o nº 03.01.18.122.0008.2.003.3.3.90.39.01.10000 – Desp. 0035.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do **CONTRATANTE**, das seguintes sanções, independente do cancelamento da nota de empenho:

a) Advertência;

b) Multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) dos valores constantes nas subcláusulas 5.3.2 e 5.3.3, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação do **CONTRATANTE** e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2. A **CONTRATADA** estará sujeita a multa no valor correspondente ao dobro do previsto na subcláusula 8.1. “b”, por descumprimento de notificação por uso indevido do nome do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo, e dos recursos disponibilizados.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

9. O controle e a fiscalização da execução dos serviços do presente ajuste ficarão sob responsabilidade da Coordenadoria de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO

10. Este Contrato é regulamentado pela Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11. Fica vedado a subcontratação, bem como qualquer faturamento por terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

12. O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, nos termos do disposto no artigo 24, inciso XXVII, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII, e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

13.2. No caso de rescisão do presente, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração previstos na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O calendário de coleta seletiva será semestral e acordado entre as partes.

14.2. O **CONTRATANTE** interferirá nos serviços que compõem o objeto deste contrato, caso ocorra paralisação por qualquer motivo, podendo, para tanto, assumir temporariamente as instalações e recursos materiais disponíveis ou definitivamente, caso em que justificará a rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15. Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente, e que possa ser resolvida na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e contratadas, as partes lavram o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas.

São Carlos, 1º de março de 2010.

ANEXO 2

REGIMENTO INTERNO DA COOPERVIDA COOPERATIVA DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A COOPERVIDA - COOPERATIVA DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS, inspirada nos princípios do cooperativismo, da solidariedade e da autogestão, tem por objetivo principal, na medida de sua agilidade, a promoção sócio-econômica de seus cooperados(as), através da garantia de incentivos a organização do trabalho, tratando de seus interesses, sem objetivo de lucro, na prestação de serviços.

Art. 2º - A COOPERVIDA - COOPERATIVA DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS rege-se por seu Estatuto Social e por este Regimento Interno, observados os princípios constitucionais e as normas legais.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Regimento Interno tem por objetivo reger e normatizar os procedimentos de trabalho, os produtos e resultados obtidos com o trabalho cooperativado, as responsabilidades e atribuições por setor da cooperativa, funcionamento do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal e penalidades previstas pela não conformidade com as regras e procedimentos aprovados em Assembléia Geral.

CAPÍTULO III – DOS(AS) COOPERADOS(AS)

Art. 4º - Poderão associar-se à Cooperativa, todos e todas que, estando na plenitude de sua capacidade civil, atendam aos Artigos 5º, 6º e 7º do Estatuto Social, concordem com o referido Estatuto, o presente Regimento e preencham as seguintes condições:

- a) participar, no prazo máximo de 1 (um) mês, da capacitação, onde será apresentado a cooperativa, o que é cooperativismo e Economia Solidária;
- b) haverá um período de experiência de 2 meses, para a aceitação do(a) cooperado(a) na cooperativa;
- c) disponibilizar os seguintes documentos; foto, RG, CPF, PIS e comprovante de residência.

Art. 5º - O presente Regimento reitera o que define o Capítulo III do Estatuto Social, no que se refere aos direitos, deveres, responsabilidades, demissão, eliminação e exclusão de cooperados(as).

CAPÍTULO IV – INFRAÇÕES E PENALIDADES:

Art. 6º - O Conselho Administrativo, por meio de seu(sua) Diretor(a) Administrativo(a), deverá em decorrência do não cumprimento deste Regimento, do Estatuto Social, dos Contratos e Convênios estabelecidos pela Cooperativa e de decisões deliberadas e aprovadas em Assembléia Geral:

- a) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às infrações cometidas pelos(as) cooperados(as);
- b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das

providências adotadas;

- c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias;
- d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes no prazo de trinta dias corridos, contados a partir da data de registro das ocorrências;
- e) propor em Assembléia Geral da cooperativa medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;

Art. 7º - Além das referências citadas no Artigo 6º deste Regimento, serão consideradas infrações:

- a) atitudes desrespeitosas;
- b) ofensas pessoais ou coletivas;
- c) linguagem inadequada ao convívio coletivo;
- d) embriagues ou utilização de bebida alcoólica no período de atividades da cooperativa;
- e) atitudes que comprometam a imagem e os compromissos da cooperativa.

Art. 8º - As penalidades decorrentes de infrações relacionadas nos Artigos anteriores respeitarão as seguintes etapas:

- a) a primeira advertência resulta em notificação e registro em livro adequado;
- b) a segunda advertência resulta em notificação, registro em livro adequado e 3 dias de suspensão das atividades sem remuneração;

- c) a terceira advertência resulta em notificação, registro em livro adequado e 15 dias de suspensão das atividades sem remuneração;
- d) a quarta advertência resulta em notificação, registro em livro adequado, suspensão das atividades sem remuneração e encaminhamento à Assembléia Geral para abertura de processo de eliminação.

Parágrafo Primeiro – As notificações devem ser elaboradas em duas vias, sendo que a primeira via será entregue ao reclamado(a) e a segunda via arquivada com a assinatura do reclamado(a) e a data de recebimento.

Parágrafo Segundo – No caso de recusa do reclamado em receber a notificação, o processo de arquivamento deve conter a assinatura de duas testemunhas, que deverão obrigatoriamente compor o quadro de cooperados(as).

Parágrafo Terceiro – Em qualquer etapa de advertência, será garantida a ampla defesa do reclamado(a), em Assembléia Geral.

CAPÍTULO V – DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS, REUNIÕES INTERNAS E EXTERNAS

Art. 9º - As formas de convocação, periodicidade, competências e quorum das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias estão definidos no Capítulo V do Estatuto Social.

Art. 10º - A Cooperativa realizará mensalmente, no primeiro sábado de cada mês, em horário a ser definido, uma Assembléias Geral Extraordinária para prestação de contas, planejamento e outros assuntos relevantes e indicados na convocação ou definidos pela

própria Assembléia.

Parágrafo Único - É obrigatória a participação na Assembléia Geral mensal, a ausência sem justificativa, conforme o definido no Artigo 38º deste Regimento implicará em notificação de infração;

Art. 11º - A participação de cooperados(as) em atividade autorizados pelo Conselho Administrativo e ratificadas em Assembléia, serão remuneradas como hora trabalhada, bem como estadia, alimentação e transporte, quando necessário.

CAPÍTULO VI – DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL

Seção I - Conselho Administrativo

Art. 12º - Os membros do Conselho Administrativo, que tem composição, mandato, normas e atribuições definidos no Capítulo VI do Estatuto Social, definirão entre si, a Diretoria Executiva, composta por um(a) Diretor(a) Presidente(a), um(a) Diretor(a) Administrativo(a) e um(a) Diretor(a) Financeiro(a).

Parágrafo Primeiro – O Conselho Administrativo reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando por maioria simples, presentes no mínimo 2 (dois/duas) conselheiros(as), reservado ao Diretor(a) Presidente(a), quando for o caso, o voto de desempate. Suas deliberações e demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de ata, lavrada no Livro próprio, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Parágrafo Segundo - Nas faltas ou impedimentos por prazo inferior a 90 (noventa) dias, o(a) Diretor(a) Presidente(a) será substituído pelo(a) Diretor(a) Administrativo(a), este pelo(a) Diretor(a) Financeiro(a).

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a vacância de cargos do Conselho de Administração por prazo superior a 90 (noventa) dias, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, ser convocada a Assembléia Geral para preenchimento das vagas, cujos eleitos cumprirão apenas o tempo remanescente dos mandatos dos sucedidos. Até a posse do sucessor, a ausência do(a) Diretor(a) Presidente(a) será suprida na forma do Parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto - Constituem, entre outras, hipóteses de vacância do cargo eletivo:

a morte;

- a) a renúncia;
- b) a perda da qualidade de associado;
- c) a falta, sem justificação prévia, a 3(três) reuniões consecutivas ou a 5(cinco) alternadas, no curso de cada ano de mandato;
- d) a destituição;
- e) as faltas injustificadas ou impedimentos, ambos superiores a 90 (noventa) dias;
- f) o patrocínio, como parte ou procurador, de medida judicial contra a Cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- g) tornar-se o detentor inelegível ou não mais reunir as condições básicas para o exercício de cargo eletivo, na forma da regulamentação em vigor.

Art. 13º - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- a) reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do(a) Diretor(a) Presidente(a), da maioria do próprio Colegiado, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) delibera, validamente, por maioria simples de votos, presente a maioria dos seus componentes, reservado ao Diretor(a) Presidente(a) o voto de desempate;
- c) as deliberações do Colegiado e as demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de atas, lavradas no Livro próprio, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

Art. 14º- Ao(a) Diretor(a) Presidente(a) cabem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) em conjunto com o(a) Diretor(a) Administrativo(a) e/ou Diretor(a) Financeiro(a), cumprir o disposto no Capítulo VI do Estatuto Social;
- b) supervisionar a administração geral e as atividades da Cooperativa, inclusive quanto ao cumprimento das normas aplicáveis;
- c) representar a Cooperativa, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
- d) representar a Cooperativa junto ao Movimento de Economia Solidária, bem como as demais entidades, podendo delegar essa atribuição aos(as) demais Diretores(as) ou membro da Cooperativa;

- e) sempre em conjunto com o(a) Diretor(a) Administrativo(a) ou Diretor(a) Financeiro(a), assinar todos os documentos derivados da atividade normal de gestão;
- f) convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo, bem como as Assembléias Gerais;
- g) apresentar à Assembléia Geral, em nome do Conselho de Administração, relatório anual das operações e atividades da Cooperativa, acompanhado do balanço, de demonstração de sobras e perdas e do parecer do Conselho Fiscal;
- h) autorizar as despesas administrativas e patrimoniais, de acordo com os montantes previamente estabelecidos;
- i) aplicar as penalidades que forem estipuladas pela Assembléia Geral pelo Estatuto Social e por este Regimento Interno.

Art. 15º - Ao(a) Diretor(a) Administrativo(a) cabem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) substituir o(a) Diretor(a) Presidente(a) na forma prevista neste Regimento;
- b) em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente(a) e/ou Diretor(a) Financeiro(a), cumprir o disposto no Capítulo VI do Estatuto Social;
- c) secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, responsabilizando-se pela guarda dos Livros, documentos e arquivos da cooperativa.
- d) assinar, em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente(a) ou o(a) Diretor(a) Financeiro(a), todos documentos relativos a gestão

administrativa da cooperativa;

- e) administrar a política de recursos humanos e supervisionar diretamente;
- f) elaborar a programação de férias;
- g) apreciar assuntos relativos à organização administrativa da cooperativa;
- h) informar ao Conselho de Administração sobre o desenvolvimento dos trabalhos administrativos em geral da cooperativa;
- i) informar e orientar o quadro social quanto às operações e atividades da cooperativa.

Art. 16º - Ao(a) Diretor(a) Financeiro(a) cabem, dentre outras, as seguintes atribuições:

substituir o(a) Diretor(a) Administrativo(a) na forma prevista neste Regimento;

- a) em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente(a) e/ou Diretor(a) Administrativo(a), cumprir o disposto no Capítulo VI do Estatuto Social;
- b) assinar com o(a) Diretor(a) Presidente(a) ou Diretor(a) Administrativo(a), os cheques emitidos pela cooperativa, os instrumentos de procuração, os contratos com terceiros e praticar ainda todos os atos necessários para a movimentação de valores junto a Instituições Financeiras;
- c) realizar e registrar todas as ações de comercialização, garantindo a emissão de notas fiscais;
- d) acompanhar a movimentação econômico-financeira e propor

ao Conselho de Administração medidas ou providências que julgar convenientes;

- e) supervisionar todas as atividades relacionadas com a contabilidade, dados estatísticos e custos e manter os livros de registros fiscais em dia;
- f) supervisionar a execução dos orçamentos semestrais;
- g) supervisionar todas as atividades relacionadas com a tesouraria, com a cobrança e a guarda de valores;
- h) apresentar ao Conselho de Administração e Fiscal, no devido tempo, os balancetes da contabilidade geral, fluxo de caixa e demais documentos e demonstrativos contábeis;
- i) determinar aplicações no Mercado Aberto, dos valores disponíveis existentes na cooperativa, como aprovados pelo Conselho de Administração e normas do Banco Central do Brasil;
- j) manter dois talões de notas de serviços e dois talões de notas de vendas e garantir a solicitação de novos talões de notas com antecedência de 30 (trinta) dias;
- k) manter a certidão negativa conjunta do PIS/CONFINS e INSS atualizada, solicitando nova certidão 30 dias antes do final do prazo de validade;
- l) encaminhar o talão de notas fiscais no primeiro dia útil de cada mês para a contabilidade;
- m) fica obrigado a fazer prestação de contas mensalmente aos cooperados(as). Caso o mesmo não apresente a prestação de contas no prazo de 30 dias, estará sujeito a sofrer desde a advertência a punição pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro – A Assembléia Geral deverá indicar 02 (dois/duas) representantes para compor uma equipe de apoio ao Conselho Administrativo.

Parágrafo Segundo – Esta equipe obedecerá a um rodízio semestral, com mudança de 01 dos membros.

Parágrafo Terceiro – Os critérios para compor essa equipe são:

- a) conhecimentos básicos de matemática;
- b) conhecimentos básicos de informática (Office e Internet);
- c) disponibilidade para participar de cursos de formação nas áreas afins a atividade.

Parágrafo Quarto – As principais áreas de atuação desta equipe são:

- a) recursos humanos;
- b) contabilidade e finanças;
- c) comercialização;
- d) articulação;
- e) divulgação;
- f) fiscalização.

Art. 17º - O(a) Diretor(a) Presidente(a) e mais dois representantes do Conselho Administrativo e/ou da Equipe de Apoio terão dedicação exclusiva as atividades de gestão da Cooperativa, afastando-se das atividades produtivas.

Parágrafo Primeiro – Os dois representantes do Conselho Administrativo e/ou da Equipe de Apoio serão indicados em Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – O(a) Diretor(a) Presidente(a) e os dois representantes do Conselho Administrativo e/ou da Equipe de Apoio obedecerão à jornada estabelecida para a Equipe da Central de Triagem.

Parágrafo Terceiro – A retirada do(a) Diretor(a) Presidente(a) e os dois representantes do Conselho Administrativo e/ou da Equipe de Apoio, com dedicação exclusiva as atividades de gestão, será a mesma dos demais cooperados(as)

Seção II - Conselho Fiscal

Art. 18º - A composição, mandato e atribuições do Conselho Fiscal estão definidos no Capítulo VII do Estatuto Social.

Art. 19º - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando por maioria simples, presentes no mínimo 3 (três) conselheiros(as), reservado ao coordenador(a), quando for o caso, o voto de desempate. Suas deliberações e demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de ata, lavrada no Livro próprio, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Parágrafo Primeiro - Em sua primeira reunião escolherá, dentre seus integrantes efetivos, um(a) coordenador(a), incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos, e um(a) secretário(a) para redigir as atas e transcrevê-las no Livro próprio.

Parágrafo Segundo - As reuniões poderão, ainda, ser convocadas por qualquer de seus membros e por solicitação da Assembléia ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Ausentes o(a) coordenador(a) e/ou o(a)

secretário(a), serão escolhidos substitutos na ocasião.

Art. 20º - Entre outras atribuições em decorrência de lei e do Estatuto Social e deste, compete ao Conselho Fiscal:

- a) exercer assídua vigilância sobre o patrimônio, as operações com associados(as), os serviços e demais atividades e interesses da Cooperativa;
- b) o controle assíduo da movimentação financeira, das disponibilidades de recursos, das despesas, dos investimentos e a regularidade de sua efetivação, bem como dos valores e documentos sob custódia;
- c) a avaliação da política de empréstimos e o controle da sua concessão;
- d) examinar balancetes, os balanços e contas que o acompanham, bem como o cumprimento das normas sobre as atividades sociais e interesses da Cooperativa, apresentando parecer à Assembléia Geral, podendo assessorar-se de profissionais externos sempre que a complexidade das tarefas o recomendar;
- e) relatar ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva as conclusões de seus trabalhos, denunciando prontamente aos demais órgãos sociais e/ou às autoridades competentes as irregularidades porventura constatadas, podendo convocar a Assembléia Geral se o exigirem motivos graves ou urgentes.
- f) o Conselho Fiscal fica obrigado a apresentar pareceres, ou seja, informando via relatório a fiscalização da prestação de contas, mensalmente aos cooperados(as).

Parágrafo Único – Os pareceres, assim como os balancetes mensais elaborados pelo Conselho Administrativo, devem ser fixados nos

quadros de aviso da própria Central.

CAPÍTULO VII – DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Seção I – Equipe da Central de Triagem

Art. 21º - A equipe responsável pelas atividades na Central de Triagem é composta no mínimo por 20 (vinte) cooperados(as), sendo 16 (dezesesseis) na triagem e 4 (quatro) nas prensas.

Art. 22º - O início das atividades será às 8h:30min, o término às 17h:30min, com uma hora para refeição.

Art. 23º - É obrigatório o uso de EPI's, como luva, uniforme e sapato fechado, não será permitido o uso de bermudas;

Art. 24º - Será composta uma escala semanal para a limpeza da Central de Triagem, com a indicação diária de um(a) cooperado(a) para a limpeza dos banheiros, escritórios e refeitório.

Parágrafo Único - Cada cooperado(a) terá 15 minutos antes do final do expediente para organização e limpeza do seu setor, os(as) operadores(as) dos equipamentos são responsáveis pela conservação, e limpeza diária dos mesmos.

Art. 25º - A equipe terá um(a) coordenador(a), preferencialmente do setor das prensas, com as seguintes atribuições:

- a) identificar problemas e propor soluções, em relação a produtividade, a organização, qualidade do material (triado e

prensando) e uso e manutenção de equipamentos;

- b) registrar e encaminhar ao Diretor(a) Administrativo(a) os controles de faltas e horários de entrada e saída, com assinatura, dos cooperados(as);
- c) registrar e encaminhar ao Diretor(a) Administrativo(a) advertências e notificações;
- d) garantir uso de EPI's e uniformes;
- e) estabelecer a escala semanal de limpeza;
- f) garantir a limpeza e organização da Central de Triagem.

Art. 26º - Sempre que necessário, ou em caso de ociosidade, os(as) cooperados(as) que terão dedicação exclusiva às atividades de gestão da Cooperativa, afastando-se das atividades produtivas, conforme o Art. 17º deste regimento, deverão compor a Equipe da Central de Triagem.

Seção II – Equipes de Coleta

Art. 27º - Serão constituídas 3 (três) equipes responsáveis pela coleta de materias recicláveis.

Art. 28º - Cada equipe será composta no mínimo por 9 (nove) cooperados(as), sendo 3 (três) cargueiros(as) e 6 (seis) coletores(as).

Parágrafo Único – Deve ser criado um rodízio semanal, de dois cooperados(as) entre as equipes, para conhecimento de todas as rotas.

Art. 29º - O início das atividades será as 7h:30min, o término às 16h:30min, com uma hora para refeição.

Parágrafo Único - As refeições serão feitas em locais públicos definidos em parceria com a Prefeitura Municipal e/ou outros parceiros;

Art. 30º - É obrigatório o uso de EPI's, como luva, uniforme e sapato fechado, não será permitido o uso de bermudas;

Art. 31º - A equipe terá um(a) coordenador(a), com as seguintes atribuições:

- a) identificar problemas e propor soluções, em relação a organização, a rota, o uso e manutenção de equipamentos e a relação com os geradores;
- b) garantir e acompanhar as pesagens dos caminhões;
- c) acompanhar a descarga do caminhão na Central de Triagem;
- d) registrar e encaminhar ao Diretor(a) Administrativo(a) os controles de pesagens, faltas e horários de entrada e saída, com assinatura, dos cooperados(as);
- e) registrar e encaminhar ao Diretor(a) Administrativo(a) advertências e notificações;
- f) garantir uso de EPI's e uniformes.

Seção III – Coordenadores de Equipes

Art. 32º – Os Coordenadores das equipes serão definidos pelo Conselho Administrativo, assim como os suplentes para o caso de ausência dos titulares.

Parágrafo Primeiro – O cooperado(a) indicado ocupará a função de coordenação de equipe por um período de 6 (seis) meses, podendo ser reconduzido de forma que não haja continuidade superior a 1 (um) ano na função.

CAPÍTULO VIII – DOS FUNDOS E DA RETIRADA MENSAL

Art. 33º - Além dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social, que incidem sobre as sobras líquidas do exercício, conforme o Artigo 41 do Estatuto Social, a COOPERATIVA é obrigada a constituir:

- a. Fundo Anual de Descanso - FAD - destinado a garantir o período de descanso anual remunerado, constituído de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) da folha total de retirada base mensal;

- b. Fundo Anual de Retirada Adicional - FARA - destinado a garantir uma retirada adicional ao final do exercício, constituído de 9,25% (cinco por cento) da folha total de retirada base mensal.

Art. 34º - A Elaboração do planejamento de férias deve atender os seguintes critérios:

- a. maximo 10% (dez por cento) do quadro de cooperados(as) de férias por mês;

- b. solicitação ou mudança de férias com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Único – No caso de interessados em numero superior

ao estipulado no item “a” deste artigo, para um mesmo período os critérios de agendamento serão:

- a) preferência para quem estiver com maior tempo sem descanso;
- b) preferência para pessoas mais idosas;
- c) preferência para mulheres;
- d) preferência para necessidades por motivo de saúde comprovada;
- e) disponibilidade de recurso.

Art. 35º - A Cooperativa estabelece o valor do “Salário Mínimo Federal vigente” como limite para a “retirada base” mensal, possibilitando assim a existência de sobras no final do exercício.

Art. 36º - Para a elaboração da folha de retirada o fechamento do Livro Ponto ocorrerá no dia 25 (vinte e cinco) cada mês.

Art. 37º - A retirada será efetuada no 5º (quinto) dia útil de cada mês, sendo que no dia 20 (vinte) de cada mês, poderá ser efetuado um adiantamento, equivalente a 40% (quarenta por cento) da retirada base.

Art. 38º - As faltas não justificadas serão descontadas da retirada dos(as) cooperados(as).

Parágrafo Único – Somente serão consideradas faltas justificadas mediante atestado oriundo da Rede Pública de Saúde, ou por compensação em banco de horas, de acordo com a necessidade

da cooperativa. O não comparecimento mediante solicitação da cooperativa resultará na aplicação da falta não justificada.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39º - Este Regimento foi elaborado por uma comissão, aprovada em Assembléia Geral, tendo por finalidade estabelecer critérios, normas e procedimentos administrativos relativos à atividade operacional da COOPERVIDA - COOPERATIVA DOS COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO CARLOS, devidamente convocados para este fim.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2010.

Problemas e entraves na gestão
de resíduos sólidos: desafios na
construção da rede solidária dos
empreendimentos de catadores
na cidade de Campinas-SP

_ GRUPO DE TRABALHO RESÍDUOS, ITCP/UNICAMP

Resumo

A intenção deste texto é fundamentar a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de Campinas (ITCP/UNICAMP) junto aos trabalhadores e (as) de triagem de resíduos sólidos da cidade de Campinas. A incubadora atua nesse segmento desde 2003 e até a presente data já incubou quatro cooperativas das 14 existentes no município. Nesse processo não nos restringimos apenas às questões enfrentadas particularmente por cada uma delas, mas travamos diálogo com o conjunto de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com as outras duas incubadoras (Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo - CRCA e Ecologia e Dignidade Humana - EDH), com o poder público e outros parceiros, por meio do Grupo de Trabalho em Resíduos Sólidos (GTRS). Também priorizamos o apoio à Associação das Cooperativas de Triagem e Manuseio de Resíduos Sólidos de Campinas e Região (ACOOOP) criada pelas 14 cooperativas do segmento cooperativas com o objetivo delas avançarem coletivamente em algumas questões enfrentadas pelo segmento. Acredita-se que seja esse tipo de organização, gerida pelos (as) trabalhadores (as), que realmente tem o potencial para coletivizar e pressionar por melhorias no setor.

É também com esse intuito que organizamos, desde 2004, os encontros de cooperativas, que, em janeiro de 2010, teve a sua quarta edição realizada. Nesses encontros são convidados todos os EES de diversos segmentos de Campinas e região. Devido ao grande número de cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas, questões específicas relativas a este segmento sempre transpareceram nas diversas edições do encontro.

Por meio desse texto pretendemos refletir sobre questões, problemas e entraves enfrentados por esse segmento, além de reafirmar nosso compromisso com os (as) trabalhadores (as) de triagem de resíduos sólidos de Campinas/SP.

A contração insolúvel que atravessa o âmago da sociedade moderna é a contradição entre a sua necessidade de excluir as pessoas da gestão de suas próprias atividades e ao mesmo tempo requerer a participação delas, sem a qual ela ruiria. Essas tendências se expressam por um lado na tentativa dos burocratas de converter homens em objetos (pela violência, pela mistificação, por novas técnicas de manipulação – ou “sonhos materiais”) e, por outro lado, na recusa humana de permitir que sejam tratados dessa forma.

Solidarity, “França, 1968”, in Paris: Maio de 1968, p. 75.

INTRODUÇÃO

Para Jappe (1999, p. 135):

É evidente, aqui, que o capitalismo entrou numa fase de ‘irracionalização galopante’. A produção industrial retoma o modelo agrário; como este, busca colher o máximo possível em todas as estações, acreditando-se sempre ameaçada pela penúria; por outro lado, é aparentemente cíclica, porque só a deterioração programada das coisas permite continuar produzindo sempre. Mas, na realidade, a produção industrial é ‘acumulativa’ e este aspecto ‘volta sob a forma da poluição que ela produz. (JAPPE, 1999, p. 135)

Enquanto um sistema produtor de mercadorias, o capitalismo se caracterizou historicamente por seu constante movimento de expansão. Um dos mecanismos essenciais é a ascendente produção de mercadorias supérfluas e de produtos com durabilidade cada vez menor. Isso se deve muito mais a uma verdadeira engenharia da produção de obsolescência programada - incluindo nesta, a intensa propaganda de que os modelos anteriores são ultrapassados estética e tecnologicamente, simplesmente “não prestando mais” - do que pela deterioração

material própria desses produtos. Um dos efeitos colaterais desse mecanismo é o aumento do descarte, ou seja, da produção de resíduos e de lixo. Com a redução da vida útil das mercadorias e o incentivo ao consumo desenfreado, tudo que antes já ia para o lixo agora vai para lá muito mais rapidamente.

A questão do lixo ou a produção de resíduos sólidos urbanos se tornou um dos principais temas de debate ambiental nas metrópoles de todo o mundo. É uma evidência da insustentabilidade de um sistema que tem como fim soberano a acumulação do capital por meio da produção de mercadorias. Além de ser uma séria questão ambiental, esta insustentabilidade se manifestou nos países da América Latina em sua aparência social. Para citar somente três países que adequaram sua sociedade à reprodução do capital financeiro, resultando no aumento do desemprego, subemprego e desemprego estrutural, na Colômbia, os chamados recicladores, na Argentina, os cartoneros e no Brasil, os (as) catadores (as) possuem em comum o fato de tirarem o seu sustento do resíduo de que foi descartado por residências, supermercados e fábricas.

O local de trabalho dessas pessoas é a rua, o lixão ou mais recentemente, a cooperativa ou associação. Os lixões localizados nas periferias das cidades tornaram-se fonte de sobrevivência de populações excluídas que reaproveitam e vendem os resíduos coletados. No entanto, não faltam no Brasil exemplos de leis que dificultam ou impedem o trabalho dos (as) catadores (as) nas cidades como, por exemplo, por meio da proibição da circulação das carroças de tração animal em Campinas; ou de tração humana, em São Paulo. Em nível nacional, muitos casos – aliados à falta de políticas públicas que proporcionem efetivamente uma vida digna a essa população – demonstram que, para o Estado, “reciclador é excluído a ponto de ser considerado redundante, eliminável, como é o lixo no qual procura materiais recicláveis”, (RODRIGUEZ, 2002, p. 339). Tais políticas objetivam amenizar a aparência da

exclusão e empurrá-la para as periferias, para a cidade oculta.

Apesar disso, o processo de exclusão social não acontece sem resistência. Os (as) catadores (as) protestam, formam coletivos, constituem cooperativas e organizam um movimento nacional. O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) surge a partir de organizações regionais – como a federação de associações de recicladores do Rio Grande do Sul, fundada em 1998 – e ganha caráter nacional em 2001, com o 1º Congresso Nacional de Catadores, em Brasília, no qual manifestaram:

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis¹.

Ainda que o reconhecimento do catador como categoria profissional tenha sido a bandeira inicial do movimento, a autogestão, a democracia direta e a estruturação do movimento a partir de bases orgânicas figuram entre seus princípios.

ORIGEM DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E A PARTICIPAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNICAMP

Conforme apresentado por Marconsin (2008), a origem do programa de economia solidária no município de Campinas se iniciou

1 Trecho reproduzido durante o 1º Congresso Nacional de Catadores, em 2001, em Brasília (DF).

por determinação do prefeito municipal:

Houve uma determinação do Prefeito Municipal Antônio da Costa Santos para que, findo o prazo de contratação emergencial, esses trabalhadores fossem organizados em cooperativas, através da recém criada Secretaria de Governo.

Importante destacar que o programa de governo do partido dos trabalhadores pautava essa forma de geração de trabalho e renda:

a) implantação de programas específicos para desempregados, para organizar e ocupar os diversos segmentos sociais em atividades contratadas pela prefeitura, com garantia de condições dignas de trabalho e remuneração.

b) contratação de serviços de pequenas obras e manutenção da cidade através de cooperativas autônomas de desempregados.

c) criação de incubadoras como órgãos de assessoria de cooperativas de produção e prestação de serviços, para todos os aspectos legais, sócio-organizativos, administrativos, econômicos e específicos à natureza de cada associação cooperativa, assegurando o seu caráter autônomo, autogestionário e democrático. (MARCONSIN, 2008, p. 217).

Em 1999 foi criado o Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas através da Lei nº 10.039. Nesta mesma lei, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) ficava autorizada a firmar convênios com entidades de fomento ao cooperativismo (Art. 3º).

Foi na gestão do prefeito Antônio da Costa Santos (2000 – 2001) que este programa ganhou maior consistência devido a uma postura política claramente favorável ao incentivo do cooperativismo para as áreas de limpeza urbana e merenda escolar. Em 2001 foram realizadas parcerias entre a PMC e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que desencadearam processos de formalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/UNICAMP), entidade que passava a assumir atividades continuadas de formação junto a grupos de pessoas interessadas no trabalho associativo.

O objetivo dessas parcerias era alcançar as metas destacadas na epígrafe anterior e a ITCP/UNICAMP teve papel fundamental neste processo na medida em que atuou para assegurar que os princípios cooperativistas fossem contemplados no processo de formação dos grupos, como por exemplo, o princípio da adesão voluntária e aberta, da gestão democrática por parte dos sócios, da autonomia e independência, etc. Dois anos após a criação da Lei nº 10.039/99 foi publicado o Decreto nº 14.265/03, nos quais estes e outros princípios, além do acompanhamento de uma incubadora foram apresentados como requisitos para a participação no Programa (Art. 7º, incisos III e VII). O Anexo II deste Decreto apontava a ITCP/UNICAMP como uma das quatro incubadoras reconhecidas pelo Município e a Lei 12.218/05 estabelece normas e critérios para incubação.

Neste período de concepção do Programa, o mesmo mostrava-se promissor e significava um avanço em termos de política pública no município. Ainda em relação a essa iniciativa, o assassinato do Prefeito Antônio da Costa Santos do PT (na noite do dia 10 de setembro de 2001, numa emboscada que não ficou esclarecida) significou um grande abalo na continuidade do Programa tal qual ele havia sido pensado.

A ITCP/UNICAMP E AS COOPERATIVAS DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CAMPINAS

Dentre as várias frentes previstas pelo Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas, as cooperativas de triagem de resíduos sólidos se mostraram as mais viáveis. Ao mesmo tempo em que compõem o programa de geração de trabalho e renda, fazem parte da estruturação de uma política municipal de coleta seletiva.

Como parte integrante da política, foram criadas algumas instâncias tripartites envolvendo poder público, trabalhadores (as) e

incubadoras (modelo de composição convencional em instâncias da economia solidária). A ideia era favorecer a aproximação entre gestores e trabalhadores (as), entre decisão e execução. Em 2001, foi criado o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos (GTRS), por decreto do então prefeito Antônio da Costa Santos. O GTRS era constituído por diversas secretarias incluindo a de saúde, educação, meio ambiente e assistência social, pelas 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos, pelo Departamento de Limpeza Urbana (DLU) e pelas três incubadoras da cidade (CRCA, ITCP-UNICAMP e EDH). Nas palavras de Marconsin,

O processo de construção da política pública de economia solidária na área de reciclagem deu-se nesse espaço, pois nele os sujeitos do poder público, da sociedade civil organizada, representada pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e dos empreendimentos solidários, debateram, propuseram, conflitaram, convergiram em inúmeras discussões sobre espaço de trabalho, equipamentos, qualidade e quantidade do material reciclado, vendas coletivas, áreas de coleta, campanhas de divulgação, etc. (MARCONSIN, 2008, p. 211)

O formato desse espaço é interessante no sentido de possibilitar e efetivar a cogestão de uma política pública - prática bastante difundida nas gestões municipais do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, ele está sujeito às oscilações do governo municipal. Ou seja, a cogestão funciona bem enquanto o poder público se empenha e respeita a participação desse espaço. Quando não se mantém essa postura, o espaço rapidamente passa a ser um local de consulta, de informes ou ainda um mero balcão de negociação de interesses isolados dos empreendimentos. No caso específico do GTRS, o grau de compartilhamento das informações relativas ao desempenho da empresa conveniada para a coleta de resíduos talvez possa ser tomada como um indicador do nível de participação dos empreendimentos dese-

jado pela coordenação do programa. Atualmente, as raras reuniões que ocorrem do grupo dependem totalmente da iniciativa do próprio poder público, são convocadas as incubadoras, e os trabalhadores (as) não têm nenhuma participação direta, apenas são representados indiretamente pela presidência da Associação das Cooperativas de Triagem e Manuseio de Resíduos Sólidos de Campinas e Região (ACOO), formada e constituída em 2005 com os objetivos de fortalecimento político e da comercialização coletiva.

A necessidade de ter um espaço de articulação autônoma e, portanto, independente do GTRS, foi um dos fatores que motivou a formalização de uma associação. O horizonte da organização era a constituição de uma central de vendas para as 14 cooperativas da cidade. A gestão dessa cooperativa de segundo grau seria feita por uma diretoria eleita e constituída por membros das cooperativas e por um conselho com representantes de cada uma das cooperativas. O principal motivo para não dar a ACOOP o formato jurídico de uma central de vendas logo no início era o fato de esta ser constituída também por empreendimentos informais, que não poderiam figurar oficialmente no estatuto da central. A ACOOP se constituiu, portanto, como primeiro passo em direção a uma cooperativa de segundo grau, firmemente apoiada nos princípios da gestão democrática e na solidariedade entre os empreendimentos que a compõem.

Em 2006, com recursos da Petrobrás, o CRCA, fomentou a criação de uma outra central de vendas para apenas seis das 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos da região. Essa iniciativa não foi vista com bons olhos pelas cooperativas excluídas do processo, uma vez que feria o processo inclusivo, solidário e democrático que resultou na criação da ACOOP.

A criação de uma central paralela repercutiu negativamente nos espaços da co-gestão do programa de coleta seletiva. Neste processo, o que se havia construído de união e de positividade em termos da

intervenção das 14 cooperativas, sofreu um forte abalo e muitas cooperativas desanimaram. O GTRS foi esvaziando e ACOOP parou de fazer reuniões próprias. Atualmente, as reuniões da ACOOP voltaram a ocorrer, mas com a iniciativa e coordenação do poder público.

O CONTRATO DO LIXO E O TRABALHO DAS COOPERATIVAS

A coleta urbana de resíduos no município de Campinas é feita em quase sua totalidade pela empresa contratada, o consórcio TECAM. Esse, além de suas outras atribuições, é também responsável pela coleta seletiva. Os caminhões e trabalhadores da empresa coletam os resíduos nos bairros em dias determinados, em seguida pesam o volume dos caminhões em uma das duas balanças do município para, finalmente, levarem o conteúdo à cooperativa responsável pela região. Como forma de controle, um comprovante com peso da carga, hora da coleta e bairro de origem do material é entregue à cooperativa.

Nesse sistema impera uma desigualdade entre as partes que o compõem. Por um lado, conforme já registramos, existe a empresa TECAM, reconhecida publicamente por meio de seu contrato com a prefeitura. Por outro, figuram as cooperativas populares que apesar de prestarem um serviço público, não obtêm o mesmo reconhecimento. No entanto, empresa e cooperativas fazem parte fundamental no funcionamento do sistema de limpeza urbana. Isso fica evidente na constatação dos resultados desse trabalho: no período de vigência do contrato TECAM as cooperativas evitaram ao município custos na ordem de R\$ 6 milhões através de coleta não remunerada e da reinserção de materiais, que iriam para o aterro, na cadeia produtiva. Essa importância fica mais evidente na medida em que as cooperativas são sistematicamente cobradas por essa responsabilidade, seja por parte do poder público, seja pelas incubadoras ou mesmo pela população que vive nos arredores.

Entretanto, o problema central que faz com que a responsabilidade pública das cooperativas de triagem seja uma falácia é o fato de que elas não contam com o devido suporte público para tal. Ou seja, elas são cobradas por isto e realmente acabam exercendo este trabalho (com toda precariedade que a situação permite), porém, na verdade, não lhes são disponibilizadas as devidas condições para a atividade e, na prática, acabam ficando elas mesmas responsáveis pela sobrevivência econômica do grupo e da reprodução material de seus (suas) trabalhadores (as). Ocupando uma das posições mais frágeis e com menor poder de barganha dentro da cadeia produtiva em questão, ficam totalmente à mercê de oscilações no preço de mercado dos materiais recicláveis bem como da qualidade do resíduo que não coletam. Assim não há administração cooperativa ou planejamento econômico solidário que dê conta de trazer prosperidade a esses empreendimentos. Grande parte dos cooperados advém de uma situação sócio-econômica de pobreza e desemprego, ou seja, não detém poder econômico significativo. Deve-se lembrar que na maior parte do tempo - e até recentemente - o programa de economia solidária pertenceu à secretaria de assistência social. Também não há perspectiva de investimentos por parte dos próprios grupos.

O fato deste sistema de reciclagem funcionar relacionando dois modelos antagônicos de modo de produção - um cooperativo e outro capitalista - traz, inevitavelmente, contradições. Isso é bastante evidente quando se atenta para a qualidade dos resíduos que chegam às cooperativas. Como a empresa que faz a coleta tem seu ganho baseado em produtividade, ou seja, ganha por peso transportado, quanto mais peso um caminhão pode levar, maior a eficiência segundo a lógica do lucro. Dessa forma, o caminhão compactador é melhor que o caminhão gaiola (que leva o resíduo "solto"), e o resíduo molhado é melhor que o seco. No entanto, para as cooperativas, esse resíduo molhado e compactado apresenta enorme dificuldade de trabalho, além

de trazer consigo odor desagradável e até mesmo riscos à saúde. São muitos os relatos de cooperados que fazem a reclamação deste problema, criticando essa forma e preferindo quando faziam coleta própria ou, ainda, quando trabalhavam no setor em empreendimentos não cooperativos e compravam resíduo transportado no caminhão gaiola. Este problema é apontado inclusive por gestores públicos. Segundo Marconsin (2008, p. 253-254, que também foi coordenador de economia solidária de Campinas até 2008,

na experiência de Campinas, a precariedade da coleta seletiva ao longo dos últimos cinco anos, condição fundamental para a sustentabilidade da maioria dos empreendimentos solidários fomentados, foi marcante, tanto em estrutura de coleta, como em divulgação e comunicação com a população sobre o programa, assim como a precariedade dos espaços de triagem. (MARCONSIN, 2008, p. 253-254)

Recentemente, os (as) trabalhadores (as) das cooperativas conseguiram influenciar na forma como é feito o transporte do resíduo, através dos espaços públicos de reunião com o Departamento de Limpeza Urbana (responsável pelo contrato com a empresa coletora), regulamentando que o peso do volume de resíduo no caminhão não poderia passar de três toneladas. Ainda que isso não tenha passado de acordo verbal, demonstra que a pressão conjunta das cooperativas tem efeito, o que não ocorre quando uma cooperativa se manifesta isoladamente.

Assim como o exemplo da qualidade do resíduo que chega às cooperativas, outros problemas ocorrem pelo fato da gestão da produção estar distante da execução e pelo diálogo entre estas duas partes ser extremamente difícil, mesmo porque, na maioria das vezes, representam interesses contrários. Outro exemplo que também merece ser mencionado é a chegada de lixo hospitalar nas cooperativas jun-

tamente com o resíduo da coleta seletiva, o que é o um problema gravíssimo e um risco enorme à própria saúde dos (as) trabalhadores (as). Ainda que a própria Secretaria de Trabalho e Renda tenha se mostrado empenhada em resolver esta questão e ter criado, ela mesma, um mecanismo próprio de denúncia desta ocorrência (pois, além de tudo, é um crime), não foi capaz de sanar este problema. Acreditamos que isso se deve, em grande medida, à falta de um espaço no qual a questão pudesse ser tratada de forma coletiva. Neste ponto, é importante ressaltar que a criação do GTRS (no qual estariam presentes secretarias, inclusive a de saúde, assim como as cooperativas) tinha o objetivo de proporcionar um local onde haveria socialização nos problemas e nas tomadas de decisões.

A COLETA SELETIVA MUNICIPAL FEITA POR COOPERATIVAS

O surgimento de um movimento social amplo e a constituição deste movimento em uma entidade organizada nacionalmente, o MNCR, possibilitou que o questionamento da coleta seletiva pública feita por empresas privadas e a reivindicação ganhassem notoriedade. Um importante fator que deu legitimidade para o questionamento foi o fato de os (as) catadores (as) já prestarem este serviço informalmente. Assim, como contraponto ao modelo capitalista dominante, apresenta-se o serviço feito por cooperativas e associações de catadores (as).

Algumas experiências surgidas em âmbito municipal foram bem sucedidas na contratação de associações de catadores (as) em âmbito municipal, como o caso de Londrina, onde o custo da coleta seletiva passou a ser de apenas 37,00 R\$/ton (em Campinas, segundo o contrato em vigência, R\$ 534,09/ton pela coleta seletiva porta a porta). Ainda em Londrina, a população passou a ser atendida totalmente e a relação Coleta Seletiva/Lixo Comum passou para 21,8% (a média desta relação em quatro importantes capitais que praticam a coleta seletiva

contratando empresas capitalistas é de apenas 3%).

Atualmente, há um incentivo em âmbito nacional por parte do governo federal à contratação de cooperativas de trabalhadores (as) na limpeza urbana, como fica óbvio com a Lei 11.445 de 2007.

Lei 11.445 de 2007 (Lei do Saneamento)

Art. 57. O inciso XXVII do Art. 24 da Lei 8.666 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.24. É dispensável a licitação:

XXVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Esse incentivo, evidentemente, não é gratuito. Em inúmeros levantamentos, como os já apresentados no caso de Londrina, fica demonstrado que para a municipalidade é vantajoso, especialmente em termos econômicos. Ainda que seja necessário para a aplicação do modelo um investimento inicial significativo, incluindo montagem de barracões de triagem, pontos de entrega voluntária nos bairros, compra de equipamentos, prensas, etc., os retornos superam os custos de investimentos.

No município de Campinas, as 14 cooperativas de triagem ligadas ao Programa Municipal de Economia Solidária representam um grande potencial para a implementação de uma coleta seletiva pública feita por empreendimentos cooperativos. Além de contarem com um contingente de mais de 250 trabalhadores (as) com experiência no manuseio de materiais recicláveis, apresentam capacidade de absorção de mais trabalhadores (as) e constituem, articuladas, uma estru-

tura em nível municipal enraizada em diversos pontos da cidade. As cooperativas também possuem experiência com coleta. Muitas delas pararam simplesmente por não ser vantajoso economicamente, dado que não são remuneradas por isso e recebem resíduos da empresa que é remunerada pelo mesmo serviço. Apenas uma delas, a Cooperativa Aliança, possuindo caminhão próprio, manteve a coleta, por realizá-la em um dos bairros mais nobres da cidade, onde há uma abundância maior do descarte de resíduo reciclável que apresenta altos preços. Mesmo durante a crise econômica recente que, no início de 2009, atingiu seu maior impacto sobre os preços dos materiais recicláveis afetando profundamente os (as) catadores (as), a cooperativa, mesmo no prejuízo, manteve a coleta por motivo de fidelização. Mas não obteve nenhuma garantia ou suporte econômico por parte do Estado como ocorreu para grandes bancos e empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que define o poder dos conselhos? A dissolução de todo poder externo, democracia integral e direta, unificação prática da decisão e execução, delegados que podem ser revogados a qualquer momento por aqueles que os investiram de mandato, abolição da hierarquia e de especializações independentes, gestão consciente, transformação de todos os condicionamentos da vida libertada, participação criativa permanente das massas, prolongamento e coordenação internacionalistas. As necessidades atuais não são nada menos do que essas. Autogestão não é nada menos que isso. Cuidado com os recuperadores de todas as variedades modernistas – incluindo até mesmo padres – que estão começando a falar de autogestão ou até mesmo de conselhos operários sem o menor embasamento, já que de fato eles querem salvar suas funções burocráticas, os privilégios das suas especializações intelectuais ou seus futuros como mini-patrões. - Enragés – Conselho para manutenção das ocupações, Carta Dirigida A Todos Os Trabalhadores, Paris, 30 de maio de 1968

A redução de custos advinda da adoção do modelo cooperativista, contratando associações e cooperativas de catadores (as) na coleta seletiva, gera um excedente econômico que antes ficava como lucro da empresa privada. O que ocorre, na maioria das vezes, é que esse excedente passa a ser apropriado, em sua maior parte, por outras empresas da mesma cadeia produtiva (atravessadores, usinas de reciclagem ou indústrias) e parte pode ir para os cofres públicos. Assim, é certo que ele retornará para a sociedade, mas não há nenhuma garantia de que será em benefício dos trabalhadores (as). Esse ganho pode tanto representar redução de custos para as empresas capitalistas que dominam a cadeia aumentando os lucros como também o aumento dos cofres públicos, que, por sua vez, são direcionados para pagamento de dívidas com grandes bancos, ou para políticas públicas que acabam por servir os mesmos capitalistas. Essa forma de apropriação do excedente configura exatamente o caso da exploração capitalista do trabalho. É imprescindível aos (às) trabalhadores (as) cooperados (as) e associados (as), portanto, que exijam participação nas diferentes instâncias gestoras das políticas públicas e da produção da cadeia, não permitindo que esse poder seja transferido a um representante externo, seja ele um gestor público, uma organização não governamental, ou uma incubadora de cooperativas.

O conhecido contrato do lixo em vigência, que regulamenta a contratação para o serviço de limpeza urbana, assinado em 2006 com duração de quatro anos, termina no presente ano, 2010. A implementação de um sistema cooperativista depende de vontade política por parte do poder público e, principalmente, de mobilização e articulação dos (as) trabalhadores (as) conscientes da situação. Os (as) cooperados (as) já se organizam para executarem as tarefas de suas atividades como catadores (as) e manuseadores (as) de resíduo reciclável. Agora necessitam se organizar também como gestores de seu trabalho. As cooperativas também podem e devem servir como espa-

ço de organização, de reuniões próprias dos (das) cooperados (as), das pessoas dos bairros, de debate dos problemas e das alternativas. Assim também deve ser a associação entre as cooperativas - já que existe uma - pois, com ou sem cooperativas, o sistema dominante continuará a se construir contra todos. Os trabalhadores (as) podem optar por se tornarem cúmplices de seu próprio infortúnio, mas devem pelos menos saber que não receberão nenhuma recompensa.

BIBLIOGRAFIA

ENRAGÉS. **Conselho para manutenção das ocupações:** Carta Dirigida A Todos Os Trabalhadores, Paris. 1968

JAPPE, A. e Guy Debord. UC Press. 1999

Solidarity. in Paris: Maio de 1968. Conrad Editora do Brasil Ltda. 1992

MARCONSIN, A. Política publica de economia solidária: uma política em construção. **Tese** de doutorado, Unicamp, 2008.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.).

Produzir para viver — Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL / MINISTÉRIO DAS CIDADES. Diretrizes nacionais para o saneamento básico. Lei 11.445. 2007

Parceria entre Universidade e Gestor Público Municipal para fomentar a Economia Solidária e ampliar as atividades da Cooperativa de Catadores de São Carlos/SP

- _ Maria Zanin
- _ Rafaela Francisconi Gutierrez
- _ Leandro Garcez Targa
- _ Lucas Miguel França
- _ Guilherme Franceschini

Membros da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar).

E-mail: incoop@ufscar.br

Resumo

A ação de entidades de apoio e fomento ao empreendimento de catadores de materiais recicláveis tem sido importante na formação e consolidação destes que são, ao mesmo tempo, o elo mais importante e mais frágil da cadeia produtiva de resíduos sólidos domiciliares. O apoio de gestores públicos municipais ao trabalho dos catadores tem se mostrado uma estratégia eficiente para cumprir a função institucional das prefeituras de gerir os resíduos das cidades, agregando trabalho social e ambiental de grande valor. O trabalho de universidades (por meio das ITCPs) de fomento às atividades dos catadores vem crescendo e se mostrando decisivo para o fortalecimento e estabilidade dos empreendimentos através da formulação/sistematização de conhecimento construído coletivamente entre o “saber científico” da academia e o “saber prático” do catador. As experiências da cidade de São Carlos mostram que uma parceria bem sucedida, por meio de ações conjuntas e entrosadas, entre gestores públicos municipais (DAES/PMSC) e Universidade (INCOOP/UFSCar) pode representar o diferencial para a implementação e consolidação da atividade dos catadores, assim como o fortalecimento do movimento de economia solidária como um todo.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Resíduos Recicláveis; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Poder Público Municipal; Políticas Públicas; Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

Nos últimos quinze anos, a economia solidária e as cooperativas de catadores vêm ganhando notoriedade como movimento social e também como objeto de políticas públicas do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais. Na academia também se observa aumento de interesse na temática, principalmente com o surgimento das Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Coletivos em meados da década de 1990 (Singer, 2002). Neste mesmo sentido, diferentes entidades, tais como: ONGs, Igrejas, Movimentos Sociais, Universidades, ITCPs (Incubadores Tecnológicas de Cooperativas Populares) e órgãos governamentais (principalmente a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Empregos - SENAES) têm buscado a inserção de catadores e dos empreendimentos coletivos autogestionários (cooperativas e associações) na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos. A Figura 1 ilustra estas entidades de apoio e fomento de empreendimentos de catadores que são organizações que amparam os empreendimentos econômicos solidários em diversos níveis, tais como: capacitação, incubação, assessoria, acompanhamento e assistência técnica e organizativa (BRASIL, 2006).

FIGURA 1 ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES.



Fonte: ZANIN, M; GUTIERREZ, R.; TARGA, L. G.; CORTEGOSO, A. L., 2010.

A atuação conjunta de diferentes entidades de apoio e fomento a empreendimentos econômicos solidários de catadores exige uma orquestração das atividades e diretrizes para um melhor fortalecimento do movimento da economia solidária e destes empreendimentos. No caso da atividade econômica dos catadores, exige-se destas entidades a troca de experiências, a superação das dificuldades em parceria, a construção com os catadores de um saber coletivo e democrático, o qual representa um produto da soma de diferentes conhecimentos e práticas relacionados tanto à coleta seletiva quanto à economia solidária.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a experiência de São Carlos quanto à parceria entre Universidade e Gestor Público Municipal na atuação junto aos catadores da cidade. A relevância da atuação conjunta destas duas importantes entidades representa o diferencial das ações que o município de São Carlos apresenta para a economia solidária e o fomento às atividades dos catadores. Esta parceria é ilustrada a partir da descrição de duas das inúmeras ações implantadas em conjunto destes parceiros com os catadores do município, fatos que mostram o caráter salutar da convergência nos trabalhos entre Universidade e Gestor Público Municipal, embora representem diferentes papéis na sociedade, no cenário da economia solidária e no apoio e fomento às atividades dos catadores.

POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADE

Na implantação de projetos relacionados à construção e ao desenvolvimento de cooperativas de catadores, a formação de redes que agreguem gestores públicos e entidades de fomento (como as universidades) aparece como um ponto importante na consolidação do empreendimento em questão. Por meio do diálogo e da contribuição de cada um destes setores, pode-se alcançar um patamar elevado no que se refere à estabilidade do empreendimento.

No caso dos gestores públicos, a realização da coleta seletiva do município através de parcerias realizadas junto às cooperativas de catadores nos revela um cenário positivo no que se refere ao tema inclusão social. O município, ao mesmo tempo em que cumpre com o seu dever institucional de coletar e destinar adequadamente todos os resíduos da cidade, realiza um trabalho social e ambiental de grande valor.

No caso das universidades, a participação e o acompanhamento das demandas produzidas por estes empreendimentos de cunho solidário se apresentam como um ponto relevante. A partir da contribuição e do diálogo estabelecido junto às cooperativas, podemos percorrer caminhos menos tortuosos na busca pela estabilidade do empreendimento:

Entendemos que a universidade pode contribuir, e muito, se se dispuser a discutir as dificuldades de sobrevivência dos empreendimentos solidários, aprofundando-se sobre suas causas e buscando soluções de gestão e produção que lhes permitam dar respostas efetivas aos problemas os quais esses empreendimentos propõem resolver. (RUTKOWSKI & LIANZA, 2004, p. 183).

A participação do poder público e das universidades, portanto, é de fundamental importância neste processo. Uma das maiores dificuldades na implantação e na manutenção das cooperativas é o pouco comprometimento dos parceiros que representam o poder público local com a capacitação dos trabalhadores no que se refere aos estatutos e aos princípios que regem este tipo de empreendimento:

Cerca de 80% das usinas de separação e reciclagem de resíduos sólidos, construídas por vários governos na última década, estão desativadas. Não foi por falta de investimento, na compra de equipamentos, nem de mercado para os produtos reciclados – que cresceu bastante e é cada vez mais lucrati-

vo, pela escassez crescente dos recursos naturais. Tais usinas não funcionam por falta de investimento em capital humano e baixa consistência do capital social. Ou seja, as pessoas não foram formadas para desenvolver capacidades gerenciais, organizativas, de planejamento. Não foram preparadas para prever riscos, aproveitar oportunidades. Não foram estimuladas a persistir, a superar dificuldades, a insistentemente procurar ajuda. E não tinham por trás organizações sólidas, com fortes laços de solidariedade e relações de cooperação, que dão resguarda coletiva às dificuldades individuais. (PEDREIRA & LASSANCE, 2004, p. 75).

Neste sentido, o apoio e a existência de políticas públicas que favoreçam a continuação e duração deste tipo de iniciativa são muito relevantes. Desde 1998 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que é mantido por diversos ministérios e agências de financiamento como: Ministério do Desenvolvimento Territorial e Combate à Fome-MDS, Ministério do Trabalho e Emprego- MTE, Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, entre outros vem fomentando projetos juntos às universidades com o objetivo de desenvolver uma metodologia de incubação para cooperativas populares:

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – PRONINC - tem por objetivo apoiar e desenvolver as experiências de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares – ITCP - realizadas por universidades brasileiras. As ITCP's buscam articular multidisciplinarmente áreas de conhecimento de Universidades brasileiras com grupos populares interessados em gerar trabalho e renda, visando a contribuir na formação de cooperativas populares, ou seja, empresas de autogestão em que os trabalhadores têm o controle coletivo de todo o processo de produção, desde a atividade fim até a gestão do empreendimento. (FINEP, Termo de Referência, In <http://www.acompanhamentoproninc.org.br>>. Acesso em 16 set. 2010).

As atividades de incentivo e articulação entre governo federal e universidades apresentaram crescimento ao longo dos últimos anos. Segundo dados da FINEP, o investimento em pesquisa no ano de 1999 foi de R\$ 0,3 bilhão, já no ano de 2006 esses valores passaram para R\$ 1,6 bilhão (DAGNINO & BAGATOLLI, 2009). O aumento do investimento em pesquisas em áreas distintas, como a economia solidária, pode contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES/ UFSCAR E SEU MÉTODO DE INCUBAÇÃO

Desde 1998, a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar) vem se dedicando a atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada, relevantes para a economia solidária, dentre as quais se destacam as que se referem aos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, em várias atividades econômicas e diversas localidades.

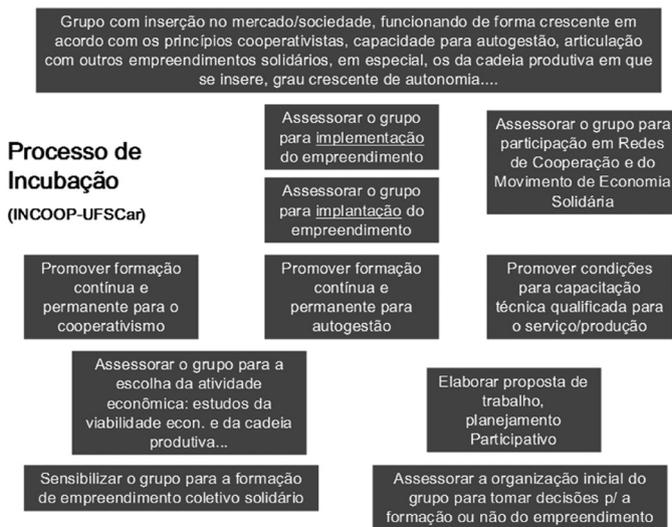
A INCOOP/UFSCar mantém um conjunto amplo e diversificado de projetos de atendimento a segmentos da população que se apresentam excluídos do mercado de trabalho ou inseridos nele de forma precarizada. Nestes projetos, o processo de organização dos grupos populares é realizado sob a orientação de princípios do cooperativismo popular autogestionário em diferentes situações. Nestes doze anos de trabalho, com o exame sistemático de suas experiências com diferentes grupos pode-se construir um referencial de atuação que foi denominado de método de incubação.

Incubar empreendimentos solidários é entendido, no âmbito da INCOOP/UFSCar, conforme abordado em CRUZ-SOUZA et al (2010), como assessorar grupos para formação de empreendimentos

econômicos solidários, por meio da oferta de subsídios e de acompanhamento do processo de tomada de decisão e implementação de atividades, com participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, incluindo avaliação de resultados, por meio de relações dialógicas, sempre que se apresentem demandas ou oportunidades para isso que sejam compatíveis com critérios em vigor na INCOOP/UFSCar para este tipo de atividades, considerando disponibilidade de recursos necessários, de modo a alcançar, como resultado desta atuação, existência e consolidação de empreendimentos solidários e autogestionários de natureza popular, organizados para o trabalho coletivo, que funcionem de forma autônoma, com capacidade para identificar suas próprias necessidades e providenciar para que sejam atendidas, inseridos no mercado e no contexto mais amplo da economia solidária e com características gradualmente mais compatíveis com princípios de economia solidária. O método é constituído por um conjunto de comportamentos de referência elaborado INCOOP/UFSCar e se encontra em permanente processo de revisão. Em linhas gerais, uma indicação sintética destes comportamentos, conforme apresentado em CORTEGOSO et al (2008) pode ser vista a seguir: a) processar demanda apresentada por diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários; b) identificar população em potencial para formação de empreendimentos solidário; c) caracterizar, de forma o mais completa possível, diferentes envolvidos no processo de incubação; d) apresentar economia solidária como possibilidade de organização para geração de trabalho e renda, para população ou grupo em potencial para formar empreendimentos solidários; e) elaborar proposta de trabalho, em conjunto com participantes do grupo a ser incubado; f) promover formação dos membros do grupo para o cooperativismo de forma contínua e permanente, de todas as maneiras possíveis; g) promover escolha de atividade econômica pelo grupo; h) promover condições para capacitação técnica em relação ao serviço

ou produção ofertado pelo empreendimento, de forma permanente; i) promover formação contínua e permanente dos membros para a autogestão administrativa, em todas as oportunidades e de todas as maneiras possíveis; j) promover elaboração de normas de funcionamento do empreendimento (estatuto e regimento interno), de maneira participativa; k) assessorar grupo para legalização do empreendimento; l) assessorar grupo para implantação do empreendimento; m) assessorar grupo para implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores; n) assessorar grupo para implementação do empreendimento, de forma episódica e esporádica; o) assessorar grupo para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento da economia solidária. A Figura 2 ilustra a estratégia geral do processo de incubação desenvolvido pela INCOOP/UFSCar que não são necessariamente sequenciadas durante a assessoria:

FIGURA 2 ESTRATÉGIAS DA EQUIPE INCOOP/UFSCAR PARA CONSOLIDAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.



Fonte: Apresentação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares em Power Point, 2009.

Embora esses comportamentos sejam considerados relevantes, nem sempre todos são necessários em todas as situações; a identificação de pessoas com potencial para participação no empreendimento, por exemplo, não se justifica quando estas pessoas já estão devidamente identificadas desde o início do processo. Da mesma forma, a listagem acima não indica uma sequência única de desenvolvimento das atividades a que se referem os comportamentos, sendo muito frequente que várias ocorram simultaneamente. Em cada situação, é necessário examinar as condições específicas envolvidas com a demanda ou oportunidade para incubação de um empreendimento, e promover as adaptações desejáveis para o bom atendimento destas peculiaridades, sem perder de vista aspectos essenciais do processo de incubação, na direção dos resultados enunciados como desejáveis da atuação da incubadora.

A opção pelo compromisso radical com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e o desafio de fazer isto no contato direto com os aspectos da realidade que constituem problemas sociais significativos, simultaneamente transformando conhecimento disponível em condutas humanas, produzindo conhecimento novo e, neste processo, garantindo formação para a economia solidária em todos os níveis possíveis, trouxe exigências metodológicas consideráveis. O desafio, ainda maior, tem sido fazer isto tudo de modo articulado com outras instâncias, com diferentes atores sociais, detentores de recursos diversos e com ângulos de interesse também diversificados dentro da economia solidária.

DEPARTAMENTO DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

No município de São Carlos, além da INCOOP/UFSCar, existem outros atores que atuam no movimento da economia solidária. Um dos principais é a Prefeitura Municipal, na figura do Departamento

de Apoio à Economia Solidária (DAES), atualmente, integrante da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

O DAES se localiza no Centro Público de Economia Solidária (CPES) de São Carlos “Herbert de Souza – Betinho” inaugurado em 2008, representando um importante espaço físico para promover a economia solidária de São Carlos. Com a inauguração do CPES estabeleceu-se uma estrutura física que proporcionou melhores condições para a articulação de setores ligados à economia solidária no município e o aumento da demanda de trabalho, garantindo uma maior visibilidade da política pública e instrumentos para a sua ampliação e consolidação. A estrutura física do CPES - disponível para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), entidades de fomento e gestores públicos da cidade - possibilita a realização de plenárias, palestras, cursos, treinamentos, oficinas e seminários.

Desde 2001 com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico, o DAES atua de acordo com os princípios da economia solidária tendo em vista buscar ações alternativas à situação de exclusão social existente no município. Suas ações visam reduzir o isolamento e a vulnerabilidade dos trabalhadores desempregados, autônomos, micro e pequenos empreendedores, através do estímulo à cooperação e ao intercâmbio, aumentando assim a probabilidade de êxito destes trabalhadores em comparação a sua atuação isolada. A política de fomento do DAES se baseia em quatro frentes:

1. Busca e disponibilização de recursos (humanos, físicos, institucionais, financeiros etc.), públicos e privados, para apoio e a organização de EES;
2. Institucionalização da política pública de fomento da economia solidária;
3. Integração com outras Políticas Públicas implementadas no Município, e
4. Estímulo à organização social e política dos EES.

Este departamento também promove oferecimento de assessoria para os EES nas áreas: gerencial, marketing, contábil, formação profissional e de formalização do empreendimento.

As ações do DAES são partes do Programa de Fomento a Economia Solidária da Prefeitura Municipal de São Carlos que representa uma política pública transversal, ou seja, foi implementado e é desenvolvido de forma integrada pelo DAES em parceria com outras secretarias e fundações municipais. Tal programa atende prioritariamente aquelas pessoas que vivem em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano e possui o desafio de “fomentar e fortalecer a cultura e as estratégias da economia solidária, vendo nesta uma nova forma de organização, produção e relacionamento social, mais justa, equitativa, democrática e com forte conteúdo emancipatório nas dimensões social, cultural, política e econômica” (São Carlos, 2010). Frente a este desafio o DAES, juntamente com a sociedade civil e universidades, pretende seguir a construção de uma nova metodologia de gestão e gestão de políticas públicas de cunho social que supere as políticas públicas que amenizam a pobreza ou geram estratégias de sobrevivência marginalizadas.

Uma das metas fundamentais do Programa de Fomento a Economia Solidária é transformar a política pública de governo de fomento à Economia Popular Solidária em uma política de Estado na cidade de São Carlos, garantindo a sua perenidade, independentemente dos governos posteriores, (São Carlos, 2010:8). Como forma de atingir esta meta, acredita-se na construção de um “marco legal” baseado em quatro ações estratégicas: 1. consolidação do Centro Público de Economia Solidária; 2. aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária; 3. constituição do Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária e do Fundo Municipal de Financiamento da Economia Popular e Solidária; 4. criação da Incubadora Pública Municipal de Empreendimentos em Economia Popular e Solidária. Neste sentido,

São Carlos vem se transformando num um pólo multiplicador das políticas públicas municipais de fomento à economia solidária na medida em que se torna referência assunto.

AÇÕES QUE EXEMPLIFICAM A PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE, PODER PÚBLICO E COOPERATIVAS DE CATADORES EM SÃO CARLOS

Desde 2001 com criação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico, e até os dias de hoje por meio do DAES, a Prefeitura Municipal de São Carlos e a INCOOP/UFSCar realizam ações conjuntas que objetivam melhorar e otimizar as atividades dos catadores cooperados da cidade. Ressalta-se nesse período estes dois últimos processos sistematizados neste capítulo de livro nos quais estes atores estão envolvidos: a implantação de uma Unidade de Beneficiamento de Plásticos e unificação física e formal de atividades das até então três cooperativas de catadores da cidade.

A UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PLÁSTICO

A Unidade de Beneficiamento de Plásticos (UBP) se constitui de equipamentos para a preparação do plástico para o processo de reciclagem. As etapas desenvolvidas se referem à limpeza, moagem e granulometria adequada, secagem e armazenamento. O principal objetivo da implantação da UBP é transformar em flocos os plásticos coletados e separados pelos catadores, permitindo assim que consigam um melhor preço na venda deste material beneficiado ao adicionar operações que transformarão estes plásticos em novos insumos para serem utilizados em processos industriais. Este avanço na cadeia produtiva do plástico por parte dos catadores de São Carlos está diretamente relacionado a dois processos: a) o maior conhecimento, por

parte dos catadores, do ambiente de negócios dos atores envolvidos e os papéis que eles desempenham na cadeia do plástico e b) a tomada de posturas onde reconheçam a importância da organização coletiva para a transformação das condições sócio-econômicas destes cooperados, por exemplo, por meio da criação de redes entre cooperativas de catadores. (Zanin & Mônaco, 2008).

As atividades já desenvolvidas junto aos catadores em relação à implementação da UBP foram divididas em quatro etapas¹: sensibilização para trabalho conjunto de empreendimentos, estudo da viabilidade do empreendimento, tecnologia de reciclagem de plástico e planejamento, gestão (capacitação técnica) e monitoramento participativo do empreendimento. Para o desenvolvimento destas etapas foram realizados diversos procedimentos e dinâmicas, tais como: círculos de diálogos, apresentações expositivas, oficinas, visitas para intercâmbio com outros empreendimentos, filmes, painéis, simulações entre outros. Para sensibilizar o grupo para o trabalho de reciclagem de plástico foi realizado um diagnóstico da produção de plásticos das cooperativas bem como discussões sobre a cadeia produtiva do plástico. Para a etapa de estudo da viabilidade econômica foram realizadas oficinas onde se discutiu o conceito de estudo de viabilidade e qual a sua importância para construção de um empreendimento e se construiu, em conjunto com o grupo, um fluxograma da produção de plástico. Na etapa de tecnologia de reciclagem de plástico e planejamento foram executadas oficinas de identificação dos plásticos (suas características e funções) e apresentação dos processos de reciclagem de plástico e dos equipamentos utilizados na reciclagem de plástico. Nesse período os cooperados também foram visitar um empreendi-

1 Mais detalhes em: ZANIN, M.; MONACO, G. D.; GUTIERREZ, R. F.; CORTEGOSO, A. L.; TARGA, L. G. Transferência de tecnologias no processo de incubação de uma unidade de beneficiamento de plásticos: uma experiência da INCOOP/UFSCar In: 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: Tecnologias Sociais e Inclusão, 2009, Dourados.

mento solidário que beneficiava plástico, em Itatiba-SP. A etapa de gestão e monitoramento participativo da UBP até o momento ainda está sendo implantada.

Devido a problemas burocráticos, a instalação do maquinário demorou mais que o tempo previsto. Somente em dezembro de 2008 foi inaugurada a UBP, instalada em um galpão alugado e cedido às cooperativas pela Prefeitura Municipal. Os cooperados participaram da restauração deste galpão contribuindo com a pintura, limpeza e organização. Após este processo, a sensibilização para as atividades da UBP foram retomadas e adaptadas às ações referentes ao processo de unificação física e formal de atividades das até então três cooperativas de catadores da cidade, de acordo com o projeto de revitalização da Coleta Seletiva proposto pela Prefeitura Municipal de São Carlos.

O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DAS TRÊS COOPERATIVAS DE CATADORES DE SÃO CARLOS (COOLETIVA, ECOATIVA E COOPERVIDA).

Outra ação que exemplifica a parceria entre a INCOOP/UFSCar e o DAES é o processo de unificação pelo qual passaram as três cooperativas do município: Cooletiva, Ecoativa e Coopervida. Esta unificação, como já mencionado, foi parte da revitalização do Programa Municipal de Coleta Seletiva que objetivou:

(...) modificar o modelo de coleta e comercialização dos resíduos recicláveis desenvolvido no município por meio do aprimoramento da relação entre o poder público municipal e as cooperativas conveniadas, visando a melhoria das condições de trabalho dos(as) cooperados(as) propiciando um salto qualitativo e quantitativo na eficiência do Programa, (SÃO CARLOS, 2009).

A unificação das três cooperativas representava um processo desafiador, já que consistia na ação de consolidar o trabalho conjunto de três grupos de cooperados que possuíam histórias de formação, concepção de trabalho coletivo e organização interna diferentes entre si. Ao mesmo tempo a unificação era um processo de formalização para otimização do uso dos recursos públicos disponibilizados aos empreendimentos, pois representava um conjunto de medidas que permitiam que o poder público local implementasse a mudança estrutural de postura na relação entre prefeitura e catadores: a assinatura de um contrato de prestação de serviços. Este contrato determinou os catadores como prestadores de serviço para o município, onde se prevê, entre outras, a destinação de recursos públicos para o pagamento do serviço prestado pelos catadores ao município.

Nesse processo de unificação, durante o ano de 2009, a INCOOP/UFSCar atuou como parceira participando e colaborando da organização das reuniões entre o DAES e os catadores, assim como das discussões que ocorreram ao longo do processo. As ações referentes à unificação foram realizadas inicialmente por meio de reuniões semanais entre a equipe do DAES, a INCOOP/UFSCar e os cooperados. A partir disso, viu-se a necessidade da formação de três comissões de trabalho: comissão de “organização do trabalho”, de “administração da futura cooperativa” e de “comercialização e parcerias”. Estas comissões foram formadas com o objetivo de efetivar a construção coletiva do processo de formação da nova cooperativa, onde fizeram parte não apenas cooperados das três cooperativas, mas também membros da INCOOP/UFSCar e do DAES. Os trabalhos nas comissões foram divididos em três fases:

- fase 1 - diagnóstico da situação atual das cooperativas, com o detalhamento dos pontos positivos e negativos em cada um dos temas das comissões;
- fase 2 - elaboração de cenário desejável para a nova cooperativa,

tendo em vista ações que minimizem pontos negativos e maximizem pontos positivos diagnosticados na fase anterior;

- fase 3 - elaboração de um plano de ação e cronograma de execução das ações levantadas na fase 2.

A partir dos encontros dessas comissões foram confeccionados o regimento interno e estatuto da nova cooperativa. Definiu-se também a busca de parcerias para o melhor planejamento da infraestrutura da nova cooperativa unificada. Para isso, contou-se com o trabalho do grupo PET (Programa de Educação Tutorial) do curso de Engenharia de Produção da UFSCar para a elaboração de um layout adequado ao novo barracão da cooperativa unificada.

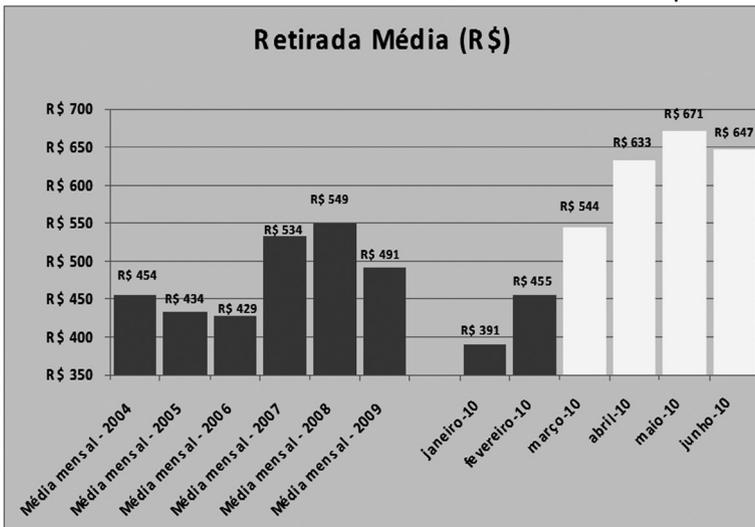
As reuniões e discussões coletivas e democráticas das comissões propiciaram o encontro e a soma de diferentes conhecimentos e práticas relacionados tanto a coleta seletiva quanto a economia solidária, onde todos os participantes do processo tiveram contribuição importante: cooperados, funcionários do DAES e membros da INCOOP/UFSCar. Tal processo participativo tornou-se uma ação relevante e inédita na história da coleta seletiva e do movimento da economia solidária no município de São Carlos. A Prefeitura Municipal, representada pelo DAES, ao garantir e prezar pela participação dos cooperados e da INCOOP/UFSCar no processo de revitalização do Programa Municipal de Coleta Seletiva (mais especificamente quanto à unificação das cooperativas), fez deste um processo legítimo e coerente com a realidade dos atores nele envolvidos.

Os resultados deste trabalho conjunto já aparecem mesmo com o pouco tempo de unificação das cooperativas. A receita gerada pela cooperativa desde sua unificação no mês de março de 2010 até o mês de junho do mesmo ano aumentou de R\$39.037,00 para R\$42.143,00. Essa receita é composta pelo resultado da comercialização dos resíduos coletados, somado à remuneração dos serviços de coleta. Se comparamos com as médias anteriores alcançadas pelas cooperativas

enquanto trabalhavam individualmente, verificamos um aumento significativo da receita, pois, por exemplo, a média mensal alcançada no ano de 2009 foi de R\$18.096,00.

Com o aumento da arrecadação referente a todo o trabalho realizado e ao cumprimento das metas estabelecidas, os cooperados sentem os reflexos em suas retiradas mensais. A figura 3 referente à retirada média dos cooperados mostra que a retirada realizada após o processo de unificação obteve um aumento considerável. Além deste aumento, os cooperados têm garantido o provisionamento dos fundos e a regularização tributária e fiscal do empreendimento.

FIGURA 3 RETIRADA MÉDIA DOS COOPERADOS ANTES E DEPOIS DA UNIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS.

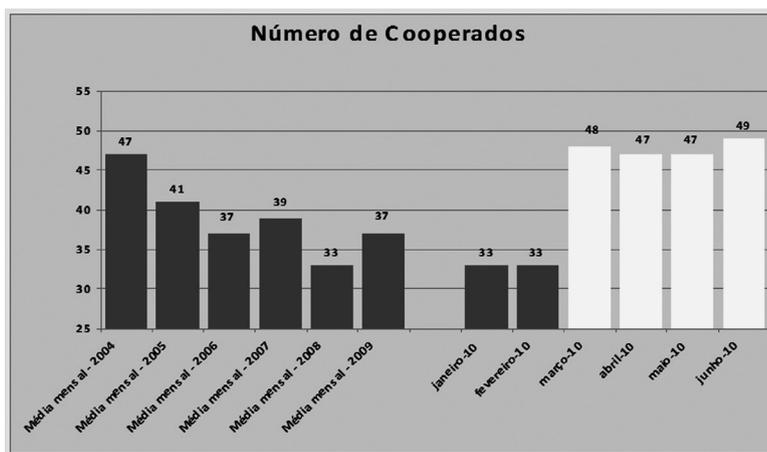


Fonte: Programa Municipal de Coleta Seletiva - Balanço da Revitalização da Coleta Seletiva - Prefeitura Municipal de São Carlos, 2010.

Acompanhando todo este processo de fortalecimento e consolidação do empreendimento, a adesão de mais cooperados mostrou-se também como um fator de destaque. Diante dos resultados alcança-

dos a priori, o número de cooperados que fazem parte como associados ao empreendimento aumentou, gerando mais oportunidade de trabalho e renda para outros trabalhadores antes fora do mercado de trabalho. Segundo a Figura 4, representado pelas colunas em amarelo, o número de associados da nova cooperativa já supera a ordem de 45 trabalhadores em média desde a unificação:

FIGURA 4 O NÚMERO DE SÓCIOS NAS COOPERATIVAS DE CATADORES DA CIDADE DE SÃO CARLOS.



Fonte: Programa Municipal de Coleta Seletiva - Balanço da Revitalização da Coleta Seletiva - Prefeitura Municipal de São Carlos, 2010.

Como fonte geradora de todo este processo, o resíduo coletado pela cooperativa ao longo dos anos (2004 a 2010) de trabalho em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos merece ser destacado. É possível constatar um aumento progressivo no número das toneladas coletadas de resíduos. A quantidade de resíduo coletado no ano de 2004 era em média 74.815 kg por mês. Já no mês de junho de 2010 esta quantidade subiu para 131.320 kg, segundo dados da Prefeitura Municipal de São Carlos (2010). Este aumento no resíduo coletado reflete o crescimento da capacidade de coleta do resíduo descartado pela

sociedade. Devido ao apoio e as parcerias desenvolvidas no âmbito municipal, a cooperativa consegue a cada mês, desde a sua unificação, aumentar o número de toneladas coletadas em relação à média dos anos anteriores.

Em consequência ao aumento do número de toneladas coletadas, a cooperativa alcançou ainda o êxito de elevar a quantidade de resíduo coletado, sua triagem e prensagem dentro do barracão para então realizar a comercialização. Desde a unificação no mês de março de 2010, o empreendimento apresenta um crescimento constante no número de toneladas comercializadas [de 74.822kg no mês de março de 2010 para 100.671kg em junho do mesmo ano, segundo dados da Prefeitura Municipal de São Carlos (2010)]. Isso demonstra um fortalecimento da articulação realizada juntamente com seus parceiros. Além de toda a articulação e planejamento para a realização da coleta, a cooperativa ainda demonstra um grande potencial no que se refere à comercialização do resíduo coletado, um processo que colabora ainda mais para a melhoria no desempenho e estabilidade para o empreendimento.

A partir das informações apresentadas acima, algumas conclusões podemos elaborar em relação ao processo de unificação dos empreendimentos de coleta seletiva do município de São Carlos. Enquanto as cooperativas atuavam separadamente, cada cooperativa alcançava índices bem abaixo dos apresentados após o processo de unificação (março a junho de 2010). Desde o resíduo coletado, comercializado, da receita obtida, retiradas mensais e números de cooperados, o empreendimento apresentou uma evolução se comparado ao cenário dos anos anteriores de atuações separadas entre as cooperativas de catadores. Estes resultados se direcionam para um fortalecimento crescente da cooperativa e da atividade dos catadores do município. A cada mês corrido o processo de unificação das cooperativas se solidifica e indica que foi uma medida necessária e de sucesso, cada vez mais superando sucessivos obstáculos e alcançando patamares da

coleta seletiva ainda não vistos no município. Este cenário atual representa um processo gradual, onde foram englobadas as ações e os apoios de todos os parceiros envolvidos, e exemplifica o potencial do trabalho entrosado e em sintonia dos cooperados e das entidades de fomento e assessoria da cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poder Público Municipal e as ITCPs universitárias possuem papéis fundamentais no movimento de economia solidária. Quando a atividade profissional ligada à economia solidária é a dos catadores de resíduos sólidos domiciliares, estas entidades se tornam peças fundamentais na formação e consolidação do empreendimento. O presente trabalho mostrou como a parceria bem sucedida entre INCOOP/UFSCar e DAES (Prefeitura Municipal de São Carlos/SP) rendeu bons resultados tanto para os catadores de São Carlos quanto para o movimento de economia solidária da cidade.

A INCOOP/UFSCar, sendo uma ITCP universitária, representa um papel importante dentro do movimento de economia solidária ligado ao princípio da universidade pública, ou seja, aliar ações em ensino, pesquisa e extensão universitária aos princípios econômicos solidários e ao cooperativismo. Entretanto, atividades ligadas à assessoria junto a trabalhadores da economia solidária são atividades exercidas não só por ITCPs, mas também por outras entidades de apoio e fomento dos empreendimentos econômicos solidários de catadores, tais como ONGs, entidades religiosas ou institutos de pesquisa. Contudo, atividades ligadas ao ensino universitário a partir dos princípios da economia solidária e ao desenvolvimento de Tecnologias Sociais, apenas as ITCPs exercem neste campo atuação da economia solidária. Neste ponto, se faz fundamental que, assim como a INCOOP/UFSCar, as ITCPs universitárias exerçam sua vocação diferenciada dentro

do movimento de economia solidária de duas formas:

- na formação de alunos das mais diversas áreas do conhecimento técnico/científico a partir dos princípios da economia solidária. Desta forma, formam-se futuros profissionais que terão os princípios da economia solidária embutidos na prática de suas atividades profissionais;
- na construção de Tecnologias Sociais, focando a formulação/sistematização de conhecimento construído coletivamente entre o “saber científico” da academia e o “saber prático” do catador, por exemplo, sobre as atividades do empreendimento.

Por sua vez, a Prefeitura Municipal de São Carlos, na figura do DAES, mostra a importância da gestão pública municipal para o movimento de economia solidária e para a atividade profissional dos catadores. Por se tratar de uma atividade laboral que envolve gestão de resíduos domiciliares de um município (atividade de responsabilidade constitucional atribuída ao poder público municipal local), se torna fundamental que gestores públicos entendam que, além do papel ambiental fundamental, a atividade de catação de resíduos envolve a geração de trabalho e renda para uma parcela da população brasileira de trabalhadores historicamente excluída de oportunidades. Escolhas políticas de gestores públicos que não procuram exercer seu papel de garantidores de condições dignas de trabalho para a população que representam, em relação especificamente à atividade de catação, fazem com que: 1. a atividade dos catadores sejam cada vez mais dificultadas e desvalorizadas; 2. a maior parte do valor agregado na cadeia produtiva da reciclagem fique concentrado nas mãos de grandes empresários e indústrias recicladoras, e não distribuído para os milhares de trabalhadores responsáveis pela atividade de catação e triagem dos resíduos, o importante elo desta cadeia produtiva que une o descarte de resíduos da população e a indústria transformadora.

Nesse ponto a experiência de São Carlos mostra que a parceria

bem sucedida entre gestores públicos municipais e Universidade pode representar o diferencial para a implementação e consolidação da atividade dos catadores, assim como o fortalecimento do movimento de economia solidária como um todo. Tanto o processo de unificação das três cooperativas de catadores de São Carlos quanto a implementação da UBP são exemplos que simbolizam as ações que DAES e INCOOP/UFSCar vêm adotando no sentido de afirmar e fortalecer cada vez mais a postura de formação de redes de cooperação entre atores da economia solidária. Estas duas entidades, atuando em conjunto, orquestrando suas atividades e diretrizes, apontam no sentido de ações que almejam a melhoria do trabalho dos catadores e catadoras da cooperativa unificada e o aperfeiçoamento das ações e conhecimentos relativos a coleta seletiva e ao gerenciamento de resíduos sólidos do município de São Carlos/SP.

Agradecimentos: Os autores agradecem à FAPESP, CNPQ, PRONINC- MDS/MEC, PRONINC- FINEP, Prefeitura Municipal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos e demais parcerias que têm contribuído com as atividades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, Brasília, 2006.

CORTEGOSO, A. L.; SHIMBO, Ioshiaqui; ZANIN, Maria; Amorim, D. F.; FONTES, Nádia; JESUS, Vanessa Maria Brito de; CHERFEM, Carolina Orquiza; MASCIO, Carlos César; COSTA, Aline Alberti V da; NARDINI, Thiago; LUCAS, Miguel Gambelli. **Comportamentos ao incubar empreendimentos solidários: a descrição do fazer**

coletivo como referencial para o fazer de cada um. Em Cortegoso, A. L. e Lucas, M. (Org) *Psicologia e economia solidária – Interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, pp. 117-136.

CRUZ-SOUZA, F; CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M; SHIMBO, I. ***Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil - un estudio de casos***. V Congreso Rulescoop y IV Jornadas técnicas: “El emprendimiento colectivo y la cohesión social”, Granada – Espanha, 2010.

DAGNINO, R; BAGATTOLLI, C. Como transformar a Tecnologia Social em Política Pública? In: DAGNINO, R (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 1ª Edição. Campinas, SP.: IG – UNICAMP, 2009. p. 155-178

ITS - Instituto de Tecnologia Social. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/>>. Acesso em 02 de ago. 2009

PEDREIRA, J. S; LASSANCE, A. E.; Tecnologias sociais e políticas públicas. In: PAULO, A. (org.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004. p. 65-82.

RUTKOWSKI J.; LIANZA S.: **Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?** In: PAULO, A. (org.). “Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento”. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004. p. 167-186.

SÃO CARLOS, Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER). Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES). **Programa de Fomento à Economia Solidária e Inclusão Social**. São Carlos, 2010.

SÃO CARLOS, Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER). Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES).

Programa de fomento à Economia Solidária. Programa Municipal de Coleta Seletiva. São Carlos. Apresentação eletrônica em M S Power Point, Prefeitura Municipal de São Carlos, 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZANIN, M. Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP. São Carlos: INCOOP/UFSCar, 2010. **Relatório** Parcial de Pesquisa em Políticas Públicas – FASE II. Processo FAPESP nº. 2007/55393-6.

ZANIN, M; GUTIERREZ, R.; TARGA, L. G.; CORTEGOSO, A. L. Propuesta de redes de emprendimientos solidarios en las actividades relacionadas con residuos para promoción de desarrollo territorial. V Congreso Rulescoop y IV **Jornadas técnicas:** El emprendimiento colectivo y la cohesión social. Universidad de Granada, Facultad de Ciencias del Trabajo. Granada – Espanha, 2010

ZANIN, M; MÔNACO, G.; GUTIERREZ, R.; CORTEGOSO, A. L.; TARGA, L. G. **Transferência de tecnologias no processo de incubação de uma unidade de beneficiamento de plásticos:** uma experiência da INCOOP/UFSCar. IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Dourados-GO, 2009.

ZANIN, M. & MÔNACO, G. **Cooperativas de catadores e o acesso ao conhecimento e inovações tecnológicas.** In: HOFFMANN, W. & FURNIVAL, A. (orgs.), 2008.

HOFFMANN, W. A. M.; FURNIVAL, A. C. (Org.) **Olhar:** ciência, tecnologia e sociedade. Tecnologia e sociedade. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008, p.111-118.

A Inclusão Social dos Catadores de Resíduos Sólidos: Uma experiência interdisciplinar

– Derval dos Santos Rosa

*Doutor em Engenharia Química, Universidade Federal do ABC,
Rua Catequese, n242, 9º andar, CEP 09090-400 – Centro – Santo
André – SP, Brasil.*

Resumo

Este capítulo traz a experiência de um projeto que buscou apoiar e fortalecer a cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Itatiba (SP), pela prática multidisciplinar envolvendo uma Universidade no município de Itatiba, SP, a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Itatiba, a Prefeitura Municipal de Itatiba e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), durante os anos 2005 a 2008. Os objetivos buscaram agregar valor aos produtos a serem comercializados, ampliar o acesso a mercados por meio de um empreendimento econômico solidário como política de inclusão social; envolver os cooperados em uma postura cidadã e ética na organização social do trabalho; capacitar os cooperados a administrar eficientemente a cooperativa considerando-se os conceitos de administração; auxiliar o grupo a superar conflitos e dificuldades referentes a aspectos psíquicos da dinâmica grupal implicada na organização do trabalho; orientar os cooperados quanto às noções básicas de seleção e separação dos diferentes materiais recicláveis; proporcionar agregação de valor aos subprodutos da separação de materiais por meio da racionalização e otimização das tarefas de separação e enfiamento dos materiais selecionados; estabelecer o processo de limpeza e remoção de resíduos orgânicos, buscando a obtenção de materiais mais limpos; implementar o processo de moagem para o polietileno de alta densidade (PEAD). A natureza interdisciplinar de forma igualitária entre a tecnologia, a psicologia e a administração foi capaz de promover o desenvolvimento humano, cultural e científico, como forma da inclusão social dos catadores de resíduos sólidos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de globalização da economia e a especulação financeira, entre outras razões, têm contribuído para intensificar o aumento acelerado da concentração da renda por parte de uma minoria de pessoas e o empobrecimento de um contingente populacional cada vez maior. Nesse contexto, emergem debates em torno da necessidade de inclusão social nas dinâmicas produzidas pelas lógicas capitalistas globalizadas.

Segundo Martins (MARTINS, 2002):

O problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo do caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante.

O atual sistema econômico apresenta o mercado como o principal e quase único regulador do desenvolvimento. No entanto, este modelo, que se demonstra deveras injusto e insustentável, carece de formas alternativas para uma organização social do trabalho capaz de criar condições de sustentabilidade e viabilidade econômica e social. O conceito de Economia Solidária (SINGER, 2002), é uma resposta às disparidades sociais criadas pelo sistema capitalista, à medida que valoriza o ser humano em detrimento do capital (CEDENO, 1999 e CAMPOS, 2002).

Em algumas organizações que buscam a sustentabilidade pratica-se a autogestão, que é a administração democrática feita por todos os que ali empregam sua força de trabalho. A autogestão exige uma reformulação de valores e perspectivas e leva os indivíduos à auto-educação e a uma descoberta pessoal cotidiana, uma vez que, neste sistema os objetivos coletivos determinam os gerais e são revelados nas tarefas que o grupo realiza em permanente cooperação. A auto-

gestão cria condições dignas de inserção no mercado. A condição de marginalidade vivida por diversos grupos, dentre eles os catadores de material reciclável, tem implicações e determinações de diversas ordens – econômicas, sociais, culturais e psíquicas. Nesse sentido, é necessária a articulação de ações interdisciplinares e intersetoriais para a promoção de uma melhoria nas condições de vida dessas pessoas.

A partir de tais considerações, o desenvolvimento deve ser tanto de ordem econômica quanto social, constituído de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, como parte do desenvolvimento sustentável de modo a assegurar à sociedade a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras. Segundo Dias, “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (DIAS, 2004).

Essa conscientização da visão do impacto ambiental¹ nas atividades humanas passa a incorporar as atividades de produção e de consumo, e hoje figura, também, no mundo dos negócios, nas organizações governamentais e não-governamentais, normatizadas no Brasil pela série das Normas Brasileiras (NBR) ISO 14000.

O contraste de desperdício *versus* miséria predominante no mundo contemporâneo, aliado à escassez de disponibilidade e do esgotamento das reservas naturais podem agravar, ainda mais, o convívio humano com o meio ambiente. A necessidade de incrementar o aproveitamento de resíduos sólidos, evitando ao mesmo tempo a exploração de novos recursos naturais e o acúmulo de materiais des-

1 A Resolução N. 1/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) considera impacto ambiental como sendo “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais” (Resolução CONAMA, 1986).

perdiçados, vem ao encontro das necessidades de cada vez mais serem desenvolvidos mecanismos economicamente viáveis que promovam a solidariedade e o aumento da renda das classes menos favorecidas e ainda evitem a geração de impactos ambientais.

Problemas ambientais ocorrem em, pelo menos 80% dos municípios brasileiros, seja por desmatamento e queimadas indiscriminadas, ou ainda por não tratarem adequadamente os resíduos gerados. Por razões econômicas, sociais e ambientais, a reciclagem de materiais é de fundamental importância, visto que a maioria deles, em especial os plásticos, possuem elevada resistência química e biológica, o que têm provocado um acúmulo em depósitos e aterros sanitários.

Os resíduos descartados pelo homem são constituídos em sua maior parte por embalagens descartáveis (sacolas, potes de embalagens, copos, garrafas, brinquedos, etc.). Os plásticos ocupam um volume de 15 a 20% nos resíduos sólidos urbanos (RSU), e o consumo *per capita* dos plásticos no Brasil é de cerca 20 kg/hab.ano (CARVALHO, 2005).

A ocorrência da reciclagem de plásticos tem aumentado significativamente no Brasil e tem contribuído para diminuir o volume de resíduos nos aterros, no entanto, não tem demonstrado ser uma prática econômica para aplicações tais como: sacos de lixo ou sacolas de supermercados.

A reciclagem de plásticos no Brasil vem crescendo, em média, 15% ao ano desde 1990 e tem sido considerada uma tendência entre as soluções ambientais utilizadas (CARVALHO, 2005). Segundo Renata Pachione (Pachione, 2010) os fabricantes de máquinas e equipamentos para sistemas de reciclagem começam a vislumbrar um novo perfil para o setor. A evolução tecnológica desponta nesse universo, hoje ainda marcado pela falta de capacitação e por certa informalidade da mão-de-obra, pelo aumento da procura por processos mais eficientes e controlados. Isto tende a mudar esse enredo e acabar com o estigma

de que o reciclado deve se restringir a nichos de pouco valor comercial.

A reciclagem tem também se destacado como uma solução para os problemas ambientais (GRIPPI, 2001), à medida que traz várias vantagens tanto para o sistema produtivo como para o meio ambiente, tais como: proteção ambiental, conservação de energia; uso de resíduos como matéria-prima e redução de recursos considerados não renováveis. (PANTANO FILHO e ROSA, 2005):

Além dessas vantagens, a reciclagem de materiais pode ser vista também como uma fonte geradora de recursos adotados por muitas comunidades no Brasil e no mundo. As Cooperativas que surgem como um modelo inovador para este novo sistema econômico sustentável, além de minimizar a exclusão social, tem aproveitado uma série de recursos naturais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescimento do descarte de uma série de resíduos tem sido uma preocupação constante dos municípios, como no caso de Itatiba, que possui uma localização geográfica privilegiada e tem apresentado um elevado crescimento industrial. Como conseqüência, também tem apresentado um aumento populacional, no entanto, à medida que há esse crescimento, conforme aponta o Índice Paulista de Responsabilidade Social, a cidade de Itatiba teve um decréscimo no *ranking* de riqueza do Estado de São Paulo, passou da 65ª posição em 2000 para a 52ª posição em 2006. Este indicativo refletiu, por conseqüência, na queda do índice de longevidade populacional, passando da 253ª posição em 2000 para a 257ª posição em 2006. Neste texto será relatada a experiência do projeto desenvolvido entre a Universidade, a Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de Itatiba (Coopertiba) e o Município buscando a inclusão social dos catadores por meio da inserção de tecnologias de reciclagem, de metodologias de processos de seleção

e apoio psicológico, administrativo e jurídico (Fundação Seade,2011).

A EXPERIÊNCIA

O projeto foi desenvolvido a partir de um conjunto de objetivos assim definidos: apoiar e fortalecer a cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Itatiba (SP), pela prática multidisciplinar, buscando agregar valor aos produtos a serem comercializados, e ampliar o acesso a mercados por meio de um empreendimento econômico solidário como política de inclusão social; envolver os cooperados em uma postura cidadã e ética na organização social do trabalho; capacitar os cooperados a administrar eficientemente a cooperativa considerando-se o conceito de administração: planejamento, organização, execução e controle; proporcionar aumento de produtividade por meio da racionalização e otimização das tarefas de separação e enfardamento dos materiais selecionados; proporcionar aumento do excedente financeiro da operação de produção por meio do emprego de técnicas de racionalização, com conseqüente aumento do valor da retirada mensal de cada cooperado; auxiliar o grupo a superar conflitos e dificuldades referentes a aspectos psíquicos da dinâmica grupal implicada na organização do trabalho, assim como, oferecer apoio psicossocial aos cooperados; oferecer assessoria jurídica aos cooperados para uma boa gestão e controle dos aspectos fiscais e tributários da cooperativa; orientar os cooperados quanto às noções básicas de seleção e separação dos diferentes materiais recicláveis; proporcionar agregação de valor aos subprodutos da separação de materiais por meio da racionalização e otimização das tarefas de separação e enfardamento dos materiais selecionados; estabelecer o processo de limpeza e remoção de resíduos orgânicos, buscando a obtenção de materiais mais limpos; implementar o processo de moagem para o polietileno de alta densidade (PEAD).

A partir desse *rol* consolidado de objetivos, as atividades multidisciplinares desenvolvidas buscaram romper barreiras disciplinares nítidas. Este projeto interdisciplinar foi desenvolvido por uma Universidade no município de Itatiba, SP, em parceria com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Itatiba, a Prefeitura Municipal de Itatiba e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) com a colaboração de dois pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) durante os anos 2005 até 2008.

A metodologia adotada no projeto integrou diferentes áreas de conhecimento como a administração, a psicologia e a engenharia. No contexto do trabalho integrado, foram realizadas oficinas, reuniões, palestras, mas principalmente visitas periódicas à cooperativa, quando eram discutidos, problematizados e aprofundados conceitos como os de organização, especialização e produtividade.

A comunicação entre os participantes do projeto e a interdisciplinaridade, são questões importantes no processo de construção diferentes saberes. Entre as formas de trabalho, optou-se pela metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986) que se caracteriza como um tipo de pesquisa social de base empírica que se realiza de modo articulado à busca de resolução de um problema concreto e coletivo. Na pesquisa-ação pesquisadores e participantes do processo, envolvidos na situação problema, trabalham de modo integrado e cooperativo.

A pesquisa-ação implicou no desenvolvimento de uma práxis constituída de processos de reflexão e avaliação contínuos, propiciando uma maleabilidade para que a intervenção seja avaliada e revista no contexto em questão. Rompeu-se com a dicotomia sujeito/objeto ao considerar todos os participantes como produtores do conhecimento. Desenvolveu-se ainda, desse modo, uma metodologia participativa, tomando os participantes como protagonistas de transformações sociais. Neste sentido, as áreas envolvidas neste projeto foram integradas a partir dos saberes expressos pelos integrantes do grupo de traba-

lho. Os profissionais da área da psicologia acompanharam atividades identificando e propondo ações que oferecessem suporte para os problemas ligados a conflitos inter e intragrupos, adesão à cooperativa, saúde mental, motivação, entre outros.

Em um primeiro momento, foi realizada uma fase exploratória, na qual foi realizado um levantamento sobre as dificuldades encontradas em relação à realização do trabalho, adesão de novos cooperados, relações interpessoais e interação do grupo com instâncias externas. Tal levantamento foi realizado a partir de entrevistas individuais e coletivas com catadores de materiais recicláveis, de observação participativa no campo de trabalho e de pesquisa documental. Houve uma aproximação dos pesquisadores buscando conhecer o modo e as condições de vida dessa população, com visitas na cooperativa semanalmente, bem como reuniões de avaliações com a participação dos cooperados e da equipe multidisciplinar.

Os aspectos da integração comunitária em torno do trabalho cooperado foram desenvolvidos por profissionais envolvidos com os assuntos comunitários da Universidade. O trabalho desenvolvido consistiu no envolvimento dos cooperados para assumirem uma postura pessoal e organizacional dinâmica e ativa, pautada no respeito e nos valores éticos exigidos para o trabalho cooperado, sob a perspectiva da cidadania e da promoção humana, como forma e política de inclusão social.

Foram realizados vários encontros nos quais foram abordados os seguintes temas: o indivíduo e o corpo social; sociedade e a dimensão comunitária; o trabalho e sua significação; emancipação e cidadania; organização social do trabalho e redes; aspectos sócio-ambientais e econômicos sustentáveis; modelos de gestão participativa; políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Os temas foram previamente identificados após visitas à Cooperativa e avaliação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais

Recicláveis (MNCR) e trabalhadores, no decorrer da execução de todo o projeto, sendo que encontros semanais foram realizados e os encontros chamados temáticos ocorreram com uma frequência mensal.

Para o desenvolvimento das habilidades administrativas e auto-gerenciais, foi realizada também uma avaliação detalhada das formas atuais de gestão, que envolveu questões como divisão do trabalho, racionalização das tarefas, administração de vendas, de finanças e demais aspectos administrativos.

O assessoramento em relação a questões jurídicas, fiscais e tributárias foi implementado pela equipe do projeto, depois de identificados problemas na cooperativa. As melhorias no processo de administração financeira envolveram a avaliação do modelo atual de gestão e o controle financeiro em relação a fontes de renda da cooperativa, gastos, custos e retiradas. As implantações de novos procedimentos foram realizadas, no entanto, isto foi estabelecido estimulando os próprios cooperados.

Frente aos resultados deste levantamento pesquisadores propuseram novos métodos de administração e controle financeiros, que foram apresentados e ensinados a outros cooperados.

No que tange aos aspectos tecnológicos (engenharia) em visitas prévias foi identificado que cerca de 40%, em massa, do material coletado era rejeitado, sendo destinado ao aterro sanitário local. A identificação de falhas no processo de seleção, separação, prensagem e enfardamento foi realizada por meio da observação participativa nos processos e na qualidade dos produtos produzidos.

Foram incentivadas ações de integração com outras cooperativas que possuem experiências bem sucedidas por meio de visitas, apresentação de documentários, vídeos e outros recursos procurando a adequação dessas experiências à realidade da cooperativa dos catadores de resíduos sólidos do município de Itatiba.

Os cooperados foram orientados individualmente e coletiva-

mente quanto às diferenças existentes entre os diversos materiais, inserindo noções básicas de seleção e separação por meio de diferenciação de cor, massa, densidade, fusibilidade, aplicação, etc., bem como os valores de mercado desses materiais.

Um extenso levantamento de equipamentos foi realizado e a compra de um sistema de reciclagem foi adquirido e instalado, incluindo tanques de lavagem para o polietileno de alta densidade (PEAD). O processo de moagem para estes materiais foi também instalado, buscando agregar valor ao produto reciclado gerado na cooperativa e fornecido ao mercado consumidor. Um sistema de acompanhamento e caracterização da pureza dos materiais foi implementado e uma nova lista de fornecedores foi estabelecida.

O conjunto das demais ações desenvolvidas coletivamente incluiu as seguintes atividades:

- visitas a outras Cooperativas;
- participação em Congresso para troca de experiências;
- participação na elaboração do plano de Coleta Seletiva, originando seis rotas, onde a coleta é feita uma vez por semana/bairro;
- acompanhamento da realização, pela Prefeitura Municipal de Itatiba, de nova licitação de Limpeza Pública, já contemplando a coleta seletiva;
- participação na elaboração do projeto/ layout do novo barracão construído pelo município;
- acompanhamento da licitação e contratação das obras para o novo barracão da Cooperativa;
- realizar para da construção de infra-estrutura (água, energia, drenagem, brita nos acessos, arborização, horta de plantas medicinais, etc);
- aquisição de novos equipamentos, incluindo computador e impressora;

- curso de informática para os cooperados;
- aquisição de balança e a ampliação da esteira;
- elaboração folhetos pedagógicos sobre reciclagem dos resíduos para os alunos do município;
- realização de panfletagem realizada em 100% do município porta a porta;
- realização de concurso no município para o logotipo do Projeto Inscrita;
- capacitação dos cooperados para novas classificações de materiais que anteriormente eram descartados no Aterro;
- fornecer apoio psicológico aos cooperados;
- apoiar e treinar nas questões administrativas;
- instalação de equipamentos de lavagem e moagem de resíduos;
- atuar para a adesão de empresas do setor privado com o fornecimento de sacolas de cores diferenciadas para favorecer a reciclagem e, também, fornecimento de uniformes para os cooperados.

Os questionários aplicados apontaram para uma situação bastante desfavorável do ponto de vista administrativo por indicarem que havia, dentre os cooperados, pouco ou quase nenhum conhecimento sobre especialização e sua relação com produtividade. Em decorrência disso, as atividades eram pouco sistematizadas e o trabalho não era executado a partir de uma ordem lógica ou racional. Foi possível perceber que não havia clareza em relação às tarefas e responsabilidades de cada cooperado e os controles de quantidades de material recebido, processado e comercializado eram irregulares e descontínuos. A partir desses aspectos, foi possível depreender que a desestruturação do trabalho e da produção afetavam:

- negativamente o clima organizacional;
- as dificuldades de relacionamento;
- a alta rotatividade de trabalhadores;
- a regularidade no sistema de arrecadação de material;

- as condições dos equipamentos disponíveis (precárias) e
- a produtividade.

Nesse momento, a hipótese do grupo dos participantes do projeto era de que o clima de grande resistência as mudanças e a dificuldade em assumir postura pró-ativa e responsável eram agravados pela baixa produtividade e pela desorganização do trabalho.

O levantamento quantitativo foi realizado por meio da análise de dados arquivados na própria cooperativa e do acompanhamento diário das atividades de produção, armazenagem e venda durante o período da pesquisa. Os dados quantitativos indicavam queda crescente na produtividade da cooperativa nos anos anteriores ao início do projeto.

A combinação entre as análises dos dados coletados por meio dos levantamentos e o encerramento do primeiro ciclo de palestras e encontros, gerou uma situação propícia para a proposição de novos métodos de trabalho e organização, que foram, inicialmente, empregados em caráter experimental, tanto em função da instabilidade do clima organizacional quanto da necessidade de adequação de outros fatores organizacionais antes da implantação em caráter definitivo.

O resultado do trabalho proposto em caráter experimental apontou para possibilidades de aumento de produtividade na ordem de 60%, mas a obtenção de resultados efetivos parecia ainda comprometida por um clima organizacional pouco ameno, de alta rotatividade e resistência, que pode ser ilustrado pela frase de uma das cooperadas, dita em assembléia no início do sexto mês de projeto: “A nova proposta de trabalho deu tão certo que tivemos que parar com ela, senão não tinha mais serviço o resto do dia”.

Porém, mesmo diante das dificuldades identificadas durante as ações junto à Cooperativa, houve naquele período, um aumento de 7% dos rendimentos e valores divididos entre os cooperados.

Uma vez comprovadas a eficiência dos novos métodos de traba-

lho e a conscientização dos cooperados em relação à necessidade de profissionalização da administração, cooperados e pesquisadores partiram para a estruturação da cooperativa com a finalidade de implantar definitivamente as ações antes aplicadas apenas experimentalmente.

O método para acompanhamento desta nova etapa de trabalho foi o de acompanhamento semanal por meio de visitas à cooperativa e de discussão em assembléia das principais questões vinculadas a administração da produção, de pessoal, de vendas, de reestruturação de processos e definição de procedimentos.

Nessa fase, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Controle de recebimento de materiais

Este controle foi realizado por meio da pesagem de todo o material recebido diariamente pela cooperativa. Ao ingressar na área da cooperativa o caminhão carregado era pesado. Em seguida, era conduzido até a área de descarregamento dos materiais. Assim que todo o material era descarregado o caminhão retornava, vazio, para a balança, onde após aferida a tara do caminhão era então calculado o peso do material recebido.

2. Levantamento dos tipos e quantidades de materiais separados

Os cooperados, com o acompanhamento do grupo de pesquisadores, realizam um levantamento dos tipos de materiais e as quantidades recebidas, triadas e separadas, a fim de estabelecer uma relação dos materiais mais freqüentes encontrados nos resíduos do município. Em seguida, estabeleceram-se grupos de tipos de produtos cuja triagem e separação foram atribuídas a determinados postos de trabalho, distribuídos ao longo da esteira de seleção. É importante salientar que este trabalho apenas foi possível em função do trabalho de treinamento sobre identificação dos materiais.

3. Elaboração de fluxograma de trabalho

Após as definições incorridas nos itens anteriores, foi possível a definição do fluxograma do processo produtivo da cooperativa, já com base nas novas metodologias de organização do trabalho e da produção. O fluxo foi estabelecido pelos cooperados em oficinas e aprovados em assembléias.

4. Implementação de sistema de controle da produtividade

Com o aprimoramento do sistema produtivo, tornou-se evidente para os cooperados a necessidade de sistemas de controle da produtividade da cooperativa. Para a consecução deste controle, decidiu-se em assembléia pela compra de uma nova balança. A partir da compra da balança a cooperativa estabeleceu o controle de pesagem de todos os lotes de materiais separados, de material descartado e da produção individual. Isso favoreceu o controle preciso do tipo e quantidade de materiais disponíveis para comercialização, aumentou o poder de negociação da cooperativa com seus compradores.

Com a implementação das ações acima descritas em combinação com as ações empreendidas pelos demais pesquisadores nas áreas financeira e jurídica, houve um evidente incremento da produtividade, melhoria dos processos de controle e como consequência as retiradas mensais dos cooperados, considerando-se a destinação de verbas para reinvestimentos e fundo de segurança, aumentou crescentemente atingido o nível de 40%, no 15º mês de projeto.

5. A Dimensão Financeira

A execução eficiente de um planejamento financeiro, não depende somente de teorias e princípios, mas principalmente de uma coordenação eficiente e domínio do conhecimento adquirido.

A oportunidade de orientar e aplicar ferramentas financeiras na Coopertiba foi um exercício que requereu dedicação, compreensão,

sendo preciso adquirir credibilidade, pois os problemas burocráticos encontrados na área financeira eram de grande escala e foi preciso um grande esforço para começar mudar a situação encontrada.

Para a realização deste trabalho foi inicialmente desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre organização e controle financeiro. Após esta primeira etapa, foram levantadas informações referentes à situação financeira, recursos produtivos e humanos disponíveis e por fim foram verificados com base em análises, quais os tipos de controle que poderiam gerar um melhor resultado. Entre diversos sistemas de gestão financeira, foi resolvido aplicar o controle através de planilhas elaboradas levando em consideração a praticidade e a disponibilidade para aplicação manual e informatizada. Este sistema abrange controle de entrada e saída de recursos, controle de vendas, controle de pagamentos e controle de ponto. Com a aplicação destas ferramentas e a introdução de alguns conceitos de análise financeira foi possível observar como resultado final do trabalho desenvolvido uma gestão mais direcionada dos recursos além da disponibilização dos documentos de forma mais organizada.

O controle financeiro da cooperativa era muito precário e, sua maior característica era não ter padronizado qualquer procedimento financeiro, as tarefas eram executadas sistematicamente sem a previsibilidade de um ganho ou perda financeira.

A resistência por parte dos cooperados em apresentar os registros financeiros era notória, e os cooperados participantes do processo não aceitavam a quebra de paradigmas para beneficiar o objetivo que estava sendo proposto e a centralização do poder que existia dentro da cooperativa dificultava o processo de implantação de novas metas.

Foram realizadas algumas visitas à organização com o objetivo de coletar informações e realizar uma análise da situação financeira e organizacional da cooperativa, foram verificados os registros do livro caixa da organização, e observadas ainda outras irregularidades como

a ausência de documentos que pudessem comprovar as movimentações financeiras, ou comprovantes e documentos emitidos sem seguir uma ordem lógica de numeração que possibilitasse a rastreabilidade destes documentos.

Como não havia outras ferramentas de gestão financeira, foi iniciado um estudo para a implementação de um sistema de controle e acompanhamento das operações financeiras da cooperativa, além do aprimoramento do controle efetuado através do livro caixa, com o objetivo de disponibilizar as informações de maneira correta e organizada. Contudo, também foi observada a necessidade de transmitir aos cooperados alguns conceitos básicos de administração financeira com o intuito de permitir que futuramente estes trabalhadores pudessem efetuar análises dos resultados financeiros apresentados ao final de cada período e embasados em suas análises tomar decisões visando o melhor emprego do capital da cooperativa.

Dentre diversos autores, Zdanowicz (1998) define a administração financeira como um processo de gestão centrado na captação, na aplicação dos recursos necessários e na distribuição eficiente dos mesmos, de tal forma que a empresa possa operar de acordo com os objetivos e as metas propostas pelos seus dirigentes. Dessa forma, podemos afirmar que o princípio básico da administração financeira consiste em estabelecer controle sobre os recursos financeiros de maneira que possa contar com estes recursos para saldar os compromissos assumidos com terceiros em tempo hábil e ainda maximizar os lucros da empresa.

Para atingir esse propósito é imprescindível para o administrador estabelecer um plano de controle financeiro, tendo em mente dois conceitos primordiais da administração financeira: a liquidez e a rentabilidade. Esses dois conceitos fornecem informações fundamentais para o controle financeiro de uma organização. A rentabilidade pode ser definida como um indicador das margens de lucro das empresas,

ou seja, a rentabilidade nos informa se a empresa está trabalhando com margens de lucro compatíveis com a necessidade do seu negócio.

Para auxiliar a organização financeira da cooperativa, foi elaborado um sistema de controle e acompanhamento financeiro através de planilhas eletrônicas. Na implantação do processo, foram previstas ações como as descritas a seguir: estudo sobre organizações de cooperativas; levantamento de dados sobre funcionamento de instituições semelhantes; legislações que regem as cooperativas; levantamento de recursos da Coopertiba; elaboração de Fluxo de Caixa controle do Fluxo de Caixa.

O controle da liquidez, por sua vez, implica em entender como os valores de entradas e saídas de dinheiro ocorrem dentro da empresa na medida em que as operações são realizadas dentro de um determinado período. Mas para entendermos melhor o termo liquidez, é importante conhecer o conceito de fluxo de caixa.

O fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira elaborado para controlar as entradas e saídas de recursos financeiros da organização dentro de um determinado período. Para a organização dos recursos foi implementada uma planilha de controle de fluxo de caixa.

Existem algumas outras ferramentas que são utilizadas de forma conjunta com o fluxo de caixa, resultando na melhor compreensão e avaliação gerencial da forma como os recursos estão sendo distribuídos dentro da empresa. Dentre estas ferramentas, é importante destacar o DRE (Demonstrativo de Resultado de Exercício), que aponta os principais custos e as principais despesas, extraindo a diferença das entradas de recursos, indicando o resultado financeiro obtido ao final de um determinado período.

O trabalho de implementação destas ferramentas levou os envolvidos no projeto a discutir diferentes meios para a realização destes controles. Alguns sistemas prontos foram testados e levados para estudo de sua aplicabilidade junto aos pesquisadores envolvidos no

projeto, porém, a complexidade dos sistemas e também a dificuldade na instrução dos cooperados, que até então não haviam tido contato com computador, foram fatores que levaram estes sistemas a serem preteridos por um sistema de planilhas desenvolvido no aplicativo Excel. Dessa forma, seria possível a adaptação das ferramentas a real necessidade da cooperativa, o desenvolvimento de controles de simples utilização e fácil compreensão, além de permitir que na falta de um computador, as planilhas de controle ou comprovantes de movimentações pudessem ser impressos e preenchidos manualmente de forma a não interromper o processo de controle financeiro.

Grande parte das cooperativas deste mesmo segmento opera na informalidade, os cooperados viram no aproveitamento do valor dos impostos uma saída para aumentar a renda mensal de cada cooperado, efetuando diversas movimentações em desacordo com o Estatuto Social.

A implantação das planilhas eletrônicas foi de grande valia e muito pertinentes ao processo, pois os valores distribuídos entre os cooperados não seguiam padrões estabelecidos no estatuto, causando um sério desequilíbrio financeiro no fluxo da cooperativa e a adoção desse sistema permitiu que se fizesse um controle sobre as horas trabalhadas por cooperado e efetuar a remuneração desse cooperado com base nessas horas, emitindo um comprovante de pagamento para o funcionário e outro pra ficar registrado no livro caixa da Cooperativa, organizado por ordem cronológica e numérica.

A questão motivacional dentro das organizações está intimamente ligada ao modo como os colaboradores são liderados no desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, as condições precárias que a cooperativa apresentava no início, dificultavam muito o processo. Além disso, cerca de 30% dos cooperados não tinha experiência escolar e apresentavam resistência em adotar novos procedimentos .

A implantação das planilhas como ferramenta de controle, foi

executada com êxito, e ficou clara que a aplicação delas é muito fácil, e realmente produz efeitos práticos, dependendo apenas dos cooperados para que sejam utilizadas, trazendo resultados eficientes e eficazes para o alcance dos objetivos propostos.

6. A Dimensão Jurídica

No contexto da assessoria jurídica, foi possível aos cooperados o exercício de uma boa gestão e o controle dos aspectos fiscais e tributários da cooperativa.

A cooperativa é disciplinada pelo nosso ordenamento jurídico, através da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõe e define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

A Coopertiba foi instituída com a finalidade de coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos. O seu registro foi feito junto a Junta Comercial do Estado de São (Jucesp) e demais órgãos competentes, tendo obtido a inscrição do CNPJ perante a Receita Federal, tornando-se assim, apta as transações e demais atos concernentes ao seu objetivo social.

É importante destacar que o estatuto cumpriu fielmente os dispositivos legais, cujo número mínimo para a concretização e reconhecimento, é de 20 (vinte) pessoas físicas, denominadas cooperados, devidamente inscritos, aptos a votarem e serem votados.

Eleita a primeira diretoria, que teve seu registro perante a Junta Comercial do Estado, com eleições periódicas de dois anos, com reeleição total ou parcial da diretoria prevista no estatuto, com publicação de edital de convocação, em jornal local ou regional. O estatuto prevê a total liberdade para aquisição de imóveis, bens móveis de todo o gênero, associar-se com outras entidades cooperadas, na conformidade com a legislação em vigor.

Um aspecto muito importante é a disposição e regulamentação

da qual deve ser submetido o candidato a cooperado, onde lhe serão mostrados as características, direitos e obrigações do associado. Tal procedimento tem como finalidade precípua, de ambientar o candidato, em uma nova situação jurídica, onde não se trata de empregado ou empregador, mas sim, cooperado, objetivando o bem comum, da sociedade.

No presente aspecto, que se apresente ao novo integrante, onde a figura do empregado na verdadeira acepção do art.3º da Consolidação das Leis do Trabalho trata-se de uma nova figura, não existindo uma hierarquia, própria de uma sociedade comercial ou industrial, devidamente conhecida, havendo sim, uma hierarquia diretiva, e, por que não, de divisão de trabalho, porém, sem a austeridade e *jus variandi*, ou seja, o poder de mando do empregador, bem como suas limitações impostas pelo regime celetista.

A cooperativa tem o dever e a obrigação de escrituração de apresentação de livro caixa, abertura de conta corrente junto às entidades bancárias de livre escolha da diretoria, apresentação de balancete mensal de entrada e saída de numerários, para o controle dos associados, que através da elaboração e confecção dos boletins acima, para aferição de seus proventos.

A designação de salários ou vencimentos não se coadunam com o regime jurídico da cooperativa.

7. Instalações de equipamentos tecnológicos

A área tecnológica proporcionou agregar valor aos subprodutos da separação de materiais por meio da racionalização e otimização das tarefas de separação, enfardamento dos materiais selecionados e moagem de alguns tipos de plásticos.

Na Cooperativa, por meio dos contatos e entrevistas informais individuais e coletivas com os seus cooperados, bem como a observação participativa, foi possível levantar os problemas referentes à higie-

ne das instalações e segurança do trabalho; às principais dificuldades no processo de separação e seleção dos materiais; necessidade da reestruturação do layout das instalações; ausência de uso de equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas adequadas, sapatos, aventais, etc., equipamentos de proteção coletivos (EPC).

As dificuldades no processo de separação e seleção dos materiais eram comuns, pois muitos dos cooperados desconheciam os diferentes tipos de plásticos utilizados para embalagens e acabavam misturando estes materiais, conforme citado por uma das cooperadas, que faz o retrabalho, de “pente-fino” nos materiais recém separados. Isto traz como consequência a redução do custo de venda dos produtos e o trabalho. A separação dos plásticos se dividiu em sete grupos principais, foi a maior deficiência apresentada pelos cooperados. Foram promovidos treinamentos sobre o correto processo de seleção e separação dos materiais, com aulas e a criação de painéis de orientação no local de trabalho. A esteira curta e estreita dificulta a separação do material, aumentando o desperdício e gerando erros na seleção dos vários tipos de plásticos.

O transporte dos fardos e a disposição do material ao ar livre, também foram citados como dificuldades enfrentadas pelos cooperados, pois os fardos são transportados manualmente e o material é depositado em uma área descoberta, suscetível à chuva, prejudicial à manutenção da qualidade do material. Para tanto foi comprado um equipamento para transportar e uma metodologia de armazenagem foi estabelecida, sendo os materiais pesados após seu enfardamento.

Os principais equipamentos adquiridos foram: esteira transportadora, moinho, lavadora, separadora, secadora, silo e retífica.



Ilustração do processo de instalação dos equipamentos adquiridos pelo projeto para a moagem dos plásticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de uma metodologia de trabalho conjunta entre a Universidade e o município foi um dos resultados do projeto. A compreensão da natureza interdisciplinar foi uma condição essencial para o desenvolvimento das competências na investigação científica e tecnológica. Os trabalhos envolvendo, de forma igualitária, a tecnologia, a psicologia e a administração foram capazes de promover o desenvolvimento humano, cultural e científico, o que contribuiu para a inclusão social dos catadores de resíduos sólidos.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a todos os participantes do projeto CNPq 553448/2005-6 CT-Hidro - *Inclusão social dos catadores de resíduos sólidos da cooperativa de Itatiba*, a Universidade São Francisco, a Prefeitura Municipal de Itatiba, ao Movimento Nacional do Catadores de Resíduos Sólidos, Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do ABC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, D. Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão. **Psicologia & Sociedade**; v. 12, n. 1, 2, p. 54-64, jan./dez., 2000.

BOURDIER, R et al. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CAMPOS, R.H.F. (org.) **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARVALHO C.L. de, **Propriedades mecânicas, morfológicas e biodegradação de poliolefinas pós-consumo e blendas com amido termoplástico**, Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado da Universidade São Francisco, 128p., 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CEDENÑO, A.L. Reflexões sobre autogestão e psicologia social comunitária na América Latina. **Revista de Psicologia Social e Institucional**, v. 1, n. 2, nov., 1999. Disponível em: www.uel.br_ccb_psicologia_revista_textov1n24.htm. Acesso em: 03/02/2004.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

FUNDAÇÃO SEADE <http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/index.php?page=tabela&action=new&eixo=2&tema=3&varia=1&nivel=0>, acesso em 03/01/2011,

FREITAS, M.F.Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 11 n. 1, 1998. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 24/05/2005.

GRIPPI, S. **Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001. 134 p.

MACHADO, M.N.M. Mudança em comunidades: Pesquisa e intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 4, p. 36-40, mai., 1998.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MONTERO, M. Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria em América Latina. In. Campos, R.H.F., & Guareschi, P.A. **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino americana**. . Petrópolis, RJ: Vozes, p. 70-87, 2002. **Não consta no texto.**

NEVES, S.M., & Bernardes, N.M.G. Psicologia social e comunidade. In. Jacques, M.G.C. et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis, RJ: Vozes. 241-255, 1998.

PACHIONE, R., Revista **Plástico Moderno On Line**, no 424 - Fevereiro de 2010

PANTANO FILHO, Rubens; ROSA, Derval dos Santos. **Meio ambiente: múltiplos olhares**. Campinas: Editora Companhia da Escola, prelo.

PEREIRA, W.C.C. O adoecer psíquico do subproletariado. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

PIMENTEL, R.S.Fragments de um trabalho com a comunidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 07, p. 136-142, set, 1989.

RESOLUÇÃO CONAMA N. 1, de 23 de janeiro de 1986. Publicado no DOU de 17/2/86. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html. Acesso em: 30/3/2005.

SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TENÓRIO, Jorge Alberto Soares. Resíduos sólidos: uma área em

franca expansão tecnológica. **Metalurgia & Materiais**, São Paulo, v. 61, n. 554, p. 187, abr. 2005.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

Desafios e contradições no processo de incubação da cooperativa de produção de material reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN)*

– Sandro Benedito Sguarezi

*Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/NECOMT.
Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo-PUC/SP. Bolsista da Fundação de Amparo a
Pesquisa do Estado de Mato Grosso-FAPEMAT.
E-mail: sandrosguarezi@terra.com.br*

– Ana Maria de Lima

*Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/NECOMT.
E-mail: ana_tga@hotmail.com*

– José Pereira Filho

*Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/NECOMT.
E-mail: josepeq@terra.com.br*

– Neuri Eliezer Senger

*Especialista em Economia Solidária pela Universidade do Estado de
Mato Grosso-UNEMAT/NECOMT.
E-mail: senger.n@gmail.com*

– Juliano Luis Borges

*Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo-PUC/SP. Bolsista da Prefeitura Municipal de
Tangará da Serra-MT.
E-mail: jlb_br@yahoo.com.br*

* Parte dessas reflexões foram apresentadas no XXVII CONGRESO ALAS-Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Latinoamérica interrogada: Depredación de Recursos Naturales, Democracia Participativa, Escenarios Productivos y Construcción de Conocimiento. 27. 2009. Buenos Aires-AR. Grupo de Trabalho 20 Sociedad civil: Protestas y movimientos sociales.

Resumo

Este texto foi desenvolvido com base nas reflexões de um grupo de pesquisadores que trabalharam no processo de incubação de uma Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos no Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso – Brasil. Com base na metodologia da pesquisa-ação mostraremos as contradições do processo de incubação. Relata da história do grupo e evidencia a sua forma de organização diante da precarização do trabalho. Organizados numa cooperativa caracterizada pelo solidarismo e pela autogestão mostra as contradições as relações internas visando a organização do trabalho coletivo na busca da identidade do grupo. O texto enfoca a importância da sociedade civil organizada no apoio à consolidação do empreendimento e na busca do equilíbrio das contradições, próprias do processo de incubação, além de buscar socializar resultados e expor-se ao debate. Os resultados mostram uma experiência rica em contradições e que podem contribuir para percebermos a importância da sociedade civil como articuladora de um processo de inclusão social. Ao mesmo tempo mostra a necessidade de uma sociedade civil forte frente ao Estado, mediadora e politizada para fazer frente a tirania do mercado e a incapacidade de um Estado comprometido com a matriz neoliberal em lidar com os problemas sociais. Ao final o texto traz um quadro resumo dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos a partir do projeto macro, sendo que todos apontam as limitações, as perspectivas e as possibilidades da cooperativa. Mostrando como a autogestão e a economia solidária se colocam como importantes ferramentas para promover a inclusão social. Evidenciando que sem o apoio da sociedade civil e do Estado essa tarefa se torna praticamente impossível numa sociedade capitalista.

Palavras-chave: Economia Solidária, Autogestão, Pesquisa-Ação, Sociedade Civil, Estado.

INTRODUÇÃO

O estudo é resultado de uma pesquisa com base na metodologia da pesquisa-ação e mostra as contradições do processo de incubação de uma Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos no Município de Tangará da Serra¹, Estado de Mato Grosso – Brasil – e a sua relação com a sociedade civil, o Estado e o mercado. Relata da história do grupo e evidencia a sua forma de organização diante da precarização do trabalho. Organizados numa cooperativa caracterizada pelo solidarismo e pela autogestão mostra as contradições as relações internas visando a organização do trabalho coletivo na busca da identidade do grupo.

O texto igualmente enfoca a importância da sociedade civil organizada no apoio à consolidação do empreendimento e na busca do equilíbrio das contradições, próprias do processo de incubação, além de buscar socializar resultados e expor-se ao debate.

Os resultados mostram uma experiência rica em contradições e que podem contribuir para percebermos a importância da sociedade civil como articuladora de um processo de inclusão social. Ao mesmo tempo mostra a necessidade de uma sociedade civil forte, mediadora e politizada para fazer frente a tirania do mercado e a incapacidade de um Estado comprometido com a matriz neoliberal em lidar com os problemas sociais.

Além disso, o texto mostra um quadro resumo dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos a partir do projeto macro, sendo que todos apontam as limitações, as perspectivas e as possibilidades da cooperativa. Mostrando como a autogestão e a economia solidária se colocam

1 Com aproximadamente 80 mil habitantes, a cidade está localizada na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso conhecida a 240 quilômetros da capital de Cuiabá. Cerca de 53% do território (6.124 km²) são ocupados por reservas indígenas. A população indígena de Tangará da Serra é composta por 950 índios da etnia Paresi.

como importantes ferramentas para promover a inclusão social. Evidenciando que sem o apoio da sociedade civil e do Estado essa tarefa se torna praticamente impossível numa sociedade capitalista.

Dessa forma, a COOPERTAN foi se consolidando, e hoje em 2010, já conta com 36 sócios, ampliando o quadro de sócios em 80%. Evidenciando sua viabilidade social, econômica e ambiental. Além disso, firmou convênio com a Prefeitura Municipal e é responsável por 100% da coleta seletiva de resíduos sólidos em Tangará da Serra-MT. A ação em torno, e junto a COOPERTAN mostra a importância de um Estado que esteja a serviço da sociedade civil. E coloca a universidade como importante parceira do processo de transformação social necessário ao nosso tempo.

HISTÓRICO DA COOPERTAN

Segundo relato dos catadores mais antigos, hoje sócios fundadores da COOPERTAN, o trabalho de coleta é realizado pelos catadores desde 1988, e se iniciou no antigo “lixão” da cidade. No início ocorria de forma individual, depois foram se organizando pequenos grupos que envolviam relações familiares e de parentesco. Como aumentava o número de catadores e a concorrência entre eles, e os órgãos de fiscalização cobravam mais responsabilidade ambiental da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, em relação a gestão de resíduos, os catadores se organizaram em torno da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Tangara da Serra-ASCAMARTAS.

Em 1997, o lixão da cidade foi transferido para as margens do Córrego Ararão, aproximadamente a 10 quilômetros do centro da cidade. Bem como no antigo lixão lá as pessoas trabalhavam em condições insalubres e desumanas. E a Associação Dos Catadores não atendia a necessidade de organização do grupo. Tanto a coleta quanto a comercialização eram feitas individualmente, relata uma associada da

COOPERTAN em entrevista: “Quando trabalhavam no antigo lixão, não havia organização. O trabalho era individual. Cada um juntava seu material e vendia. Eram mais ou menos 10 pessoas que trabalhavam naquele local”. (Associada 3 da COOPERTAN).

Antes da organização coletiva, e da formalização da criação da COOPERTAN as pessoas trabalham individualmente, em núcleo familiar. Essa realidade foi detectada a partir dos depoimentos dos catadores. No Aterro Sanitário o grupo de catadores estava organizado em quatro células independentes. Era uma auto-organização informal que atendia as demandas do grupo até aquele momento.

O primeiro grupo era denominado pelos catadores de ‘Grupo do Gaúcho’. Dele faziam parte sete catadores. O rendimento médio do grupo era de mil reais mensais. O segundo grupo era chamado de “Grupo da Maria”. Dele faziam parte cinco pessoas. O rendimento médio do grupo era em torno de oitocentos reais. O terceiro grupo, conhecido como “Grupo do Edimilson”, era formado por oito pessoas. A renda média do grupo chegava a trezentos reais por pessoa².

Ainda existia um catador autônomo que tinha um ganho médio de setecentos a oitocentos reais mensais. O que se pode observar é que existia uma auto-organização do trabalho, existiam normas e regras informais. De certa forma, a organização do trabalho era coletiva, mas obedecia a fragmentação própria de grupos em situação de vulnerabilidade. Assim o apoio em rede da sociedade civil organizada foi fundamental para a criação da COOPERTAN e continua sendo imprescindível para a sua consolidação como um empreendimento econômico solidário.

Foi a partir de 2004, com a instalação do Aterro Sanitário no município que a necessidade de organização coletiva surgiu como forma do grupo defender o direito de trabalhar. Com o apoio de uma rede de parceiros da sociedade civil, e atendendo a demanda do grupo

2 Depoimentos orais dos associados em 21/09/2007. Ver: Senger (2008).

de catadores a UNEMAT, no início de 2007, através do Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo Trabalho - GDRS, vinculado ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho-NECOMT, passou a liderar o processo de incubação da cooperativa através do Projeto de Pesquisa denominado de: Participação da UNEMAT no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS³ desenvolvido junto aos Catadores de resíduos sólidos do Aterro Sanitário de Tangará da Serra-MT.

Com a criação do Aterro Sanitário, foi lançado pela Prefeitura Municipal, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAMAE, responsável pela coleta do lixo e pela gestão do Aterro Sanitário, o “Programa Tangará Recicla”. O objetivo do projeto é promover a coleta seletiva no município e conscientizar a população quanto à separação dos resíduos sólidos domésticos. Com a criação do programa de reciclagem a qualidade de parte do material que chegava ao aterro melhorou, mas o melhor material continuava nas células do aterro, o que exigia que a maioria dos catadores continuasse a trabalhar em

3 O Programa DRS é Estratégia Negocial para o Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS visa articular e mobilizar parceiros e a participação efetiva da comunidade através de uma metodologia construtivista, que prevê planejamento participativo e compartilhamento da visão de futuro pelos diversos atores sociais e econômicos envolvidos. A participação dos parceiros viabiliza ações voltadas, por exemplo, para capacitação, formação de associações e cooperativas, conservação e recuperação ambiental, melhoria das condições de saúde, educação e moradia, construção e melhoria de estruturas de produção e valorização da cultura local. A perspectiva é de que, no longo prazo, o DRS ainda gere outros ganhos. À medida que as ações forem implementadas e os empreendimentos prosperarem, as parcerias consolidadas poderão ser estendidas para outras iniciativas, os beneficiários mudarão de patamar de qualidade de vida e de consumo e o Banco, além dos ganhos de imagem, poderá obter resultados econômicos pela venda de produtos e serviços aos parceiros e aos novos clientes. Um círculo virtuoso que irá propiciar a todos bons negócios. Em tempo, é bom lembrar que o Programa DRS não injetou recursos financeiros no projeto, o apoio institucional se resumiu na articulação do grupo de apoiadores.

condições precárias.

A primeira tentativa de organização do trabalho coletivo deu-se no início do ano de 2005. Atendendo ao edital publicado no Jornal Diário da Serra, de 21 de janeiro de 2005, a Assembléia de fundação da Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra, foi convocada para o dia 10 de fevereiro de 2005. Apesar da mobilização a Cooperativa não foi registrada nos órgãos competentes e a documentação foi extraviada. Mas o grupo se mostrava organizado. Em sua edição de 15 de junho de 2005, o Jornal Diário da Serra traz uma reportagem comentando o trabalho desenvolvido pelos catadores associados a este empreendimento, diz textualmente a matéria: “Com um quadro de 25 funcionários⁴, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis – COOPERAT é um exemplo de sucesso em Tangará da Serra.”.

A segunda tentativa de organização ocorreu também no ano de 2005. Conforme consta na Ata de Fundação da Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra – ASCAMARTAS, a entidade foi fundada em 17 de julho de 2005 nas dependências do Aterro Sanitário. A Assembléia geral foi convocada pelo presidente do Conselho Tangaraense de Associações Comunitárias (CONTAC). O registro da Associação foi procedido no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Tangará da Serra, na data de 09 de agosto de 2005, com protocolo número 16.439 do Livro A-7, sob o número 917.

A terceira tentativa de organização foi em forma de cooperativa, pois, conforme relato de uma associada: “foi porque falaram pra gente que a cooperativa tem dinheiro do governo e a associação não tem verba do governo”. (Associada 7 da COOPERTAN). No mês de junho de

4 Veja o conceito de funcionário e não de sócio. Essa é uma contradição que persegue os trabalhadores da autogestão, porque os valores reconhecidos na sociedade e mesmo por eles são os valores hegemônicos da empresa capitalista e não da organização autogestionária.

2006,5 reuniram-se os associados em Assembléia Geral para deliberar sobre a fundação da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN. Nesta ocasião 21 pessoas aprovaram a fundação da cooperativa, elegeram a diretoria. A documentação foi encaminhada à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para registro, mas o processo foi devolvido por várias irregularidades.

Foram anotados sete itens que deviam ser retificados para posterior encaminhamento, conforme segue:

- 1 - Qualificação dos cooperados, completar o seu endereço, estado civil, nacionalidade, profissão de cada um;
- 2 - Observar que o cooperado Tiago da Silva Santos é menor e logo deve ser emancipado;
- 3 - Mencionar as quotas-partes de cada cooperado, e sua integralização, a forma e o prazo;
- 4 - Apor visto do advogado na Ata e no Estatuto;
- 5 - Observar que o estatuto está repetido;
- 6 - Apor o nome do presidente na (capa);
- 7 - Anexar, declaração de desimpedimento dos administradores. (PARECER DA JUNTA COMERCIAL, 2007, fl. 5).

Quando o grupo recebeu o processo da Junta Comercial houve uma insatisfação generalizada com várias instituições e pessoas que apoiavam a constituição da Cooperativa, que apesar de bem intencionados e assessorados por um escritório de contabilidade não tinham os conhecimentos técnicos e burocráticos dos trâmites. Ressalte-se, que a burocracia é grande. No entanto, conforme se percebe no parecer retro-mencionado alguns erros são primários.

Nesse momento o papel da incubação via UNEMAT/NECOMT/GDRS passou a assumir uma importância mais significativa, pois a incubadora passou a liderar os parceiros nos processo de incubação e junto com os catadores assumiu a responsabilidade de encaminhar

definitivamente o processo de criação da cooperativa e organização coletiva do trabalho junto ao grupo.

Assim, depois de muitas tentativas a COOPERTAN foi fundada de fato e de direito em julho de 2007, com um quadro de 20 sócios. O primeiro passo foi reunir o grupo, debater e construir coletivamente os princípios que dariam base para o Estatuto da Cooperativa. O coletivo dos sócios definiu que a “[...] cooperativa rege-se pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão, da educação e socioeconomia solidária, da sustentabilidade”, (ESTATUTO, 2007). Já com a cooperativa em funcionamento o segundo passo foi trabalhar a organização do trabalho coletivo.

O grupo já tinha suas normas validadas informalmente, mas com a criação da cooperativa surgiu o desafio da organização coletiva formal do trabalho que passou a ser o grande desafio para o grupo. Com o efetivo apoio da UNEMAT/NECOMT/GDRS foram realizados vários encontros, reuniões, oficinas. Para constituição do regimento interno foi a releitura coletiva da legislação trabalhista, cooperativista e do Estatuto da Cooperativa, o que trouxe para o debate os valores da economia solidária, da sustentabilidade e da autogestão e as suas contradições com o sistema capitalista. Nos dias de expediente os encontros aconteceram no local de trabalho. Aos sábados, domingos ou em feriados, no auditório da Câmara Municipal, na Biblioteca Pública Municipal ou em auditórios dos parceiros.

Os debates ocorreram sempre com a participação da maioria absoluta dos cooperados, utilizando uma linguagem acessível a metodologia participante, elevou os cooperados a sujeitos da pesquisa, o que facilitou o processo de construção, deixando os sócios bem à vontade para perguntar, sugerir encaminhamentos, pedir esclarecimentos a respeito dos termos jurídicos e acadêmicos utilizados. Foram seis meses de intenso trabalho: estudo, pesquisa documental, reuniões com técnicos, oficinas, debates junto aos cooperados – onde eram expli-

tadas as contradições mais agudas e os conflitos internos do grupo –.

Após várias revisões, avanços e recuos necessários para construir uma proposta de regimento interno que, não fosse apenas mais uma norma, mas que tivesse a identidade do grupo, que lhes pertencesse, o regimento foi construído e validado pelo grupo numa assembléia geral convocada para este fim. Demos ênfase na construção do regimento porque ele foi fundamental para construir as relações interpessoais e interinstitucionais tanto do grupo de sócios, como dos apoiadores envolvidos no processo de incubação. Assim a COOPERTAN foi se consolidando, e hoje em 2010, já conta com 36 sócios, ampliando o quadro de sócios em 80%. Além disso, firmou convênio com a Prefeitura Municipal e é responsável por 100% da coleta seletiva de resíduos sólidos em Tangará da Serra-MT. A ação em torno, e junto a COOPERTAN mostra a importância de um Estado que esteja a serviço da sociedade civil.

METODOLOGIA: A PESQUISA-AÇÃO COMO FERRAMENTA

Nesse sentido o processo de pesquisa-ação foi fundamental para garantir a participação ativa e cidadã de todos os sujeitos que construíram essa experiência. Portanto, essa pesquisa parte como uma auto-reflexão da ação dos pesquisadores e dos demais sujeitos comprometidos com o processo de incubação. Evidente que esse processo apesar de cobrar proatividade desses agentes respeita a liberdade, o querer e a forma de participar de cada um.

Vale ressaltar que a participação é avaliada e resignificada de acordo com os problemas encontrados e necessidades de aperfeiçoamento do processo, buscando atender os objetivos do projeto. Por isso a opção pela metodologia da pesquisa-ação, pois a

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica

que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, (THIOLENT, 1986).

A primeira fase da pesquisa-ação foi realizar um levantamento através de um diagnóstico rápido participativo das principais demandas do empreendimento, posteriormente foram elencadas as prioridades e em conjunto foi construída uma proposta de intervenção, com objetivos, metas e prazos, bem como foi definido qual seria o papel de cada sujeito no processo. Foi identificado coletivamente, que a prioridade número um era a regularização da COOPERTAN junto aos órgãos competentes.

Na sequência foram trabalhados os conceitos, valores e princípios que instruiriam o processo de incubação e os valores da própria cooperativa. A pesquisa seguiu o

Vínculo teórico e metodológico [proposto por Henri Desroche] entre pesquisa-ação e projeto cooperativo, colocando a serviço desse último os procedimentos de aprendizagem e de investigação próprios de uma visão participativa do conhecimento e da efetivação de iniciativas dos autores (pesquisadores) e dos atores sociais interessados (THIOLENT, 2006).

Nesse caso a pesquisa é tateante dela mesma, a própria pesquisa ao progredir permite reorientar e aperfeiçoar o confronto crítico, a metodologia tem a autonomia de se autoconstruir por ela mesma, epistemologicamente a metodologia é capaz de ir se aperfeiçoando, entendendo epistemologia como a reflexão da pesquisa sobre si mesma que é capaz de em movimento permitir criativamente a auto-organização em forma de novas perguntas.

Com a definição institucional coletiva da intervenção a ser rea-

lizada, foi estabelecido um marco teórico voltado para a escolha dos conceitos-pilares da construção dessa possibilidade, nos empreendimentos populares, de estratégias de organização coletiva, da construção de espaços de discussões e tomada de decisões, da percepção crítica da realidade e da criatividade no processo produtivo.

O marco teórico que definiu os conceitos básicos da COOPERTAN e do projeto foram: desenvolvimento sustentável, economia solidária e autogestão. Portanto, todas as tomadas de decisões deveriam passar pelo crivo desses conceitos. Esse exercício se mostrou bastante pedagógico no sentido de internalizar esses valores para todos os sujeitos comprometidos com a consolidação da COOPERTAN, inclusive para o grupo da incubadora nas suas relações internas.

MARCO TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

A atual conjuntura econômica e social aponta para o desenvolvimento sustentável e sinaliza que a geração de trabalho e renda no campo ou na cidade perpassa pelo incentivo à iniciativas populares associativistas. Todavia, para elaborar e implementar políticas e ações embasadas nos princípios do desenvolvimento sustentável é necessário primeiro conhecer a realidade local. Assim cabe a universidade a responsabilidade de realizar estudos que possibilitem uma melhor compreensão dessa realidade e promover o resgate dos saberes tradicionais e populares, bem como produzir tecnologias apropriadas às demandas dessas organizações. Os sujeitos comprometidos com o processo de incubação definiram coletivamente que o projeto funcionaria com base nos propósitos do desenvolvimento local sustentável, da economia solidária e da autogestão. Utilizando da metodologia da pesquisa-ação e conceitos transformadores como práxis.

Num cenário de insustentabilidade, de crise mundial e de inade-

quação econômica, social, ecológica e política do sistema capitalista, o modelo de desenvolvimento brasileiro, aponta para a necessidade de visualizar alternativas para o país. Se por um lado, o desenvolvimento sustentável adquire o papel estratégico em discursos e projetos, por outro, é preciso revigorar esse conceito, que não deve e não pode ser relegado à retórica dos discursos e a princípios de políticas públicas ou programas de governo. O relatório final da Comissão, entregue em 1987 com o título *Nosso Futuro Comum*, apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. (LEMOS, 1996). Revigorar esse conceito significa construir experiências que caminhem para concretizar ações que efetivamente comportem compromisso com o presente e o futuro, sem desconsiderar o passado.

Uma das possibilidades para revigorar, não só o conceito, é entender a sustentabilidade também como movimento, algo vivo. A outra é ter a ousadia, da práxis desse desenvolvimento sustentável, é aprender a aprender na prática com os empreendedores sociais, no caso os catadores, o que é sustentabilidade, e transformar isso em ações concretas em escala social ampliada em forma de tecnologias sociais e políticas públicas efetivas que contribuam para a emancipação desses trabalhadores. E permitam dialeticamente refletir sobre essa ousadia e assim construir sua futuridade em horizontes inovadores, porém includentes.

ALMEIDA (2001) mencionou que o debate à cerca do desenvolvimento sustentável hoje está polarizado entre duas concepções principais: de um lado, gestada dentro da esfera da economia, que incorpora a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma ideia que tenta quebrar a hegemonia do discurso econômico, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe a ideia.

A ciência precisa se abrir para a imprecisão, para a incerteza, para

a complexidade dos movimentos sociais organizados, e os princípios do desenvolvimento sustentável se tornam importantes ferramentas para contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento local sustentável. Mas para isso se faz necessário, que o Estado, interprete em suas políticas públicas os anseios da população e crie mecanismos para que a comunidade seja protagonista no seu projeto de desenvolvimento. Só assim teremos um projeto de desenvolvimento local sustentável. Pois, conforme Dowbor (2006, p. 12), “Do ponto de vista da comunidade local, o que se propõe é uma profunda mudança de enfoque. Trata-se de trocar a pergunta ‘o que o governo pode fazer por nós?’, por ‘como o governo pode apoiar o que estamos empreendendo?’”. E esse exemplo é dado pelos catadores da COOPERTAN e pelas instituições comprometidas com o projeto.

O princípio da economia solidária: pensar numa forma de produção baseada na mobilização e organização de trabalhadores, que visam a inserção produtiva através do trabalho fundamentado na autogestão, cooperação, participação e solidariedade.

O termo economia solidária, como sabemos abrange uma série de experiências organizacionais, de associação livre em atividades econômicas, para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento econômico que lhe garante ocupação e renda, além de propiciar melhoria nas condições materiais de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolverem a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania. (SCHÜTZ; GAIGER, 2006, p. 56-57).

Paul Singer, um dos artesãos da socioeconomia solidária no Brasil, afirma:

A ES é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionária, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nelas atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham. A democracia na gestão dos empreendimentos (uma cabeça, um voto) é o que distingue a ES da economia capitalista. (SINGER & KRUPPA, 2004, p. 92).

Distingue-se, porém convive no seio do capitalismo. O movimento de economia solidária surge embrionariamente dentro dos problemas gerados pela exclusão social provocada pela sociedade de consumo. É nesse conflito entre capital e trabalho, é na tensão entre a economia de mercado e a sociabilidade que a economia solidária se apresenta como um projeto de emancipação dos trabalhadores. É na diferença das relações de trabalho entre os seus sujeitos que se encontra ao mesmo tempo a tradição na busca da autonomia e a inovação da proposta. É na forma de gestão e no tipo de relação das pessoas que se define, se o empreendimento é de economia solidária, ou não.

Esse movimento casa o princípio entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com princípio da socialização desses meios (do capitalismo), [...] cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual [...] também por critérios acertados entre os cooperados. (SINGER, 2003, p. 13).

Dessa forma, é pertinente afirmar que a socioeconomia solidária é uma construção em processo e sua dinâmica se dá através do diálogo franco e aberto, no qual, seus sujeitos assumem uma postura democrática e participativa. Vale dizer a economia solidária é um de-

safio político, epistemológico, societal, educacional, que requer investimentos em produções de conhecimentos que correspondam a estas caminhadas. A administração neste sentido, ainda mais na perspectiva da economia solidária, é um processo educacional que é exigente de novas formações sociais, um dos limites é o da gestão, mas não compreendido como uma montanha de técnicas, embora estas façam parte. É um desafio de gestão no sentido de compreender como se dá a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários.

Em geral, os trabalhadores estão imbuídos de uma relação de trabalho racionalista taylorista, na qual o patrão estabelece diretrizes e o empregado segue as prescrições, a famosa divisão racional do trabalho onde uns pensam e outros executam. Essa é uma cultura difícil que precisa ser compreendida, para gradativamente ser superada por uma relação de trabalho cooperativo e autogestionário. Além disso, os trabalhadores que se inserem na economia solidária estão mais acostumados e preparados para o trabalho braçal pouco qualificado, faltando-lhes na maioria das vezes a educação básica, o preparo técnico-profissional e o acompanhamento da evolução tecnológica que ocorre na base produtiva. “A relação administrativa de autogestão é um mundo desconhecido com o qual precisam aprender a lidar”. (CULTI, 2005, p. 9-10). Trata-se de um novo paradigma de gestão. Da heterogestão que fundamenta-se no princípio da unidimensionalidade para a autogestão que centra-se na participação democrática e na autonomia dos trabalhadores no processo de tomada de decisão de seus próprios empreendimentos.

A gestão desse processo em rede, a articulação dos contraditórios interesses e de campos tão distintos amplia o grau de dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários e na medida em que se amplia essa complexidade, se amplia o desafio da gestão para esses empreendimentos. É aqui que se encontra o grande desafio. A economia solidária apesar de seguir uma lógica completamente diferente das empresas capitalistas assemelha-se no processo

de decisão estratégica. Nas empresas privadas os administradores especializados são chamados para gerenciar o processo de tomada de decisão cotidiano, mas quem efetivamente decide estrategicamente são os controladores do capital que nem sempre são especialistas. Esse processo é semelhante nas organizações autogeridas, porque quem toma as decisões mais importantes são os sócios em assembléia geral após amplo processo de discussão coletiva, e essa ampla mobilização de experiência que não fica apenas numa cúpula, como na empresa privada, é que faz a diferença qualitativa das empresas autogeridas. Ou seja, geralmente o processo de tomada de decisão estratégico nos empreendimentos econômicos solidários precisa de um horizonte de tempo maior para esgotar argumentações e ponderações dos sócios.

Em geral os empreendimentos de economia solidária estão na contra corrente do processo macro-estrutural e se encontram em um processo contínuo de aprendizagem. E para garantir a consolidação desses empreendimentos é fundamental pensar em: “[...] fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais” (SINGER, 2003, p. 23).

A autogestão, princípio da economia solidária é importante porque busca novas relações sociais e de trabalho. A organização coletiva é a principal premissa para o modelo de gestão característico da economia solidária, que se funda na democratização das decisões e cooperação nas relações de trabalho.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (SINGER, 2002, p. 21).

Esses princípios interligados e conectados uns aos outros demonstram a orientação epistemológica pela religação de saberes e a multiplicidade cultural-política-ambiental-humana que antecipa outro mundo possível. Mas isso requer um debate sobre o papel do Estado e o protagonismo da sociedade civil.

REFORMA DO ESTADO CONTEMPORÂNEO E O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL

Os estudiosos do tema mostram que a relação entre sociedade civil e Estado é objeto de reflexão sistemática da antiguidade clássica a modernidade. Apesar complexo arcabouço teórico sobre o assunto, a proposta desta análise se concentra nas transformações ocorridas nas últimas décadas (BOBBIO, 1982). Sobre o novo formato do Estado decorrente da modernidade, Nogueira (2004, p. 52) reflete:

Ficamos encurralados entre dois discursos, duas culturas, que não se comunicam nem se completam. De um lado, estão os que se concentram no tema modernização, mobilizando em seu favor a idéia de que é preciso adotar novos procedimentos gerenciais e transferir, para a sociedade civil⁶, encargos e atribuições antes exclusivas do Estado. De outro lado, estão os que se voltam para a denuncia e a resistência em nome dos direitos sociais⁷, de uma sociedade mais justa e da mobilização dos interesses subalternos, marginalizados ou não privilegiados.

Essas duas propostas reformistas colocadas como verdades abso-

6 Nessa visão leia-se corrente teórica do terceiro setor vinculada ao projeto neoliberal de Estado mínimo, ou de desconstrução do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado orientadas para a visão gerencial de Estado voltada para o mercado.

7 Nessa visão se encaixam os movimentos sociais mais ligados as propostas de gestão dos partidos ditos socialistas. Com maior interferência do Estado na economia em forma de monopólio de Estado.

lutas criaram um vazio desproporcional entre necessidades e a capacidade de intervenção e participação social. Se por um lado, criaram uma agenda gerencial estatal burocrática descompromissada com os temas sociais, por outro, se limitaram a reclamar dos efeitos nefastos da hegemonia da globalização financeira e ficaram impedidos de pensar um projeto político autônomo para os países.

Diante emergência da ótica hegemônica neoliberal e da desvalorização da política a sociedade latino-americana e brasileira dobrou-se aos fatos e o “Estado foi, assim, convertido em um fardo e custo [...] O Estado tornou-se um inimigo, algo a ser combatido”. (NOGUEIRA, 2004, p. 44-46). Nesse contexto, a sociedade civil procurou formas de defesa e buscou protagonizar o diálogo e mediar essas relações de forças.

Esse processo expõe as contradições do conceito de sociedade civil, um conceito,

[...] recuperado no contexto dos processos de (re)democratização do Leste Europeu e da América Latina nos anos 70 e 80 [século XX] e reimportado pelos europeus ocidentais e norte-americanos a partir de então, é, como se sabe, tão velho quanto a própria ciência política, sendo-lhes inscritas em seus muitos anos de vida e por diferentes tradições teóricas conotações diversas e nem sempre conciliáveis. (COSTA, 2002, p. 37).

A contradição do conceito de *societas civilis* afasta consensos, mas encontra um ponto comum, sua heterogeneidade e a sua relação com o conceito de Estado.

Heterogeneidade da sociedade civil é uma expressão da pluralidade política social e cultural que acompanha o desenvolvimento histórico [...] não se pode conceber a sociedade civil como homogênea e virtuosa. A sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de atores sociais (entre eles, atores conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e

uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes. (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 27).

No caso da COOPERTAN isso é evidente. Embora a realidade desse empreendimento econômico solidário-EES se expresse de maneira contraditória e também complexa, a sociedade civil foi a precursora do processo, se colocou como sujeito, mas também respeitou o protagonismo dos outros sujeitos e do movimento social dos catadores.

A sociedade civil aqui superou ao menos provisoriamente a sua própria dicotomia e a dicotomia própria do Estado tirano. Respeitando os distintos interesses dos mais diversos sujeitos envolvidos no processo de incubação⁸.

Nesse caso, preferimos igualmente a Wanderley (1992, p. 142),

O uso do termo *sujeito*, como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. Ao contrário de *ator*, como aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela.

Isso posto, essa experiência mostra urgentemente que é preciso resgatar a capacidade de politização da sociedade civil, bem como do Estado. No cenário atual – de globalização hegemônica – estes que se apresentam como atores, precisam inevitavelmente assumir a condição de *sujeitos* políticos.

8 A incubação de empreendimentos econômicos solidários compreende o desenvolvimento de procedimentos de acompanhamento e de ferramentas de gestão, voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão, por meio da criação de cooperativas populares e redes sociais. Para aprofundar ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>.

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS-EES: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO E AS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Os EES, também podem ser caracterizados como empreendimentos autogestionários. No que se refere ao marco jurídico da autogestão e da economia solidária no Brasil, o documento esclarece as diferenças entre empreendimentos autogestionários e empresas de autogestão, conforme a seguir:

Os **Empreendimentos Autogestionários** se caracterizam por serem aqueles constituídos através de projetos sociais realizados em comunidades periféricas, não sendo resultado de uma atividade econômica anterior, como é o caso das empresas de autogestão. As **Empresas de Autogestão**, por sua vez, são aquelas que nascem do fracasso de um negócio anterior e, portanto, pressupõem a existência de uma atividade econômica já organizada que passa a ser comandada pelos trabalhadores, que delas já faziam parte como empregados celetistas. (GONÇALVES, 2005, p. 1-2, negritos do autor).

Esse marco teórico é importante porque coloca duas situações opostas, mas ambas se encaixam no conceito-autogestão. São iniciativas oriundas da necessidade de superação dos trabalhadores diante a precarização do trabalho, a autogestão é resposta a uma que germina e brota em situações de carência e risco. É processo no qual a de tomada de decisão é coletivo e as relações de produção deixam de ser hierarquizadas como ocorre nas empresas capitalistas.

O capitalismo gerou um passivo social de milhões de excluídos, esses, em sua maioria, sofrem pela ausência da utopia, do sonho, da perspectiva de um futuro que possa ser vivido longe dessas mazelas. Entretanto, é possível encontrar nessa sociedade perversa pobres/excluídos capazes de criar alternativas de sobrevivência nas fendas do

degradante sistema. É o caso dos sócios da COOPERTAN.

Conforme relato dos cooperados, a trajetória do grupo, que era de aproximadamente dez pessoas, iniciou-se na década de 1980 e hoje (2009) forma um EES em forma de cooperativa com aproximadamente 26 participantes. Entre 1980 e 2004 todo tipo de lixo/entulho recolhido na cidade, eram jogados no lixão, onde trabalhavam os catadores. O trabalho não era organizado coletivamente: “Quando nós trabalhávamos no antigo lixão, não havia organização. O trabalho era individual. Cada um ajuntava seu material e vendia. Eram mais ou menos 10 pessoas que trabalhavam naquele local” (Relato Sócio 5). A partir de 2004, por exigência legal/ambiental foi instalado em Tangará da Serra o Aterro Sanitário, mas os catadores continuavam a trabalhar dentro do Aterro Sanitário em situação precária e de risco.

Na tentativa de minimizar o problema ambiental/legal/social e dar o mínimo de dignidade para os trabalhadores foi lançado pela Prefeitura Municipal e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE⁹, o “Programa Tangará Recicla”. Mas a burocracia estatal exigia a figura de uma pessoa jurídica para representar os catadores. Essa era uma demanda do SAMAE, não dos catadores. Entre 2005 e 2007 foram realizadas várias tentativas de associação. A terceira delas foi a organização em forma de cooperativa porque segundo uma associada se deu: *“porque falaram pra gente que a cooperativa tem dinheiro do governo e a associação não tem verba do governo”* (sic). Veja que necessidade de criar a cooperativa foi instigada. No entanto, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso devolveu o processo de registro devido várias irregularidades.

Nesse intervalo de tempo, por iniciativa dos catadores e da ONG

9 Órgão/Autarquia responsável pela coleta do lixo e pela gestão do Aterro Sanitário. Através do Programa Tangará Recicla o município com apoio da COOPERTAN é o único município do Estado de Mato Grosso a promover a coleta seletiva em 100% dos domicílios da zona urbana.

Sociedade Alternativa La Comuna, pioneira no apoio ao grupo, procuraram a UNEMAT para apoiar a criação da cooperativa. Foi a partir daí que começou a se formatar o Projeto de Pesquisa denominado de: Participação da UNEMAT no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS desenvolvido junto aos Catadores de resíduos sólidos do Aterro Sanitário de Tangará da Serra-MT. O projeto nasceu com o apoio institucional do Banco do Brasil S/A, que após as deliberações internas o Banco inclui a ação no seu Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS e passou a apoiar a organização do grupo tendo como parceiros: D. E. Siebert – Empresa Particular de Assessoria Agrônômica e Ambiental; Câmara Municipal de Vereadores; e a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, através do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho-NECOMT. A institucionalização do projeto ocorreu em março de 2007 e foi a partir daí que a sociedade civil em forma rede e liderada pela UNEMAT/NECOMT passou a apoiar efetivamente o projeto e regularizar a COOPERTAN junto as instituições pertinentes.

O objetivo geral do projeto era

Contribuir na estruturação e implementação de um Programa de Desenvolvimento Sustentável junto à atividade de trabalho dos Catadores de Resíduos Sólidos que atuam no Aterro Sanitário da cidade de Tangará da Serra, estimulando-a numa perspectiva de viabilidade econômica, tendo por premissa o respeito e proteção ao meio ambiente, à diversidade cultural, numa perspectiva de emancipação econômica, política e social do grupo, (PROJETO, 2007, p. 07).

Com base na metodologia da pesquisa-ação¹⁰ essa rede foi pro-

10 Para aprofundar ver: THIOLENT, M. (org). Pesquisa-ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: EdUFSCar, 2006. E também: THIOLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986.

curando se compreender e compreender as contradições do processo de incubação de um EES e a sua relação com a sociedade civil, com o Estado e com o mercado. A busca da consolidação da cooperativa na perspectiva do econômico, do social, do cultural, do técnico e do ecológico está sendo um desafio para a rede, que se amplia a cada dia. Em 2008, juntaram-se a rede de apoio a COOPERTAN: a UNIMED-Vale do Sepotuba através do Instituto Vale do Sepotuba de Responsabilidade Social-PRÓ-VALE; Banco da Amazônia S/A-BASA; Núcleo de Participação Social e Economia Solidária-NUPES e o Fórum Municipal de Economia Solidária. Além desses parceiros institucionais o projeto recebe apoio de profissionais liberais voluntários vinculados ao Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo do Trabalho-GDRS¹¹. No âmbito do projeto foram desenvolvidas pesquisas vinculadas ao GDRS. Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, monografias de Pós Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu (nível Mestrado), sendo que todos os resultados evidenciam as contradições no processo de incubação.

As contradições começam ao mesmo tempo em que começa o trabalho dos catadores. Por que os catadores estão se submetendo a esse trabalho? A predominância dos motivos pela opção de trabalho coletivo está assim distribuída. Cerca de 35,29% afirmam que não desejam mais trabalhar de empregado. Em segundo lugar com 17,64% das respostas está a falta de emprego. Os outros 47,07 % apresentam outras motivações para a organização autogestionária. A oportunidade de acessar crédito¹², o reconhecimento do grupo, a busca de identidade e a realização no trabalho também são fatores referenciados. A

11 Certificado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq em 2006.

12 Esse debate foi complicado, porém rico de aprendizagem, porque foi difícil para os sócios da COOPERTAN compreenderem que o que estava se propondo, não era uma ação paternalista. Essa compreensão exigia compreender o paradigma de outra sociedade, uma sociedade solidária.

contradição está na gênese do capitalismo que não consegue garantir emprego pleno torna o trabalho um espaço de não realização do trabalhador. A maioria não quer um patrão nem o despotismo do capital e percebeu que a autogestão nos EES possibilita a realização no trabalho, aqui o trabalho não é uma simples mercadoria.

O interesse dos cooperados, inicialmente, não era de se agrupar coletivamente no processo de produção, eles queriam apenas um mecanismo jurídico para celebrar um convênio com o SAMAE – no caso a cooperativa – para não serem expulsos do aterro sanitário, local de trabalho. Mas aos poucos foram percebendo que não podiam fazer parte de um corpo fracionado que se reunia apenas quando eram ameaçados. A organização coletiva ultrapassava essa necessidade e exigia o compromisso com o coletivo.

A incubação em si é um espaço de contradição no qual afloram os conflitos e divergências da sociedade civil. Mas é também um espaço de aproximação e de consensos provisórios. É o que se percebe quando a análise recai sobre a ação dos sujeitos envolvidos no projeto. Todos tinham seus interesses. O que interessava para o SAMAE era ter alguém para fazer a coleta seletiva, e se a COOPERTAN o fazia a autarquia não precisava terceirizar esse serviço pagando por ele. Os interesses da Prefeitura e do NUPES por vezes se aproximavam, por vezes se distanciavam. Os interesses da universidade estavam na extensão e produção conhecimento e tecnologia social através da pesquisa. A Câmara de Vereadores explicita de forma mais aguda essas contradições, visto que a maioria dos seus membros só reconhece o pobre e o trabalhador na hora de lhe pedir voto.

O interesse da iniciativa privada é o de promover a inclusão. Mas que inclusão? O Interesse dos Bancos via Projeto-DRS é inclusão no sistema bancário, é se mostrar socialmente responsável e ampliar sua carteira de negócios objetivo partilhado pelo Instituto PRÓ-VALE. A ONG Sociedade Alternativa La Comuna e D. E. Sibert Consulto-

ria Agronômica e Ambiental participavam do projeto com interesses antagônicos, a primeira vinculada a uma proposta de sociedade alternativa socialista, percebia no projeto a possibilidade de uma outra sociedade. A segunda atuava no projeto a procura de reconhecimento social. O projeto se tornou um espaço de pura contradição, onde os diferentes sujeitos buscaram seus interesses e coube a sociedade civil mediar o diálogo com a sociedade política.

Nesse espaço de contradição os sócios da COOPERTAN, passam a perceber que a autonomia da autogestão se restringe as paredes da Cooperativa. E que a relação com o mercado é cruel. Pois “O ambiente econômico, além de exercer pressão contrária ao desenvolvimento do cooperativismo, influi também, de modo profundo, no seu funcionamento interno,” (PINHO, 1965, 84).

Empregado ou sócio? Patrão ou empregado? Empresário ou trabalhador? Trabalhador ou empresário? A falta de consciência política e de classe, muitas vezes leva o sócio trabalhador a assumir posturas e valores do patrão capitalista, ou mesmo do gerente ou do supervisor da empresa privada. Valores diametralmente opostos aos valores e princípios da economia solidária e da autogestão. “É preciso estar atento para que essa transfiguração de trabalhador em empresário através do autoemprego e do empreendedorismo social não leve, os sócios, ao isolamento e ao distanciamento dos valores propugnados pela economia solidária e pela autogestão,” (BARBOSA, 2007).

Aqui se encontra um dilema da Incubadora UNEMAT/NECOMT, ao liderar a rede no processo de busca da identidade do grupo de trabalhadores da COOPERTAN e ampliar a consciência dos demais participantes da rede a própria incubadora encontra suas contradições. Evidente que a universidade pode contribuir com os movimentos sociais, com a sociedade civil e com o Estado, mas isso não coloca a universidade como um espaço de hegemonia. Qual é o papel da universidade junto aos movimentos sociais? A resposta para essa

pergunta vai depender do interesse de quem faz a pergunta, ou de quem vai respondê-la.

Nesse sentido, a metodologia da pesquisa-ação, garante a autonomia universitária, mas coloca a universidade como parceira no processo de transformação social. Isso permite o dialogo da contradição e assim que o debate é lançado cabe a sociedade civil se constituir mediadora na busca do consenso provisório a respeito de cada ação do projeto, de cada conceito. As contradições não deixam de existir, se tornam um espaço de realização, de educação e de troca de saberes colocando o homem como fim, não como um meio/recurso do sistema de produção. Esse papel pedagógico também influi na moral e na motivação do grupo.

Além de a COOPERTAN ter como princípio a economia solidária o projeto também foi desenvolvido nessa perspectiva. Como a economia solidária carrega como um dos princípios básicos a autogestão esses princípios se interligam e se encontram com mais pertinência em metodologias participativa. As metodologias de pesquisa que visam atender as expectativas desses princípios são diversas, mas as que têm sido utilizadas são as que efetivamente têm compromissos com a emergência e a consolidação da democracia participativa. As metodologias que podem levar o grupo a autonomia.

Não existe modelo único de pesquisa, os pesquisadores precisam desenvolver as competências para lidar em grupo de forma autogestionária e superar em conjunto com o grupo as limitações e os constrangimentos próprios de um processo permanente de construção e desconstrução de saberes que emergem durante a pesquisa. É um espaço, ao mesmo tempo de construção coletiva e individual no qual se confrontam posições ideológicas e sociopolíticas contraditórias e ao mesmo tempo convergentes. É um espaço no qual o objeto se transforma em sujeito e todos dependem uns dos saberes dos outros e juntos todos protagonizam a participação responsável e autogestionária, ou

auto-eco-organizada. É, portanto, um espaço, senão novo na universidade, diferente, pois permite a sua inter-relação com os Movimentos Sociais, é um espaço de autonomia dependente.

Em grego, autonomia é o fato de seguir a própria lei. A autonomia do ser vivo emerge da sua atividade de autoprodução e de auto-organização. O ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, matéria e informação exteriores para sempre se regenerar. A sua autonomia é portanto, dependente; a sua auto-organização, auto-eco-organização. (MORIN, 2005, p. 205).

Essa regeneração, essa oxigenação que o processo exige, é viva, é um movimento de uma rosca sem fim, eternamente criativa. Essa troca de saberes exige, de forma endógena, também a partilha de conhecimentos e de tecnologias sociais entre educadores, e exógena entre os sujeitos dos movimentos sociais e os educadores comprometidos com a condução da pesquisa.

Ir ao campo com esse propósito, literalmente, não só permite conhecer a realidade que se quer transformar. Permite ainda a auto-transformação, a transcendência própria da aventura de não só desenvolver a pesquisa, mas de se deixar envolver pela pesquisa sem perder a autonomia e capacidade crítica de discernimento para evitar cair no diletantismo e no militantismo ideológico panfletário preservando o rigor científico que requer um trabalho de pesquisa.

A sustentabilidade do EES depende da sua eficiência/eficácia econômica e de sua ação política, mas não pode negligenciar os aspectos: socioculturais, ecológicos, ambientais. Portanto, o processo de incubação por mais contraditório que seja é fecundo para construir espaços de diálogo e de mediação para agregar não apenas os sócios da COOPERTAN, mas todos os membros da rede e da sociedade civil num permanente processo de formação. Porque os trabalhadores não

foram educados para a autonomia, tampouco os representantes da sociedade civil. A regra geral é seguir o padrão hegemônico – taylorista/fordista – de dominação existente na empresa capitalista que se reproduz nas relações sociais em forma de poder do capital sobre o trabalho. Nesse espaço de diálogo e de debate se expressa de forma muito viva as contradições ideo-política, terreno fértil para recuperar a politização da sociedade civil.

PROJETOS VINCULADOS AO PROJETO DE INCUBAÇÃO

Além do projeto macro de incubação foram desenvolvidos outros projetos de pesquisa junto a COOPERTAN. A partir da análise do quadro a seguir é possível verificar a abrangência e os resultados dos estudos.

QUADRO 1 QUADRO RESUMO DOS TRABALHOS REALIZADOS NA COOPERTAN

Nível/Autor Orientador/Banca	Nível: Mestrado Autor: Ana Maria de Lima Orientador: Dr. Farid Eid Membros da Banca Examinadora: - Dr. Gilmar Laforga - Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento - Dr. Fernando César Almada Santos
Título	Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: um estudo de caso da COOPERTAN de Tangará da Serra-MT
Resumo	O trabalho de separação de materiais recicláveis no município de Tangará da Serra-MT é uma prática que acompanhou o nascimento e desenvolvimento da cidade. Com o passar dos anos percebe-se a presença do interesse do poder público e da comunidade em relação a importância do trabalho de reciclagem desenvolvido no município nos aspectos sociais, ambientais e de geração de renda. A

partir da necessidade da construção do Aterro Sanitário Municipal, o interesse quanto aos trabalhadores que faziam a separação do lixo doméstico, ainda individualmente, ficou mais evidente. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi: contribuir para a construção do conhecimento sobre o processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo no segmento de coleta de resíduos sólidos. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante e estudo de caso, através de acompanhamento do trabalho, reuniões, assembleias e a formação do grupo nas temáticas de cooperativismo em coleta seletiva do lixo doméstico e organização do trabalho. A pesquisa demonstrou fragilidade e dificuldade da organização coletiva e falta de formação técnica do coletivo. Notou-se também dificuldades das instituições apoiadoras agirem com coerência, conforme as necessidades e as especificidades do grupo analisado. Vale ressaltar que, apesar de tantas dificuldades nesse percurso, a grande maioria dos cooperados principalmente os fundadores que continuam no grupo gostam do que fazem, sentem orgulho do trabalho e apresentam grande expectativa e persistência na busca da autonomia e de bons resultados do empreendimento.

Tangará da Serra-MT assim como muitos municípios brasileiros que estão em desenvolvimento produzem em proporção similar o lixo. Com o objetivo de solucionar este problema, garantir a sustentabilidade do meio ambiente e apoiar um grupo de catadores é implantado o programa de coleta seletiva e, a partir de então surge a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT- COOPERTAN. O presente trabalho teve como objetivo geral a construção de forma participativa de um plano de negócios para a COOPERTAN. Para atender aos objetivos estabelecidos, foi necessária a utilização da pesquisa exploratória, descritiva, pesquisa ação e participante a fim de identificar características do grupo e dos demais envolvidos no processo, ressaltando a relevância destas informações para a construção do plano de negócios. Ao longo do trabalho foram abordados temas relevantes que estão intrinsecamente ligados a realidade da cooperativa e outros que podem vir a serem inseridos no contexto, visando garantir a evolução do grupo. Os resultados da pesquisa apontam que a cooperativa ainda necessita de apoio do poder público e da sociedade civil até que tenha capacidade para a gestão dos recicláveis.

Nível/Autor Orientador/Banca	Nível: Especialização Autor: Luciane Veronese Andrade Orientador: M. Sc. Sandro B. Sguarezi Membros da Banca Examinadora: - Lierge Luppi
Título	Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: um estudo de caso da COOPERTAN de Tangará da Serra-MT
Resumo	<p>Tangará da Serra-MT assim como muitos municípios brasileiros que estão em desenvolvimento produzem em proporção similar o lixo. Com o objetivo de solucionar este problema, garantir a sustentabilidade do meio ambiente e apoiar um grupo de catadores é implantado o programa de coleta seletiva e, a partir de então surge a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT- COOPERTAN. O presente trabalho teve como objetivo geral a construção de forma participativa de um plano de negócios para a COOPERTAN. Para atender aos objetivos estabelecidos, foi necessária a utilização da pesquisa exploratória, descritiva, pesquisa ação e participante a fim de identificar características do grupo e dos demais envolvidos no processo, ressaltando a relevância destas informações para a construção do plano de negócios. Ao longo do trabalho foram abordados temas relevantes que estão intrinsecamente ligados a realidade da cooperativa e outros que podem vir a serem inseridos no contexto, visando garantir a evolução do grupo. Os resultados da pesquisa apontam que a cooperativa ainda necessita de apoio do poder público e da sociedade civil até que tenha capacidade para a gestão dos recicláveis.</p>

Nível/Autor Orientador/Banca	<p>Nível: Especialização Autor: Neuri Eliezer Senger Orientador: M. Sc. Sandro B. Sguarez Membros da Banca Examinadora: - M. Sc. Juliano Luis Borges - M. Sc. Ana Maria de Lima</p>
Título	<p>Autogestão: a organização coletiva do trabalho na COOPERTAN</p>
Resumo	<p>O trabalho se propôs a compreender o processo de construção da organização do trabalho em uma cooperativa de trabalhadores na coleta de materiais recicláveis de Tangará da Serra-MT. Para tanto, foi utilizada a pesquisa participante para qualificar o processo de construção coletiva do investimento solidário, onde o trabalho passa a ser compreendido como instrumento social de qualidade de vida e construção de relações solidárias, e neste caso, se materializou através da organização da COOPERTAN – cooperativa de produção de material reciclável de Tangará da Serra.</p>
Nível/Autor Orientador/Banca	<p>Nível: Graduação Autor: Jucinei Rodrigues Moreira Orientador: M. Sc. Adelice Minetto Sznitowski Membros da Banca Examinadora: - Regina Maria da Costa - Leticia B. de Freitas</p>
Título	<p>Identificação dos riscos ambientais presentes na Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra – COOPERTAN</p>
Resumo	<p>O objetivo geral desta pesquisa visa identificar os riscos presentes no ambiente de trabalho da COOPERTAN, e sugerir meios que contribuem para minimizar os riscos á saúde dos cooperados, proporcionando-lhes uma qualidade de vida melhor. A metodologia utilizada para atingir aos objetivos propostos e validação ou refutação das hipóteses foi através de pesquisa explicativa, documental, descritiva, entrevistas, pesquisa de campo, bibliográfica e observação no local. A realização deste estudo foi de grande rele-</p>

	<p>vância pois proporcionou a oportunidade de conhecer a realidade dos cooperados, obtendo conhecimentos dentro da área pesquisada. Verificou-se que a cooperativa possui riscos de acidentes, e os mesmos foram identificados por meio de pesquisa de campo, observações, e diagnóstico realizado por um técnico de segurança do trabalho, no qual ocorreu a identificação de riscos. Assim, faz-se necessário orientá-los da importância da segurança do trabalho, e que possa conscientizar a respeito dos riscos existentes naquele local e buscar soluções para a diminuição dos mesmos.</p>
<p>Nível/Autor Orientador/Banca</p>	<p>Nível: Graduação Autor: Maila Karling Vieira Orientador: Flávio Amaral de Oliveira Membros da Banca Examinadora:</p>
<p>Título</p>	<p>Demandas contábeis: um estudo de caso em uma cooperativa popular</p>
<p>Resumo</p>	<p>O objetivo da pesquisa foi realizar um estudo de caso referente as demandas contábeis legais e de gestão, na Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – MT. A metodologia utilizada na pesquisa contou com as técnicas de entrevistas formais e informais, observações, participações em reuniões e assembleias gerais e grupos de pesquisa. Os resultados apontam para as dificuldades e limitações que os cooperados apresentam para compreender as informações contábeis, assim como a limitação da contabilidade para atender as necessidades desse grupo de usuários, apresentando assim, a necessidade de construir novo conhecimento a partir das perspectivas dos usuários assistidos e dos profissionais que acompanham o empreendimento.</p>

No projeto de análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: em um estudo de caso da COOPERTAN de Tangará da Serra-MT encontramos uma rica construção crítica sobre o processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo no segmento de coleta de resíduos sólidos em empreendimentos econômicos solidários-EES. A pesquisa demonstrou fragilidade do grupo e as suas dificuldades da organização coletiva, além da falta de formação técnica do corpo de sócios da cooperativa. Os resultados do estudo também apontam as dificuldades e as limitações das instituições apoiadoras em agirem com coerência em relação aos princípios da economia solidária. São instituições que buscam contribuir dizendo *como fazer* na ótica da produtividade, na visão do mercado, não compreendem necessidades e as especificidades do grupo analisado na perspectiva da organização do trabalho autogestionário.

O projeto COOPERTAN: aspectos sociais, econômicos, ambientais e a viabilidade do empreendimento traz como resultados da pesquisa uma questão importante. Aponta que a cooperativa ainda necessita de apoio do poder público e da sociedade civil até que tenha capacidade para a gestão dos recicláveis. Ou seja, mostra que o grupo ainda não adquiriu maturidade e autonomia para caminhar sem esse apoio. Além disso, os resultados indicaram a viabilidade econômica, social e ambiental da COOPERTAN. Do ponto de vista econômico a cooperativa tem escala de produção e rentabilidade financeira que permite uma remuneração mínima satisfatória para seus sócios. Do ponto vista social a cooperativa vem garantindo a geração de trabalho e renda para o grupo de cooperados. E do ponto de vista ambiental, por si só a reciclagem já é uma ação ambientalmente correta e a ação da cooperativa vem contribuindo para minimizar o impacto ambiental dos resíduos sólidos não só no Aterro Sanitário do município, mas no meio ambiente em geral.

No projeto de autogestão: a organização coletiva do trabalho na COOPERTAN os resultados indicam que o trabalho passa a ser compreendido como instrumento social de qualidade de vida e construção de relações solidárias, e neste caso, se materializou através da organização da cooperativa. O processo de construção do regimento interno trouxe para o coletivo o caráter político da discussão, e não só a compreensão do regimento, mas o sentimento de que pessoas não perderam, nem ganharam ao se associarem em cooperativa. Quem saiu vencedor foi grupo. O depoimento de uma associada fundadora da COOPERTAN sintetiza isso: *“Depois que foi feito o regimento, o trabalho, a organização, o relacionamento das pessoas melhorou. Valeu a pena fazer os encontros e as reuniões pra fazer o regimento”*. (Associada 5 da COOPERTAN).

O projeto de identificação dos riscos ambientais presentes na Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra – COOPERTAN serviu para levantar os principais problemas dessa natureza existentes no processo de reciclagem, e indica uma ação de orientação técnica de prevenção desses riscos.

Já o projeto Demandas Contábeis: um estudo de caso em uma cooperativa popular, os resultados apontam para as dificuldades e limitações que os cooperados apresentam para compreender as informações contábeis, assim como a limitação da contabilidade para atender as necessidades desse grupo de usuários, apresentando assim, a necessidade de construir novo conhecimento a partir das perspectivas dos usuários assistidos e dos profissionais que acompanham o empreendimento. O projeto construiu ferramentas contábeis simplificadas que possibilitem a compreensão dos cooperados, melhorando o processo de transparência e se tornando uma ferramenta que fomenta o processo de tomada de decisão autogestionário do grupo.

Esse conjunto de ações permitiu que a universidade através do NECOMT e do processo de incubação se aproximasse dos movimen-

tos sociais. Embora o processo esteja permeado de contradições e limites, os resultados apontam perspectivas emergentes nessa relação da universidade, sociedade civil e Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram as dificuldades da sociedade civil em compreender as relações de produção baseadas na autogestão e as dificuldades dos movimentos sociais em relação ao mercado e a burocracia estatal. Percebe-se que a sociedade civil, embora deseje contribuir com a consolidação do grupo, está atrelada ao paradigma positivista de ciência, de mercado e de Estado. Por outro lado, os movimentos sociais, embora procurem protagonizar uma nova realidade, muitas vezes recaem a espera de uma atitude “paternalista” da sociedade civil e do Estado. Por sua vez o Estado quando procura contribuir com a sociedade civil fica preso nos mecanismos da burocracia impostos pela reforma neoliberal que solapa o Estado brasileiro.

O processo de pesquisa-ação foi fundamental para garantir a participação ativa e cidadã de todos os sujeitos que construíram essa experiência. Portanto, esse texto surge como uma auto-reflexão da ação dos pesquisadores e dos demais sujeitos comprometidos com o processo de incubação, pesquisadores que estão *aprendendo a aprender*.

Em que pese todas as contradições e limitações do processo de incubação a COOPERTAN foi se consolidando, e hoje em 2010, já conta com 36 sócios, ampliando o quadro de sócios em 80%. Evidenciando sua viabilidade social, econômica e ambiental. Além disso, firmou convênio com a Prefeitura Municipal e é responsável por 100% da coleta seletiva de resíduos sólidos em Tangará da Serra-MT. A ação em torno, e junto a COOPERTAN mostra a importância de um Estado que esteja a serviço da sociedade civil. E coloca a universidade

como importante parceira do processo de transformação social necessário ao nosso tempo.

Pode-se concluir ainda que a dura realidade da exclusão na América Latina coloca como fundamental o papel dos sujeitos sociais no sentido de se mobilizar e enfrentar as desigualdades sociais para a consolidação de uma democracia participativa, de uma *democracia cultural*, de uma *democracia econômica* e igualmente assumindo a *democracia como um modo de vida* (WANDERLEY, 2009, p. 33-34). Esta posto que a heterogeneidade das forças da qual a sociedade civil é composta é um espaço de contradição. Um campo de disputa da construção de uma sociedade democrática na qual todos os pleitos são legítimos, sendo legítimo também a luta dos trabalhadores organizados na perspectiva do solidarismo autogestionário na busca pelo *inédito viável* e por *outra economia*. Onde *uma nova sociedade é possível*, desde que haja equilíbrio entre as relações de força desses sujeitos. Bem como se a *democracia como um modo de vida*, estiver presente nas relações institucionais e pessoais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BANCO DO BRASIL. Programa Corporativo Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,138,5504,0,0,1,6.bb?codigoMenu=2363&codigoNoticia=12485>>. Acesso em 29 dez. 2008.

BARBOSA, Rosângela. N. de C. **A Economia Solidária**

como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo, Cortez, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSTA, Sergio. **Sociedade civil e espaço público.** In: As cores de Ercília. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CULTI, Maria, N. Economia solidária: desafios e expectativas. In: ZART, Laudemir; L. SQUAREZI, Sandro; B. LUCONI JR, Wilson; LAFORGA, Gilmar. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária: processos organizacionais socioeconômicos na economia solidária.** Série Sociedade Solidária (Vol. 3). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2009. p. 45-55

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto, J; PANFICHI, Aldo. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** Paz e Terra/UNICAMP: São Paulo: 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. Documento de conclusão:** versão inicial para discussão, complementação e ajustes. Instituto Cidadania Brasil: São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Wagner. A. **O marco jurídico da autogestão e economia solidária.** (Relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003). – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.

LEMOS, Haroldo. M. de. **Desenvolvimento sustentável: série meio ambiente em debate.** n. 3. Brasília: IBAMA, 1996.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOGUEIRA, Marco, A. Do fracasso à reforma da reforma do Estado. In: **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

PARECER JUNTA COMERCIAL DO MATO GROSSO. Processo S/N. Notificação ao Requerente/COOPERTAN. Parecer Emitido Por: Maria Rosa Silva Cruz. Em 27 mar. 2007. Transcrito da Folha 05. Cuiabá-MT: 2007.

PINHO, Diva. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1965.

PROJETO DE PARTICIPAÇÃO DA UNEMAT NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DESENVOLVIDO JUNTO AOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ATERRO SANITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA (MT). Unemat: Tangará da Serra-MT, 2006. Disponível em: <www.unemat.br/prppg_projetos_tangaradaserra_necomt_drs>. Acesso em 08 jul. 2008.

SCHÜTZ; Gabriela. D.; GAIGER, Luiz. I. O mister de reaprender os vínculos entre a economia e a vida social. In: ZART, Laudemir. L.; SANTOS, Josivaldo. C. (Orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade–Movimentos Sociais*. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

ESTATUTO SOCIAL COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA-MT. Tangará da Serra, 2007.

SENGER, Neuri, E. **Autogestão**: a organização coletiva do trabalho na COOPERTAN. 2008. 112 p. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Economia Solidária). Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho-NECOMT, Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, Tangará da Serra-MT.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2ª

Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul.; KRUPPA, Sonia. M. P. Senaes e a economia solidária: Democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 89-102.

THIOLLENT, Michel. (org). **Pesquisa-ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

_____. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

WANDERLEY, Luiz Eduardo, W. Crise como momento de reflexão e criação. In: BEOZZO, José, O.; VOLANIN, Cremildo, J. **Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Os sujeitos sociais em questão. **Serviço social & Sociedade**. Nº. 40, Ano XIII, dez./1992. São Paulo: Cortez, 1992. p. 141-156.

COOPERVIDA: de olhares a
ouvidos, de ouvidos a corações,
de corações a razão, da razão
às palavras, uma experiência de
incubação

– Silvana Terezinha de Campos

E-mail: siltcampos@hotmail.com

– Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade de São Paulo (ITCPUSP)

E-mail: itcp@usp.br

Resumo

Este trabalho é fruto dos estudos e discussões do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar de Gestão Socioambiental da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da Universidade São Paulo (ITCPUSP), sobre o processo de formação, estruturação e legalização da cooperativa de catadores COOPERVIDA, do município de Praia Grande, SP. O processo de incubação da COOPERVIDA partiu de princípios comuns ao trabalho da incubadora da USP, baseados nos valores da Economia Solidária e da Educação Popular, em especial o método freireano. Neste processo buscou-se construir uma metodologia inovadora, que não reproduzisse o assistencialismo de outros projetos de extensão universitária, mas, ao contrário, que considerasse o público-alvo deste projeto como sujeitos aptos a assumirem a gestão de sua atividade econômica e de suas próprias vidas. Na construção do processo de incubação desse grupo, visando a adequação aos princípios adotados pela incubadora, elegemos os eixos: autorreconhecimento, cooperativismo: um novo código de relacionamento social e de produção econômica, as mudanças no mundo do trabalho, comunidade e sociedade, a estruturação de um empreendimento cooperativo e desenvolvimento local, como forma de se trabalhar os conteúdos da incubação dos grupos e de se atingir os objetivos. A partir da análise e avaliação deste processo de incubação da cooperativa de catadores COOPERVIDA concluímos que a formulação e implementação de projetos para cooperativas de coleta, triagem e comercialização de resíduos que busquem novas perspectivas de geração de trabalho e renda pautados na economia solidária precisam de uma prática educativa libertadora e de políticas públicas emancipatórias.

Palavras-chave: Cooperativas de catadores, metodologia de incubação, Autonomia, Autogestão, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Desvelar o mundo com as catadoras e catadores da Praia Grande foi a grande empreitada da formação da cooperativa de reciclagem COOPERVIDA. Diante das condições desumanas que nos deparamos nas visitas ao lixão de São Miguel, Praia Grande (SP). Percebemos que teríamos muito trabalho pela frente para que os catadores e catadoras percebessem os condicionantes históricos que os mantinham numa situação de extrema pobreza. Além disso, também tivemos consciência de que ali havia um material humano muito capaz de se reger por leis próprias para mudar esta história.

O trabalho de formação em economia solidária da incubadora da USP se propôs a alterar não só a organização do trabalho, mas também promover mudanças no *status quo* dos catadores. Para isso foi preciso garantir oportunidades concretas de autosustento para os envolvidos no processo de incubação do grupo. Portanto, um projeto de formação de uma cooperativa precisa alcançar níveis de eficiência em sua produção e comercialização, compatíveis com as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras que assumem esse modo de produção para o seu sustento e não se ater, somente, às mudanças sociais.

Nesse contexto, o ensino deve ser questionador e indagador. Precisa ser aquele que educa o formador e o incubado, precisa ser um fazer com os grupos incubados onde a aquisição de conhecimentos é uma aprendizagem mútua. A pesquisa precisa ser aquela para conhecer o que não se conhece e comunicar a novidade. A extensão precisa ser aquela que ao intervir modifica o caráter condicionante¹ da reali-

1 Na História não existe, a priori, sua desnaturalização e a da cultura. o que provam que a realidade social é uma construção humana. Nesse sentido, a necessidade de ação e a utopia são as bases transformadoras do mundo, o que demonstra que os seres humanos são condicionados pela realidade em que vivem e não determinados por ela. A força criadora do aprender é uma das vantagens do ser humano. Força que o torna capaz de ultrapassar obstáculos condicionantes de sua realidade social (Freire, 2000).

dade. Esse é um contexto em que exige *raiva* ao ensinar. Raiva que protesta contra as injustiças, a falta de ética e a desumanização presentes na realidade social.

As bases do pensamento e os conceitos elaborados por Paulo Freire, tendo por objetivo a alfabetização, mostram bem o educador que precisamos para os projetos da economia solidária e como formá-los para essa prática educativa. Segundo Freire, “o papel do educador” é muito importante para que o ato de educar contribua com o processo de libertação, onde o diálogo entre educador, educando e objeto do conhecimento seria um dos pontos fortes desta alfabetização: “Eu sempre disse, se escolhemos o processo de alfabetização que liberta e humaniza, não podemos começar usando nossas palavras como palavras geradoras [...]” (FREIRE, 2000, p. 46). As contribuições de Paulo Freire reforçam e confirmam aspectos essenciais para uma compreensão maior do processo da aprendizagem da leitura e escrita, para educação. Para a economia solidária suas reflexões contribuem com o processo de construção de uma metodologia que busque a autonomia de seus integrantes diante de sua condição de oprimido, para que este lute contra os obstáculos impostos a ele pela realidade social.

Sua proposta tem como fundamento despertar a criticidade dos alunos. Para Freire, a missão do educador é possibilitar a criação do conhecimento; desse modo torna-se necessário estar consciente de que os conteúdos não são verdades absolutas, porque o ato de ensinar não é individual, e sim coletivo. A posição freiriana representa uma inovação por colocar no centro da alfabetização a valorização da cultura do aluno. Desta forma o método freireano, na educação, pretende ensinar os alunos a ler o mundo, para assim poder escrevê-lo e depois modificá-lo. no conjunto de pensamento de Paulo Freire esta ideia leva a observar que tudo está em permanente transformação e interação.

No caso da incubadora da USP, a Educação Popular, contendo as ideias de Freire coloca no centro do processo de incubação a valori-

zação da cultura das pessoas dos grupos incubados. Por conseguinte, o método freireano, presente na economia solidária pretende formar as pessoas dos grupos incubados para exercerem a autonomia, auto-determinação e a autogestão. Nesse caso, formar é muito mais que treinar e padronizar as ações das pessoas colocando-as numa forma. Formar é perceber que a prática educativa é uma atividade exclusivamente humana, em que formadores e incubados precisam tomar consciência da inconclusão de seu ser. Consciência que promova a postura que aprender é o fundamento do ato de ensinar, que Freire traduz nesta frase: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao apreender” (FREIRE, 1998, p. 25), que demonstra a plenitude do ato de ensinar: é preciso estar aberto ao saber de outrem.

Em Freire, a construção da autonomia, de pessoas ou grupos, passa pelo encontro crítico com a realidade e pela tomada de consciência da existência do outro (cultura, saberes, palavras, etc.), e se completa quando a pessoa toma consciência de si mesma e, por isso percebe-se não mais sujeitas às ideias ou leis de alheias, mas às suas próprias ideias e leis. Nessa passagem, de oprimido para “proprietário” de suas próprias opiniões e de sua liberdade moral e intelectual tornam-se independente e livre da opressão sofrida, condicionantes históricos.

O gozo da autonomia nos grupos (cooperativas, associações, movimentos, etc.) em relação ao país ou comunidade política dos quais fazem parte geram a autodeterminação. De acordo com Urquidi, essa geração, também, depende do

grau de autoconsciência e autoconhecimento não explicados pela posição estrutural dos seus componentes, mas pela condensação de conhecimentos coletivos, resultantes das experiências de luta, das formas organizativas prévias, dos valores herdados, enfim, daquela posição horizontal e dos saberes populares, que não dependem do conhecimento ou da análise de um especialista ou um acadêmico. (URQUIDI, 2007, p. 125).

Nesse sentido, o respeito à curiosidade e aos saberes das pessoas demonstram o reconhecimento da autodeterminação e da inconclusão do ser humano, pertencentes a essas comunidades.

O mundo não é, mas está sendo; assim como as pessoas não são, elas estão sendo. Ter isso em mente é o ponto de partida dos nossos encontros, é uma premissa presente na metodologia da incubadora da USP, porque no processo de incubação, a matéria-prima é representada pelas relações humanas. Portanto, conhecer os grupos, os locais onde eles residem e as problemáticas da sociedade em que estamos inseridos é condição prévia para a intervenção socioeducativa que realizamos e que objetiva a emergência de uma nova forma de organização social baseada na solidariedade, na democracia e na humanização.

Esse conhecimento implica em **observar**: falantes e não falantes, a posição dos presentes, a sucessão de falas, nossa postura, o clima da reunião, o dito e o não dito, as ausências, os silêncios; **registrar**: fatos, imagens, sequência de conteúdos, momentos de planejamentos; **problematizar, sistematizar e avaliar**: buscar os porquês, descrever as prováveis explicações e organizá-las em categorias explicativas, pensar em mudanças nas ações, ou em novas ações para continuar a incubação; **planejar**: pensar no caminho percorrido, no caminho não percorrido e em novos caminhos, ou seja, pensar o presente e, apostar no futuro, é ação inerente ao ser humano.

Todos esses arcabouços teóricos proporcionaram definir os caminhos a serem percorridos com as pessoas participantes dos planos de incubação da COOPERVIDA, rumo à organização de um novo arranjo produtivo e social, a economia solidária, que, nas palavras de Singer, são o “modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, (SINGER, 2002, p.10), permitindo que a administração do empreendimento, ou cooperativa seja realizada a partir da “gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de

decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho”. (NÚCLEO DE GESTÃO, 2007, p. 17), que conquiste na “autonomia completa do grupo para administrar um empreendimento; que na realidade, somente, existe quando os participantes de um empreendimento são também seus proprietários, principalmente dos meios de produção”. (MAXIMINIANO, p. 383). São instrumentos necessários aos grupos incubados e às cooperativas para enfrentar a ordem social vigente.

A INCUBADORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO NA PRAIA GRANDE

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) é um programa de extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da universidade, que trabalha para o desenvolvimento da economia solidária. O programa, assim como as demais iniciativas da economia solidária, tem buscado nos últimos anos construir uma alternativa à situação de desigualdade socialmente presente na sociedade.

Duas de nossas parceiras nessa empreitada foram a Confederação Nacional de Metalúrgicos (CNM/CUT) e Secretaria do Estado de São Paulo de Relações do Trabalho (SERT/SP). Em 1999, assinamos um convênio com aquelas parceiras que previa a formação de grupos em várias regiões do estado. Esses grupos vinham procurando a incubadora para serem incubados desde o início de 1999, após uma reportagem veiculada pela Rede Globo.

Dessa parceria resultou a oportunidade de replicarmos nossa metodologia, até então utilizada somente em dois grupos do entorno da universidade, a saber: Comunidades São Patrício, que fundou a Cooperbrilha e São Remo, para outros grupos de vários distritos do município e de outras cidades do interior e do litoral, e, assim, me-

lhor avaliá-la. Nessa época incubamos grupos na Grande São Paulo, no Vale do Ribeira, em Praia Grande, em algumas cidades do interior, locais cujas ações da incubadora passaram por um grande processo de ampliação, além de incubar alguns grupos às cidades do interior e do litoral.

Essa “diáspora” das equipes de formadores (GPEMS) proporcionou a ampliação das atividades da incubadora. Dentro desse trabalho, além da incubação, passamos a participar de seminários e encontros para falar sobre as experiências de formação e a respeito da economia solidária. Em uma dessas palestras tomamos conhecimento da existência de um grupo de catadores no lixão de São Miguel, bairro localizado nos arrabaldes da Estância Balneária de Praia Grande. As necessidades de atendimento das demandas de organização do trabalho do grupo aconteceram por meio de uma técnica ambiental da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), da prefeitura de Praia Grande, que, veio a conhecer o trabalho da ITCP.

A secretaria manteve contato com a incubadora para que estreitássemos laços de parceria e desenhássemos um curso de cooperativismo para os catadores e catadoras do lixão, atendendo as determinações do Termo de Adequação de Conduta assinado em dezembro de 1998, pela prefeitura de Praia Grande junto à Cetesb. Nesse termo, a prefeitura, por meio das ações da SEOSP, assumia o compromisso de controlar a poluição ambiental na área do vazadouro (“lixão”) do Jardim São Miguel. Para implantar medidas que solucionassem definitivamente os problemas sócio-ambientais, a Secretaria estabeleceu o Programa “Lixo Inteligente”, que incluía um projeto específico para a reintegração social dos catadores de resíduo que atuavam no local: o Projeto “Qualidade de Vida”. Uma das condições para que as pessoas fossem incluídas no projeto foi que formassem uma cooperativa, que trabalharia no Centro de Triagem a ser construído pela prefeitura.

No projeto, a cooperativa faria o trabalho de separação, bene-

ficiamento e venda de material que chegasse através do Programa Coleta Seletiva, a ser implantado pela prefeitura (com caminhões e funcionários próprios) em todo o município. O centro foi inaugurado em abril de 2000, mas a coleta seletiva foi implantada em apenas dois bairros, realizada em apenas dois dias da semana.

O primeiro contato, entre a ITCP e os catadores, ocorreu em setembro de 1999, em visitas semanais de sensibilização e diagnóstico do perfil do grupo e de suas condições de trabalho. Após essas visitas, houve a determinação das diretrizes do curso e a definição de papéis institucionais e foi firmado um protocolo de cooperação, ou seja, um contrato que descrevia as ações a serem realizadas pelas duas instituições, as obrigações da ITCPUSP perante a contrapartida da prefeitura de garantia de transporte e estadia da equipe com a prefeitura de Praia Grande. A partir daí, a ITCP entra na segunda fase do processo de incubação, realizando um curso básico de cooperativismo, entre outubro e dezembro.

Segundo um censo de 1999, havia cerca de 180 pessoas trabalhando no lixão, incluindo crianças e adolescentes. O curso de formação inicial, incluído dentro do protocolo de cooperação entre a ITCP-USP e a prefeitura, foi financiado pela Secretaria Estadual de Relações de Trabalho (SERT) e contou com apenas 54 pessoas, das quais um grupo de 27 fundou a cooperativa. Outros 25 catadores foram inscritos para participar de novo curso de cooperativismo que seria realizado em dezembro de 2000, e então, seriam incorporados à cooperativa, ou formariam outra.

Menos de 50% dos catadores formaram parte do curso oferecido pela incubadora, os outros catadores continuaram a trabalhar no lixão até o prazo final determinado pela prefeitura para proibição da entrada deles no setor de compactação do lixo. As crianças e adolescentes foram inscritas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), matriculadas em creches e escolas para começarem seus estu-

dos, ou voltarem a estudar, sendo depois encaminhadas para projetos sociais de apoio ao estudante e de formação profissional mantidos pela prefeitura.

Ao final do curso e com a construção concomitante de seu estatuto, a COOPERVIDA, cooperativa de triagem e beneficiamento de resíduos sólidos urbanos, que atuava junto ao vazadouro de São Miguel, na Estância Balneária de Praia Grande (Baixada Santista) foi legalizada em setembro de 2000, com 27 inscritos, sendo que 50% dos cursistas tornaram-se sócios da cooperativa. No início do funcionamento, a retirada mensal, dos 27 sócios, não ultrapassava os R\$75,00, com os descontos dos encargos sociais. Após doze meses de funcionamento a retirada média dos cooperados girava em torno de R\$ 250,00 mensais; essa elevação na renda de seus sócios ocorreu por estes atingirem a melhoria na triagem e na coleta de materiais, por apreenderem a recuperar móveis e fazer artesanato a partir de recicláveis e por ampliarem as rotas de coleta, envolvendo mais ruas dos dois bairros partícipes da coleta seletiva do município.

Com a mudança da prefeitura nas eleições de 2000, o projeto, no início de 2001, enfrentou dificuldades e suas ações foram descontinuidas, gerando grande incerteza quanto à consolidação da cooperativa. Na época os principais pontos que demandavam encaminhamentos entre a ITCPUSP e a prefeitura de Praia Grande eram formalização do contrato entre a prefeitura e a cooperativa, para garantir a continuidade do uso do espaço do centro de triagem; ampliação da coleta seletiva para a totalidade do município e a instalação de pontos de coleta voluntária, para que houvesse mais material de trabalho; realização de um curso de formação em cooperativismo para os demais catadores inscritos no projeto, para ampliar o número de beneficiários e cooperados; aquisição ou liberação do equipamento, para atender as necessidades de trabalho da cooperativa (prensa, triturador etc.), e que estavam contidos no projeto enviado a FEHIDRO, em 2000; con-

tinuação da alfabetização dos cooperados, para ampliar a autonomia e a independência dos não alfabetizados presentes no grupo; ampliação das condições técnicas ou financeiras da cooperativa, para realizar o salto para a autonomia, conclusão do processo de formalização, restando ainda registrar a COOPERVIDA no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), do município de Praia Grande. Como o Projeto Lixo Inteligente era um política de governo, a nova administração não se mostrou muito interessada em continuar a execução de novas ações do projeto.

Esses projetos precisam de recursos adequados para alcançar os objetivos traçados. Os recursos constituem o conjunto de indivíduos – recursos humanos e objetos - recursos materiais, que estão associados a custos, assim, é preciso assegurar recursos financeiros para a execução das ações e atividades. No entanto, a garantia do sucesso desse tipo de projeto não está vinculada somente aos recursos, mas também ao modelo adotado para o desenho dos projetos ou programas públicos. Tanto a formulação quanto a implementação para a área de destinação dos resíduos sólidos e inclusão de catadores nos arranjos econômicos dessa atividade precisam adotar o modelo de política pública do tipo *botton-up*. A implementação desse tipo de política é um *continuum* política-ação no qual ocorre um processo interativo e negociativo ao longo do tempo entre indivíduos que buscam consolidar políticas públicas e indivíduos dos quais dependem a operacionalização das políticas públicas.

FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DA COOPERVIDA

O processo de incubação da COOPERVIDA partiu de princípios comuns ao trabalho da incubadora da USP na qual se procurou construir uma metodologia inovadora que não reproduzisse o assistencia-

lismo de outros projetos de extensão universitária, mas, ao contrário, considerasse que o público-alvo deste projeto compõe-se de sujeitos aptos a assumirem a gestão de sua atividade econômica e de suas vidas.

Na construção do processo de incubação desse grupo, visando à adequação aos princípios adotados pela incubadora, elegemos os eixos: auto-reconhecimento, cooperativismo: um novo código de relacionamento social e de produção econômica, as mudanças no mundo do trabalho, comunidade e sociedade, a estruturação de um empreendimento cooperativo e desenvolvimento local, como forma de se trabalhar os conteúdos da incubação dos grupos e de se atingir os objetivos do projeto. Esses eixos de conteúdo não seguem uma ordem etapista ou linear, pelo contrário, foram agrupados, desdobrados e alterados a partir da experiência com o grupo incubado.

Outra característica diferencial desse processo foi a inexistência de uma fórmula inicial de incubação; ele foi construído na prática, a partir da realidade de incubados e incubadores. Por isso, analisar o processo de incubação da COOPERVIDA também exige que se leve em conta as características próprias do grupo, do local, da atividade econômica e dos princípios metodológicos da incubadora da USP, quais sejam: uso de teoria e prática da educação popular; a multidisciplinaridade, presentes no Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar (GPEM), já que permite obter várias respostas aos problemas surgidos durante a incubação; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, para que por meio da prática possamos obter formadores e incubados, refletir sobre a realidade, problematizá-la, sistematizá-las, gerando novos conhecimentos e a autogestão, aprendizado de autonomia completa para administrar a cooperativa.

Quanto ao perfil das pessoas que iriam formar o grupo, são catadores e catadoras envolvidos em atividade informais, insalubres e arriscadas, sem condições dignas de trabalho ou qualquer proteção social; excluídas, não apenas economicamente, mas também destitu-

ídas de voz política e direitos de cidadania (algumas delas sem nunca terem atuado no mercado de trabalho formal); pouco experientes em organização coletiva (tanto para reivindicar direitos quanto para empreender atividade econômica), inseridas em meio altamente competitivo, movidas por necessidades básicas de sobrevivência; descrentes quanto à ação do poder público e de outras entidades, tendo passado por outros projetos; e, em sua esmagadora maioria, não-alfabetizadas ou semi-alfabetizadas, e pouco qualificadas profissionalmente.

Na origem da proposta de formar a cooperativa surge um dilema: a formação da cooperativa e a escolha de trabalhar coletivamente não partiram do grupo, mas sim do poder público. Os catadores que não entrassem no projeto seriam retirados do lixão, o que, inicialmente, significou uma ruptura com o primeiro princípio do cooperativismo: a adesão livre e voluntária.

Em verdade, pode-se dizer que, apesar da imposição em participar do projeto ou sair do lixão, que seria desativado, e da necessidade de sobrevivência, o grupo acolheu bem a proposta do cooperativismo, ou seja, optou por participar do projeto. O problema, a priori, não foi a imposição presente na proposta, foi a determinação de um tempo muito curto para a realização do trabalho de formação dos futuros sócios da cooperativa – derivado do tempo da prefeitura –, em que o ritmo de trabalho e as exigências de resultados, visivelmente, eram diferentes do tempo necessário para a incubação de um grupo composto por pessoas com pouca experiência prévia em se organizarem para reivindicar direitos, ou mesmo para empreender de forma coletiva numa atividade econômica.

Outro fato ocorrido durante o processo de incubação da COOPERVIDA foi a relação com o poder público. A ITCPUSP enfrentou resistência dentro da SEOSP no momento de levar adiante o trabalho de construção da autonomia do grupo em consonância com os princípios que procuram nortear as ações de incubação. Alguns dos repre-

sentantes da prefeitura diretamente envolvidos no projeto demonstraram possuir uma concepção de que os catadores seriam incapazes de adquirir competência para gerir, sozinhos, sua cooperativa.

Fato que foi ao encontro com a forma de incubagem adotada pela incubadora e que, desde a escolha das formas de comunicação, duração e número de encontros por semana, controle de frequência, quadro de avisos, até a auto-organização coletiva do “cafezinho”, buscava construir a consolidação e fortalecimento da forma cooperativa de organizar a atividade econômica do grupo a ser incubado.

A postura concebida pela equipe técnica da prefeitura seguiu direção radicalmente oposta à concepção de autogestão e de democratização das relações de trabalho contidos nos princípios da economia solidária e adotados pela incubadora. No entanto, para reduzir o impacto dessa postura nos resultados do processo de incubação, e por acreditar no indivíduo inconcluso perante a realidade, o GPEM, que trabalhou neste projeto, passou a se responsabilizar a formação desses técnicos nos princípios do cooperativismo e da educação popular, metodologia adotada para o desenvolvimento da incubagem do grupo de catadores e catadoras de Praia Grande.

Para o melhor desenvolvimento das ações do plano de incubação, adotamos os seguintes recursos metodológicos: jogos cooperativos, debates e rodas de conversa, controle de frequência realizadas pelo grupo em folhas assinadas por meio de desenhos e escrita, auto-organização do espaço de reuniões, “cafezinho” coletivo e organizado pelo grupo, participação nas reuniões com os outros parceiros do projeto, reuniões semanais entre cooperados, coordenação do projeto Lixo Inteligente, equipe técnica da prefeitura e GPEM, para debater os problemas de execução do projeto, cartazes, ilustrados dos conteúdos debatidos, contendo as informações escritas e desenhadas, controles financeiros e administrativos ilustrados.

O PROCESSO INICIAL DE FORMAÇÃO E O PAPEL DOS JOGOS COOPERATIVOS

O processo de formação começou antes mesmo do curso de cooperativismo, já que teve início com o trabalho para constituir um grupo entre os catadores, que receberam a proposta de maneira muito receosa, desconfiada. Das cerca de 180 pessoas inicialmente cadastradas durante o processo de sensibilização, apenas 54 aceitaram fazer parte do curso básico, que aconteceu entre o período de outubro e dezembro de 1999.

Como o grupo era composto em sua maioria por pessoas não-alfabetizadas e com pouca experiência em sala de aula, os encontros focaram-se muito na oralidade e na memória visual. Em razão disso, a construção da metodologia baseou-se na escolha de métodos lúdicos, visuais e simbólicos, que dispensassem a escrita formal e fossem dinâmicos e atraentes. Os encontros aconteciam três vezes por semana, às quintas, às sextas à noite e aos sábados pela manhã, exigindo contato direto e contínuo entre o grupo e a equipe de formadores da ITCP, o que permitiu uma avaliação contínua do processo de incubação.

Desde o início, os jogos cooperativos assumiram importante papel dentro do trabalho. O uso dos jogos como forma não significou menos ênfase na reflexão e discussão sobre o conteúdo. Pelo contrário, no final de cada jogo ou dinâmica, o grupo era estimulado a refletir sobre o processo e realizar associações com o tema do cooperativismo. Uma contribuição decisiva para a escolha dos jogos foi certamente o intenso trabalho de formação e pesquisa de um grupo de formadores da ITCPUSP e de uma das integrantes do GPEM, que estava fazendo uma pós-graduação na Universidade de Santos (Unisantos), junto a um dos maiores especialistas brasileiros em jogos cooperativos, o professor Fábio Otuzi Brotto.

Nos primeiros contatos com os jogos cooperativos, as pessoas

mostraram-se desconfiadas e receosas em relação a um curso com “brincadeiras”. Mas, após certas adaptações – como a subdivisão em grupos menores, tornando os jogos mais dinâmicos e envolventes –, passaram a não mais se inibir e começaram de fato a participar dos momentos lúdicos com interesse e, o que é mais importante, a refletir sobre as ideias presentes por trás das “brincadeiras”, ou seja, a construção e consolidação de um grupo, assim como as características fundamentais do cooperativismo. Outro instrumento importante foi o uso de vídeos, como “Ossos do Ofício”. Trata-se de um vídeo de quinze minutos produzido pela ITCP da COPPE/UFRJ, que conta a experiência das cooperativas incubadas no Rio de Janeiro.

A DISCUSSÃO DO ESTATUTO E O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO

A partir de 2000, o trabalho entra em uma segunda etapa, composta pela: discussão para a formação e legalização da cooperativa. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2000, a ITCP/USP ministrou o Curso de Formalização para cerca de 15 grupos em incubação (a maioria deles formados durante o projeto de parceria com a SERT, entre setembro e dezembro de 1999). O curso para grupos em processo de legalização constituiu-se uma segunda etapa do projeto com a SERT, e consistiu na formação em aspectos de autogestão (jurídicos, administrativos, contábeis, tributários, econômicos). Cada grupo enviou representantes com a missão de voltar ao respectivo grupo e discutir em conjunto as questões e conteúdos apresentados no curso de formalização. Ao mesmo tempo, os grupos buscavam iniciar na prática o processo de formalização discutido no curso.

O grupo da Praia Grande enviou quatro representantes, que compareceram acompanhadas de duas técnicas da prefeitura. Paralelamente, aos nossos encontros, que continuavam a acontecer três vezes por semana. Nesse momento a ITCP começou a discutir com o

grupo o estatuto os conselhos e outros aspectos formais de uma empresa cooperativa. O modelo de estatuto adotado pela ITCP foi apresentado, esclarecido e discutido – capítulo a capítulo. Procuramos mostrar quais partes do estatuto deviam existir por lei e quais partes poderiam ser decididas por eles (como o nome, a duração do mandato dos conselhos e a quantia de membros novos para garantir o rodízio a cada eleição). E passamos a incentivar sempre a presença de um redator entre o grupo (com rodízio entre os membros alfabetizados), a fim de registrar as discussões, mas principalmente, para passar a usar também o registro formal.

Nessa etapa, formadores da ITCP/USP de outras áreas (como Direito e Administração) também visitaram o grupo para esclarecer dúvidas levantadas durante os encontros com o GPEM. Outra discussão envolveu o logotipo da cooperativa: os cooperados criaram desenhos e os discutiram com uma formadora da ITCP da área de Engenharia de Produção, que visitou a cooperativa e, a partir dos desenhos, desenvolveu o logotipo.

No fim da discussão sobre o estatuto, o grupo chegou ao momento de decidir se formaria uma cooperativa ou não. Embora a formação da cooperativa lhes fosse continuamente apresentada pela prefeitura como “única” opção, a ITCP procurou mostrar que poderiam entrar com postura diferente, uma vez que, na proposta da cooperativa, a participação e a autonomia do grupo são fundamentais. Nesse sentido também buscamos, desde o início, conscientizá-los quanto à participação em um projeto mais amplo de política pública, onde não deveriam ser considerados como dependentes de uma prefeitura “boazinha” (concepção paternalista), mas sim como prestadores de serviços de grande importância para a própria prefeitura e para toda a sociedade do município de Praia Grande.

Em abril foi realizada a Gincana Cooperativa, evento que envolveu cerca de 600 pessoas, incluindo representantes da prefeitura, de

entidades da sociedade civil, envolvidos com o projeto (como grupos de escoteiros e de terceira idade, o hipermercado Extra e a instituição Rotary), da ITCP/USP e os cooperados – que já usavam o nome COOPERVIDA. Essa gincana teve o objetivo de divulgar o Programa Coleta Seletiva e sensibilizar a comunidade do bairro do Forte e Boqueirão, onde ela seria inicialmente implantada, para que se colaborasse na separação e destinação finais do resíduo reciclável. Os participantes foram divididos em equipes, responsáveis por passar em cada edifício residencial ou comercial explicando a importância da coleta seletiva. Ao final da gincana, a equipe organizadora realizou um Festival de Jogos Cooperativos. Uma semana depois do evento, o centro de triagem foi oficialmente inaugurado pela prefeitura.

A partir de abril os esforços se concentraram na legalização da cooperativa, com o objetivo de facilitar as negociações com a prefeitura em relação ao contrato de concessão de uso do espaço junto ao vazadouro.

A ITCP ajudou o grupo a levantar os documentos necessários e preencher os formulários do processo. Em duas ocasiões, um representante do Conselho Fiscal nos acompanhou uma vez à Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), na capital, e outra ao escritório da Secretaria da Receita Federal, no próprio município de Praia Grande. Essas visitas foram posteriormente relatadas ao grupo em nossos encontros de incubação.

Um episódio importante dentro da incubação foi as eleições para os conselhos administrativo e fiscal, realizadas em abril. O método de votação, discutido junto com o grupo, procurou contemplar os não-alfabetizados: cada candidato escolheu a cor e o número por meio dos quais seria identificado na cédula.

Nessa época, os encontros da ITCP e com o grupo que durante a discussão do estatuto ainda eram realizadas três vezes por semana, sendo que passaram a ser realizados apenas uma vez por semana – o

que se justifica em grande parte pela distância entre os municípios de São Paulo e Praia Grande. Porém, isso gerou afastamento e desgaste entre a equipe da ITCP e o grupo, e permitiu que outros agentes locais, ligados à prefeitura, aumentassem laços de confiança com os cooperados e adquirissem influência sobre seus dirigentes.

Os encontros eram organizados a partir de pautas estabelecidas com bases nas próprias demandas levantadas pelo grupo junto a ITCP. A cada encontro sentávamos em roda e ouvíamos relatos de como havia sido a semana: quais os problemas de organização do trabalho coletivo, quais as novidades sobre a parceria com a prefeitura ou entidades civis, quais as possibilidades de atuação para ampliar o trabalho e a renda na cooperativa. De nossa parte, relatávamos quais passos haviam sido dados em relação a legalização e as negociações com a prefeitura. As conversas também giravam, de forma ainda muito embrionária, em torno da viabilidade econômica da cooperativa e sua dependência em relação ao projeto da prefeitura.

O processo de legalização prolongou-se por mais seis meses, sendo rejeitado por duas vezes na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). Essa demora contribuiu para aumentar as dificuldades de estabelecer um contrato formal com a prefeitura – tanto em relação ao grupo (para uso do espaço e prestação de serviços) –, quanto em relação à ITCP (para o acompanhamento do grupo).

Finalmente, em setembro de 2000, a cooperativa foi legalizada como Cooperativa de Trabalho dos Coletores e Recicladores de Materiais Orgânicos e Inorgânicos Nova Vida (COOPERVIDA), com 20 cooperados inscritos (os outros sete cooperados não haviam providenciado a tempo os documentos para a inscrição, mas trabalhavam normalmente como cooperados enquanto não se resolvia à situação).

As atenções da equipe de formadores nesse período estavam voltadas para o processo de legalização, outras áreas da atividade econômica da cooperativa foram negligenciadas, o que mais tarde provou

ter consequências graves nos resultados financeiros. Quando foi legalizada, a cooperativa não havia adotado os livros necessários, principalmente os de matrícula e de contabilidade; o conselho administrativo não fazia a contabilidade de forma regular e ordenada, com notas fiscais ou recibos das vendas; os cooperados nunca haviam começado a pagar a cota-parte para integralizar o capital social previsto no estatuto legalizado; a cooperativa não pagou tributos de qualquer espécie; e outros muitos equívocos em relação à administração da empresa agora formalizada.

Importante ressaltar que esses equívocos devem-se em grande parte às próprias falhas da ITCP, que não foi capaz de providenciar acompanhamento em todas as áreas necessárias. Por outro lado, os compromissos assumidos pela prefeitura dentro do projeto não andaram junto com a legalização. O maior exemplo foi à política pública de coleta seletiva de resíduos sólidos, que jamais atingiu a totalidade do município, permanecendo em dois bairros apenas e reduzindo radicalmente o material de trabalho da cooperativa.

A MUDANÇA DE GESTÃO E A RUPTURA COM A PREFEITURA DE PRAIA GRANDE

Durante o período eleitoral em 2000, as negociações com a prefeitura tornaram-se ainda mais difíceis. Em outubro, “caiu” o secretário Municipal de Obras e Serviços. Pasta em que o Projeto Qualidade de Vida estava vinculado, e que foi grande entusiasta da proposta. A coordenadora e principal idealizadora do projeto, que também fazia a ponte para as negociações entre prefeitura, ITCP e COOPERVIDA, saiu junto com o secretário. Nesse mesmo mês, o então prefeito não conseguiu reeleger-se, vencendo outro candidato, de orientação política distinta. O último ato do prefeito em relação à COOPERVIDA foi à participação na festa de formatura do grupo, em dezembro de 2000.

A partir de janeiro de 2001 a nova gestão municipal assumiu, mas as negociações com a ITCP e com a COOPERVIDA foram paralisadas. O primeiro semestre foi marcado pela ausência total da prefeitura em relação ao projeto. Mas isso não paralisou o trabalho da ITCP com a COOPERVIDA. As visitas continuaram quinzenais, já que a ITCP passara a não contar mais com a ajuda de custo (transporte e alimentação) que a gestão anterior garantia, via protocolo de cooperação.

Nessas visitas os esforços davam-se, sobretudo, no sentido de manter o grupo unido. Procuramos enfatizar para o grupo a importância das reuniões (que eles não realizavam regularmente a não ser com a nossa presença), mostrando sua utilidade para resolver os problemas que surgem no dia a dia, assim como a possibilidade de organizar, com muito mais eficiência, o trabalho na cooperativa. Nessa fase tentamos fazer com que o próprio grupo organizasse e conduzisse as reuniões, orientando nos momentos em que era necessário tomar decisões mais delicadas através de votação. Esse foi o caso de uma das reuniões em que os cooperados deveriam discutir e resolver o horário de trabalho. Alguns deles expuseram seus problemas e fizeram sugestões de horário. Foi feita uma votação entre as diversas combinações de horários de trabalho e decidiu-se a conclusão de que os dias de trabalho integral seriam às terças e sextas-feiras. Outro fato interessante foi que nessa mesma reunião uma das cooperadas expôs um problema pessoal e o grupo decidiu, também através de votação, que essa cooperada poderia pedir uma licença da cooperativa por um período de dois meses para tentar resolver seus problemas e depois retornar ao trabalho.

A cooperativa nunca se tornou fonte exclusiva de renda dos cooperados, que por obterem retirada muito pequena (em torno de R\$ 100,00), ainda recorrem à coleta de resíduo no lixão para complementarem a renda. Por isso, também discutíamos formas alternativas de mobilizar a coleta sem depender da prefeitura e sem ser ilegal: pensou-se, por exemplo, em uma eventual parceria com o shopping Center

local, propondo a organização de coleta seletiva interna e a implantação de um PEV² (ponto de entrega voluntária de material para triagem). Mas essas ideias nunca foram concretizadas. Maior adesão teve a proposta de outras formas de gerar renda, como artesanato e recuperação de móveis. Os cooperados passaram a realizar essas atividades com regularidade, e contaram, inclusive, com cursos de artesanato providenciados pela secretaria Municipal de Assistência Social.

No segundo semestre de 2001, a cooperativa estabeleceu um contrato com um empresário particular que vendia plástico para empresas recicladoras. O contrato, estabelecido pela própria cooperativa sem intermediação da ITCP, determinava que a cooperativa ganhasse um computador, uma impressora e um vídeo-cassete em troca da lavagem de plásticos para esse empresário, até que o valor total dos três bens fosse atingido. O interessante desse processo foi a tomada da decisão de adquirir ou não o computador. Após muita discussão concluiu-se que o computador seria vital para o funcionamento da cooperativa e decidiu-se como seria a organização das pessoas que lavariam os plásticos e como seria feita essa lavagem.

Embora esse trabalho tivesse sido aceito pelo conjunto dos cooperados não houve muita reflexão coletiva sobre a questão e logo surgiu dentro do grupo insatisfação e dúvida se o contrato compensava de fato o trabalho. Em reunião com a ITCP os cooperados questionaram a diretoria da COOPERVIDA (principalmente o presidente) sobre o valor dos bens e a quantidade necessária para saldar a dívida. O empresário contratante foi convidado a participar de uma reunião de discussão do contrato. Ele compareceu à reunião e, após muito debate, mediado com ajuda da ITCP, aceitou a reivindicação do grupo, reduzindo a quantidade de trabalho para saldar a dívida e aumentando o valor pago por tonelada de material lavado. Essas atividades de prestação de serviços duraram praticamente o segundo semestre inteiro.

2 Posto de Entrega Voluntária.

A ITCP recomendou à cooperativa que providenciasse um recibo de quitação da dívida, quando atingisse o valor exigido.

Com o término da lavagem dos plásticos, que mantinha ocupada grande parte do grupo, acirraram-se os desentendimentos internos, especialmente com relação ao fato de que alguns cooperados não compareciam a COOPERVIDA com a mesma frequência que outros, e mesmo assim retiravam uma quantia igual a dos demais. Esse quadro motivou cada vez mais discussões sobre a divisão interna do trabalho, a distribuição dos ganhos com as vendas e o controle das atividades. Em reunião, sem a presença da ITCP, os cooperados alteraram novamente o horário de trabalho que passaram a ser de três horas diárias escolhidas livremente (em substituição aos dois dias fixos decididos anteriormente). O novo horário reduzia ainda mais o comparecimento dos cooperados à sede do Centro de Triagem, embora todos ainda passassem pelo local ao entrar no vazadouro em direção ao lixão, onde continuam a realizar a coleta.

A ITCP procurou levantar com o grupo sucessivas discussões sobre o trabalho dentro da cooperativa, questionando se somente a triagem do material (a atividade-fim) podia ser considerado trabalho. Com isso, tentamos argumentar que existem outras várias atividades dentro da cooperativa, como: manter limpo e organizado o local de trabalho, acompanhar visitas, fazer a divulgação do trabalho da cooperativa, entre outras de caráter administrativo.

Os desentendimentos internos foram agravados pela postura contrária ao trabalho da ITCP assumida por uma assistente social que foi representante da prefeitura e atuava como coordenadora social do projeto. Ao invés do fomento à autonomia da cooperativa e dos cooperados, essa assistente social os tratava como pessoas incapazes, para sempre dependentes de ajuda externa. Por estar em contato com o grupo diariamente, em especial com o presidente da cooperativa, suas ideias repercutiam com mais intensidade do que as ideias colocadas

pela ITCP. O resultado disso foi uma espécie de cisão do presidente em relação ao grupo, fato que se refletiu tanto na estrutura de organização do trabalho quanto na estrutura de decisão democrática.

Na avaliação do GEPEM, o presidente da COOPERVIDA estava parcialmente correto em suas queixas sobre a postura da maioria dos cooperados, que relegaram ao presidente e demais membros do conselho todas as atividades administrativas sem levar em conta que estas eram de responsabilidade coletiva e deveriam ser apoiadas, debatidas e fiscalizadas por todos. Esse quadro certamente comprometeu o processo de autogestão e sobrecarregou a diretoria.

Assim, se por um lado o presidente da cooperativa assumiu uma postura autoritária, começando a tomar decisões de interesse coletivo sem se reportar ao grupo, por outro lado ele enfrentou a apatia e a falta de participação dos cooperados, tanto no trabalho quanto na gestão e na divulgação da cooperativa, apesar de insistentes apelos. Tudo isso contribuiu para desgastar o presidente, que então partiu para a postura autoritária. Nas últimas reuniões, entre nossa equipe e os cooperados, esses problemas tornaram-se extremamente evidentes, gradativamente fragmentando o grupo e dificultando o trabalho coletivo.

Paralelamente à continuidade do acompanhamento, ainda que deficiente, a ITCP esforçava-se para retomar as negociações com a prefeitura. Em março de 2001, após o início da nova gestão, foi feito um primeiro contato formal com o novo secretário Municipal de Obras. Cabe ressaltar que esse secretário era proprietário de empresa que realizava coleta de resíduos no município e, portanto, concorreu diretamente com a COOPERVIDA no mercado de destinação de resíduos sólidos urbanos.

Nesse primeiro contato, a ITCP enviou ao secretário uma proposta de parceria para a retomada do projeto qualidade de vida e dos compromissos com a COOPERVIDA, mas não houve resposta. Em junho de 2001 houve uma segunda tentativa, também infrutífera.

Finalmente, conseguimos marcar uma reunião para agosto de 2001. Essa reunião contou com a presença de equipes de professores e pós-graduandos da Escola Politécnica da USP, das áreas de reciclagem de resíduos sólidos, e reciclagem de material inerte (entulho de construção civil). A ITCP contactou essas equipes com o intuito de redirecionar o trabalho e agregar valor às atividades da COOPERVIDA, que, embora chamada cooperativa de reciclagem, nunca saiu do trabalho de coleta e triagem, e não realizava o beneficiamento propriamente dito do material triado.

O trabalho da ITCP-USP com o grupo passou novamente por uma fase de paralisação, uma vez que a resposta da prefeitura, quanto à parceria com a ITCP e outras unidades da USP, foi negativa. A partir dessa ruptura oficial, a prefeitura determinou que a equipe da ITCP devesse portar um ofício para entrar no vazadouro, o espaço físico da cooperativa.

A incerteza tomou conta da equipe da incubadora e dos cooperados da COOPERVIDA, à espera de esclarecimentos por parte da prefeitura, quanto aos motivos concretos desse rompimento e por que não houve resposta ao ofício, onde a ITCP pedia permissão para entrar no vazadouro, e novamente o trabalho foi interrompido.

Em nova tentativa, o GEPEN firmou um contato direto com o prefeito de Praia Grande para pedir esses esclarecimentos sem passar pelo secretário de Obras ou seus assessores. Uma vez resolvido esse problema, o passo seguinte seria entrar novamente em contato com o grupo e discutir a continuidade do trabalho da ITCP com a COOPERVIDA, entretanto o prefeito não respondeu aos pedidos da equipe, motivando a dissolução da parceria entre a incubadora e a prefeitura de Praia Grande.

Numa última reunião com a Cooperativa deixamos bem claro a posição da nova administração e ponderamos que, se o grupo decidisse, nós da incubadora continuaríamos o processo de incubação, mas

advertindo que a falta do contrato de concessão de uso do centro de triagem, dos equipamentos e dos caminhões e marco legal, determinariam também a contratação da COOPERVIDA para fazer a coleta seletiva. Era uma parceria da prefeitura com o grupo e que poderia ser interrompido a qualquer momento, caso não cumpridas as exigências, prejudicando a geração de renda da Cooperativa e, por conseguinte, as suas retiradas.

Diante desse contexto e empoderados de sua autonomia, os cooperados e cooperadas da COOPERVIDA decidiram manter a parceria com a prefeitura, continuando a luta pelo reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pelos catadores perante os desafios de busca do equilíbrio entre o consumo e o descarte daquilo que é produzido pelo modo de produção capitalista.

No início de 2005, a cooperativa sofre um forte golpe. O presidente vigente na época começou a administrar a cooperativa, deixando de lado os princípios da democracia participativa e da autogestão. Novamente a incubadora foi acionada e, mesmo não sendo mais parceira da prefeitura, concordou em apoiá-los na busca de uma solução para o problema.

Diante dessa situação, o conselho orientador da incubadora decidiu apoiar a COOPERVIDA, realizando reunião entre os sócios e as sócias insatisfeitos e os dirigentes regionais do Movimento Nacional de Catadores e Recicladores (MNCR). O movimento ouviu as principais reivindicações do grupo e promoveu uma reunião entre as partes para resolver os conflitos entre os associados e conselho administrativo. Como o presidente não mudou seu comportamento e seu modo de administrar, as cooperadas e os cooperados decidiram destituí-lo do cargo e realizaram novas eleições. O comportamento dos membros da cooperativa perante essa crise demonstrou o resultado positivo da metodologia e dos recursos metodológicos adotados para o processo de incubação da COOPERVIDA.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho com o grupo de catadores e a incubação da COOPERVIDA teve alguns resultados positivos, principalmente no processo inicial de formação, como a consolidação de um grupo entre pessoas que antes atuavam de modo isolado e competitivo; o resgate da auto-estima e a possibilidade de dar voz e poder de decisão a quem nunca teve isso.

A incubação desse grupo proporcionou uma contínua reflexão sobre o processo de formação e acompanhamento em cooperativismo e autogestão para um grupo de pessoas não-alfabetizadas – o que exigiu (e ainda exige) – o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos diferenciados que levem em conta essas lacunas e também valorizem a experiência acumulada por essas pessoas ao longo de suas vidas.

Os principais desafios que temos encontrado no trabalho de campo têm sido: fazer dos encontros com o grupo uma vivência da autogestão em que a responsabilidade das ações seja apropriada por todos, ou seja, trabalhar com o grupo: a escolha da atividade econômica; o acesso ao mercado e a formação do grupo produtivo.

A metodologia adotada e as experiências vividas na formação da COOPERVIDA permitem afirmar que não é o aprimoramento das técnicas metodológicas que trarão soluções aos problemas dos grupos por nós incubados. E sim a reflexão e o aprofundamento sobre os problemas encontrados durante a formação é que permitirão traçar novos caminhos e novas ações que possam alcançar mais plenamente os objetivos definidos ao longo do processo de incubação. Esses novos caminhos e essas novas ações ao se realizarem serão subsídios para novas reflexões, num processo contínuo.

Essa incubação também representou a primeira oportunidade de parceria entre a ITCP/USP e o poder público. As decisões tomadas

nesse processo contribuíram, com seus limites e possibilidades, para o debate hoje amplamente generalizado dentro da ITCP/USP e outras incubadoras, sobre a relação entre cooperativas, entidades de fomento ao cooperativismo e governos, uma relação marcada pela busca do contínuo equilíbrio entre apoio, dependência e conflito na construção de políticas públicas.

Alguns dos problemas enfrentados na Praia Grande resultaram da incapacidade que a ITCP/USP revelou em atender de forma satisfatória às demandas da incubação em outras áreas além da formação. Ao contrário do que previa a estrutura original da ITCP/USP, esse GEPEN não se caracterizou pela multidisciplinaridade (como o GEPEN que assessorou a COOPERBRILHA, por exemplo): os integrantes do GEPEN COOPERVIDA vinham das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Geografia. Embora os resultados do trabalho inicial de formação em cooperativismo tenham sido muito positivos, a continuidade da incubação revelou-se muito deficiente quanto ao desenvolvimento da atividade econômica. Isso ocorreu em grande parte ao contexto que a ITCP vivia na época, pois o núcleo de gestão ainda estava em construção, sem condições de atender às demandas.

A ITCP também enfrentou limites de recursos humanos e materiais para levar adiante o trabalho com o grupo de Praia Grande. Dois fatos decorrentes desse quadro de deficiência de acompanhamento potencializaram problemas que ameaçaram a continuidade da cooperativa: 1) a ausência de contrato, situação que torna a cooperativa extremamente dependente da manipulação da prefeitura; e 2) a ausência de controle regular dos livros administrativos e contábeis, que gerou desconfiança do grupo quanto à diretoria. Outros problemas graves enfrentados pela gestão da COOPERVIDA relacionam-se a organização da produção e as obrigações tributárias. Diante desse quadro, o GEPEN COOPERVIDA defendeu uma maior articulação dentro do plano de formação da ITCPUSP para acelerar os processos de estudos

da viabilidade econômica, organização do trabalho, da gestão administrativa, da formação e fortalecimento das relações de autogestão e cooperação no Núcleo de Gestão e nas sextas-feiras dedicadas à formação das equipes de formadores.

Os maiores problemas enfrentados pelo GEPEM COOPERVIDA resultaram da extrema dependência do grupo em relação à prefeitura de Praia Grande. Essa cooperativa nasceu por iniciativa de agentes da prefeitura, segundo o mesmo modelo da maioria das demais prefeituras (de várias tendências políticas), que decidiram adotar o cooperativismo para responder ao grave quadro social vinculado à gestão da destinação do resíduo. Em parte, essas prefeituras são pressionadas por órgãos de fiscalização ambiental para adequarem os vazadouros às normas ambientais, mas também se exige delas uma solução ambiental que contemple a geração de trabalho, ou seja, que não elimine a fonte de renda de milhares de catadores que vivem desses lixões.

Muitas prefeituras têm adotado a estratégia depois que o Ministério Público do Trabalho passou a promover pressão para a retirada de crianças dos lixões, o que implica oferecer uma alternativa de renda para seus pais. Muitas dessas cooperativas não são autogestionárias, nem democráticas, sua sobrevivência depende diretamente do vínculo com a prefeitura, inclusive quando as mudanças na coleta de resíduo contrariam os interesses de empreiteiras locais que tradicionalmente dominam este setor. E, como o investimento inicial é muito alto, a tendência é adotar um modelo de gestão que parte do pressuposto de que os catadores são incapacitados para gerir a infraestrutura montada pela prefeitura, tornando-se necessária à figura de um gerente indicado pela prefeitura que administre tudo.

O projeto Qualidade de Vida e a COOPERVIDA nasceram nesse contexto, mas desde a entrada da ITCP/USP no projeto, tentamos ressignificar a condição do catador, a partir do resgate da noção de cidadão enquanto portador de direitos ao invés de mero receptor de

favores, e da proposta de uma cooperativa autogestionária e democrática. Ao longo de todo o processo, sempre defendemos como princípio básico à autonomia das pessoas envolvidas no projeto. Isso nos levou inclusive a sucessivos exames de nossas próprias posições, resultando muitas vezes em autocritica ao nos depararmos com o difícil equilíbrio entre ajuda e autonomia.

Insistimos na autonomia, mas reconhecemos a necessidade do apoio de agentes externos para as organizações da economia solidária. Esse apoio torna-se fundamental no caso de cooperativas de reciclagem: o poder público é capaz de mobilizar recursos financeiros, técnicos e políticos, buscar parceiros e montar a infraestrutura necessária para um projeto como o programa qualidade de vida – condições das quais grupos de trabalhadores de baixa renda não dispõem. Mais do que isso consideramos que a destinação de resíduos sólidos urbanos é responsabilidade do poder público, e o fomento à criação de uma cooperativa para prestar serviços nessa área não pode estar desvinculado da construção de uma política pública consistente, que articule as diferentes áreas de atuação governamental para contemplar questões que estão necessariamente interligadas: limpeza pública, preservação do meio ambiente, geração de trabalho e renda, erradicação de trabalho infantil, educação básica e profissionalizante, saneamento e saúde.

A experiência de incubação da COOPERVIDA levou o GEPEN a refletir sobre os equívocos e as falhas no projeto, que procuramos solucionar em novos projetos de formação de cooperativas de reciclagem, envolvendo parcerias com o poder público para a geração de trabalho e renda entre catadores que sobrevivem dos resíduos urbanos. Os pontos fundamentais para corrigir esses equívocos são: 1) tecnologia e qualificação, 2) formação de redes entre grupos autônomos de reciclagem, estimulando formas menos complexas de economia solidária sem impor o formato cooperativo, 3) formação de equipe local de incubação e 4) estabelecimento de contrato formal sobre compromissos

assumidos dentro do projeto pelos diferentes grupos envolvidos.

Nenhuma cooperativa de reciclagem consegue realizar atividades de reciclagem propriamente dita, todas permanecem na coleta e triagem, limitando consideravelmente suas possibilidades de gerar renda para os sócios e dificultando o salto em direção à autonomia econômica. Em nossa avaliação é fundamental investir em tecnologia, no momento da definição da infraestrutura montada para a triagem e em qualificação para os cooperados, a fim de realizarem o processamento e beneficiamento do material. Uma proposta mais acabada é a construção de uma central coletiva de beneficiamento que disponha de espaço e equipamentos para processamento e reciclagem, em que tanto a gestão do espaço e do uso dos equipamentos, quanto à venda do material beneficiado seja feita de forma coletiva e autônoma por diferentes cooperativas ou associações de reciclagem.

A imposição do cooperativismo dificulta a autonomia em relação a agentes externos e o funcionamento democrático interno, e, por vezes, até desconsidera a existência de grupos menores que já atuam na área. Isso se agrava pela exigência para se adaptarem ao tempo do poder público e pelo risco contínuo de descontinuidade do projeto em caso de mudança no governo. Aqui, propomos o estímulo a grupos que não formem necessariamente cooperativas, mas funcionem segundo os princípios da economia solidária, atuando de forma articulada com outros grupos para realizar o beneficiamento do material reciclável; diante das demandas por formação em cooperativismo em locais cada vez mais distantes, a ITCPUSP vem desenvolvendo uma metodologia de formação de agentes locais de economia solidária, ao lado da própria metodologia de incubação de cooperativas. Isso contempla as necessidades de acompanhamento contínuo, mas é importante que todo projeto seja concebido e discutido em conjunto, incubadoras, equipe local, parceiros da sociedade civil, poder público e etc.

O relacionamento entre os parceiros desse tipo de projeto, prin-

cialmente com o poder público, é importante para o sucesso das cooperativas de reciclagem. A informalidade das relações entre incubadoras e prefeituras tende a impossibilitar a continuidade dos projetos políticas nos momentos de mudanças após o processo eleitoral, no entanto a assinatura de contratos de prestação de serviço também não garante a continuidade dos projetos. Nesse caso, a luta de beneficiários, incubadoras, sociedade civil e parceiros precisa se dar pela implantação de políticas públicas com marco legal e regulatório, bem definidos, e com financiamentos para os projetos e programas garantidos na LDO e na LOA do município. Além disso, os cooperados e as cooperadas precisam fazer parte dos movimentos de catadores para que, por meio da ação política, garantam políticas públicas das outras esferas de governo, quais sejam a Estadual e Federal.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, cap. 1.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANCIE, Euclides. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: IFIL, Fase, DP&A, 2003.

MAXIMIANO, Antonio C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**, 6ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas 2008. p. 383.

SINGER, Paul. A Recente Ressureição da Economia Solidaria no Brasil. In: **Economia Solidária**, Vol. 2. Mimeo, p. 04-62.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. **É possível levar desenvolvimento para comunidades pobres?** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/>. Acesso em 15 de out. 2010

TextosDiscussao/Conteudo/desenvolvimentocomunidadespobre.pdf

TENDLER, Judith. **Bom governo nos trópicos**: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

URQUIDI, Vivian. **Movimento cocaleiro na Bolívia**. 1ª Ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2007, p. 125-127.

Perfil dos cooperados das cooperativas de catadores de resíduos sólidos da cidade de Campinas

– Rubens Pantano Filho

*Doutor em Engenharia e Ciência dos Materiais e Diretor da
Faculdade Max Planck.*

E-mail: pantanof@poliseducacional.com.br

– Derval dos Santos Rosa

*Doutor em Engenharia Química e Professor da Universidade
Federal do ABC.*

E-mail: derval.rosa@ufabc.edu.br

Resumo

A geração de resíduos nas comunidades urbanas foi acelerada com o consumismo exacerbado dos dias atuais. Assim, os sérios problemas ambientais decorrentes do acúmulo de “lixo” nas sociedades modernas, principalmente daquele constituído por materiais poliméricos, têm provocado o aumento das pesquisas em torno do tema dos resíduos urbanos. Dentro desse contexto, a reciclagem é um dos importantes processos para minimização das dificuldades ambientais causadas pelo descarte de materiais, sendo que, nesse tema, a participação das cooperativas de coleta seletiva tem sido fundamental. Assim, buscou-se caracterizar o perfil de oito cooperativas de coleta seletiva da cidade de Campinas/SP, com enfoque nos aspectos econômico-financeiros e de recursos humanos. Os resultados obtidos confirmaram que o universo dos trabalhadores de empreendimentos dessa natureza compreende pessoas com baixa escolaridade, pouca qualificação profissional; com carência de serviços essenciais e que têm remuneração entre um e dois salários mínimos, importância essa aquém do necessário para uma sobrevivência digna.

OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA MODERNIDADE

A história da intervenção do homem na natureza começa mesmo com a invenção da agricultura, há cerca de dez mil anos. Foi nesse período que a humanidade deu um passo decisivo na diferenciação de seu modo de inserção na natureza em relação àquele das demais espécies animais, na medida em que a agricultura provoca uma modificação radical nos ecossistemas. E é com a agricultura que surgem, em seguida, as primeiras civilizações humanas e as aglomerações urbanas (ALVES, 2005). O surgimento da agricultura, exigindo o sedentarismo humano, deu início a um profundo processo de transformação da relação do homem com a natureza, tendo em vista que a atividade agrícola exige o estabelecimento de um meio ambiente artificial para o cultivo de plantas e criação do gado. O imperativo de proteger as plantações e o gado dos animais selvagens tornou indispensável cercar e delimitar espaços de terreno, o que fez surgir a propriedade privada. A produção de alimentos também permitiu uma abundância de comida, possibilitando um grande incremento populacional, que resultou na concentração humana em locais específicos - aldeias, vilas e cidades (DIAS, R., 2010).

Nos últimos séculos, notadamente no período pós Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, por volta de 1760, o desordenado crescimento econômico registrado veio também acompanhado de profundas alterações no meio ambiente. Num primeiro momento, passou-se do trabalho manual para a produção das máquinas a vapor, o que provocou profundas transformações sociais e econômicas (MANO; PACHECO; BONELLI, 2005). Considerada por alguns cientistas como a transformação social mais importante de nosso tempo, a Revolução Industrial intensificou a urba-

nização em todo o planeta. No rasto dessa transformação tecnológica se seguiu uma grande transformação social: se os primeiros anos da Revolução Industrial não foram anos tranquilos, ainda assim possibilitaram aos operários a formação de uma classe consumidora, mesmo com baixos salários, impulsionando dessa forma a produção da época.

Posteriormente, agora já no início do século XX, as transformações tornaram-se intensas, principalmente com o advento do motor elétrico, do motor a explosão interna, do telégrafo e da lâmpada incandescente. Assim, o aumento da produção e do consumo se consolidou de modo crescente e contínuo. Dessa forma, a sociedade atual foi moldada para dar vazão a uma produção cada vez maior, forjando nas pessoas novas necessidades de consumo (ANDREASSA, 2008).

Em tempos atuais, o acentuado crescimento populacional e, principalmente, o estímulo ao consumismo, tem acarretado um dos problemas mais sérios para as comunidades urbanas: a geração de resíduos. Os centros urbanos processam uma enorme quantidade de matérias por meio das indústrias e dos ciclos produtivos, devolvendo ao meio ambiente toneladas de resíduos que, na maioria das vezes, não são reintegrados pelo entorno (NASCIMENTO, 2006). Assim, nossa civilização chegou ao século XXI como a civilização dos resíduos, fortemente marcada pelo consumo, pelo desperdício e por contradições: de um lado, um desenvolvimento industrial e tecnológico sem precedentes na história da humanidade; de outro, populações inteiras mantidas à margem, não só dos benefícios de tal desenvolvimento, mas das condições mínimas de subsistência (FERREIRA, J. A., 1995).

O modelo consumista que temos adotado, ou seja, a forma de viver nos tempos atuais, e com esse nível de desigualdade social, é insustentável, pois o consumo mundial está 20% acima da capacidade de suporte do planeta (MAURO, 2005). Dessa forma, nossa espécie ameaça consumir e destruir o mundo natural em uma velocidade que excede, e muito, a capacidade de reconstrução do planeta (GOLE-

MAN, 2009). Pode-se perceber então que insistir nesse paradigma de desenvolvimento é caminhar rapidamente em direção à beira do precipício. Portanto, é fundamental buscar e encontrar saídas para esse impasse criado: há que se minimizar a geração de resíduos pela redução do consumo a níveis racionais, bem como encontrar alternativas para a reciclagem desses resíduos, na medida em que sua produção é inevitável (CALDERONI, 1999).

COMPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A RECICLAGEM DOS PLÁSTICOS

Os RSU apresentam uma grande variedade de componentes, sendo influenciados por vários fatores, tais como o número de habitantes, o nível educacional, o poder aquisitivo, as condições climáticas, os hábitos e os costumes da população. A composição do lixo urbano varia em natureza e proporção conforme o local e a época do descarte (MANO; PACHECO; BONELLI, 2005). Mudanças na política econômica da região também podem influenciar nas características e composição física dos RSU (NÓBREGA *et al*, 2007).

RECICLAGEM DE RESÍDUOS PLÁSTICOS

No caso específico dos resíduos plásticos, principalmente pelo longo tempo para decomposição dos mesmos, um equacionamento do problema por meio diferente da deposição em aterro é necessária. As diferentes abordagens – redução na fonte, incineração, degradação, compostagem e reciclagem - todas têm seu papel e devem ser empregadas de uma maneira integrada. Se for o caso, a reciclagem traz vantagens ecológicas, mas sua aplicação depende da viabilidade da coleta, da triagem e/ou da compatibilização de misturas para a produção de produtos economicamente viáveis. A prática deve ser incentivada pela sociedade ou pelo poder público, que devem reco-

nhecer que o custo do escoamento é um fator que deve ser incorporado na determinação do custo de um produto (STEIN, 1992).

Pressionado pelas constantes flutuações do preço do petróleo no mercado internacional, o aumento do custo das resinas plásticas também tem estimulado as pesquisas em reciclagem de polímeros. Normalmente, o preço do reciclado é 40% mais baixo que o da resina virgem. Assim, a substituição da resina virgem pela reciclada propicia redução de custos e aumento da competitividade, bem como contribui para a preservação ambiental (FERNANDES; DOMINGUES, 2007). Outro aspecto muito importante é a economia de energia decorrente da reciclagem. Para se ter uma idéia, no caso dos plásticos, o consumo de energia é da ordem de 6,74 kWh/t para a matéria-*virgem*, contra 1,44 kWh/t para o caso da reciclagem (CALDERONI, 1999).

Além dos interesses ambientais e econômicos envolvidos, deve-se levar em conta também que começam a surgir legislações cada vez mais rígidas no sentido de minimizar e/ou disciplinar o descarte dos resíduos sólidos (SPINACÉ; DE PAOLI, 2005).

Todas essas considerações, referendadas por diferentes autores, explicitam a importância da reciclagem no conjunto dos processos de gerenciamento dos resíduos urbanos, bem como para a economia de matéria-prima e de energia. Não há dúvidas de que a reciclagem é melhor do que a deposição dos resíduos em aterros ou a incineração dos mesmos. No entanto, não se pode perder de vista a real amplitude do problema. Apesar dos êxitos da reciclagem, a quantidade de resíduos urbanos continua a crescer. A reciclagem é uma alternativa final no ciclo dos resíduos e, como tal, tem pouca influência sobre a totalidade da cadeia (STANISKIS, 2005). Na verdade, por sobre a questão específica da reciclagem, a minimização de resíduos exige uma abordagem mais extensa.

Uma das etapas importantes para a reciclagem mecânica dos plásticos é a triagem, etapa anterior à reciclagem propriamente dita. Essa etapa é importante para que se possam separar os diferentes ma-

teriais de modo a evitar que o reprocessamento ocorra misturando-se materiais com características diferentes, provocando um produto final com propriedades inferiores às desejáveis.

AS COOPERATIVAS DE COLETA SELETIVA

Denomina-se cooperativa uma associação autônoma de pelo menos 20 pessoas que se unem para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida, sempre de forma participativa e com objetivos comuns entre seus integrantes. A cooperativa fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, por meio da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários.

De acordo com Drumond (2006), as cooperativas de trabalho têm se desenvolvido na sociedade como uma alternativa de organização da força de trabalho para superar os desafios surgidos pelas mudanças no mercado.

Uma cooperativa de coleta seletiva (CCS) é uma organização solidária, autogestionária, que funciona como uma central de beneficiamento primário de materiais recicláveis. Por beneficiamento primário entende-se classificação e enfiamento do material. Ela tem como função principal coletar, beneficiar e comercializar o material reciclável. Esse tipo de empreendimento autogestionário gera trabalho e renda, desonera a administração pública e também evita que milhares de pessoas sejam devolvidas para a condição de exclusão social (GONÇALVES, 2003). Uma organização associativa de reciclagem de resíduos sólidos, tal como as cooperativas de catadores, representam uma perspectiva real de inclusão socioeconômica por meio da geração de trabalho e renda para milhares de pessoas que historicamente dependem e sobrevivem da atividade da “catação” (COMARÚ, 2010).

A organização de trabalhadores em CCS pode auxiliar na racionalização da coleta e também na triagem do material, aumentando o fluxo de materiais recicláveis, bem como reduzindo os custos do processo. De um modo geral, as prefeituras em parceria com organizações da sociedade civil têm incentivado a formação de associações com essa finalidade. Há inúmeros exemplos de sucesso, tais como, a COOPAMARE, no município de São Paulo, montada por iniciativa espontânea da OAF – Organização de Auxílio Fraternal, entidade dirigida para as populações de rua. Também há exemplo em Belo Horizonte, com a ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (IPT/CEMPRE, 2000). Pode-se citar ainda o Consórcio Quiriri, da Região do Alto Rio Negro, de Santa Catarina, bem como outros exemplos em Porto Alegre/RS (JACOBI, 2006) e Londrina/PR (BESEN, 2006).

É importante destacar que esses empreendimentos apresentam dificuldades no gerenciamento de seus negócios, na comercialização de seus produtos e no acesso a crédito e a tecnologias. Isso porque, embora se configurem como uma nova estratégia de realização da economia, as cooperativas têm dupla subordinação à economia capitalista, uma vez que estão sujeitas aos efeitos da lógica da acumulação e às regras de intercâmbio impostas pelo mercado ao conjunto dos agentes econômicos e, são, ao mesmo tempo, compelidas a adotar a base técnica desenvolvida para as empresas capitalistas de modo a serem competitivas (RUTKOWSKI, 2008). Por isso, o papel do Estado é fundamental, ou seja, sem o apoio governamental, as cooperativas ou associações de catadores/recicladores não têm condições de se manter em funcionamento, dentro de uma lógica capitalista (JACOBI, 2006).

OS CATADORES

O modelo brasileiro de industrialização, iniciado no governo Vargas, alcançou níveis altíssimos de crescimento na década de 70, demandando um enorme contingente de mão-de-obra. O processo de urbanização gerado a partir desta necessidade não se fez acompanhar da implantação de uma infraestrutura básica de educação, moradia, saneamento e transporte. Os benefícios auferidos com o crescimento econômico não foram distribuídos de forma equitativa à população, mas foram sim concentrados para uma pequena parcela da sociedade. Dessa forma, grande parte da classe trabalhadora foi se amontoando em favelas, cortiços ou palafitas, sobrevivendo sem acesso a bens e serviços. É nesse contexto que surgem as atividades relacionadas ao comércio de sobras de matéria-prima dos processos de produção industrial. Atualmente, esta atividade encontra-se intimamente ligada a processos de exclusão social (SOUZA, J. R., 2004).

Em geral, os trabalhadores que operam com coleta seletiva são oriundos dos estratos sociais inferiores. Excluídos pelo processo de produção capitalista, são pessoas que buscam trabalho e renda. Apesar da importante função ecológica por eles desempenhada, o descaso, o preconceito e a violência sempre permearam a relação da população e do poder público com esse segmento. Geralmente, os estigmas associados ao lixo são deslocados para aqueles que com ele trabalha ou que lhe estão próximos, como por exemplo, garis e catadores (DIAS, S. M., 2006).

Silva, P. H. (2007) também analisou os que trabalham na catção de lixo, apontando que os mesmos são, em geral, pessoas de baixa renda que engrossam a lista dos chamados excluídos, indo de lixeira em lixeira, procurando metais, papéis e outros resíduos sólidos. Nos resultados do seu estudo, o autor destaca a imagem do catador com seus sacos nas costas ou carroças, algumas vezes puxadas por cava-

los, outras pelos próprios catadores, assinalando que essa imagem é ainda mais degradante quando pessoas são vistas disputando o lixo com cachorros e urubus. Assim, o autor evidencia que a pobreza ou a situação inferior a ela, a miséria, se configura como a característica mais marcante do catador de lixo.

Essa realidade não é exclusiva das cidades brasileiras. Em outros países em desenvolvimento a situação dos catadores é muito semelhante à brasileira. Uma pesquisa sobre os catadores de Nova Deli, capital indiana, aponta que a atividade de coleta proporciona emprego e vida diária para cerca de 89.600 catadores que pertencem ao estrato mais pobre da sociedade (AGARWAL *et al*, 2004). Outro exemplo que merece ser citado é o caso de Buenos Aires. Naquela capital, os trabalhadores com materiais recicláveis conseguiram alguns avanços, tal como a obtenção de meios de transporte para os que moram na região periférica e realizam o trabalho de catação na região central, que descarta material quantitativa e qualitativamente mais rico. Embora o direito ao uso de transporte indique melhorias, também evidencia as barreiras sociais e a dificuldade de inserção social desses trabalhadores. A conquista e o uso do transporte ferroviário por parte dos *cartoneros* levou à nomeação do trem que realiza o serviço de “trem dos *cartoneros*”, que passou a ser visto como um trem “especial”, tendo em vista a gente que faz uso dele. A denominação de “especial” tem sentido pejorativo e explicita o estigma do qual são alvo, não obstante o importante trabalho que realizam (SOUZA, J. R., 2004).

Os “catadores” são profissionais que não têm carteira assinada, são mal reconhecidos e estão geralmente desorganizados na grande maioria das cidades nas quais atuam. Não obstante o baixo reconhecimento social, são esses trabalhadores que alimentam grandes setores industriais com matéria prima barata, aliviando os custos da limpeza pública com os materiais retirados das ruas. Esta economia informal gera renda, empregos e também otimiza recursos públicos. Por essa

razão, muitos especialistas apontam para a necessidade de incorporar os catadores como parceiros na limpeza urbana, estabelecendo estratégias coordenadas de trabalho, priorizando programas de apoio à categoria e estimulando formas de organização (WALDMAN, 2007).

O perfil dos que trabalham na coleta de materiais para reciclagem pode ser encontrado na literatura sobre o tema. Por exemplo, Gonçalves (2003) apresentou os resultados de uma pesquisa promovida durante o I Encontro Nacional de Catadores, realizado em junho de 2001, na UnB. Segundo o levantamento estatístico concretizado, os trabalhadores apresentaram as seguintes características, entre outras: aproximadamente 40% deles realizam o trabalho há mais de 5 anos; 57% mantêm algum tipo de união conjugal; 45% deles têm companheiros(as) que trabalham na coleta; 52% têm nenhum ou mais de quatro dependentes; 75% habitam em moradias de alvenaria ou madeira, sendo que 66% são próprias; homens e mulheres compõem o grupo em percentuais muito próximos; 2/3 dos trabalhadores não completaram o ensino fundamental; 47% deles optaram pela coleta como alternativa ao desemprego; 39% participam de cooperativas entre um e cinco anos e 32% não participam de cooperativas; 67% desejam permanecer na atividade.

Atualmente, a categoria profissional “catador de material reciclável” foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob código 5192-05, o qual também pode ser denominado Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa) (ZANIN, 2008). Não obstante esse reconhecimento, Bortoli (2009) afirma que essa consideração da profissão não implicou mudança nas condições de vida e trabalho dos catadores, pois continuam atuando sem vínculo empregatício e sem direitos, não estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem.

A partir do final da década de 80, essa situação dos catadores começa a se alterar com o início da organização dos mesmos em cooperativas ou associações, sob a égide da Economia Solidária, que lhes possibilita o reconhecimento social e também do trabalho que realizam. A crescente organização de cooperativas e associações tem permitido situar os catadores nos debates públicos que os afetam diretamente, pautando as agendas políticas para questões que envolvam políticas públicas de trabalho e inclusão social (SILVA, P. H., 2007).

A CIDADE DE CAMPINAS: ESTUDO DE CASO

O primeiro programa de coleta seletiva de Campinas foi implantado em 1991, a partir da preparação de material educativo e de folhetos para a população em geral, além da instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) em locais estratégicos da cidade. Os resíduos domiciliares coletados seletivamente apresentaram a seguinte composição: 60% de matéria orgânica; 20% de papéis e papelão; 5% de plásticos; 5% de metais; 3% de vidros e 7% de outros materiais. Também foi criado um programa de coleta de entulho de construções (GONÇALVES, 2003). Atualmente, a cidade conta com 13 CCS, apoiadas por quatro incubadoras, uma delas municipal e três outras conveniadas com a Prefeitura Municipal para fomento aos empreendimentos solidários.

Perfil socioeconômico dos cooperados

O perfil dos cooperados de oito das CCS de Campinas foi levantado por Pantano Filho (2010). Os resultados obtidos pelo autor para as oito cooperativas são apresentados nas Tabelas 1 a 11.

TABELA 1 – GÊNERO

Gênero	Percentual
Homens	25,5
Mulheres	74,5

Os percentuais mostrados evidenciam que os trabalhos nas CCS são executados majoritariamente por mulheres. Em nenhuma das cooperativas analisadas foi encontrado resultado oposto ou que aproximasse as participações de homens e mulheres. Este resultado está de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), que aponta uma grande diferença entre as participações de homens e mulheres em atividades que exigem menor grau de qualificação. Apesar de a pergunta não fazer parte do rol que visava à pesquisa quantitativa, quando questionados oralmente sobre a razão da maior participação das mulheres, boa parte das respostas apontaram para o fato de os homens conseguirem trabalhos com maior remuneração.

TABELA 2 – IDADE

Faixa etária	Percentual
Entre 18 e 21 anos	5,6
Entre 22 e 28 anos	10,2
Entre 29 e 38 anos	24,1
Entre 39 e 40 anos	7,4
Mais de 40 anos	52,8

Mais da metade dos entrevistados tem idade superior a 40 anos. Considerando-se também os que têm quase 40 anos, o percentual vai a 60%. A participação de jovens até vinte e um anos é de menos de um décimo do percentual correspondente ao grupo anterior. Este resultado está de acordo com o fato de a população mais jovem apresentar maior índice de escolaridade, com conseqüente aumento nas oportu-

nidades de emprego em atividades que exigem melhor qualificação e propiciam melhores salários. Os resultados concordam com os apontados por Kirchner, Saidelles e Stumm (2009), em pesquisa envolvendo catadores de uma cidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

TABELA 3 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Nível	Percentual
Fundamental incompleto	66,4
Fundamental completo	8,2
Médio incompleto	6,4
Médio completo	7,3
Superior incompleto	0,0
Superior completo	0,0
Nenhum	11,8

Setenta e cinco por cento dos entrevistados não completaram o ensino fundamental. Quando entre esses se inclui os que nunca estudaram, o percentual quase chega aos 90%. Uma parte pouco significativa conseguiu concluir o ensino médio e nenhum dos entrevistados iniciou o ensino superior. Esse fato evidencia a dificuldade desses trabalhadores conseguirem trabalhos que exigem maior grau de qualificação. Os resultados estão bem próximos do perfil dos catadores apontados por Gonçalves (2003) e também daquele discutido por Marconsin (2008) em relação à pesquisa encomendada pela Prefeitura Municipal de Campinas e realizada pela ITCP – Unicamp, em 2004. Um terceiro estudo conduzido por Almeida, J. R. et al (2009), com catadores da cidade de Governador Valadares, MG, também apresentou resultado semelhante. Igualmente foram os resultados do levantamento realizado por Kirchner, Saidelles e Stumm (2009).

Não fez parte da pesquisa quantitativa o levantamento do perfil étnico dos cooperados. No entanto, pode-se observar que a maioria

dos entrevistados era constituída por afro-descendentes, evidenciando o fato de que esse grupo ocupa os extratos sociais inferiores, caracterizados por baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional, percebendo remunerações inferiores, de acordo com as considerações de Silva, M. N. (2003).

TABELA 4 – ESTADO CIVIL

Estado Civil	Percentual
Casados	40,0
Solteiros	25,5
Separados	4,5
Viúvos	10,9
União informal	19,1

Pode-se observar que 60% dos entrevistados mantêm algum tipo de união conjugal, resultado esse compatível com a PNAD, entre pessoas de baixa renda e também próximo dos resultados apontados por Gonçalves (2003) em seu estudos com catadores. Se acrescentados ao grupo os viúvos e separados, ou seja, considerando-se todos os que têm ou tiveram algum tipo de união conjugal, o percentual sobe a 75%.

TABELA 5 – NÚMERO DE DEPENDENTES

Dependentes	Percentual
Zero	20,9
Um	20,0
Dois	20,0
Três	15,5
Quatro	10,9
Cinco	8,2
Mais de cinco	4,5

Observou-se que 40% dos entrevistados têm três dependentes ou mais, sendo que destes, 25% têm quatro ou mais dependentes. Apesar de não fazer parte da pesquisa quantitativa, percebeu-se pelas respostas orais que parte bem significativa dos entrevistados tem filhos já maiores e independentes, evidenciando famílias numerosas, características da população de baixa renda. Os resultados obtidos também estão bem próximos daqueles apontados por Gonçalves (2003) na pesquisa realizada com catadores.

TABELA 6 – TIPO DE MORADIA

Tipo de Moradia	Percentual
Alvenaria	87,3
Madeira	12,7
Outro tipo	0,0
Albergue	0,0
Na rua	0,0

Na Tabela 6, a categoria “outro tipo” corresponde formas mais precárias de moradia e de difícil acesso. No que diz respeito ao tipo de moradia, não se encontrou nenhum trabalhador morando na rua ou em albergues. Todos os entrevistados habitam em moradias de alvenaria ou madeira, sendo que o percentual do primeiro grupo está próximo de noventa por cento. O resultados registrados para os trabalhadores entrevistados são bem melhores que os apontados por Gonçalves (2003). Segundo a autora, entre os catadores, 75% foi o percentual encontrado para os que moram em casas de madeira ou alvenaria.

TABELA 7 – REGIME DE UTILIZAÇÃO DA MORADIA

Regime	Percentual
Própria	49,1
Alugada	20,0
De favor	12,7
Ocupação	18,2

Pode-se observar na Tabela 8 que 50% dos entrevistados declararam habitar em moradias próprias e quase 20% alegaram possuir moradias em ocupações. No entanto, percebeu-se posteriormente pelos diálogos com os trabalhadores, já com as entrevistas em andamento, que esses percentuais devem ser ligeiramente diferentes, uma vez que parte dos entrevistados considerou como sendo próprias as moradias construídas em ocupações, tendo em vista o longo tempo de ocupação, que praticamente impede que as áreas, em geral públicas, sejam retomadas pelos proprietários. A pesquisa conduzida por Kirchner, Saidelles e Stumm (2009) também apresentou resultado semelhante.

O percentual dos que moram em habitações alugadas ou próprias, mesmo sendo em ocupações, evidencia que a atividade possibilita gastos com aluguel ou com a construção da moradia. Quando questionados oralmente, dos 13% que apontaram não realizarem gastos com moradia, vários responderam que residem de favor com parentes, principalmente filhos ou pais.

TABELA 8 – ATIVIDADE ANTERIOR

Motivo de abandono	Percentual
Ganhava pouco	13,6
Não gostava do trabalho	13,6
Foi demitido	30,0
Nunca trabalhou	7,3
Outros	35,5

Quase um terço dos trabalhadores entrevistados apontou que a opção pelo trabalho na cooperativa se deu após terem sido demitidos de outras atividades. No entanto, talvez o percentual dos que escolheram o trabalho como alternativa ao desemprego seja significativamente maior, uma vez que, entre os que optaram pela alternativa “outros”, alguns apontaram as seguintes justificativas: encerramento da empresa onde trabalhavam, mudança da localização da empresa ou falência de um pequeno negócio que possuíam.

Esse resultado está coerente com os comentários assinalados por Couto (2006, p. 312) em sua pesquisa. A autora destaca que “... esse é um fenômeno social com profundas raízes no desemprego, na precariedade do trabalho, na falta de perspectivas e de oportunidades, que tem resultado em um número cada vez mais crescente de trabalhadores vivendo da exploração dos refugos.”

A baixa remuneração como motivo da desistência da atividade anterior também foi apontada significativamente. Esse fato evidencia que, ao contrário do que se imagina, há outras atividades que propiciam rendas inferiores às remunerações médias dos cooperados.

TABELA 9 – TEMPO NA COOPERATIVA

Tempo	Percentual
Menos de um ano	29,4
Entre 1 e 2 anos	19,3
Entre 2 e 3 anos	3,7
Entre 3 e 4 anos	8,3
Entre 4 e 5 anos	3,7
Mais de 5 anos	35,8

Praticamente metade dos entrevistados declarou estar nas cooperativas há mais de três anos. Por outro lado, a outra metade dos entrevistados declarou estar nas cooperativas há menos de dois anos.

Esses números indicam que a rotatividade no setor é elevada comparada a de outras atividades econômicas.

TABELA 10 – RECEITA MENSAL

Receita	Percentual
Até 200 reais	0,0
De 200 a 400 reais	2,7
De 400 a 600 reais	60,0
De 600 a 800 reais	34,5
Mais de 800 reais	2,7

Mais de um terço dos entrevistados declararam ter remuneração superior ao salário mínimo, considerando-o R\$ 510,00 em janeiro de 2010. Imaginando uma distribuição uniforme de remuneração entre os 60% que declararam receber entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00, pode-se afirmar que a maioria dos trabalhadores tem renda superior ao salário mínimo, o que está de acordo com o assinalado pelo Ipt/Cempre (2000).

Questionados oralmente se consideravam suficiente o que recebiam, muitos argumentaram que não, no entanto também afirmaram que não podiam complementar a renda com outras atividades porque tinham que realizar afazeres domésticos ou então porque que o trabalho na cooperativa era muito cansativo, exigindo descanso nos finais de semana.

TABELA 11 – SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

Resposta	Percentual
Sim	80,0
Não	20,0

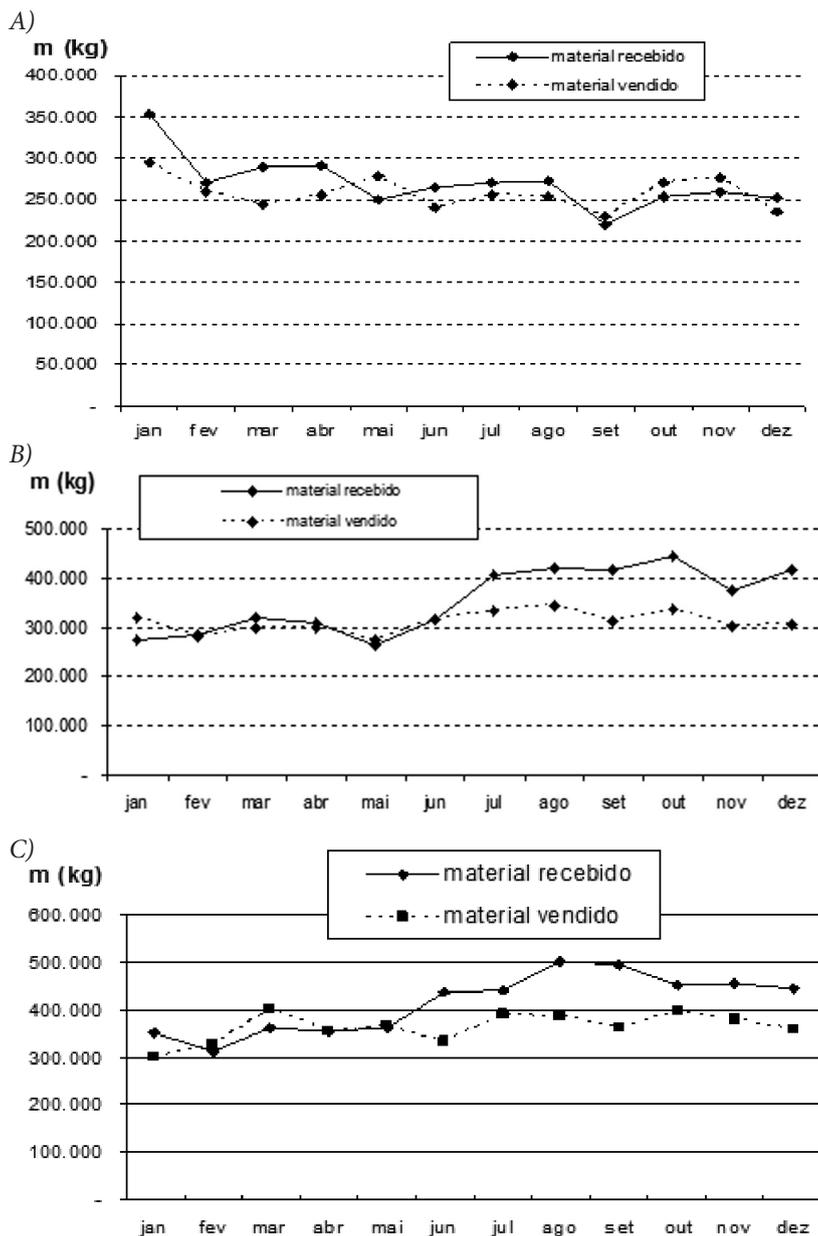
A grande maioria dos entrevistados se mostrou satisfeita com o

trabalho na cooperativa. Nas entrevistas orais, a satisfação foi justificada pelos seguintes motivos: companheirismo, ausência de patrão nos moldes de numa empresa típica, alternativa ao desemprego e possibilidade de aprendizado. Essa satisfação no trabalho foi apontada em pesquisa conduzida por Rutkowski (2008) e também em outro estudo registrado por Gonçalves (2003). Os fatores positivos no trabalho nas cooperativas, em especial a possibilidade de aprendizado, igualmente foram detectados em estudo conduzido por Castro (2008). Nos resultados da pesquisa, a autora destaca o aprendizado como a principal modificação na vida dos trabalhadores, depois da entrada na cooperativa. Em conformidade com os comentários da autora, o resultado se justifica pela participação nas reuniões e assembléias, quando decidem coletivamente sobre os rumos da cooperativa, assim como pela identidade entre as histórias de vida, que os colocavam em igualdade de condições, permitindo a expressão sem qualquer sentimento de inferioridade devido às diferenças de renda, nível de escolaridade ou racial.

CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS DE COLETA SELETIVA

Os aspectos econômico-financeiras também foram obtidos por Pantano Filho (2010). Os dados econômico-financeiros consolidados para o conjunto das cooperativas, relativos ao período 2007, 2008 e 2009, estão ilustrados nas Figuras 1 e 2. A Figura 1 ilustra as quantidades de material recebido e vendido, mês a mês, em 2007, 2008 e 2009, para o conjunto das cooperativas.

FIGURA 1 – ILUSTRAÇÃO DAS QUANTIDADES DE MATERIAIS RECEBIDOS/ VENDIDOS – A) 2007; B) 2008; C) 2009.

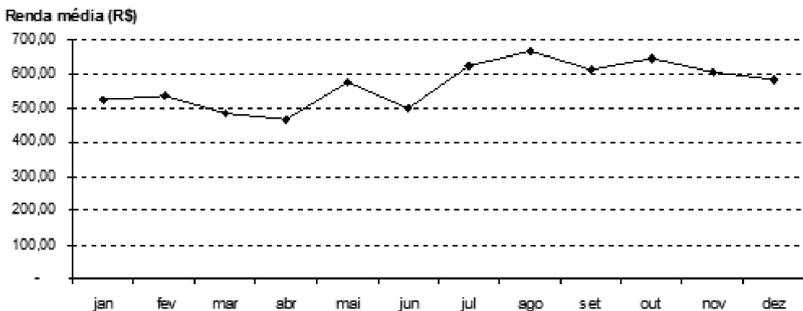


Pode-se observar na figura que a quantidade de material coletado aumentou ano a ano no período analisado, passando de 260 toneladas/mês em 2007, para 290 toneladas/mês em 2008 e 360 toneladas/mês em 2009, aproximadamente. Com relação às quantidades coletadas/vendidas, pode-se dizer que as cooperativas estão, em média, no limiar da auto-sustentabilidade, tendo em vista que Calderoni (2003) registra a necessidade de se ter, em uma cooperativa, pelo menos, 60 a 80 toneladas por mês de produção. Não obstante essa consideração, deve-se observar também que o conceito de sustentabilidade é um pouco mais amplo e não pode ficar restrito apenas à questão das quantidades ou de variáveis econômicas, mas deve ao mesmo tempo levar em conta variáveis políticas, sociais, ambientais, de infraestrutura, entre outras (TAYRA; RIBEIRO, H.,2006).

A Figura 2 ilustra a renda média para o conjunto dos trabalhadores cooperados, mês a mês, para o período de 2007 a 2009.

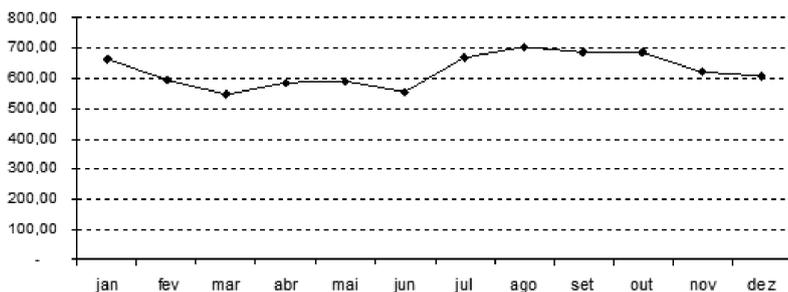
FIGURA 2 – ILUSTRAÇÃO DA RENDA MÉDIA - A) 2007; B) 2008; C) 2009.

A)



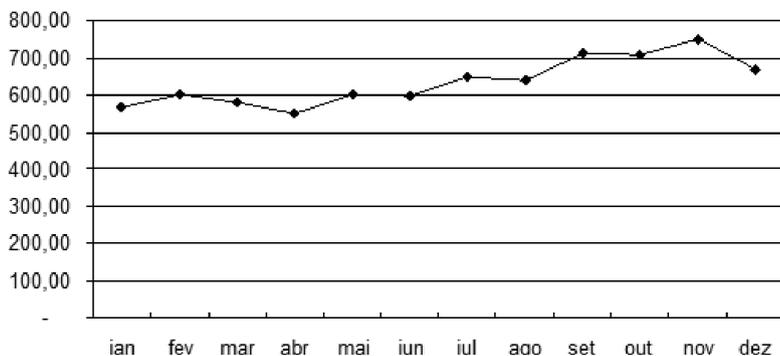
B)

Renda média (R\$)



C)

Renda média (R\$)



Acompanhando a evolução do valor hora trabalho analisado anteriormente, a renda média dos trabalhadores cooperados, em 2007, cresceu a partir do segundo semestre do ano, evoluindo de R\$ 500,00 no início do ano para R\$ 600,00 nos meses finais daquele ano; em 2008, evoluiu para o intervalo de R\$700,00, caindo no final de 2008 e retornando aos valores de 2007 até meados de 2009, refletindo a crise econômica do período. Nos meses finais de 2009, chegou a atingir R\$ 750,00, o que corresponde a uma valorização da ordem de 50% na renda média dos cooperados.

Considerando o valor de R\$ 600,00 como sendo a média recebida pelos cooperados em março de 2009, verifica-se que o mesmo está um

pouco abaixo do rendimento médio real habitualmente recebido por empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 914,12), apontado pelo IBGE na PNAD para março de 2009, em seis regiões metropolitanas avaliadas. Na mesma pesquisa e para o mesmo mês, a média de remuneração para os serviços domésticos foi de R\$ 516,25.

Nesse contexto de discussão sobre a renda média dos cooperados, convém destacar que há também dimensões legais, referentes à legislação fiscal e previdenciária, que influenciam não só na renda média dos cooperados, como afetam o cooperativismo popular de forma mais ampla. Ao contrário do que acontece com as micros e pequenas empresas, que gozam de um tratamento fiscal diferenciado, através do SIMPLES, as cooperativas são tributadas de acordo com um regime único, que pouco se diferencia dos aplicados a empresas de maior porte, e que não distingue cooperativas de grande, médio, pequeno ou micro-porte. Assim, apesar da clara conotação social, as cooperativas populares são oneradas com uma carga tributária proporcionalmente superior a da maioria das empresas privadas. O mesmo pode ser observada quanto à legislação previdenciária, que não estabelece distinções entre o valor das contribuições a serem pagas pelas cooperativas e seus cooperados - em particular no caso das cooperativas de serviços - daqueles cobrados das empresas capitalistas. Em decorrência disso diversas cooperativas populares não têm apresentado condições de arcar com os custos previdenciários, acarretando problemas tanto para as cooperativas como para os cooperados (FASE, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o caso das CCS de Campinas, observou-se que, entre os cooperados predominam os trabalhadores do sexo feminino, com baixo nível de escolaridade e maiores de quarenta anos. Os trabalhadores, em sua totalidade, residem em habitações de alvenaria ou

madeira, não há moradores de rua entre eles e boa parte das habitações são próprias. A maioria dos cooperados mantém algum tipo de relação conjugal, sendo que maior parte dos parceiros também trabalha. Os trabalhadores têm, na maior parte, dois ou mais dependentes. Os cooperados recebem, em média, valores superiores ao salário-mínimo e próximos da média recebida por trabalhadores da região metropolitana e sem carteira assinada. A maioria dos cooperados não exerce outra atividade remunerada. Praticamente metade dos cooperados trabalha com coleta seletiva há pelo menos 3 anos. Os cooperados, em sua maioria, estão contentes com a atividade que realizam.

Tendo em vista todas as considerações acima, pode-se concluir que os empreendimentos solidários de coleta e segregação de resíduos são de fundamental importância, por contribuírem com a redução da exploração de matéria-prima, com minimização dos problemas ambientais decorrentes do consumo exacerbado. Além disso, esses empreendimentos têm gerado trabalho e uma renda mensal da ordem de 1,5 salário mínimo para mais de uma centena de trabalhadores de um segmento da população marginalizada pelo modo de produção capitalista.

Pela própria natureza da atividade, é fundamental que os empreendimentos estejam integrados com as políticas públicas municipais para essa área. A experiência vem indicando que a integração tem sido possível e altamente benéfica tanto para a geração de renda quanto para a melhoria das condições ambientais e de saneamento. Apesar de razoavelmente bem-sucedidas, as experiências nesse setor ainda não chegaram a se consolidar como políticas públicas permanentes, estando sujeitas a interrupções ou alterações, no caso de mudanças de orientação do governo municipal. Dessa forma, coloca-se a necessidade de criação - no âmbito dos municípios e também nas demais esferas de governo - de normas justas, transparentes e estáveis que regulamentem a participação das cooperativas nas políticas públicas

de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Para a consolidação dessas iniciativas empreendedoras, é fundamental a participação dos vários atores envolvidos – poder público, cidadãos, empresas, universidades, incubadoras, ONGs, OSCIPs e os cooperados -, todos atuando em conjunto como protagonistas. Assim, muito além da viabilização dos empreendimentos, estarão tecendo uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável.

Com essa discussão, pretendeu-se apresentar reflexões que propiciassem um melhor conhecimento da dinâmica das CCS, estimulando uma reflexão sobre as perspectivas de implantação das mesmas na cidade de Indaiatuba. A discussão almejou contribuir para o avanço da pesquisa acadêmica, com a finalidade de fornecer elementos para a formulação de estratégias pelos agentes envolvidos no assunto objeto de estudo, assim como oferecer subsídios que permitam a formulação de políticas pelo poder público local e pelos diferentes intervenientes na questão da reciclagem de resíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWAL, A. *et al.* Municipal solid waste recycling and associated markets in Delhi, India. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 44, Issue 1, p. 73-90, April 2005.

ALMEIDA, J. R. *et al.* Efeito da idade sobre a qualidade de vida e saúde dos catadores de materiais recicláveis de uma associação em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2169-2179, dez 2009.

ALVES, G. Trabalho, Capitalismo e Formas do Salariato: Notas Teórico-Críticas. **O público e o privado**. n. 6, p. 109-128, jul/dez 2005.

ANDREASSA, W. L. **O Consumismo como um Fator de Relevância**

na Degradação Ambiental Global – situação atual e análise das possíveis ações de mitigação. 2008. 112 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, São Paulo.

BESSEN, G. R. Programa de Coleta Seletiva de Londrina: caminhos inovadores rumo à sustentabilidade. In: JACOBI, P. **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil: inovação com inclusão social.** São Paulo: Annablume Editora, 2006. p. 109-128.

BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 105-114, jan./jun.2009.

CALDERONI, S. **Os Bilhões Perdidos no Lixo.** São Paulo: Humanitas Editora, 1999. 346 p.

_____. Reciclagem no mundo e no Brasil. In: GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003, p. 27-54.

CASTRO, B. Prática no Plano do Discurso: Economia Solidária e Políticas Públicas. **V Encontro de Pesquisadores Latinoamericanos de Cooperativismo.** 06-08 Ago. 2008 – Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

COMARÚ, F. A. Des-construção urbana ou direito à periferia? Violações no centro de São Paulo e metrópole insustentável. **Aurora**, São Paulo, n. 7, jan. 2010.

COUTO, A. M. S. **Das Sobras à Indústria da Reciclagem: a invenção do lixo na cidade (Uberlândia/MG, 1980-2002).** 2006. 345 p. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIAS, R. **Gestão Ambiental.** São Paulo: Editora Atlas, 2010, 196 p.

DIAS, S. M. Coleta Seletiva e Inserção Cidadã – A Parceria Poder

Público / ASMARE em Belo Horizonte. In: JACOBI, P. **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil: Inovação com inclusão social**. São Paulo, SP: Annablume Editora. 2006. p. 65-86.

DRUMOND, V. R. S. A crise do emprego e as cooperativas de trabalho. **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**, São Leopoldo, v. 1, p. 49-57, jul/dez. 2006.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Relatório do Seminário: Cadeia Produtiva da Reciclagem e Legislação Cooperativista**, 8 e 9 maio 2006, Juiz de Fora. 22 p.

FERNANDES, B. L.; DOMINGUES, A. J. Caracterização mecânica de polipropileno reciclado para a indústria automotiva. **Polímeros**, São Carlos, v. 17, n. 2, abr./jun. 2007.

FERREIRA, J. A. Resíduos Sólidos e Lixo Hospitalar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, p. 314-320, 1995.

GOLEMAN, D. **Inteligência Ecológica**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2009, 245 p.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003, 182 p.

IPT / CEMPRE - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS / COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado**. Coordenação: Maria Luiza Otero D’Almeida, André Vilhena. 2. ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000. 370 p.

JACOBI, P. Reflexões sobre as Experiências. In: JACOBI, P. **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil: inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume Editora, 2006. p. 153-163.

KIRCHNER, R. M.; SAIDELLES, A. P.; STUMM, E. M. F. Percepções

e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS.

Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 5, n. 3, p. 221-232, set-dez. 2009.

MANO, E. B.; PACHECO, E. B. A. V.; BONELLI, C. M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. Rio de Janeiro: Editora Edgard Blücher, 2005. 182 p.

MARCONSIN, A. F. **Política Pública de Economia solidária: uma política em construção**. 2008. 295 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAURO, C.; A construção da nova democracia ambiental. In: PANTANO FILHO, R.; ROSA, D. S. **Meio Ambiente: múltiplos olhares**. Campinas: Editora Companhia da Escola, 2005. p. 23-31.

NASCIMENTO, C. M. T. **Educação Ambiental: práxis educativa na conscientização da problemática do lixo**. 2006. 262 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

NÓBREGA, C. C. *et al.* Análise Preliminar Física e Físico-Químicas dos Resíduos Sólidos Domiciliares de Pedras de Fogo – Paraíba. **II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica**. João Pessoa - PB – 2007.

PANTANO FILHO, R. **Reciclagem de plásticos pós-consumo em Campinas: a participação das cooperativas de coleta seletiva**. Tese de Doutorado. Universidade São Francisco. Itatiba, 2010.

RUTKOWSKI, J. E. **Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Sustentáveis: uma abordagem na Engenharia de Produção**. 2008. 239 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, M. N. A Mulher Negra. **Revista de Estudos Acadêmicos**,

2003. n. 22. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acessado em 31 de março 2010.

SILVA, P. H. I. **Análise das Relações Reciprocitárias em Cooperativas de Catadores de Lixo de Brasília**. 2007. 132 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília.

SOUZA, J. R. Associativismo Cooperativo e Meio Ambiente: gerando renda e reciclando atitudes. **III Encontro de Pesquisadores Latinoamericanos de Cooperativismo**. Porto Alegre, 2004.

SPINACÉ, M. A. S.; DE PAOLI, D. M. A. A Tecnologia de Reciclagem de Polímeros. **Química Nova**, v. 28, n. 1, p. 65-72, 2005.

STANISKIS, J. Integrated Waste Management: Concept and Implementation. **Environmental research, engineering and management**, 2005. n. 3(33), p. 40-46.

STEIN, R. S. Polymer recycling: Opportunities and limitations. **Proc. National Academy of Sciences**. USA. v. 89, p. 835-838, feb. 1992.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. Modelos Indicadores de Sustentabilidade: síntese e avaliação crítica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan-abr 2006, p. 84-95.

WALDMAN, M. Meio Ambiente, Reciclagem e Cidadania. **II Fórum Municipal de Lixo e Cidadania**, Poços de Caldas, 2007.

ZANIN, M. Cooperativas de catadores e a cadeia produtiva da reciclagem: oportunidades e limites. **12º Seminário das Comissões Técnicas da ABPol**, São Paulo, maio 2008.

A cooperação para a catação de resíduos em Montevideu: algumas perspectivas sobre os novos modos de organização do trabalho com o lixo

– Fernando Texeira

*Licenciado en Psicología Universidad de la República, UDELAR, Uruguay. Docente Programa INCOOP/UEC. Co-coordinador del Núcleo de Estudios e Intervención con Clasificadores de Residuos Solidos Urbanos, Unidad de Estudios Cooperativos UEC / UDELAR. Docente en Psicología Social, Facultad de Psicología UDELAR, Estudiante de Maestría en Psicología Social UDELAR.
E-mail: ferteixeira@gmail.com*

Resumo

O presente artigo é o resultado da experiência de trabalho com empreendimentos associativos de catadores de resíduo da cidade de Montevideu, no marco do programa INCOOP / UDELAR. Sustenta-se na procura de antecedentes bibliográficos, e análise crítica das situações atuais destes empreendimentos, tentando reconstruir brevemente as mudanças na prática da catação ao longo do tempo, propondo colocar essa atividade nas transformações do mundo do trabalho e suas atuais formas de expressão. As discussões se focaram no tratamento das características que adquire hoje essa tarefa pelo impacto das políticas públicas de organização dos catadores em cooperativas. Faz-se ênfase particularmente nas condições de informalidade, precariedade e exploração à que estão submetidos.

Palavras-chave: Catadores de resíduos/ Processos associativos/ Trabalho informal/ Exploração/ Institucionalização da precariedade

INTRODUÇÃO

Há três décadas, as ruas da cidade de Montevideu vêm testemunhando a crescente presença de um novo ator social. De carroça, puxado por cavalos, de bicicleta ou simplesmente a pé, homens, mulheres e crianças percorrem todos os dias a cidade procurando resíduos.

A tarefa de catação de resíduos sólidos urbanos vem ganhando visibilidade na cena do espaço público, chegando a ser identificado hoje como um dos pontos centrais do debate das políticas Municipais e dos Ministérios Públicos.

Ao aparecer esta “nova problemática social” surgiram diferentes discursos por parte dos atores envolvidos, alguns a colocam como um indicador da situação de fragilidade socioeconômica do país, que acreditam enfrentar um sintoma de decadência do trabalho e do emprego; até aqueles que se horrorizam com as condições de vida e trabalho do setor, e reclamam políticas sociais com urgência.

O setor de catadores vem acrescentando seu número de integrantes; estima-se que no último período o número de pessoas envolvidas nesta atividade aumentou dez vezes (CO.SO.CO, 2004).

Durante este processo e ao longo do tempo tem variado tanto a vinculação com as autoridades municipais, como as formas organizacionais que este setor tem vindo a ganhar.

Na relação com a Prefeitura Municipal, descreve-se um percurso marcado por momentos de tensão, repressão, requisição de carroças e animais, proibição de acesso aos aterros sanitários. Locais onde esses atores têm sido historicamente vistos como um problema, sendo responsabilizados de muitas das situações relacionadas com os problemas de limpeza e de gestão de resíduos na cidade.

Referente ao organizacional, as primeiras experiências estão localizadas nos anos 80, que surgiram ligadas a instituições de perfil religioso, que em solidariedade para com esta população, deram apoio

para a sua organização, mantendo-se algumas delas até hoje em dia.

A década dos 90 está marcada pelo início da abordagem da problemática da gestão integral dos resíduos, pela prefeitura de Montevideu. Encontrando-se várias pesquisas que procuram identificar estratégias para implementação de políticas integrais. Como síntese desses processos alerta-se sobre a dificuldade de poder concretizar em curto prazo a implementação de uma política departamental da gestão dos resíduos sólidos, integral e sustentável, conjuntamente com uma política nacional neste assunto. (CO.SO.CO, 2004)

Rumo ao final desta década, pode-se localizar as primeiras experiências de relações entre ONGs e da Prefeitura Municipal, as quais coordenam a gestão de “pontos verdes”, áreas estrategicamente localizadas perto das áreas de residência dos catadores, onde estes podem fazer a primeira fase da triagem e seleção de materiais, evitando transportar para as suas casas os resíduos que sobram da atividade.

Nesse campo de tensão entre os catadores e as autoridades, surge a necessidade de organização sindical destes trabalhadores, como forma de poder reclamar os seus direitos e reivindicações. Desta forma no ano 2002 aproximadamente, funda-se a *Unión de Clasificadores de Resíduos Urbanos Sólidos* (UCRUS), que representa os catadores de resíduos, independentemente se eles estão organizados ou realizam o seu trabalho individualmente. Neste período destacam-se as atividades de intercâmbio e formação com o MNCR do Brasil, das quais, começou a se desenvolver a ideia de criação de cooperativas de catadores de resíduos.

Com a criação em 2005 do Ministério de Desenvolvimento Social, e execução do *Plan de Emergência Social* que se destina a resolver o problema da pobreza extrema. Identifica-se à população que trabalha na catação do lixo como uma das expressões mais duras da pobreza e exclusão social (MIDES, 2006).

Isso irá resultar na criação do *Programa Uruguay Clasifica*

(PUC), do qual o MIDES visa desenvolver uma política específica para o setor, tendo como estratégia fundamental, a formação de cooperativas de catadores.

Neste cenário é que começa a se desenvolver a organização em empreendimentos associativos do setor. O programa INCOOP da *Unidad de Estudios Cooperativos* (UEC), do *Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio* (SCEAM) da *Universidad de la República* (UDELAR), estabelece um primeiro contato com um coletivo de catadores, que procuram a colaboração da equipe para acompanhar o seu processo organizacional.

O programa INCOOP tem como objetivo:

Contribuir a la construcción de viabilidad socio-económica, la consolidación y desarrollo de emprendimientos populares asociativos, democráticos, autogestionarios y solidarios; generando y difundiendo conocimiento y tecnología necesaria y pertinente a los mismos, creando así, espacios de encuentro y aprendizaje conjunto entre la Universidad y los participantes.”(Documento del Proyecto INCOOP, En Sarachu, 2009, p. 108)

Incorporando à sua abordagem o trabalho interdisciplinar, e articulando diferentes eixos de ação: social, jurídico, econômico e produtivo, torna-se relevante marcar a falta de parcerias, ausência de financiamento, realizando todas as atividades com o fundo de orçamento do programa.

Para o programa, a tarefa de acompanhamento desses coletivos tem representado um grande desafio, a partir do qual vem gerando aprendizagens e perguntas ao interno da equipe, procurando gerar estratégias pertinentes às realidades e problemáticas que os trabalhadores e os seus empreendimentos nos propõem.

Frente às particularidades da atividade de catação de resíduo, e identificando características específicas dos trabalhadores, criou a ne-

cessidade de aprofundar na compreensão dessa atividade e suas formas de organização. Resultando na criação do *Núcleo de Estudios e Intervención con Clasificadores de Residuos Solidos Urbanos*, que visa desenvolver a pesquisa, sistematização das atividades, e coordenação com outros atores sociais, entre os quais está a *Unión de Clasificadores de Residuos Urbanos Sólidos*.

A partir de uma perspectiva integral, cujo desenvolvimento visa gerar e articular atividades de extensão, pesquisa e ensino, o programa INCOOP:

Se inscribe en las tentativas de contribuir al esfuerzo de colectivos de trabajadores y trabajadoras que buscan en su asociación hacer nueva historia, transformando su realidad, generando nuevas posibilidades de realización conjunta desde su propia lucha y porfiada resistencia, por recuperar el trabajo y su sentido. (Sarachu, 2009, p. 107) .

METODOLOGIA

O presente artigo é resultado da reflexão do trabalho coletivo, realizado em conjunto com os membros da equipe interdisciplinar da INCOOP e do Núcleo de Estudos e Intervenção com Catadores de Resíduos Sólidos, *Unidad de Estudios Cooperativos* (UDE), do *Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio* (UDELAR/SECAM). Nesse sentido, fundamenta-se numa perspectiva da Psicologia Social Universitária, em diálogo com as diferentes contribuições da equipe docente interdisciplinar, conformando um esquema multireferencial, propondo assim um possível olhar.

Junto com a pesquisa bibliográfica, tomaram-se os aportes de pesquisas na temática, assim como questionamentos e interrogantes que surgiram no marco dos processos de incubação de empreendimentos associativos de catadores de resíduos sólidos na cidade de Montevideú.

Nesse sentido, este artigo propõe algumas das linhas de análise que orientam a perspectiva de trabalho da INCOOP/UDELAR, no seu acompanhamento aos processos associativos desses trabalhadores e trabalhadoras.

UMA NOVA ATIVIDADE, COM UMA LONGA HISTÓRIA

Esta aparente “nova problemática” tem uma longa história no Uruguai, como é evidenciado na pesquisa da *Comisión Social Consultiva*. “Desde el siglo XIX se encuentran referencias a habitantes de Montevideo que reutilizan los residuos sólidos de otros vecinos para su subsistencia, sea como alimento de consumo individual o como materia prima para distintos procesos de producción artesanales (cría de cerdos).” (CO.SO.CO, 2004, p. 13)

Trata-se de uma perspectiva que permite localizar a existência de um ator social que, desde suas origens e na sua fundação tem desempenhado um papel central na gestão dos resíduos. Falar sobre a “reutilização” nos coloca num primeiro momento da prática da catação, em que a relação com os resíduos se constrói em função de uma estratégia de satisfação direta das necessidades básicas; especialmente onde se coletavam resíduos orgânicos tanto para consumo direto quanto para a alimentação de animais como porcos e cavalos.

Este primeiro vínculo com os resíduos e seus usos, permite visualizar uma escala de consumo e produção a nível familiar, onde o aproveitamento e usufruto ligado a reutilização de resíduos orgânicos, é adicionada uma dimensão produtiva secundária, ligada à criação de animais.

Neste momento histórico, o catador é um ator social que mantém um papel ativo em todas as fases do ciclo de produção em que se desempenha.

A persistência dessa atividade no tempo, e as mudanças em seus

usos e práticas, propõe que estamos frente a uma atividade cuja complexidade não pode ser explicada apenas pelas condições socioeconômicas da sociedade. *“En los distintos momentos del desarrollo económico del país y de la ciudad, siempre un grupo de personas se especializó, de forma permanente o temporaria, en la recolección, almacenamiento y comercialización de distintos residuos. Los objetos clasificados para su reincorporación en algún proceso productivo se fueron diversificando, de acuerdo a la existencia de nuevos objetos en la cultura material urbana”*, (CO.SO.CO, 2004, p. 13).

Esta diversificação dos resíduos coletados está relacionada às mudanças nos padrões de produção e consumo, demonstrando um impacto progressivo das novas produções de mercadorias e a sua utilização. Sendo chave a aparição de produtos de vida útil curta, mas com a capacidade de serem reciclados e reincorporados à indústria como matéria-prima.

Esta inserção da cadeia do circuito produtivo da catação do resíduo em processos de produção mais complexa marca um ponto de quebra onde começa a desenvolver um trabalho relacionado com a venda a terceiros de diversos materiais. Acontecendo em conjunto com isto, a passagem da coleta de resíduos para utilização de consumo e produção familiar; à coleta, triagem e venda de materiais, passando a ocupar um novo lugar no sistema produtivo, onde o papel central de sua atividade é organizado a partir desse lugar de fornecedor de matérias primas para a indústria de reciclagem.

Assim, hoje nos encontramos num cenário onde cada vez tem mais homens, mulheres e crianças que se dedicam à atividade de catação de resíduo.

A partir da definição do Ministério do Desenvolvimento Social, tem-se optado por uma definição operativa que abrange as singularidades desse setor, entendendo por catadores aqueles *“trabajadores y trabajadoras, que tienen a la recolección y clasificación artesanal de*

residuos sólidos urbanos como uno de sus principales medios de supervivencia, tanto mediante la venta o trueque de la materia prima reciclable y de los materiales re-utilizables, como de su aprovechamiento para el autoconsumo o para la cría de animales.”(MIDES, 2006, p. 11)

Em conjunto com a série de mudanças na prática da catação que temos descrito, tem vindo se instalando um processo de enfraquecimento das formas de integração social desses trabalhadores, que tem um sentido diretamente proporcional a essas mudanças, ao tempo que se produz um aumento da complexidade do ciclo de produção dos resíduos, produto de sua montagem com os requisitos de processos de produção mais exigentes como os da reciclagem, se amplia a separação marcada pela exclusão social destes cidadãos.

Conforme o Programa Uruguay Clasifica: *“Podemos sintetizar la situación del sector de la clasificación en una exclusión múltiple: Territorial-ambiental, dado que los hogares de las y los clasificadores se concentran en la periferia de las ciudades, frecuentemente, en asentamientos irregulares que carecen de los servicios públicos básicos. Las familias clasificadoras viven usualmente en ambientes contaminados; Socio-cultural, en la que el trabajo de los clasificadores no es valorado por su aporte a la recuperación de materiales valiosos. Al contrario, es estigmatizado socialmente, culpabilizado por la suciedad de la ciudad así como por la sensación de inseguridad; Educativa-formativa, ya que la participación de la familia en la clasificación informal de residuos es un eslabón fundamental en la cadena de reproducción social de la exclusión que se inicia con el trabajo infantil que deriva en fracaso y en deserción escolar.”* (PUC, 2010, p. 19)

Nesse breve percurso histórico se faz possível perceber como, sob o pretexto de novos sujeitos sociais, os catadores de resíduos têm existido há séculos. Estamos testemunhando as novas representações que esses atores vêm adquirindo, resultado da influência das lógicas produtivas ao que estão subordinados.

EXCLUÍDOS DO MUNDO DO TRABALHO?

Nos últimos anos, os intentos de organização e formalização da atividade de catação de resíduos têm adquirido especial relevância nas agendas das políticas públicas. Esse processo tem sido determinado em algum sentido pelo crescente número de trabalhadores dedicados a atividade, e pela importância que vem ganhando o papel desses atores na gestão integral de resíduos sólidos urbanos.

Mas, as condições nas que se produz e reproduz essa atividade nos impõe a necessidade de dar entendimento a suas formas de composição e organização, fazendo-se necessário discutir sobre as categorias de trabalho e informalidade, para tentar diagramar uma perspectiva de compreensão dessas dimensões.

O setor de trabalhadores dedicados à catação de resíduos apresenta entre seus rasgos centrais uma grande heterogeneidade (DOMENÉCH, 2005), ao falar da heterogeneidade deste coletivo, se faz referência às diferentes características que o conformam. As mesmas se expressam em sua variada composição etária, sexual, os singulares modos nos que se desenvolvem as práticas da atividade, e especialmente pelas diferentes trajetórias laborais de seus integrantes.

Como descreve o Programa do MIDES *Uruguay Clasifica*: “*En las calles y vertederos de nuestras ciudades conviven clasificadores de tercera y hasta cuarta generación (clasificadores que son nietos y bisnietos de clasificadores) junto a antiguos trabajadores formales desempleados (albañiles, empleados de empresas de limpieza, trabajadoras domésticas, operarios de fábricas, etc.). Éstos últimos encontraron en esta actividad un medio válido de supervivencia para el que no se necesita capacitación o experiencia previa ni se requiere más que la voluntad de realizar un gran esfuerzo físico.*” (PUC, 2006, p. 12)

Nesse sentido se expressam as diferentes formas de arribo ao trabalho com o resíduo, o qual junto aquelas pessoas que têm herdado

esta atividade, provenientes de largas trajetórias familiares instaladas na marginalidade e fragilidade social; se sumam novos atores sociais, com amplas e variadas experiências de trabalho. Mas, no cenário atual das possibilidades laborais e de emprego, não encontram outras formas de inserção.

Ao ponto de partida deste fenômeno, corremos risco de pensar que estamos frente a um setor de “excluídos do mundo do trabalho”, nesse sentido se volve imprescindível questionar as perspectivas que consideram à catação de resíduo como trabalho a margem do sistema produtivo, e a seus atores “fora” do mundo do trabalho; assim como a noção mesma de “exclusão”. “(...) *la definición de exclusión que sostenemos no implica la ausencia de relaciones entre los excluidos y el resto de la sociedad, sino que define una modalidad de relaciones, y define por tanto una forma particular de “estar adentro”* (ELIZALDE, FRY, NAUAR, PAOLILLO, 2008, p. 7).

Dessas formas particulares de estar “dentro”, e tentando superar a dicotomia inclusão-exclusão, se tentou dar sentido aos modos em que esta atividade aparentemente reservada aos “sem-trabalho” diagrama-se como expressão das formas atuais de organização do trabalho.

Essas práticas, embora se desenvolvam quase completamente na informalidade, não podem ser pensadas fora das lógicas do mundo do trabalho. Senão, para sua compreensão devem ser pensadas numa perspectiva que as inclua nas transformações dos “*modos de regulación social y política del mundo del trabajo*” (R.Castel, 2001). No propósito pelo autor, se faz possível identificar os processos de precarização e flexibilização do trabalho, como efeito característico das novas dinâmicas do mercado de trabalho, assentados em profundas transformações nas formas de regulação do mesmo, dando lugar a fenômenos generalizados de vulnerabilidade e “*desafiliación social*”.

Essa necessidade de pensar a catação de resíduos como atividade de no âmbito das novas formas de regulação do trabalho, nos leva a

questionar o próprio conceito de classe trabalhadora, encontrando na definição de “*clase-que-vive-del-trabajo*” (ANTUNES, 2005) uma noção ampliada da classe trabalhadora, que nos permite referir em geral à totalidade dos assalariados que tenham como forma de sustentação a venda de sua força de trabalho.

Será a partir dessa noção de que podemos incluir aos catadores de resíduo, juntamente com outros trabalhadores assalariados não registrados, como formas de expressão das transformações do mundo do trabalho. Assim como identificar à “informalidade” como o novo marco regulador em que estas formas de trabalho alcançam sua máxima expressão.

Como se pode apreciar, este processo de profunda reestruturação da produção também se vêm instalando na nossa região, onde a partir de um cenário econômico e político próprio, dá lugar a um desmantelamento progressivo do sistema produtivo nacional.

Transformações no sentido de processos de flexibilização do emprego, marcada por políticas de privatização, terceirização e condições precárias de trabalho.

Tal como nos propõe Mota, “As articulações e relações entre as práticas do capital, do trabalho e do Estado particularizam umas das tendências do capitalismo contemporâneo, marcado pelo processo de reestruturação produtiva, pelas mudanças nos processos e na divisão social e técnica do trabalho e por ideologias e práticas sociais que acionam complexos sociais constitutivos da reprodução das relações sociais.” (MOTA, 2002, p. 10).

Nessas novas relações entre Estado, capital e trabalho, e por meio da reconfiguração das formas de regulação e dos usos do trabalho, começa a se fazer mais visível a catação de resíduos como estratégia de produção vinculada ao trabalho; e desenvolvida pelos setores mais desprotegidos da trama social.

Avançando um pouco mais nessa análise, e a partir das concep-

ções de De Páuda, podemos identificar processos particulares nestes ciclos de produção-reprodução. Pelos quais essa nova massa de trabalhadores sem trabalho, é capturada para conformação da nova força de trabalho da indústria da reciclagem.

(...) a estruturação do negócio da reciclagem necessitou estritamente de trabalhadores cada vez mais expropriados ao longo de suas trajetórias ocupacionais. No processo histórico em que esses trabalhadores perderam suas condições de trabalho (uns mais rapidamente do que outros), foram concomitantemente “qualificados” para a catação de recicláveis, (DE PÁUDA, 2008, p. 108).

Preparados durante anos para o trabalho na suas trajetórias de emprego, transformados em “trabalhadores sem trabalho” pelas crises dos sistemas produtivos, e modelados a imagem e semelhança dos novos requerimentos produtivos da indústria da reciclagem; esses homens e mulheres possuem as condições ideais para entregar ao preço da necessidade, e em condições de total precariedade, sua força de trabalho.

Com essas características da atividade dos catadores, e suas tramas relacionais com a indústria da reciclagem, cremos poder sustentar a validade da categoria trabalho em seus modos de expressão atuais para definir essa atividade. Assim como situá-la, ainda seu caráter de “informal”, no coração mesmo do sistema capitalista e de suas lógicas de produção.

Parafraseando a De Páuda, concordamos na afirmação que: “Não se trata apenas de reconhecer a organização capitalista do trabalho “informal”, mas de perceber como esse tipo de organização também “resignifica” e condiciona as experiências e as práticas dos diversos sujeitos implicados nesse processo.” (DE PÁUDA, 2008, p. 113).

Assim, as formas que o trabalho adquire, e seus sentidos, esta-

rão intimamente ligados a pensarem a construção e desconstrução da subjetividade, entendida como modos de ser, pensar e agir no mundo. Olhando para o trabalho em referência a “*identidad del sujeto social complejo*”, na intersecção do “*ser para otro*” significado social; e o “*ser para si*”, significação da própria existência, (ARAUJO, 2002).

A partir dessa perspectiva entendemos ao trabalho como um âmbito privilegiado, em que, juntamente com a possibilidade de satisfazer as necessidades, é colocada em jogo a construção da identidade social, representando também uma dimensão central na organização da vida cotidiana dos sujeitos.

LIXO OU MATÉRIA-PRIMA?

Dentro das linhas de ação das políticas do setor, estamos testemunhando transformações nos modos de conceber a tarefa da catação de resíduos, aparecendo novas formas de nomeação para esses trabalhadores. Assim, esses atores sociais ao longo do tempo têm sido chamados de formas diferentes, “hurgadores”, “requecheros”, “clasificadores”, se propondo nestes tempos a nomeação de “promotores do meio ambiente”. A mesma tem como principal objetivo dignificar a tarefa da catação, propondo uma perspectiva integral do seu trabalho, e um olhar que colocá-lo numa dimensão ecológica, permitindo de-construir as distintas representações sociais vinculadas ao trabalho com os resíduos.

Essa operação é muito importante se consideramos o forte estigma existente em torno desta atividade, possibilitando a construção, deste modo, de novos imaginários em relação a essas práticas sociais. Entendendo por Imaginário ao conjunto de significações que permitem que um grupo, coletivo ou instituição, instituem-se como tais. Numa dinâmica que juntamente com o estabelecimento das relações sociais inerentes, instituem-se universos de sentido, (CASTORIADIS, 1983).

Junto com essas novas formas de pensar o papel social dos catadores, corre-se o risco, através da naturalização desses discursos, de descontextualizar sua atividade das relações as que estão submetidos ao fazer parte do negócio do lixo.

Dessa forma, podemos dizer que a perspectiva proposta pelas políticas públicas desloca o foco de atenção da relação trabalhador-lixo para focar na relação trabalhador-materiais recicláveis, com especial ênfase na perspectiva ecológica.

Além da importância dessas transformações, ao momento de gerar uma perspectiva crítica da abordagem de empreendimentos de catação de resíduos, ambos os olhares, a relação trabalhador-lixo como de trabalhador-materiais recicláveis devem ser levados em conta, pois representam componentes essenciais para a compreensão dos diferentes lugares que ocupam na cadeia produtiva, e a enunciação das lógicas de exploração a que são submetidos.

A tarefa da catação imprime uma mudança qualitativa ao lixo. Produzindo, entre outras coisas, uma transformação dos resíduos da população em matéria-prima para a indústria.

Nesse processo atuam como mediadoras as diferentes tecnologias incorporadas na tarefa. Mas, o processo central dessa transformação é organizada a partir da tarefa básica de classificação dos materiais, assim, a identificação, seleção e triagem de materiais recicláveis no lixo, inauguram um primeiro nível produtivo, no qual se encontram contidas todas as formas de trabalho vinculadas à catação do lixo, catadores de rua, cooperativas de catadores, etc.

Dessa forma, se constroi uma cadeia produtiva que coloca suas ações entre dois polos, o lixo e os materiais recicláveis, incorporando no seu funcionamento uma variedade de níveis organizacionais e tecnológicos.

Em volta a estes dois significados “lixo” e “matéria-prima”, são organizadas duas dimensões produtivas inerentes à pratica de catação

de resíduos sólidos; assim como também se faz evidente um duplo nível de exploração sobre o trabalho dos catadores, colocando como agentes dessas relações tanto as empresas da reciclagem como ao Estado (MOTA, 2002).

Se nos posicionarmos num desses polos da cadeia de produção, na perspectiva do “lixo”, podemos identificar uma dimensão no trabalho da catação do lixo vinculada à função de limpeza urbana, cuja responsabilidade pertence ao Estado; embora os catadores e catadoras o venham fazendo desde sua origem, (MOTA, 2002).

Seja para seu consumo ou posterior utilização de venda, por meio da prática individual ou organizados em cooperativas, a coleta de resíduos tem sido uma colaboração direta com a gestão da limpeza da cidade, destacando o elevado impacto social, econômico e ambiental desta tarefa; contribuindo na redução do volume de lixo nas ruas da cidade. Descongestionando os aterros sanitários de resíduos urbanos, e restabelecendo ao ciclo produtivo da reciclagem toneladas de materiais.

Pela nossa experiência, podem-se encontrar vários empreendimentos associativos que operam exclusivamente com as toneladas de lixo que o Município lhes verte diariamente. Realizando de modo naturalizado uma tarefa de redução de resíduos, se instalando relações sutis de dependência no trabalho, e altos níveis de apropriação pelo Estado da força de trabalho destes empreendimentos.

Nessas relações, pode-se evidenciar um recuo do Estado em termos de sua responsabilidade e competência na gestão dos resíduos, operando um deslocamento destas tarefas para novos “recursos humanos”; que, sendo essenciais na gestão dos resíduos, têm falta de reconhecimento do seu trabalho, e estão privados dos direitos e benefícios, tanto econômicos e sociais, relacionados a esse labor.

Se vamos ao polo final do processo de produção, nos centrando nos materiais recicláveis como produto final da atividade da catação,

podem-se visualizar os modos de relacionamento dos catadores com a indústria de reciclagem, e suas cadeias de intermediários.

Seguindo o pressuposto de Mota, podemos dar entendimento às características desse cenário produtivo:

A especificidade da indústria de reciclagem consiste em transformar as seqüelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto da produção mercantil, estruturando o seu processo produtivo através da adoção de novas tecnologias, do uso de materiais recicláveis, e da organização de uma determinada forma de cooperação entre o trabalho que começa na rua e continua na fábrica.” (MOTA, 2002, p. 10)

Assim, a indústria da reciclagem faz parte de uma atividade altamente funcional aos sistemas de produção e consumo de materiais atuais, permitindo realimentar a indústria com matéria-prima reciclada. Além de reduzir os impactos ambientais, gerados pelos padrões violentos de produção e a curta vida útil dos produtos.

Para alimentar esse ciclo produtivo da reciclagem, a indústria deve ir além da estrutura da fábrica, acessando ao lixo a procura de materiais recicláveis descartados nele, estabelecendo assim uma rede de relação particular que dá lugar à atividade dos catadores do lixo.

(...) a “catação do lixo” afigura-se como parte de um processo coletivo e combinado de trabalho que começa na rua e continua na fábrica de reciclagem. Transformados em produtores de mercadorias, os catadores de lixo materializam uma das novas personas do trabalho reestruturado; estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas apartados das condições sociais que lhes assegurem os meios de proteção legais e institucionais relacionados a seu estatuto de trabalhador.” (MOTA, 2002, p.19)

A partir dessa complexa articulação entre o processo de produ-

ção e o trabalho, se faz possível identificar a incidência da lógica do sistema capitalista nas formas de relacionamento entre estes elos da cadeia produtiva da reciclagem. Mostrando que além da existência de níveis de captura e apropriação do seu trabalho, essas lógicas reproduzem as condições mesmas de sua existência.

Subordinado, integrado e requerido pelo processo de acumulação de capital, o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações de produção. Sua organização acontece determinada pelo capital envolvido no negócio da reciclagem, embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários.” (DE PÁDUA, 2008, p. 113)

Seguindo a abordagem proposta por Mota, pode-se pensar que essa indefinição da exploração das relações de trabalho opera na construção de um falso sentido, presente no discurso da maioria dos catadores, a partir do qual é identificado seu trabalho como uma atividade independente, para si e por sua conta; argumentando a “ausência de patrão” como uma vantagem da sua atividade. Mas, é nessa “ausência de patrão” onde se pode visualizar as relações sutis de exploração na que estão submetidos, invisíveis ao ponto de não poderem ser questionadas já que não podem ser reconhecidas. Por trás dessa falsa independência subjazem praticas onde “as relações de compra e venda de sua força de trabalho, ficam encobertas na compra venda de mercadorias.” (MOTA, 2002, p. 19)

As dimensões que adquirem essas relações de interdependência entre trabalho e produção, assim como a cristalização das relações existentes de exploração, constituam-se como condição necessária para o funcionamento do ciclo produtivo da reciclagem.

De acordo com dados recentes, estima-se que na região metropolitana de Montevideú a recuperação de materiais para a indústria da

reciclagem, é realizada em torno de 98% por catadores que exercem a sua atividade em condições de informalidade (PUC, 2010, p. 20).

Embora esses números mostrem que a indústria da reciclagem depende quase inteiramente do trabalho dos catadores de resíduos, a vinculação entre esses dois atores não é feita de forma direta, sendo através de complexos sistemas de intermediação, que instauram novos níveis de exploração sobre o trabalho dos catadores.

Los principales beneficiarios son los sistemas de intermediación entre las y los clasificadores y las industrias recicladoras. En la cadena de intermediación (desde los depósitos informales hasta los de mayor tamaño y organización) se aumenta en dos, tres y hasta cuatro veces lo que recibe quien realizó todo el esfuerzo y asumió todos los riesgos (sanitarios, laborales, de seguridad, etc.). En muchos casos, se fomentan relaciones de exclusividad y dependencia entre el depósito barrial y el clasificador a través de acciones de corte pseudo-solidario (préstamos ante situaciones de emergencia, juguetes para los niños, etc.). Así se aseguran un flujo constante de materias primas pese a lo exiguo del precio de compra y a las balanzas que nunca reflejan el peso real de lo que se está vendiendo. (PUC, 2006, p. 07)

Nesse sentido, torna-se evidente como a “informalidade” não apenas descreve as condições gerais em que ocorre essa atividade produtiva, também se faz notória sua funcionalidade em relação ao “negócio do lixo”. Como aponta Fajn (2002), a informalidade, a ilegalidade e a vulnerabilidade social no trabalho dos catadores, são as condições necessárias para a existência de elevadas margens de lucro e rentabilidade em todos os elos da cadeia da reciclagem.

Em todos os polos do processo produtivo, seja em relação ao seu trabalho com o lixo ou a venda de materiais recicláveis, o trabalho dos catadores de resíduos sólidos, está condenado a ocupar o elo mais frágil da cadeia produtiva, submetido a múltiplas condições de precariedade e exploração.

COOPERAÇÃO E PRECARIIDADE

A organização dos catadores de resíduos em empreendimentos cooperativos é uma das perspectivas dominantes das políticas públicas no setor. Pode ser considerada como o paradigma da inclusão social (PIÑEL, 2006), a partir destas abordagens, pretende-se propor ferramentas para melhorar as capacidades organizacionais, e produtivas na catação dos resíduos, assim como contribuir para dignificar as condições nas quais esse trabalho é realizado. Será nesse sentido que a estratégia organizacional de cooperação é particularmente relevante como ferramenta na transformação das formas de existência destes trabalhadores e trabalhadoras.

A partir da experiência em Uruguai, pode-se observar que esses modos de organização não são representativos de todo o setor, sendo atualmente, a maioria das práticas de catação do lixo, desenvolvidas de forma individual, na rua, e sustentada numa estratégia de execução familiar.

Neste ponto, é significativo destacar o pouco alcance das políticas públicas que tenham como metodologia de intervenção predominante a cooperativização nas práticas da catação. Devido a sua recente criação e pouco tempo de implementação, essas práticas só têm sido capazes de se concentrar numa população minoritária dentro da globalidade, numerosidade e diversidade dos atores envolvidos na catação do resíduo. Esse estado incipiente das experiências associativas, não atenua o potencial desses dispositivos organizacionais na transformação das práticas da catação, e seus impactos sobre os atores envolvidos.

Essas estratégias coletivas, materializadas nas experiências associativas-cooperativas, representam verdadeiras transformações nos modos de subjetivação dos trabalhadores, que se devem colocar num novo cenário organizacional, para a construção de um projeto produtivo em comum.

Envolvidos dessa maneira num processo, onde se reconstroem de forma conjunta, aspectos materiais e organizacionais, assim como práticas sociais e novas formas relacionais.

Através da intervenção da INCOOP, no acompanhamento desses processos associativos e cooperativos de catadores, pode-se observar algumas das características que têm adquirido estes empreendimentos. Uma através de dificuldades presentes diretamente relacionadas com as formas organizacionais, outras como tensões que evidenciam singularidades do setor que permaneciam imperceptíveis.

Alguns desses aspectos, destacados pela sua presença são, dificuldades na gestão do empreendimento, tensões na coexistência de estratégias de trabalho coletivas e individuais, e as transformações no papel da mulher.

DIFICULDADES NA GESTÃO DA COOPERATIVA

Em conjunto com a associação para o trabalho coletivo inaugura-se uma dimensão, a gestão coletiva do empreendimento, com isso, torna-se necessário a participação e o envolvimento de todos os membros da cooperativa para um bom desempenho.

Essa variável organizacional está presente em todo empreendimento produtivo, podendo oscilar sua complexidade em função dos níveis organizacionais crescentes entre um empreendimento ou outro, como assim nas suas formas, mais ou menos, rigorosas de funcionamento.

Dessa forma, os novos trabalhadores associados devem assumir a gestão necessária do seu empreendimento, em seus diferentes aspectos, administrativos, contábeis, jurídicos, relacionamento com atores sociais e institucionais, e do funcionamento dos espaços coletivos de tomada de decisões.

A esse respeito se manifestarem importantes dificuldades nas

diferentes dimensões da gestão dos empreendimentos associativos de catadores¹. Um assunto central nessa dificuldade o representa a desvalorização de todas as atividades relacionadas à gestão. Ao contrário se identifica à tarefa propriamente de triagem, como a única atividade vivenciada como trabalho, pela maioria dos integrantes.

Este aspecto torna-se distinguível, pela sua insistência em diversos empreendimentos de catadores, onde não só, , mas também são reconhecidos como parte do trabalho as atividades realizadas pelos membros que se dedicam à gestão. Também, criam-se modos de funcionamento que naturalizam o desempenho destas atividades fora do “tempo de trabalho” sem meios de remuneração pelas mesmas.

Esta dificuldade adquire uma dimensão realmente complexa, devido à confluência de vários fatores, um pelo desconhecimento de muitos dos catadores de outras formas de organização, além da prática do ciclo de catação do lixo e comercialização na total informalidade. Podendo-se evidenciar uma cristalização de certa “cultura da informalidade” que se estende ao longo dos empreendimentos. Por outra parte, a própria dificuldade de melhorar as capacidades de gestão, através da formação, dada a baixa escolarização de muitos desses trabalhadores; encontrando-se uma elevada percentagem de analfabetismo nos mesmos.

Por sua vez, estes aspectos estão potenciados por certa generalização da vivência temporal pautada pelo imediato, causado por longas

1 Surge a partir do debate na equipe da INCOOP que a dificuldade de gestão não é exclusivo do setor de catação de resíduos, estando presente noutros empreendimentos cooperativos de diferentes atividades, tais como as empresas recuperadas, onde os “antigos empregados”, agora responsáveis pela gestão global da empresa, devem-se formar para adquirir habilidades e conhecimentos que lhes permitam a auto-gestão do empreendimento. Mostrando essa dificuldade as consequências do impacto da divisão social e técnica do trabalho, onde uns põem a mão de obra e outros possuem os meios de produção, as competências técnicas e as capacidades organizacionais; bem como a perspectiva global de todos os elos da produção, e da cadeia produtiva em que esta está inserida.

trajetórias de estratégias de sobrevivência do “dia a dia”; onde a necessidade de subsistir marca os diferentes momentos do ciclo de trabalho.

Criando-se assim um clima de base, onde se torna realmente difícil a dedicação de tempo à organização, o planejamento de atividades de mediano prazo, e a inclusão, como trabalho, de atividades que não são tangíveis, nem reportam satisfação imediata às necessidades percebida.

Pode-se destacar também a existência nestes coletivos de trabalhadores, de certo potencial inerente nas diversas experiências aportadas na confluência de integrantes com trajetórias de emprego, sindicais ou vinculados a organizações sociais, que muitas vezes atuam como depositários dos lugares de gestão, a partir do qual se faz possível tecer uma estratégia de distribuição dessas experiências para o resto dos trabalhadores associados.

COEXISTÊNCIA DE ESTRATÉGIAS COLETIVAS E INDIVIDUAIS DE TRABALHO

As experiências associativas de catadores de resíduo estão em suas primeiras fases de implementação, inscrevem-se num processo pautado pela transição entre a prática individual da catação no lixo, e as práticas associativas.

Nesse sentido, é possível identificar, no funcionamento destes empreendimentos, a existência simultânea de diferentes atividades de trabalho, que procuram rentabilidade econômica para seus integrantes. Assim também, pode-se visualizar como desde estas práticas são estabelecidas relações de complementaridade, contradição e até conflitos com os objetivos do trabalho associado.

Nesse processo, e como forma de garantir a renda dos trabalhadores, torna-se uma prática habitual manter a atividade de catação individual na rua, ou levantando materiais em empresas ou negócios;

bem como o desempenho noutros trabalhos pontuais como, limpezas, obras de construção.

A dinâmica que reflete a implementação dessas alternativas para geração de renda está pautada tanto pelas necessidades particulares dos membros da Cooperativa, que por causa de emergências, situações especiais devem conseguir dinheiro de forma imediata. Quanto pela função diagramada pelos ciclos produtivos da catação, tornando-se mais frequentes nos períodos de queda dos materiais (diminuição nos padrões de consumo de garrafas de plástico no inverno, alterações ou atrasos na frequência de coleta do lixo por parte da Intendência Municipal, etc.).

A constante entrada e saída dos integrantes impõe uma dinâmica onde é difícil a consolidação de um coletivo estável de trabalhadores, resultando em diferentes níveis de participação da atividade coletiva, onde se consolida um núcleo de trabalhadores permanentes que mantém o espaço coletivo, e outro núcleo de natureza flutuante, com participação temporária na cooperativa. Gerando com isto um impacto tanto na organização do trabalho, quanto no potencial produtivo do empreendimento.

As flutuações, na perseverança e dedicação ao trabalho coletivo dos membros das cooperativas, representam uma tendência que atenta à consolidação e fortalecimento da viabilidade dos empreendimentos associativos de catadores de resíduos.

O NOVO PAPEL DAS MULHERES

Quanto à perspectiva de gênero no trabalho com o lixo até agora, os dados existentes mostram uma predominância significativa da população masculina vinculada ao trabalho de catação, 78,6%, contra uma minoritária presença feminina de 21,4%. (PUC, 2006)

Embora essa tendência não seja revertida, a organização do tra-

balho em cooperativas ou práticas associativas, levou à aparição da mulher no cenário de trabalho, e ao questionamento de tais dados.

Trata-se de uma transformação que ocorre devido a transição de um modelo de catação individual, com base numa estratégia familiar, às novas formas de organização implementadas pelo trabalho associado.

Podendo-se identificar dois elementos-chave de alto impacto na transformação do papel da mulher na prática da catação, a realização da atividade num espaço físico comum e fora de casa, e a implementação da jornada de trabalho como meio de regulação e controle do trabalho associado.

Temos de tomar como ponto de partida, a constatação de que as mulheres não são um novo ator na catação de resíduo, senão que estamos presenciando formas de organização que tornam visível a existência de seu trabalho, conjuntamente outorga-lhes um novo lugar nessa tarefa.

Nessa passagem da catação individual ao trabalho associado, se faz possível remover as condições de ocultação do trabalho das mulheres.

Nas formas de trabalho individual, embora seja o homem que se torna visível porque são eles os que realizam a catação dos resíduos nas ruas da cidade, chegando a sua casa, ele precisa de uma estratégia familiar que colabora na conclusão do ciclo de catação dos resíduos.

Na sua participação contínua nas diversas fases desse processo, separação, preparação de materiais e aprovisionamento; as mulheres (e crianças) representam uma força de trabalho fundamental no ciclo de produção.

Ao se deslocar o cenário de trabalho fora da casa e se instalando num espaço físico externo, e comum a todos os associados, a mulher deve participar deste dispositivo como mais um trabalhador, com os mesmos direitos, concessões e obrigações, modificando assim o seu

lugar histórico neste ciclo; e nas relações inerentes à naturalização dele como parte de suas tarefas domésticas.

Também o tempo dedicado na catação de resíduos tem sido modificado pela necessidade de regulamentação do trabalho nas práticas de trabalho associado. Nas práticas de classificação na casa, a dimensão doméstica que ela tem faz difícil discriminar os tempos dedicados à catação de outras atividades, tornando-se a catação uma tarefa quase de tempo total.

Nessas novas relações geradas pelas práticas associadas, torna-se possível objetivar o tempo de trabalho através da regulação da jornada, e construir desta forma, a percepção de uma nova temporalidade, onde se faz possível discriminar o “tempo-trabalho” do “tempo livre”.

É destacável que a incorporação das mulheres no espaço de trabalho, recompõe ao interior do trabalho associado lógicas familiares de produção, que propõem modos singulares de relacionamento e organização para o trabalho. Também, tem tido um impacto sobre a divisão de tarefas e nas formas de organização do trabalho ao interior dos empreendimentos, encontrando experiências onde as mulheres não fazem tarefas de esforço extremo como levantar grandes pesos, transportar grandes volumes, etc.

VIABILIDADE E OS RISCOS DE COOPERAÇÃO NO SECTOR

Quando pensamos na organização de catadores de resíduos por meio de processos associativo-cooperativos, estamos-nos centrando nas singularidades e expressões particulares que adquirem essas formas de organização a partir de experiências concretas. Neste contexto, deve ser posto em discussão os alcances das cooperativas como estruturas organizacionais pertinentes e universalizáveis para estes empreendimentos todos.

Esse assunto não tem a intenção de desacreditar a cooperação

como estratégia fundamental para resolver problemas de emprego e renda, reconhecendo sua importância e ampla trajetória no âmbito das experiências de economia solidária. Mas sim, alertar sobre as formas que podem adquirir essas estratégias, se não são acompanhadas de políticas integrais, destinadas à construção da viabilidade do setor.

Como nos propõe Sarachu:

La complejidad de la construcción de viabilidades radica en compatibilizar los tiempos y espacios para que se desplieguen los aspectos sociales y económicos en forma conjunta, con claro énfasis en que se trata de emprendimientos económicos que si no generan ingresos para sus integrantes, dicha construcción se desvanece o pierde sentido. La condición de necesidad esta en la base de la cooperación, desconocer esta condición puede inviabilizar las propuestas. (SARACHU, 2009, p. 114)

Esta perspectiva propõe uma ligação, onde, da necessidade como motor da cooperação, desdobram-se as possibilidades de desenvolvimento dos distintos elementos que compõem as viabilidades; elementos organizacionais, sociais, produtivos, econômicos. Esta construção de viabilidades fala da necessária articulação de estratégias e ações para o desenvolvimento global dos empreendimentos, junto às melhoras nas condições de satisfação das necessidades de seus membros. Mas a realidade concreta dos empreendimentos mostra uma grande defasagem no desenvolvimento de suas diferentes dimensões, evidenciando um desequilíbrio constante destes componentes, tornando que às viabilidades entrem em permanentemente conflito e de risco.

O assunto põe em questionamento as formas de organização mesmas, mostrando que junto com elas, configura-se a existência de novos espaços sociais, onde a “cooperação” torna-se estratégia necessária, mas não suficiente para a viabilidade do sector.

A condição de *necessidade*, da estratégia associativa, sustenta-se no potencial de ação coletiva, que sendo redefinido num quadro de

novas relações de cooperação e complementaridade, permitem o fortalecimento desses trabalhadores e trabalhadoras.

Seguindo as ideias de Fajn, pensando desde uma perspectiva onde os catadores têm sido participantes de um longo processo de exclusão social, que se pode pensar como um “triple desenganche” a “ruptura” em relação a, o trabalho formal, a inserção relacional e os laços sociais. É possível afirmar que “(...) *la conformación y consolidación de la organización colectiva a través de la Cooperativa de Recicladores, avanza (en alguna medida) en: La recuperación del trabajo formal; la recomposición de una red de relaciones, no sólo interpersonal, sino también de carácter institucional, constitución de nuevos lazos sociales entre los miembros de la organización.*” (FAJN, 2002, p. 04)

Mas, junto com esta dimensão surgem indícios de que a cooperação por si só até o momento, não está sendo suficiente para reverter as condições de exploração, informalidade, baixa rentabilidade e condições de insalubridade que caracterizam ao trabalho do sector de catação do lixo.

Nesse sentido, Piñel nos alerta sobre a identificação de certas dificuldades em algumas experiências da região de São Paulo. Onde na realidade cotidiana dessas cooperativas de catadores acontecem algumas das seguintes problemáticas: “Estas, estão criando trabalho precarizado, em condições muitas vezes subumanas. A maioria delas encontra-se em um estágio embrionário, têm grande dificuldade de resolver problemas básicos de infraestrutura para seu crescimento, e o trabalho de seus associados/cooperados é realizado de forma improdutiva e ineficiente, trazendo problemas de toda ordem.” (PIÑEL, 2009, p. 59)

Essa perspectiva de experiências particulares no Brasil é de muita utilidade na hora de ilustrar o cenário predominante nos empreendimentos associativos de catadores no Uruguai. Nos quais podemos perceber alguns efeitos impensados que as políticas de organização,

por meio de cooperativas, estão gerando; bem como começar a identificar os limites e os riscos destas estratégias para o setor.

Um dos efeitos que estamos testemunhando é uma perda do sentido da cooperação em sua ampla aceitação, deixando implícito na estratégia de cooperativização massiva e generalizada, sem fundamento nos valores, filosofias e perspectivas da economia solidária, mostrando, além disso, uma opção que muitas vezes resulta descontextualizada para as condições e possibilidades de organização dos atores envolvidos. Nestas condições a figura jurídica da “Cooperativa”, não se corresponde com um funcionamento sustentado nas relações e práticas solidárias, mas que surgem como uma forma particular (pelas políticas públicas) de gestão (e acabar reproduzindo), da precariedade do trabalho com o lixo.

Outro efeito é a construção de sentidos em torno da problemática da catação de resíduos, e dos atores como problema exclusivamente social pelas autoridades públicas. Que uniformizam a perspectiva de análise, gerando uma tendência que sob o discurso de “problema social” atua promovendo políticas públicas voltadas para essas problemáticas; tornando invisível a totalidade das forças em jogo, obturando outras abordagens de questões centrais no assunto, como as relações produtivas através das quais se constrói todo um sistema de expropriação e exploração do trabalho dos catadores, e onde o Estado é parte. (Mota, 2002)

Um dos efeitos mais significativos começa a se construir a partir da naturalização dessas práticas, configurando um processo de *institucionalização da precariedade* (TEIXEIRA, 2009), a partir do qual, sob estas novas formas organizacionais que apostam à transformação e regulamentação do trabalho de catação, subjazem inalteradas as precárias condições nas que esses trabalhadores e trabalhadoras realizam sua atividade e vendem a sua força de trabalho.

Mas, essas formas de trabalho, precarizadas, agora e através

desse processo, encontram-se incluídas no quadro de regulação do Estado; por meio da construção de uma nova figura jurídica que o legitima, as “Cooperativas de catadores”, e expressado nas políticas públicas de cooperativização do setor.

O caráter de instituído que adquirem essas práticas, coloca estas problemáticas numa dimensão de endurecimento das relações existentes, e cristalização das condições nas que são implementadas; ganhando ordem do normal, enquanto, com a omissão como política pública dominante, o Estado na sua retirada, se define como “padrão invisível.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa descrição, tentou-se:

- Descrever o estado de situação de alguns dos empreendimentos associativos de catadores de resíduos sólidos em Montevideu, enfatizando nas dificuldades e singularidades que estas experiências têm adquirido nas condições em que são desenvolvidas as atividades
- Mostrar as mudanças que o trabalho com o lixo vem recebendo, tanto nas formas em que este é desenvolvido, quanto nos modos em que os trabalhadores são moldados pelas necessidades da indústria da reciclagem.
- Transcrever os atuais debates e linhas de análise que a equipe do programa INCOOP vem desenvolvendo, para dar compreensão à problemática do trabalho associado na catação de resíduos. Mostrando as perspectivas e complexidades que resultam das abordagens e intervenções com esses empreendimentos.

Neste trabalho também se propôs a necessária ruptura das distân-

cias entre os trabalhadores e os universitários, entre as disciplinas e os problemas concretos do homem comum. Alerta os perigos da perda de sentido da cooperação, transformada em política pública aplicada de modo indiscriminado e descontextualizado de seus fundamentos. Adverte-se para constante permeação do sistema capitalista, presente até mesmo nas entranhas do trabalho cooperativo, mostrando-se em suas novas formas de organização, subjetivação e captura. Denuncia as atuais formas de exploração sobre os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que exercem esta atividade de catação, tentando alertar dos usos e aproveitamento do trabalho dessa população por parte da indústria da reciclagem, e suas cadeias de intermediação, mas especialmente por parte do Estado e seu papel de “padrão invisível”. Mas acima de tudo, pode-se ler nesse texto o reclamo de muitas vozes, que além das fronteiras, imploram a gritos a recuperação dos significados do trabalho, e a solidariedade no seio mesmo das estratégias associativas. Na procura da construção de novas relações de cooperação entre seus integrantes, orientadas para processos solidários de auto-gestão, que possibilitem que homens e mulheres vivam dignamente de sua força de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo *¿Adios al trabajo? Ensayo sobre la metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo*. Ediciones Herramienta. BsAs. 2ª edición, 2003.

_____. Los sentidos del trabajo. *Ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo*. Ediciones herramienta. BsAs. 1ª edición, 2005.

ARAUJO, Ana Maria. Trabajo y no-trabajo. *Repercusiones psicosociales del desempleo y la exclusión socia en el litoral del país*. Ed. Argos. Montevideo, 2002.

CASTEL, Robert. *La metamorfosis de la cuestión social*. Ed. Paidós. Bs.As. 1ªreimpresión, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*, Vol 1. Ed. Tusquets. Barcelona, 1983.

DE PÁUDA Bosi. A organização capitalista do trabalho informal. O caso dos catadores de recicláveis. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol. 23 no 67, Río de Janeiro, 2008.

DOMENECH, Amparo. **De descalificados a calificados. De descartables a reciclables**: entre vivencias individuales y experiencias colectivas. Monografía Final de grado. Universidad de la República - Facultad de Ciencias Sociales – Departamento de Trabajo Social, 2008.

ELIZALDE, Lucía; FRY, Mariana; NAUAR, Cecilia; PAOLILLO, Javier. ‘Aproximación a la Cooperativa de Clasificadores Felipe Cardoso’. Sin publicar, 2008.

ELIZALDE, Lucía; FRY, Mariana. **Formación de Sujetos Colectivos en el Sector Clasificador de Residuos**. Un estudio de caso de la cooperativa de clasificadores de residuos Felipe Cardoso, CSIC, Udelar. Sin publicar, 2009.

FAJN, Julio Gabriel. Cooperativas de Recuperadores de Residuos. **Exclusión social y Autorganización**. Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires, 2002.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL – PROGRAMA URUGUAY CLASIFICA (2006): “Tirando del carro. Clasificadoras y clasificadores: viviendo de la basura o trabajando con residuos.”

_____. PROGRAMA URUGUAY CLASIFICA (2010): “Clasificar para incluir, incluir para reciclar”

MOTA, Ana Elizabeth. (2002): “Entre a rua e a fábrica: reciclagem e

trabalho precário”. En **Revista Temporalis** no 6, Abesp, San Pablo.

PIÑEL, Julio. (2006). **Características essenciais para os catadores de resíduos recicláveis visando sua emancipação social, econômica e política**. Tese Pós-graduação em Gestão Ambiental, CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC. Sao Paulo.

SARACHU, Gerardo. ***Prácticas integrales hacia la construcción colectiva de viabilidades***: Un análisis de las realizaciones y desafíos de la Incubadora de Emprendimientos Económicos Asociativos Populares (INCOOP/UEC). En: Revista Estudios Cooperativos, año 14 - N°1. Montevideo, Setiembre 2009.

TEXEIRA, Fernando. ***Procesos Asociativos de Clasificadores de Residuos Sólidos, Apuntes para un debate***. En: 3° Encontro de Formadores e Apoiadores de Empreendimentos de Catadores. UFSCar. São Carlos, 28 de novembro de 2009.